

*A Influência do Sistema Político e Eleitoral e do contexto
Macroeconómico na Participação nas Eleições Legislativas
em Portugal e Espanha (2004 - 2011).*

Um contributo para o estudo da Democracia.

(Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, na
especialidade de Ciência Política)

Mestre Bruno Ferreira Costa

Orientadora: Professora Doutora Maria da Conceição da Silva Pequito Teixeira

Constituição do Júri:

**Presidente: Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da
Universidade de Lisboa**

**Vogais: - Doutor José Fernandes Fontes Castelo Branco
Professor Auxiliar com Agregação
Universidade Aberta**

**Doutor Marco Lisi
Professor Auxiliar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa**

**Doutora Maria da Conceição da Silva Pequito Teixeira
Professora Auxiliar
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa**

**Doutor Pedro Miguel Moreira Fonseca
Professor Auxiliar
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa**

Lisboa
2014

Resumo

A participação política e eleitoral constitui, atualmente, um dos fatores de aferição da qualidade da Democracia, bem como permite aferir da necessidade de adoção de medidas / políticas que promovam um maior envolvimento dos cidadãos na causa pública. As eleições legislativas são, nos sistemas eleitorais de pendor parlamentar, cruciais para determinar a linha política e, mais concretamente, eleger os nossos representantes nacionais.

Observando os diversos estudos realizados no âmbito da participação política verificamos um crescimento sustentado e contínuo do nível de abstencionistas nos diversos atos eleitorais. O nosso trabalho parte à descoberta de alguns indicadores que poderão explicar esta tendência generalizada, bem como identificar elementos que possam contribuir para um maior envolvimento dos cidadãos na definição dos seus legítimos representantes. Deste modo, o nosso objeto de estudo procura analisar a influência dos fatores institucionais e do ambiente macroeconómico sobre a participação eleitoral nas eleições legislativas ocorridas entre 2004 e 2011, sendo que para o estudo em questão incluímos as eleições realizadas em Portugal e em Espanha, visto o método comparativo permitir alargar o âmbito da nossa análise.

O presente propósito de investigação vai ao encontro da necessidade de refletir e estudar o funcionamento da Democracia nos países da Europa do Sul, num momento em que a crise económica dita parte das políticas adotadas e condiciona as decisões dos cidadãos, permitindo clarificar as linhas de orientação que melhor sustentam a participação cívica dos cidadãos.

Palavras-chave: abstenção; eleições de primeira e segunda ordem; participação eleitoral; participação política; voto; sistema político; sistema eleitoral; regras eleitorais; economia; Democracia.

Abstract

The political and electoral participation is one of the key elements to measure the quality of Democracy. Is also a way to measure the need of new political actions to promote a stronger involvement of citizens in the public domain. Considering the systems with parliament focus, it's possible to observe that legislative elections are crucial to determine the political scenario and allow the election of our national deputies.

Considering the different academic studies about the political participation, it is possible to observe a sustained and continuous growth in the level of turnout across multiple electoral acts. Our main goal is to discover some of the indicators that could explain this trend, but also to identify some elements that can contribute to assure a deeper involvement between citizens and political representants.

Thus, our object of study seeks to examine the influence of institutional factors and the macroeconomic environment on turnout in legislative elections held between 2004 and 2011. For this study we have included the elections in Portugal and Spain, considering that the comparative method allow us to have a broader analysis about turnout.

The purpose of this research reflects the need to study the functioning of democracy in the countries of Southern Europe, at a time when the economic crisis dictates the policies adopted and affects the decisions of politics and citizens.

Key-words: turnout; first and second order elections; electoral participation; political participation; vote; political system; electoral system; electoral rules; economy and democracy.

Agradecimentos

A investigação científica é, muitas vezes, acompanhada por um sentimento de isolamento, um caminho percorrido entre a nossa mente e o contributo de centenas de autores. Uma linha orientadora que vai sendo modelada pelas inúmeras dúvidas que o processo de leitura e escrita nos vai colocando. Dúvidas que vão surgindo a cada resposta dada. Respostas que nos colocam cada vez mais dúvidas e questões. Um processo circular, conducente a uma espiral de conhecimento que não encontra barreiras.

Esta busca constante de conhecimento condiciona, de forma inegável, os passos que vamos dando ao longo da vida. É uma entrega quase total a um caminho que abre cada vez mais estradas, num caminho análogo a um labirinto por decifrar.

A apresentação deste trabalho só é possível através da conjugação de esforços do investigador e de um grupo de pessoas e instituições que o rodeiam. O isolamento sentido, fruto de uma persistência individual no decorrer do percurso de investigação, foi sendo acompanhado por um apoio incondicional da rede familiar, profissional e social mais próxima.

Ao longo deste processo de aprendizagem cabe-me agradecer a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a execução deste trabalho. Especial e sentido agradecimento à minha Orientadora, Professora Doutora Maria da Conceição Pequito Teixeira, pelo apoio concedido, pelos conselhos que enriqueceram a investigação e por ter acreditado no caminho escolhido. O constante processo de revisão e reflexão conjunta permitiram traçar um rigoroso caminho de investigação, numa dinâmica de ensino-aprendizagem fulcral para o sucesso deste projeto. O seu apoio foi um alicerce fundamental na conquista deste passo.

Agradecimento especial ao Professor Doutor Manuel Meirinho Martins, Presidente do ISCSP, pelo apoio concedido ao longo da investigação e por ter impulsionado ao longo dos anos esta sede de conhecimento.

Agradecimentos gerais à Comunidade Científica que acompanhou esta investigação, nomeadamente aos Professores e colegas que sempre incentivaram a prossecução de estudos académicos e me inculiram a motivação necessária à prossecução deste objetivo.

Palavras de agradecimento à Professora Doutora Paula do Espírito Santo, pela motivação inculida na realização deste projeto, pelos conselhos amigos e pela partilha constante de conhecimento nesta área do saber. Agradecimento especial ao Professor Doutor Nuno Vidal, cuja presença ao longo dos últimos anos foi decisiva para cimentar o meu conhecimento na área das Ciências Sociais. Por ter acreditado nas minhas capacidades e competências profissionais, pelo voto de confiança depositado, pela amizade sentida.

Agradecimento à Casa que tem alimentado e sustentado os meus passos na vida académica e profissional - ISCSP/ULisboa.

Agradecimento aos técnicos e colaboradores do INE e da CNE pelo constante apoio nas solicitações efetuadas.

A família marca o centro de todo o apoio que tenho sentido ao longo dos anos. Aos meus pais e irmãos, aos amigos de sempre. São a base de todas as conquistas.

Índice

Resumo	3
Abstract	4
Agradecimentos	5
Índice de Figuras	8
Índice de Quadros	9
Índice de Gráficos.....	11
Introdução	14
Estado de Arte.....	20
Enquadramento Metodológico	43
1. Sobre o objeto de estudo: pergunta de partida e hipóteses de investigação	43
1.1. A pergunta de partida e a formulação de hipóteses	46
1.2. Sobre o objeto de estudo e a metodologia adotada.....	49
1.3. Fontes Documentais	64
Capítulo I – Sobre o objeto de estudo e a participação eleitoral	66
I.1. Participação eleitoral	67
I.2. O significado do voto	74
I.3. O aumento do fenómeno da abstenção eleitoral.....	77
I.4. Eleições de primeira e de segunda ordem	80
I.5. A abstenção Eleitoral em Portugal e Espanha – Um Cenário Retrospetivo Breve	84
I.6. A Abstenção Eleitoral em Eleições Parlamentares no Contexto da União Europeia.....	97
Capítulo II – Modelos Explicativos da Participação Eleitoral	100
2.1. Modelo sociológico	101
2.2. Modelo sociopsicológico	106
2.3. Modelo Económico / Modelo da Escolha Racional	111
2.4. Modelo das novas clivagens	118
2.5. Modelo institucionalista	121
2.5.1. A influência das variáveis institucionais	128
Capítulo III – Sistema político e eleitoral português e espanhol	136
3.1. Sistema político – uma breve retrospectiva.....	137
3.2. Sistema eleitoral – uma breve caracterização.....	141
3.3. Sistema político e eleitoral português: continuidades e mudanças	146
3.3.1. O semipresidencialismo português revisitado	164
3.3.2. O sistema eleitoral português	173
3.4. Sistema político e eleitoral espanhol	178
3.4.1. O sistema eleitoral espanhol	192
3.4.2. As relações interinstitucionais	195
3.5. Uma comparação simplificada	198
Capítulo IV – A Abstenção nas Eleições Legislativas em Portugal e Espanha – 2004-2011	
– as variáveis de análise	203
4.1. Desenho, localização e dimensão dos círculos eleitorais.....	207
4.1.1. Dimensão do Parlamento / Congresso de deputados	212
4.2. Modo de escrutínio	214
4.3. Tipo de Parlamento	219
4.4. Sistema de Partidos	221
4.5. Sistema de governo	223

4.6.	Regime político.....	226
4.7.	Variáveis macroeconómicas	227
4.8.	Modelo de análise – dados recolhidos	231
4.8.1.	Magnitude Eleitoral.....	231
4.8.2.	Modo de escrutínio.....	234
4.8.3.	Tipo de parlamento.....	235
4.8.4.	Sistema de partidos.....	236
4.8.5.	Sistema de governo	237
4.8.6.	Forma de governo.....	240
4.8.7.	Variáveis económicas.....	240
4.9.	Modelo de análise – resultados	241
4.9.1.	Hipótese de investigação 1.....	243
4.9.2.	Hipótese de investigação 2.....	247
4.9.3.	Hipótese de investigação 3.....	248
4.9.4.	Hipótese de investigação 4.....	251
4.9.5.	Hipótese de investigação 5.....	255
4.9.6.	Hipótese de investigação 6.....	258
4.9.7.	Hipótese de investigação 7.....	259
4.10.	Breve síntese dos resultados.....	266
Capítulo V – Democracia – regime em constante mutação		270
5.1.	Uma visão conceptual.....	270
Conclusão		281
	Algumas pistas para investigações futuras	287
Bibliografia.....		289
	Webgrafia	330
Abreviaturas		334
Anexos.....		336

Índice de Figuras

Figura 1.	Propósitos da comparação	51
Figura 1.1.	Modelo de análise do ativismo político	62
Figura 1.2.	Modelo institucionalista de escolha racional	63
Figura 1.3.	Eleições de primeira e de segunda ordem.....	82
Figura 3.1.	Funcionamento do sistema político	140
Figura 3.2.	Interdependência dos órgãos de soberania	160
Figura 3.3.	Sistema Político Espanhol	184
Figura 4.1.	Mapa dos círculos eleitorais de Portugal e Espanha	210
Figura 4.2.	Boletim de voto para o Senado 2011 (Espanha)	218

Índice de Quadros

Quadro 1.1. Participação política latente e manifesta	70
Quadro 1.2. Elementos centrais do voto	75
Quadro 1.3. Abstenção nas eleições parlamentares 1945-2010	98
Quadro 2.1. O velho e o novo institucionalismo	127
Quadro 2.2. Grau de desproporcionalidade do sistema eleitoral (1945-1966)	131
Quadro 3.1. Aplicação do método de Hondt, Saint Laguè Puro e Quota de Hare no Círculo Eleitoral de Lisboa – Legislativas de 2011	176
Quadro 3.2. Sistema político português e espanhol em perspectiva	201
Quadro 4.1. Critérios de classificação dos círculos eleitorais	208
Quadro 4.2. Vantagens e desvantagens dos círculos uninominais	211
Quadro 4.3. Estrutura e modalidade de voto	215
Quadro 4.4. Sistema de partidos	222
Quadro 4.5. Partidos candidatos e com representação parlamentar	223
Quadro 4.6. Número de governos em Portugal e em Espanha	226
Quadro 4.7. Círculos eleitorais em Portugal – mandatos e abstenção nas eleições legislativas (2004 a 2011)	232
Quadro 4.8. Círculos eleitorais em Espanha – mandatos e abstenção nas eleições parlamentares (2004 a 2011)	233
Quadro 4.9. Estrutura e modalidade de voto em Portugal e em Espanha	234
Quadro 4.10. Abstenção de acordo com o número de câmaras parlamentares	235
Quadro 4.11. Abstenção nas eleições gerais espanholas e posicionamento do PSOE e PP .	236
Quadro 4.12. Número de partidos eleitorais e com representação parlamentar	237
Quadro 4.13. Abstenção eleitoral de acordo com o sistema de governo (2004-2011)	238
Quadro 4.14. Duração dos governos em Portugal e em Espanha	239
Quadro 4.15. Abstenção eleitoral em Portugal e Espanha de acordo com a forma de governo	240
Quadro 4.16. Dados eleitorais e variáveis macroeconómicas em Portugal e em Espanha – 2004-2011	241

Quadro 4.17. Correlação de <i>Pearson R</i> : Relação entre os mandatos de cada círculo e abstenção eleitoral	244
Quadro 4.18. Estatística descritiva e testes <i>ANOVA</i> : relação entre a abstenção e a dimensão de cada círculo eleitoral	244
Quadro 4.19. Estatística descritiva e testes <i>ANOVA</i> : relações entre a abstenção e a localização de cada círculo eleitoral	246
Quadro 4.20. Abstenção em Portugal e Espanha – voto personalizado	247
Quadro 4.21. Estatística descritiva e Testes <i>t de Student</i> : Relações entre a abstenção e a existência de uma ou duas câmaras representativas	248
Quadro 4.22. Resultados em Espanha para o Congresso e para o Senado	250
Quadro 4.23. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre o número de partidos candidatos e a abstenção para Portugal e Espanha separadamente	252
Quadro 4.24. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e a abstenção (Portugal e Espanha)	253
Quadro 4.25. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e a abstenção (Portugal e Espanha)	254
Quadro 4.26. Estatística descritiva e Testes <i>t de Student</i> : relações entre a abstenção e o sistema de governo	255
Quadro 4.27. Estatística descritiva e Testes <i>t de Student</i> : relações entre a duração dos Governos em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) e das Legislaturas em Espanha (sistema de governo parlamentar)	257
Quadro 4.28. Estatística descritiva e Testes <i>t de Student</i> : relações entre a abstenção e a forma de governo	258
Quadro 4.29. Taxa de desemprego e partido vencedor das eleições, em Portugal e em Espanha.....	260
Quadro 4.30. Percentagem de voto nos dois maiores partidos e variação do PIB, em Portugal e em Espanha	261
Quadro 4.31. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB	261
Quadro 4.32. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB, para Portugal e Espanha separadamente	261

4.33. Dívida pública e partidos com assento parlamentar, em Portugal e em Espanha	262
Quadro 4.34. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre a dívida pública e partidos com assento parlamentar	263
Quadro 4.35. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre a dívida pública e partidos com assento parlamentar, para Portugal e Espanha separadamente	263
Quadro 4.36. Abstenção e dívida pública, em Portugal e em Espanha	264
Quadro 4.37. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre a abstenção e a dívida pública	265
Quadro 4.38. Correlação de <i>Pearson R</i> : relação entre a abstenção e a dívida pública, para Portugal e Espanha separadamente	265
Quadro 4.39. Afirmção e infirmação das hipóteses e sub-hipóteses	267

Índice de Gráficos

Gráfico 1.1. Evolução da abstenção nas eleições legislativas (Portugal)	85
Gráfico 1.2. Abstenção nas eleições legislativas por décadas	86
Gráfico 1.3. Abstenção nas eleições presidenciais	87
Gráfico 1.4. Abstenção nas eleições autárquicas	88
Gráfico 1.5. Abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu	89
Gráfico 1.6. Abstenção em Portugal	90
Gráfico 1.7. Abstenção nos últimos quatro atos eleitorais	91
Gráfico 1.8. Abstenção nas eleições gerais espanholas (Congresso)	92
Gráfico 1.9. Abstenção nas eleições gerais para o Congresso por décadas	93
Gráfico 1.10. Abstenção nas eleições municipais e autonómicas	94
Gráfico 1.11. Abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu	95
Gráfico 1.12. Abstenção nas eleições em Espanha	95
Gráfico 1.13. Abstenção nos últimos quatro actos eleitorais	96
Gráfico 4.1. Evolução da abstenção eleitoral – 2004 a 2011	206
Gráfico 4.2. Composição da Assembleia da República (PT) e do Congresso (ES)	212
Gráfico 4.3. Abstenção nas eleições presidenciais e legislativas (2001 a 2011)	216
Gráfico 4.4. Abstenção nas eleições para o Senado e o Congresso (2004 a 2011)	217
Gráfico 4.5. Variação da taxa de desemprego, inflação e PIB (2004 a 2012) Portugal	228

Gráfico 4.6. Variação da taxa de desemprego, inflação e PIB (2003 a 2012) Espanha	229
Gráfico 4.7. Variação da dívida pública bruta na U.E. em comparação com Portugal e Espanha (2004 a 2011)	230
Gráfico 4.8. Relações entre a abstenção e a dimensão de cada círculo eleitoral	245
Gráfico 4.9. Relações entre a abstenção e a localização de cada círculo eleitoral	246
Gráfico 4.10. e 4.11. Abstenção em Portugal e em Espanha de acordo com a personalização do voto	248
Gráfico 4.12. Abstenção em Portugal (unicameral) e em Espanha (bicameral)	249
Gráfico 4.13. Abstenção em Espanha, para o Congresso e para o Senado	250
Gráfico 4.14. Resultados das eleições para o Congresso e para o Senado	251
Gráfico 4.15. e 4.16. Relação entre o número de partidos candidatos e a abstenção, para Portugal e Espanha separadamente	252
Gráficos 4.17 e 4.18. Relação entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e abstenção, para Portugal e Espanha separadamente	254
Gráfico 4.19. Relação entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e abstenção, para Portugal e Espanha em conjunto	255
Gráfico 4.20. Abstenção em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) e em Espanha (sistema de governo parlamentar)	256
Gráfico 4.21. e 4.22. Duração dos Governos em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) e das Legislaturas em Espanha (sistema de governo parlamentar) ...	257
Gráfico 4.23. Duração média dos Governos em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) e das Legislaturas em Espanha (sistema de governo parlamentar) ...	258
Gráfico 4.24. Abstenção em Portugal (regime com forma de governo republicana) e em Espanha (regime com forma de governo monárquico e constitucional)	259
Gráfico 4.25. e 4.26. Relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB, para Portugal e Espanha separadamente	262
Gráfico 4.27. e 4.28. Relação entre a dívida pública e partidos com assento parlamentar, para Portugal e Espanha separadamente	264
Gráfico 4.29. e 4.30. Relação entre a abstenção e a dívida pública, para Portugal e Espanha separadamente	266

Não há nenhum sistema eleitoral ideal ou teoricamente superior
que possa passar o teste da comprovação histórico-empírica.

Ou, dito de outra maneira: o contexto faz a diferença.

Dieter Nohlen, 2007.

A abstenção é importante porque representa uma forma funcional
de desigualdade política e, participação desigual significa influência
desigual, na medida em que acarreta importantes consequências para
quem é eleito e para o conteúdo das políticas públicas.

Arend Lijphart, 1997.

Estamos numa situação em que uma democracia que, segundo
a definição antiga, é o governo do povo, para o povo e pelo povo,
nessa democracia precisamente está ausente o povo.

José Saramago, 2002.

Introdução

A presente dissertação insere-se no Doutoramento em Ciências Sociais, ministrado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (ULisboa), sendo o culminar de um trabalho de pesquisa e reflexão para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política.

O crescimento do nível de abstenção nos processos eleitorais nas diversas democracias ocidentais nas últimas décadas tem originado inúmeros estudos, relatórios e pesquisas científicas sobre as motivações na base dessa tendência e as suas consequências ao nível do funcionamento da democracia e da reconceptualização do próprio conceito de cidadania. Um dos aspetos mais referenciados tem sido a relação entre os cidadãos e as diversas instituições políticas, por exemplo, a avaliação do grau de confiança nestas instituições, sendo esta relação medida por diversos indicadores, dos quais a participação eleitoral assume uma preponderância significativa. De facto, considerando as diferentes formas de participação política à disposição dos cidadãos, o voto continua a ser uma componente da efetiva capacidade dos cidadãos elegerem os seus representantes, avaliando, em processos eleitorais regulares e democráticos, a atuação dos atores / agentes políticos.

Outro dos aspetos que tem sido analisado é o impacto dos fatores macroeconómicos sobre a participação eleitoral, sendo que a experiência portuguesa ao nível da adoção de um programa de assistência financeira traduz-se num ponto de partida interessante para a presente investigação, uma vez que o período escolhido abrange, precisamente, diversos ciclos de crescimento e recessão económica. Neste ponto, a comparação com Espanha torna-se igualmente pertinente, uma vez que não tendo um programa de assistência similar, evidenciou sinais de crise e estagnação económica, com importantes alterações no quadro político na última década.

O propósito da comparação visa, precisamente, compreender o fenómeno da participação eleitoral em sistemas políticos e eleitorais distintos, sendo que estão implícitos três propósitos da comparação: controlar, compreender e explicar os fenómenos estudados (Lim, 2010).

A estabilização dos sistemas democráticos e o enraizamento das regras eleitorais tem permitido um maior conhecimento sobre o funcionamento dos processos eleitorais, bem como sobre a concretização dos pressupostos da democracia. Na perspetiva da democracia como modelo ideal constata-se que a participação política e eleitoral desempenha um papel fundamental no estudo dos sistemas políticos e na ligação estabelecida entre os cidadãos e os seus representantes.

Analisando o sistema de governo, verifica-se que o poder executivo encontra-se sob a égide do governo, numa terminologia que nos levaria a identificar a forma de governo como semipresidencial, no caso português, ou parlamentar, no caso espanhol, embora no caso português outras conceções e terminologias sejam facilmente aceites e compreensíveis (sistema misto parlamentar-presidencial, semiparlamentarismo ou sistema misto parlamentar-presidencial) conforme os poderes e a forma de exercício do mandato presidencial.

No caso português e espanhol, as eleições legislativas / parlamentares, consideradas de primeira ordem (Reif e Schmitt, 1980; Freire e Magalhães, 2002, Schmitt, 2005 e Franklin e Weber, 2010), por permitirem, num primeiro momento, prover à composição política do parlamento, e, num segundo momento, desencadearem o processo de designação dos representantes governativos (poder executivo), merecem um olhar específico sobre o grau de afluência às urnas, sendo que neste caso optamos pela perspetiva comparada entre os dois sistemas políticos e eleitorais. O âmbito das análises comparativas tem vindo a restringir-se, se tivermos em consideração os primeiros estudos comparativos (mais abrangentes, ou seja, focando em aspetos gerais do funcionamento dos regimes e dos sistemas políticos), permitindo focar a análise em áreas mais específicas da Ciência Política, tanto ao nível do estudo das instituições, como dos fatores políticos e institucionais associados ao processo eleitoral, bem como a influência das determinantes macroeconómicas sobre a participação dos cidadãos na vida pública. Estes estudos têm igualmente permitido conhecer realidades mais próximas dos cidadãos, identificando variáveis que condicionam o seu comportamento eleitoral.

O atual contexto político não pode ser dissociado das condições económicas em que a sociedade se encontra, pelo que importa incluir na presente investigação a avaliação da influência dos fatores macroeconómicos sobre a participação eleitoral dos cidadãos. De facto, recorrendo aos diversos modelos de explicação eleitoral encontramos múltiplas influências,

sendo que o contexto de crise económica e financeira internacional que afetou, de forma evidente, Portugal e Espanha, nos conduz a um processo de articulação das variáveis institucionais e macroeconómicas como caminho de estudo e exploração do comportamento eleitoral dos cidadãos em Portugal e em Espanha no período entre 2004 e 2011.

O nosso trabalho procura escolher alguns indicadores que poderão explicar uma tendência constante na descida da participação eleitoral nas eleições legislativas em Portugal e nas eleições parlamentares em Espanha. Deste modo, o nosso objeto de estudo procura analisar a influência dos fatores institucionais associados ao sistema eleitoral e político e dos fatores macroeconómicos sobre a participação eleitoral nas eleições legislativas / parlamentares em Portugal e Espanha.

O presente estudo encontra-se dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo é antecedido pelo necessário enquadramento metodológico do trabalho, espaço em que percorremos a metodologia utilizada, bem como os caminhos traçados durante o período de investigação. A metodologia adotada, bem como o minucioso rastreio do estado de arte e dos conceitos operacionais utilizados são passos fundamentais para um correto enquadramento do objeto de estudo, correspondendo aos alicerces da presente investigação. A edificação da ciência só é possível mediante este rigoroso processo, verificação do estado de arte, ou seja, as investigações realizadas sobre o presente tema e mediante um devido enquadramento metodológico e conceptual do objeto de estudo.

O primeiro capítulo aborda, de um modo geral, a temática da participação eleitoral e o seu enquadramento em termos conceptuais, efetuando-se uma abordagem a um conjunto de conceitos centrais para compreender o fenómeno da participação, tais como o significado do voto e o conceito de eleições de primeira e de segunda ordem. Do mesmo modo, avança-se com uma caracterização do fenómeno da abstenção e a sua evolução, não só nas eleições legislativas, mas recorrendo igualmente ao fator de comparação com os demais atos eleitorais realizados no contexto ibérico. Para este efeito, optou-se por uma comparação tendo por base as eleições ocorridas desde a implementação do processo democrático nos dois países. Para uma abordagem mais completa, optou-se ainda por apresentar uma breve síntese da evolução da abstenção nas eleições parlamentares no contexto europeu.

O segundo capítulo aborda os modelos explicativos da participação eleitoral, a saber: o modelo sociológico do voto; o modelo sociopsicológico do voto; o modelo económico ou da

escolha racional do voto; o modelo das novas clivagens (políticas e de valores) quanto à explicação do comportamento eleitoral e o modelo institucionalista. Neste seguimento, reservaremos espaço próprio para a análise da influência das variáveis institucionais sobre a participação eleitoral e o impacto gerado ao nível da desproporcionalidade do sistema eleitoral.

Não nos prendemos inicialmente pela distinção entre os modelos sociológicos e os modelos formais de explicação do comportamento eleitoral, embora se justifique uma abordagem diferenciada destes modelos, uma vez que se encontram nas explicações sociológicas do comportamento eleitoral caminhos de orientação face às mudanças culturais e eleitorais na sociedade. A inclusão deste capítulo permite um maior enquadramento do estudo efetuado, do mesmo modo que contribui para uma maior perceção dos modelos teóricos que nos permitem analisar e explicar o comportamento eleitoral dos cidadãos, nomeadamente a vertente abstencionista. A emergência de um novo institucionalismo, ou seja, um regresso à análise das instituições como elemento determinante no estudo do comportamento dos cidadãos, alicerça parte da presente investigação, sendo que procuraremos averiguar a correlação existente entre variáveis institucionais e o comportamento dos eleitores portugueses e espanhóis e adotaremos, num segundo momento a teoria da escolha racional (Rational Choice Theory), para analisar influência dos fatores curto prazo, sobretudo de natureza económica sobre o comportamento de voto.

O terceiro capítulo incide sobre a caracterização do sistema político e eleitoral em Portugal e em Espanha. Numa fase inicial partimos rumo à desconstrução do conceito de sistema político e de sistema eleitoral, de modo a compreender as diferentes perspetivas utilizadas e o modo como o estudo comparativo deste fenómeno nos permite lançar as bases para a confirmação ou infirmação das nossas hipóteses de trabalho. O foco do presente capítulo é efetuar uma caracterização plena do sistema político e eleitoral de ambos os países, sendo para tal necessário abordar a sua evolução histórica, desde o fim do regime do Estado Novo, em Portugal, e do regime Franquista, em Espanha. Não se trata de uma mera revisão histórico-cronológica da evolução destes sistemas, mas antes um enquadramento face às condições que geraram o sistema político e eleitoral e à forma como os agentes políticos o encararam atualmente.

Dentro deste contexto, percecionamos, desde logo, as primeiras diferenças e similaridades de ambos os sistemas, o que nos permite começar a identificar alguns traços explicativos das diferenças ao nível da abstenção verificadas em Portugal e em Espanha. De facto, o contexto histórico e a ação dos agentes / atores políticos na construção do edifício institucional conduz à necessidade de revisitar este percurso, sendo certo que qualquer análise será sempre limitada pela extensa bibliografia decorrente de 40 anos de democracia.

O presente capítulo permite-nos, igualmente, constatar as diferentes fases de afirmação dos respetivos sistemas políticos e eleitorais, bem como compreender a ação dos atores políticos e o relacionamento institucional entre os diversos órgãos de soberania.

O quarto capítulo incide sobre a abstenção nas eleições legislativas em Portugal e Espanha, focando-se a análise entre 2004 e 2011, o que nos permite obter um quadro comparativo de três eleições legislativas em cada país. Pese embora o número de governos em Portugal ser superior ao número de governos em Espanha, considerando o período de 1975 a 2012, verifica-se uma maior harmonização na duração dos governos nas últimas duas décadas, fator que poderá estar associado à estabilização da democracia em Portugal e à afirmação da separação de poderes após a revisão constitucional de 1982.

No presente capítulo procuramos verificar a influência e os efeitos do sistema político e eleitoral no fenómeno da participação eleitoral, uma vez que assistimos a diferentes regras eleitorais, bem como diferentes variáveis institucionais relativamente à edificação do regime e dos procedimentos de votação. De igual modo, iremos proceder à verificação do impacto de algumas variáveis macroeconómicas sobre a participação eleitoral, considerando que no período selecionado assistimos a diferentes ritmos de crescimento económico e, no caso português, inclusivamente a uma intervenção financeira internacional, ou melhor, a um resgate ou bailout.

No último capítulo abordaremos a temática da democracia, enquanto modelo ideal de funcionamento da sociedade e escolha dos representantes políticos. Neste caso concreto, restringimos a análise a uma das inúmeras variáveis de participação na vida política e pública, ou seja, a participação eleitoral. Poderá a cidadania ser exercida através de um alheamento dos cidadãos do processo de escolha dos seus representantes? Se à reduzida participação política dos cidadãos, alheados dos centros de decisão, somarmos o afastamento do processo eleitoral, através do voto, o que resta da democracia, entendida como o sistema que permite

representar a vontade e opinião dos cidadãos? Com base nas correlações e nos modelos de regressão estabelecidos, desenhados para determinar a influência dos fatores institucionais e macroeconómicos sobre a abstenção, ser-nos-á possível a (re)conceptualização do conceito de democracia (sobretudo eleitoral), com a certeza de que a *praxis* política desvirtua as bases da sua fundação.

Mais do que propor um roteiro de medidas que promovam o combate à abstenção eleitoral, pretendemos, com este estudo, contribuir para uma melhor compreensão da influência dos fatores institucionais e macroeconómicos sobre a participação eleitoral, tendo como base de comparação o sistema político e eleitoral de Portugal e de Espanha. A análise das variáveis institucionais permite-nos compreender que as alterações do Legislador às regras eleitorais podem ter um impacto significativo na aproximação dos cidadãos ao sistema eleitoral, contribuindo para uma maior participação.

A compreensão deste conjunto de relações e interações entre vários subsistemas (ou instituições políticas) é essencial para melhor perceber o modo de funcionamento dos sistemas políticos, estruturando linhas de investigação que permitam uma aproximação dos cidadãos à realidade a eleitoral e representativa.

Estado de Arte

O fenómeno político e eleitoral tem suscitado, desde sempre, um grande interesse por parte da comunidade científica nacional e internacional. De facto, recorrendo às diferentes tipologias existentes no âmbito da ciência política verifica-se, desde cedo, um interesse pela temática relacionada com as formas de participação política e eleitoral, bem como dos diferentes regimes e sistemas políticos vigentes. Esta necessidade de delimitar o âmbito de qualquer investigação é acompanhada pela reflexão sobre as diversas propostas de investigação realizadas sobre o tema que nos propomos estudar.

De facto, seguimos a premissa de que um “investigador não pode atingir ou alcançar resultados significativos sem primeiro compreender a literatura existente sobre a temática” (Boote e Beile, 2005: 3), sendo que recorremos ao “método de afunilamento” (Hofstee, 2006) para atingir os nossos objetivos, ou seja, partimos do geral sobre o funcionamento da democracia e a análise da participação política para uma análise mais precisa, ou concreta, envolvendo estudos comparativos sobre a influência dos fatores institucionais e macroeconómicos sobre a abstenção eleitoral.

Numa das primeiras sistematizações, no sentido de delimitar as áreas de saber da Ciência Política, produzidas pela UNESCO em 1948, destacam-se quatro grandes áreas: a teoria política, onde se inclui a história das ideias; as instituições políticas, com a análise da constituição, do governo central, dos governos regionais e locais, a análise da administração pública, as funções económicas e sociais do governo e as instituições políticas comparadas; os partidos, grupos e opinião política, que integra os partidos políticos, os grupos e as associações, a participação no governo e na administração e a opinião pública e, por fim, as relações internacionais, onde se inclui a política internacional, a organização internacional e o direito internacional (Sá, 1999). Atendendo a esta primeira classificação, é nossa intenção estudar as instituições políticas, embora efetuando as devidas pontes de contato com as restantes áreas, o que corrobora a ideia de uma perspetiva multidisciplinar da ciência política. Neste sentido, seguimos Adelino Maltez (1994: 104) quando afirma que a ciência política “é necessariamente multidimensional, mesmo que com isso tenha que parecer uma confederação de uma série de disciplinas que, entre si, não têm uma ciência arquitetónica nem obedecem a uma regra de classificação de ciências”.

O funcionamento da democracia e a universalização da sua aplicação, após os processos de descolonização durante o século XX, permitiu dotar os teóricos de material de análise abundante sobre o papel dos cidadãos na vida política e identificar os modelos mais propícios para promover a sua participação. Neste sentido, Pequito Teixeira (2014) refere que o estudo da democratização abrange três fases teóricas e metodológicas distintas, a saber: a transitologia, a consolidação e a qualidade da democracia, sendo esta a fase em que nos encontramos atualmente, pelo menos no contexto da democracia portuguesa e espanhola.

Com a terceira vaga de democratização (Huntington, 1991/1993) a adoção e funcionamento da democracia tornou-se tema central na agenda dos teóricos das ciências sociais, sendo o foco de muitas investigações o quadro institucional vigente em cada Estado, uma vez que o mesmo é determinante para a operacionalização e o funcionamento da democracia.

Neste contexto, Fernando de Sousa (2006: 8) alerta para a importância de se analisar o funcionamento da democracia no plano do processo de globalização, questionando sobre se a mesma não corresponderá à face política deste processo, sendo que considera existirem múltiplas concepções de democracia, originando conceitos distintos como “democracia incompleta” ou “democracia controlada”. Esta questão levar-nos-ia a conceptualizar a democracia dentro da procura do modelo ideal de organização política e social, embora não seja nosso objetivo afirmar que a democracia possa constituir esse modelo último e final. Neste contexto optamos por realçar o facto dos estudos atualmente se centrarem no funcionamento da democracia e nos indicadores que possam medir a qualidade do seu funcionamento.

Mais questionável é a operacionalização do conceito de “qualidade de democracia”. Quais os vetores que poderão fortalecer o funcionamento da democracia? De facto, a qualidade do funcionamento da democracia tem sido um dos temas mais abordados recentemente, nomeadamente a tentativa de elaboração de diferentes indicadores que possam medir a qualidade das democracias¹.

¹ Sobre o estudo da qualidade das democracias ver: Coppedge e Reinicke, 1990; Gastil, 1990; Vanhanen, 1997; O'Donnell *et al.*, 2004 e Diamond e Morlino, 2005. A nível nacional destaque para os contributos de Magalhães, 2009; Viegas, Santos e Faria, 2010; o trabalho realizado pelo Barómetro da Qualidade da Democracia:

Um dos estudos mais importantes nesta área foi iniciado por David Beetham, intitulado de “*Democratic Audit*” e que visava constatar o estado da democracia no Reino Unido (Weir e Beetham, 1999). Desde essa data têm sido elaborados diversos relatórios que visam medir a “saúde” da democracia no Reino Unido, sendo que os mesmos incidem sobre sete áreas específicas, a saber: a melhoria do sistema de voto e funcionamento das eleições; informação e envolvimento dos cidadãos; envolvimento dos jovens na democracia; modernização da democracia parlamentar; criação de governos responsáveis; construção de governos subnacionais e extensão dos direitos humanos e civis². Ou seja, muitos dos estudos centrados na qualidade da democracia focam precisamente temas relacionados com o sistema político e o sistema eleitoral, mais concretamente com as questões relativas ao envolvimento dos cidadãos na eleição dos seus representantes.

Do mesmo modo, alguns estudos têm analisado o funcionamento da democracia em Portugal, sendo a matriz de referência o envolvimento dos cidadãos no processo de decisão política, bem como a perceção dos mesmos face ao funcionamento do sistema democrático. Num estudo coordenado por Pedro Magalhães (2009) foram analisadas nove dimensões de modo a avaliar o grau de satisfação dos portugueses com a democracia: o gozo das liberdades cívicas e direitos políticos; o acesso à justiça e a igualdade perante a lei; a igualdade de oportunidades de participação política; a perceção de que os eleitos atendem às expectativas e exigências dos cidadãos; a disponibilidade de informação política imparcial e pluralista; o funcionamento das eleições como mecanismo de responsabilização e de representação; a existência de “freios e contrapesos” (*checks and balances*) no sistema que impeçam abusos de poder e a perceção de que as decisões políticas são tomadas sem pressões externas ao processo democrático.

Embora se verifique um crescente descontentamento face ao funcionamento da democracia (Torcal e Magalhães, 2009), salientam-se alguns pontos positivos, nomeadamente a liberdade de exercício do voto, de associação e de expressão, bem como o papel das eleições como mecanismo de avaliação dos governantes. Mais negativa é a avaliação realizada ao

<http://www.bqd.ics.ul.pt/index.php?lang=pt>) e o estudo comparativo sobre a qualidade da democracia no contexto europeu de Teixeira e Pereira, 2014.

² A divulgação pública destes relatórios tem permitido alargar o âmbito da discussão em torno dos benefícios da democracia, bem como aprofundar o conhecimento acerca dos meandros do seu funcionamento. A consulta dos estudos mais recentes pode ser efetuada em: <http://www.democraticaudit.com>.

sistema de justiça e do estado do direito, nomeadamente a perceção que de acordo com as classes sociais os cidadãos recebem um tratamento desigual em face da lei e da justiça . Neste âmbito, Luís de Sousa (2011) alerta para o facto da corrupção ser uma das maiores fragilidades da democracia portuguesa, havendo, de acordo com os dados do Barómetro Global de Corrupção da *Transparency International*³, a crença generalizada por parte dos cidadãos portugueses de um aumento dos níveis de corrupção nos últimos anos, sendo que para esta perceção muito contribui o papel dos meios de comunicação social, nomeadamente a televisão (Sousa e Triães, 2008)⁴.

Outro dos setores com avaliação negativa prende-se com a “responsividade” do sistema político, ou seja, não se verifica um grau de concordância da ação da classe política e dos governantes com as expectativas, preferências e exigências dos cidadãos⁵. Num estudo publicado em 2014 sobre a qualidade das democracias europeias entre 2002 e 2012, Pequito Teixeira e Paulo Pereira (2014) analisam precisamente esta questão, verificando não só um crescimento da insatisfação em relação ao funcionamento da democracia, mas igualmente o facto de Portugal ser o país europeu onde a confiança nos atores políticos é menor, promovendo um défice entre o ideal de democracia e a realidade.

A análise do funcionamento da democracia e das instituições e das condições necessárias para a sua concretização está, por isso, na base global da análise do funcionamento das instituições políticas e do comportamento dos eleitores. Esta perceção é determinante para compreender os objetivos de qualquer alteração da legislação eleitoral ou do funcionamento do sistema político, sendo que a perspetiva comparada é, neste tipo de investigação científica, uma das mais adequadas para a análise dos resultados eleitorais, colocando em comparação diferentes contextos e opções dos legisladores nacionais.

Considerando em termos globais o decréscimo da participação política (participação eleitoral), o desalinhamento e a volatilidade eleitoral, o declínio da identificação partidária, a diminuição da militância partidária e a diminuição do grau de confiança nas instituições

³ Sobre o posicionamento de Portugal no contexto global ver: <http://www.transparency.org/country#PRT>.

⁴ Este elemento é deveras importante, sendo que Sousa (2011) refere que de um modo geral a corrupção torna disfuncional o funcionamento do governo a dois níveis, a saber: um primeiro nível referente à confiança nas instituições e um segundo nível referente ao enfraquecimento da capacidade de resposta do sistema político às necessidades da própria sociedade e dos seus cidadãos.

⁵ Esta ideia vai ao encontro da perspetiva de que a classe política se move exclusivamente por interesses pessoais, não havendo sintonia entre as prioridades dos cidadãos e a linha de ação dos governantes.

políticas (Gray e Caul, 2000; Freire e Magalhães, 2002; Franklin, 2003; Magalhães, 2009; Viegas, Santos e Faria, 2010; Espírito Santo e Costa, 2013) justifica-se um olhar contínuo sobre o funcionamento das instituições, bem como o envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas, numa análise abrangente e que inclua a influência do contexto social e económico sobre o comportamento dos indivíduos⁶.

Alguns sintomas do funcionamento das democracias são perceptíveis, tanto nas democracias mais recentes, como nas democracias ocidentais mais consolidadas, nomeadamente a diminuição da participação nas eleições, o desinteresse dos cidadãos pelos partidos políticos (diminuição do número de filiados e ativistas) e o aumento da desconfiança em relação aos partidos e às instituições democráticas. Ou seja, é possível o recurso a uma contabilização / enumeração destes indicadores.

Tal facto não significa, em todas as latitudes, um alheamento dos cidadãos face à participação política entendida de uma forma genérica / global, tal como poderemos constatar na conceptualização da participação política, assiste-se a uma substituição das formas de participação tradicionais, por formas não tradicionais e assentes numa maior individualização, atomização e informalidade, como por exemplo, petições, boicote de produtos e movimentos surgidos das redes sociais (Inglehart, 1997). Ou seja, esta substituição das formas de participação e uma maior desvinculação dos cidadãos aos atores políticos não coloca em causa o regular funcionamento das instituições de representação política, no entanto, altera o jogo de forças entre as diversas instituições que lutam pela conquista de maior apoio e visibilidade política e social.

Por outro lado, esta questão leva-nos a equacionar e rever o próprio conceito e dimensões da participação política, uma vez que a análise varia de acordo com os graus de participação e as diferentes considerações relativas à forma de conceber a apatia e o alheamento político como uma forma deliberada de participação na vida da comunidade. De facto, vários autores têm alertado para a necessidade de se evitar quadros simplistas de classificação da não participação política, preferindo termos como “participação política latente” ou “participação política passiva” para classificar alguns comportamentos dos

⁶ Alguns autores referem que na base desta nova abordagem ao fenómeno da democracia está uma nova conceção de cidadão, mais autónomo, instruído e individualista, sendo menos dependente da classe política e, deste modo, delegando cada vez menos o seu poder. Sobre este assunto ver: Dalton, 1984; Norris, 1999 e Dalton e Wattenberg, 2000.

cidadãos. Ekman e Amnå (2009) abordam precisamente a distinção entre a não participação (*disengagement*), a participação cívica (*latent*) e a participação política (*manifest*). No entanto, mesmo considerando as formas de não participação, os autores alertam para o facto de podermos estar perante formas latentes de participação, as quais poderão transformar-se em formas de participação política manifesta, e, entre elas, há que ter em conta o potencial das manifestações antipolíticas, que passariam a traduzir comportamentos políticos efetivos⁷.

A análise do regime democrático não pode ser efetuada sem compreender o funcionamento do sistema político, sendo usual verificar-se a tentativa de reformular não só os sistemas eleitorais, bem como as regras que ditam a representação política. Ou seja, compreendendo a dinâmica de enquadramento do nosso objeto de estudo, na área da participação política, importa analisar as reais possibilidades e impacto das alterações produzidas e / ou equacionadas pelos atores políticos no que a esta temática diz respeito.

Num estudo publicado em 2008, André Freire, Manuel Meirinho Martins e Diogo Moreira, no contexto de uma investigação sobre a reforma do sistema eleitoral português, apresentaram um conjunto de propostas que visavam dois objetivos centrais: manter o nível de proporcionalidade e governabilidade do sistema atual⁸ e criar as condições necessárias para um maior conhecimento e responsabilização dos eleitos pelos eleitores, melhorando assim a qualidade da representação parlamentar.

A concretização destes objetivos seria alcançada com a adoção de um sistema misto com dois segmentos de círculos independentes, um primeiro segmento composto por círculos plurinominais de base distrital / regional (círculos primários), baseados numa relação mais próxima entre eleito e eleitor e um segundo segmento constituído por um círculo nacional de compensação, que agregaria os votos e o espaço geográfico de todos os eleitores dos círculos

⁷ Outros autores têm dedicado longos estudos a compreender e analisar as diversas potencialidades do comportamento eleitoral, quanto ao tipo e ao grau de envolvimento dos cidadãos na causa pública. Sobre este assunto ver: Milbrath e Goel, 1976; Inglehart, 1977 e 1997; Verba, Nie e Kim, 1978; Norris, 1999 e 2002; Sinnott, 2003; Martins, 2004 e Berger, 2009.

⁸ Parte-se do pressuposto da ausência de problemas de governabilidade desde 1987, embora se verifique que esta premissa dependa da análise das funções presidenciais. Sobre este assunto ver: Sousa, 1984; Canotilho e Moreira, 1991; Freire e Costa Pinto, 2010; Lopes, 2013 e Queiroz, 2013.

primários. A existência deste segundo segmento serviria para compensar as distorções à proporcionalidade nos círculos primários (círculos de menor dimensão)⁹.

No entanto, convém referir que estas alterações ao sistema político e eleitoral não são habituais, surgindo, essencialmente, em períodos de rutura com o sistema político vigente, podendo ser encontradas na literatura algumas explicações para esse fenómeno, tais como: disfunções inerentes ao sistema político e eleitoral vigente; escândalos e casos de corrupção envolvendo os partidos ou principais agentes políticos; surgimento de novas forças políticas representadas no parlamento; perceção de que defender o *status quo* é penalizador em termos de angariação de apoio popular e descontentamento face às condições económicas dos respetivos países (Sampaio, 2009: 90-91).

Esta é uma das maiores preocupações ao nível da análise dos sistemas eleitorais, sendo que o fenómeno da abstenção eleitoral e do desligamento dos cidadãos das formas de participação políticas tradicionais têm gerado inúmeros estudos e análises interpretativas distintas. De facto, pela análise da literatura existente não descortinamos explicações unânimes sobre os motivos que estão na base deste alheamento, com especial destaque nos motivos da não participação eleitoral, até pela simplicidade da concretização deste ato (neste aspeto restringimos esta perspetiva ao simples ato de votar, embora seja importante referir todo o processo que poderá estar na base desta tomada de decisão).

Perante as disparidades dos níveis de participação eleitoral numa perspetiva internacional, destacam-se os estudos comparados, justificados pela constatação de que para além dos fatores económicos, culturais e individuais, também têm em conta a cultura política e a estrutura institucional, bem como as especificidades de cada sistema eleitoral condicionam a participação eleitoral. Considerando taxas de participação que variam entre os 50% a 95% (Franklin, 2004), é possível descortinar nos diversos sistemas eleitorais e legais, e na sua envolvente sistémica, elementos que permitam compreender as diferenças registadas.

A análise das estruturas democráticas entre países efetuada por Powell (1986) e Jackman (1987) procura precisamente encontrar elos de ligação com a participação eleitoral, sendo que os estudos apontam para uma crescente importância do enquadramento legal e

⁹ Para uma análise completa da proposta dos autores sobre a reforma do sistema eleitoral ver: Freire, Martins e Moreira, 2008.

institucional na explicação das variáveis de participação. Estas variáveis estariam divididas em três grandes grupos: o sistema partidário e os resultados eleitorais; o sistema eleitoral e outras características institucionais. Refira-se que as variações na participação eleitoral podem igualmente ser explicadas pelas mudanças das “regras do jogo”, nomeadamente ao nível do quadro legal instituído.

Num estudo comparado da abstenção em 29 países Powell (1986) registou a influência do ambiente socioeconómico, do arranjo constitucional e do sistema de partidos sobre a participação eleitoral, tendo registado que as leis que implementam o voto obrigatório, o recenseamento eleitoral automático e o fortalecimento dos alinhamentos partidários contribuem para atenuar o crescimento da abstenção eleitoral. Por outro lado, sistemas com domínio de um partido e pouca rotação na composição governamental contribuíam para o aumento da abstenção eleitoral, num cenário em que as expectativas relativas aos resultados eleitorais são mínimas.

Na sua obra “*Democratic Phoenix – Reiventing Political Activism*”, Pippa Norris (2002) questiona sobre a importância das regras de jogo, bem como sobre a influência das instituições no jogo político-eleitoral¹⁰. O nosso estudo enquadra-se inicialmente na análise dos elementos do sistema político e eleitoral numa perspetiva comparada e longitudinal, de modo a aferirmos a sua influência sobre a participação eleitoral, existindo espaço para esse enquadramento institucional na análise da participação eleitoral. De facto, a teoria motivacional desenvolvida por Norris sustenta que o contexto estrutural modela os incentivos à participação através dos custos, das escolhas e das decisões eleitorais.

Considerando o estudo de Norris (2004) verifica-se que mesmo em democracias estáveis houve a necessidade de reformular os sistemas eleitorais, por os mesmos produzirem resultados insatisfatórios, do ponto de vista da igualdade e representatividade dos diversos grupos sociais. Um dos exemplos é a adoção das quotas por género em países como a Argentina, a Bélgica, a França e Portugal¹¹, de modo a garantir uma maior paridade na

¹⁰ As questões colocadas: “Do rules matter?” e “Do institutions matter?” obrigam naturalmente a um aprofundamento do estudo do funcionamento do sistema político e eleitoral. Considerando que o contexto em que as eleições decorrem influencia diretamente a ação dos cidadãos (eleitos e eleitores), verifica-se uma tendência para a adoção de processos de “engenharia eleitoral” de modo a restringir ou incentivar essa influência.

¹¹ Implementada pela Lei n.º 3/2006 de 21 de agosto.

representação por sexo. Estes processos de “engenharia eleitoral” permitiram verificar que as regras formais têm uma importância crucial, produzindo efeitos mecânicos e psicológicos.

Esta diversidade ao nível da explicação dos comportamentos eleitorais deriva não apenas do contexto histórico, mas também do contexto social, pelo que cada realidade deve ser analisada com base nessa perspetiva. De facto, não existindo uma explicação única para os diferentes comportamentos eleitorais, importa sempre ter em consideração as premissas envolventes a esses comportamentos, porque “o contexto é realmente importante” (Nohlen, 2007) . Nesse sentido, e no seguimento dos objetivos a que nos propomos, reconhecemos um regresso ao institucionalismo como premissa analítica dos comportamentos políticos e eleitorais, no seguimento de diversos autores, tais como March e Olsen (1984), Almond, (1988), Dimaggio e Powell (1991), Knight e Sened (1995), Norris (2004), Shepsle, 2006, Peres (2008) e Antunes (2008), numa perspetiva complementar ao paradigma estritamente comportamentalista, o que permite uma análise mais abrangente ao fenómeno eleitoral.

Aliás, a questão dos fatores que afetam a participação eleitoral e / ou a abstenção é mais abrangente, sendo que Blondel, Sinnot e Svensson (1998) abordam esta temática sob o prisma da “abstenção circunstancial” e da “abstenção voluntária”, referindo que quatro fatores se sobrepõem na referida explicação, a saber: a “facilitação institucional”, a “mobilização institucional”, a “facilitação individual” e a “mobilização individual”. O primeiro fator diz respeito a um conjunto de procedimentos administrativos que regulam o processo eleitoral e a um conjunto de processos cognitivos que visam permitir a tomada de decisão por parte dos cidadãos (por exemplo, a cobertura mediática das eleições). O segundo fator consiste numa análise de elementos de curto e longo prazo, sendo que, nos primeiros, se encontra o tipo de campanha desenvolvida pelos partidos e candidatos, enquanto que, nos segundos, têm-se em conta a natureza e as características do órgão a eleger. O terceiro fator remete para aspetos intrínsecos ao posicionamento do indivíduo na sociedade, nomeadamente a profissão, a idade ou o local de residência. O último fator referido evidencia atributos do próprio indivíduo no modo como este percebe a política, como por exemplo a identificação partidária, a convicção ideológica ou o sentimento de dever cívico.

A presente análise lança-nos o desafio de percorrer os diversos estudos sobre a participação eleitoral / abstenção numa perspetiva comparada. Tal como poderemos

facilmente constatar, o aumento da abstenção eleitoral não é um exclusivo dos países por nós analisados (Portugal e Espanha), sendo uma tendência internacional, de facto, “os anos 90 ficaram marcados por um aumento da abstenção na generalidade das democracias ocidentais e, daí, existir hoje um consenso sobre uma tendência generalizada do declínio da participação eleitoral” (Freire e Magalhães, 2002: 143). Os dados apresentados por estes autores colocam Portugal como um caso paradigmático de análise do crescimento da abstenção. Com base na análise evolutiva deste fenómeno, podemos verificar que o nosso país lidera o ritmo de crescimento da taxa de abstenção nas democracias da OCDE¹².

No entanto, importa não cair no erro de lançar uma generalização abusiva relativamente a este aumento da abstenção, sendo importante verificar de que modo a abstenção é calculada, uma vez que o recurso aos números com base na população com capacidade eleitoral ativa poderá ser falaciosa, uma vez que este processo tem em atenção o registo dos cidadãos nos cadernos eleitorais (Aarts e Wessels, 2002). Por outro lado, alguns autores destacam o facto das mudanças na pirâmide etária ter um impacto direto nos números da abstenção, porque a um envelhecimento da população corresponderá um aumento da abstenção (Topf, 1995). Ou seja, a flutuação dos valores da abstenção não são transversais, mas também o resultado de alterações significativas na estrutura de cada sociedade.

Num outro estudo, Blais e Aarts (2006) analisam a questão da participação eleitoral na Holanda, recorrendo a uma perspetiva comparada com outros 35 Estados europeus, para compreender o posicionamento do país face à tendência crescente do aumento da abstenção. Os autores verificam que, pese embora se tenha verificado uma diminuição da participação eleitoral no país, o nível de participação é superior à média dos países incluídos no estudo — sendo que, no caso holandês, releva o facto do país ter abandonado o voto obrigatório na década de 1970, o que poderá explicar parte do crescimento da abstenção eleitoral. Do mesmo modo, alerta-se para o facto de que a análise do nível de abstenção depende do grau de expectativas geradas em torno do ato eleitoral e do próprio funcionamento da democracia.

Os estudos conducentes à análise da influência das variáveis institucionais sobre a participação eleitoral encontram, nestes domínios, alguns seguidores, sendo que Blais e Aarts (2006) destacam a importância da magnitude dos círculos eleitorais, a fórmula eleitoral

¹² Portugal teve um crescimento da abstenção nas eleições legislativas de 91% entre 1975 e 1999. Para uma visão da posição de Portugal no quadro dos países da OCDE ver: Freire e Magalhães, 2002: 48.

adotada, o grau de desproporcionalidade, o número de partidos com assento parlamentar e o formato do boletim de voto como elementos centrais na presente análise.

Num estudo mais abrangente, Lopez-Pintor e Gratschew (2002) analisam a participação eleitoral numa perspetiva comparada desde 1945, focando a análise na ligação entre os níveis de participação e o grau de democracia dos países. De facto, os autores concluem que a um elevado nível de liberdades políticas e civis tende a corresponder um maior nível de participação eleitoral (*idem*: 85). Num outro estudo mais recente, Hollander (2009) analisa as diferenças ao nível da abstenção eleitoral, entre 1972 e 2005, em eleições para a câmara baixa (parlamento), destacando o facto da adoção de um sistema de representação proporcional não ser elemento suficiente para incrementar o nível de participação eleitoral. De facto, controlando os efeitos de outras variáveis, como o Produto Interno Bruto, o grau de confiança no governo ou o nível de competitividade das eleições, não se vislumbram grandes diferenças ao nível da abstenção, o que atesta o impacto destas variáveis como condicionantes da participação eleitoral.

Esta análise não pode ser dissociada das teorias explicativas do comportamento eleitoral, sendo de salientar as teorias que se baseiam na escolha racional (visão utilitarista do voto) (Downs, 1957a). Neste caso, reconhece-se ao eleitor “uma sofisticação de procedimentos e a capacidade para recolher e processar informação relevante, formalizando o processo de decisão individual de voto como uma análise custo-benefício” (Martins, 2010: 12).

Com base nesta visão, são equacionadas duas hipóteses gerais de explicação da participação eleitoral, uma primeira com base no princípio da responsabilização de forma indireta (parte-se do pressuposto que o mau / bom desempenho da economia pode influenciar a decisão do eleitor votar de forma a manter / alterar o *statu quo*) e uma segunda hipótese centrada na ideia de que em períodos de recessão económica / crise, as pessoas tendem a participar menos nas decisões políticas, em virtude de concentrarem a sua atividade na resolução dos seus problemas (*idem, ibidem*)¹³.

¹³ No segundo capítulo reservamos espaço para a análise dos modelos de explicação do comportamento eleitoral, aprofundando as diferentes perspetivas existentes no seio da literatura internacional.

Outro dos aspetos essenciais no presente trabalho prende-se com a classificação das eleições legislativas / parlamentares como “eleições de primeira ordem”. Tal facto advém de um maior grau de importância atribuído pelos cidadãos e atores políticos às eleições em que o poder executivo nacional se encontra em jogo (Reif e Schmitt, 1980; Freire e Magalhães, 2002; Carrubba e Timpone, 2005; Weber, 2007; Franklin e Weber, 2010). De facto, verifica-se esta conjugação dupla face à valorização que os eleitores e a classe política atribuem a estes processos eleitorais, o que também pode ser observado na distinta cobertura mediática reservada a cada processo eleitoral¹⁴. Por oposição, abundam igualmente os estudos que versam sobre as eleições de segunda ordem, nas quais se enquadram as restantes eleições realizadas em Portugal e Espanha, sendo de salientar o foco que alguns autores dão às eleições para o Parlamento Europeu (Marsh, 1998; Schmitt, 2005; Koepke e Ringe, 2006 e Costa, 2010).

Um dos aspetos relacionados com esta subdivisão prende-se com a constatação de que os partidos de média / pequena dimensão obtêm melhores resultados em eleições de segunda ordem, em virtude de as mesmas potenciarem o voto por convicção e menos o voto estratégico. Numa breve análise verifica-se que esta premissa se concretiza, embora se verifique um progressivo esbatimento das diferenças entre a votação nos partidos de pequena / média dimensão em diferentes atos eleitorais¹⁵.

Várias explicações são avançadas para sustentar estes resultados, nomeadamente ao nível das contingências institucionais, como por exemplo, as diferenças observadas ao nível da dimensão média dos círculos eleitorais e dos recursos (humanos, técnicos e financeiros) que cada partido / candidato dispõe para se apresentar a eleições.

A análise do sistema político e eleitoral português e espanhol não pode ser efetuada sem trilhar um terreno que nos conduza às bases do regime democrático nos dois países, considerando para o efeito apenas a terceira vaga da democratização. Temos assim que Portugal apresenta um sistema político semipresidencialista muito específico, o que resulta da

¹⁴ A questão da distinção entre eleições de primeira e de segunda ordem irá ser aprofundada no decorrer do primeiro capítulo.

¹⁵ Numa análise realizada das eleições de segunda ordem e dos ciclos eleitorais entre 1975 e 2005, André Freire (2005) constata que os partidos de média dimensão (PCP e CDS) obtêm praticamente os mesmos resultados nas eleições realizadas na década de 2000. Em contraponto, os dois maiores partidos continuam a obter melhores resultados nas eleições legislativas.

divisão de poderes entre o Presidente da República e a Assembleia da República¹⁶, sendo que apenas estes dois órgãos dispõem de poderes e legitimidade para formar Governo. Refira-se, a este propósito, que os poderes do Presidente da República eram mais evidentes até à revisão constitucional de 1982, o que permitiu a Ramalho Eanes (Presidente da República entre 1976 e 1986) ter um papel preponderante na formação dos executivos nacionais (também designados de governos de iniciativa presidencial).

De facto, utilizando os poderes de nomeação e substituição do Primeiro-ministro, deu posse a três governos de iniciativa presidencial que não possuíam uma base de apoio parlamentar sólida ou maioritária¹⁷. A partir dessa data, verificou-se uma coexistência e uma maior partilha de poderes entre os Presidentes da República e os Governos, com a transferência de alguns poderes para a Assembleia da República¹⁸. A análise do processo de transição democrática em Portugal não nos permite adotar um modelo teórico rígido, que possa explicar todo o processo conducente à democratização (Lima e Sá, 2005). No entanto, e segundo Samuel Huntington (1991/1993) o caso português dá início à terceira vaga de democratização, que iria terminar apenas com o desmembramento da URSS (Huntington, 2000). Neste domínio, Filipe Nunes (2003) enfatiza a necessidade de distinguirmos e compreendermos a ação dos militares e a ação das elites políticas durante o período de 1974 a 1976 para se avançar para a caracterização das opções políticas dos Legisladores.

Este delinear de caminhos, assente na análise da ação dos atores políticos e do texto constitucional tem permitido a classificação de diversos períodos do sistema de governo semipresidencial português, sendo múltiplas as perspetivas apresentadas, bem como os caminhos delineados para a classificação da realidade do sistema político português (Pereira, 1984; Sousa, 1992; Lucena, 1996; Blanco de Moraes, 1997; Elgie, 2005; Sampaio, 2009 e Freire e Pinto, 2010). Com efeito, procuraremos ao longo do capítulo III apresentar a nossa

¹⁶ Para uma classificação dos sistemas políticos e das suas características ver: Duverger, 1985. Para uma breve retrospectiva do sistema eleitoral português ver: Braga da Cruz, 1998, Costa Pinto e Freire, 2005 e Martins, 2008.

¹⁷ Ramalho Eanes deu posse ao III, IV e V Governos Constitucionais, liderados por Alfredo Nobre da Costa, Carlos Mota Pinto e Maria de Lourdes Pintassilvo, respetivamente, sendo que nenhum destes Governos durou um ano. Após a revisão constitucional de 1982 e com o surgimento de Governos apoiados em maiorias parlamentares mais sólidas esta situação não voltou a evidenciar-se. Para uma análise geral do semipresidencialismo português ver: Braga da Cruz, 1994 e Pasquino, 2005.

¹⁸ O texto da revisão constitucional de 1982 pode ser consultado em: <http://dre.pt/pdf1s/1982/09/22700/31353206.pdf>.

visão sobre os diversos períodos relacionados com a relação interinstitucional entre os diversos órgãos de soberania em Portugal e em Espanha¹⁹.

A Espanha, por sua vez, caracteriza-se por ser uma Monarquia Constitucional, tendo como Chefe de Estado o Rei Felipe VI (Juan Carlos ascendeu ao trono a 22 de novembro de 1975 e renunciou oficialmente a 18 de junho de 2014), embora o poder executivo seja da responsabilidade do Governo, o que permite afirmar estarmos perante um sistema de governo parlamentarista (o governo é controlado pela câmara baixa do parlamento, necessitando de uma base de apoio maioritária para concretizar o seu programa de governo).

Neste longo percurso de democratização do regime espanhol, Sàez (2013) destaca a importância da revolução portuguesa como fonte de comparação para a ação dos agentes políticos espanhóis, embora destaque que o ponto de partida fosse claramente distinto, face à maior abertura do regime franquista ao exterior e à participação política dos cidadãos. Outros autores, tais como Agüero (1995), Arango (1996), Cierva (1996) e Morán (2009) salientam o carácter iminentemente progressivo do processo de democratização, ou seja, sem qualquer momento de “corte”, similar à revolução portuguesa, o que é visível inclusivamente pela manutenção de alguns líderes do regime franquista no poder após a instauração da democracia.

A estabilidade dos sistemas políticos português e espanhol, verificada após o período das ditaduras, resulta também da plena integração no projeto europeu, mas também de uma maior profissionalização das elites políticas e de uma melhor perceção do funcionamento do sistema político por parte dos cidadãos. Este fator é determinante para compreendermos a abrangência das funções políticas e as possibilidades que os cidadãos têm de intervir na escolha dos seus representantes, bem como o processo de adaptação dos partidos políticos às regras do sistema político e eleitoral.

Se compararmos longitudinalmente com os sistemas políticos francês ou italiano, verificámos que o exemplo português e espanhol demonstra uma maior estabilidade ao nível da formação e duração de executivos governamentais. No caso português, e considerando 40 anos de democracia, assistimos atualmente ao 19º Governo Constitucional e 12º Primeiro-

¹⁹ Para uma perspetiva alicerçada na questão da interpretação do texto constitucional ver: Moreira, 1977; Canotilho e Moreira, 1978; Sousa, 1984 e Braga da Cruz, 1994.

ministro (há que considerar as reeleições neste diferencial). No caso espanhol, em 39 anos de democracia, contam-se sete chefes de governo, num total de 11 eleições legislativas realizadas nesse período.

A esta aparente estabilidade ao nível da presença dos mesmos atores políticos não corresponde um reduzido número de atos eleitorais, na medida em que, entre 1975 e 2012, realizaram-se 14 eleições legislativas em Portugal, o que coloca o nosso país a par da Dinamarca como o país com maior número de eleições legislativas no período referenciado²⁰. Não podemos descurar esta questão do possível “cansaço” ou “fadiga” dos eleitores face à constância de processos eleitorais — analisando o período de 1975 ao presente, apenas em 12 anos não se realizaram eleições a nível nacional, sendo que se considerarmos as eleições para as Assembleias Legislativas Regionais esse número reduz-se para seis anos sem processos eleitorais. No caso espanhol, o total de anos sem processos eleitorais de âmbito nacional corresponde a 15, sendo o mesmo número se considerarmos as eleições nas regiões insulares (realizadas em anos similares aos processos nacionais)²¹. Ou seja, estamos perante uma clara constatação: a vida político-partidária portuguesa e espanhola é, de forma constante, influenciada por calendários e ciclos eleitorais, sendo este aspeto determinante na adoção de políticas e no cumprimento das promessas eleitorais.

Nos dois países para além das eleições legislativas / parlamentares realizam-se eleições para o Parlamento Europeu, eleições presidenciais (Portugal), eleições autárquicas e regionais (Portugal) e eleições autonómicas e locais (Espanha). Nos diversos tipos de eleições o sistema eleitoral utilizado é muito semelhante — representação proporcional, com o recurso ao método de Hondt²² para se proceder à conversão de votos em mandatos. A exceção reside nas eleições presidenciais portuguesas, em que vigora o sistema maioritário a duas voltas, sendo que em apenas uma ocasião (1986) foi necessário recorrer a uma segunda volta para eleger o Presidente da República²³.

²⁰ Para uma visão específica sobre estes dados ver: Martins e Mendes, 2005 e www.idea.int.

²¹ Dados obtidos através das respetivas comissões nacionais de eleições: www.cne.pt e <http://www.juntaelectoralcentral.es>.

²² Uma breve descrição das fórmulas eleitorais utilizadas na conversão de votos em mandatos pode ser encontrada em LeDuc, Niemi e Norris, 2002.

²³ Mário Soares seria eleito para o seu primeiro mandato, derrotando Freitas do Amaral por 138692 votos, numa das eleições nacionais mais disputadas de sempre.

A especificidade das eleições legislativas exigem um olhar cuidado no que diz respeito às regras que baseiam a sua realização, bem como às consequências que advêm dos seus resultados²⁴. O terreno encontrado revela-se propício para a realização de estudos comparados; aspeto, este, facilitado pela utilização das mesmas regras eleitorais em diversos tipos de eleições.

Da extensa listagem bibliográfica existente sobre a temática, importa lançar um olhar mais preciso sobre alguns estudos, tanto pela proximidade geográfica como metodológica, o que nos permitirá traçar um quadro geral sobre o fenómeno da abstenção no quadro das eleições realizadas em Portugal e em Espanha.

Um dos estudos que incide sobre algumas das variáveis que pretendemos analisar é o estudo realizado por Meirinho Martins e Abrantes Mendes (2005) sobre as eleições legislativas realizadas em Portugal de 1975 a 2005. No referido estudo, verifica-se que as eleições legislativas, percecionadas como de primeira ordem, pautam-se por um baixo nível de competitividade interpartidária, com uma média de 13,6% (diferença média entre a percentagem de voto no partido mais votado e a percentagem de voto no segundo partido mais votado). As expectativas geradas em torno dos atos eleitorais, com a divulgação das previsões de resultados, tornam os mesmos menos atrativos, o que poderá resultar num afastamento dos cidadãos do processo eleitoral²⁵. De facto, estamos perante dois comportamentos opostos, “uma veneração acrítica, por um lado, e uma rejeição total, por outro” face aos resultados das sondagens, não deixando de ser importante olhar para o grau de confiança que as sondagens geram nas pessoas (Magalhães, 2011: 19).

A perspetiva da competitividade eleitoral centra-se na ideia de que quanto maior for a competitividade, menor será a taxa de abstenção, no entanto, em muitos casos esta correlação não se verifica, tal como pode ser constatado no estudo referenciado²⁶. Dentro do mesmo contexto é visível uma concentração de votos nos dois maiores partidos (PSD e PS), o que representa um reforço do grau de concentração do voto e de um bipartidarismo quase perfeito.

²⁴ Para uma explanação da orgânica das eleições realizadas em Portugal ver: Freire, 2005.

²⁵ Refira-se que neste período estão incluídas as duas maiorias absolutas obtidas pelo PSD em 1987 e 1991, o que contribuiu para um menor nível de competitividade eleitoral.

²⁶ O estudo demonstra que nas eleições de 1980 e 2005 a uma menor competitividade correspondeu uma menor abstenção, ao passo que em 1983, 1991 e 1995 a uma maior competitividade correspondeu uma maior abstenção. Para uma análise geral do nível da competitividade das eleições legislativas ver: Martins e Mendes, 2005.

A partir das eleições de 1987, verifica-se um reforço da votação nos dois maiores partidos, atingindo em conjunto valores superiores a 70%. No entanto, refira-se que essa tendência foi invertida nas eleições legislativas de 2009 e 2011, em que a soma das percentagens dos dois maiores partidos ficou abaixo dos 70%²⁷.

Contudo, analisando os dados referidos verifica-se que a bipolarização das campanhas eleitorais não acompanha a tendência registada no nível da competitividade eleitoral. As eleições em que se registou o valor mais elevado na soma dos dois partidos foram as legislativas de 1991 (79,73%), sendo estas as eleições com o segundo valor mais baixo de competitividade e as legislativas de 2002 (78%), pautadas por serem as eleições onde o grau de competitividade foi o mais elevado.

Face a uma maior participação eleitoral nas eleições legislativas, depreendemos que os eleitores atribuem a estas eleições uma maior importância (no seguimento das eleições de primeira ordem), mas face a questões de competitividade ou concentração eleitoral, esta classificação pode sofrer alterações. Assistimos a essa situação nas eleições presidenciais de 1986, as únicas disputadas numa segunda volta, sendo que o valor da abstenção registado nesse ato eleitoral foi inferior aos valores das eleições legislativas mais próximas (1985 e 1987).

No lado oposto, registamos as eleições presidenciais de 2001 e 2011, em que o valor da abstenção ultrapassou os 50% dos eleitores inscritos. Estas eleições ficam marcadas pela reeleição de Jorge Sampaio (em 2001) e Cavaco Silva (em 2011), indicando todos os estudos efetuados uma vitória *a priori* dos mesmos, o que veio retirar o fator de competitividade a estas eleições.

Por sua vez, a análise da abstenção em Espanha remete para uma grande irregularidade do fenómeno, embora essas variações sejam mais visíveis em diferentes tipos de eleições do que no mesmo segmento. De facto, num estudo publicado, em 1995, Joan Fàbregas, avança com duas explicações provisórias para o fenómeno da abstenção, a primeira relacionada com a conjuntura política e a segunda com a importância atribuída às eleições gerais. O autor avança mesmo que sempre que em Espanha se ultrapassa o valor de 30% de abstenção nas

²⁷ A um reforço da posição dos dois maiores partidos (PSD e PS) correspondeu uma diminuição da influência eleitoral dos restantes partidos parlamentares. Para uma consulta destes dados ver: Martins e Mendes, 2005.

legislativas ou de 40% nas restantes eleições soa o “toque de alarme”, afirmando que “algo falha no sistema de representação política quando um setor tão amplo de cidadãos renuncia ao seu direito de voto” (Fàbregas, 1995: 32).

No mesmo sentido, Boix e Clara (1999: 1) afirmam que “desde o restabelecimento da democracia em Espanha o nível de participação eleitoral variou notavelmente em função do momento em que decorreram as eleições, o tipo de eleição e a área geográfica”. Tendo analisado as eleições gerais espanholas de 1982 a 1996, os autores acima referidos avaliaram o impacto das variáveis psicológicas e sociais individuais e agregadas, bem como o modo como os fatores políticos e institucionais afetam as decisões e mobilização do eleitorado. Da análise extrai-se a ténue influência dos fatores individuais, exceto a idade, sobre as motivações do voto, sendo que as motivações de abstenção baseiam-se num forte enraizamento social e político²⁸.

Do mesmo modo, Justel (1995a) salienta o facto da abstenção em Espanha estar pouco estruturada em termos socioeconómicos, embora alguns estudos constatem a correlação entre a população ativa e maiores níveis de participação eleitoral. Outro dos aspetos que diretamente influencia a abstenção eleitoral relaciona-se com a constância desse comportamento, sendo que Fàbregas (1995) aborda essa questão estabelecendo a distinção entre “abstencionistas constantes”, “intermitentes” e “votantes constantes”, ou seja, realçando que a reprodução deste comportamento pode estar enraizada em termos socioculturais.

Numa tentativa de explicar a abstenção no caso espanhol, Justel (1995a) refere que as características individuais dos cidadãos são decisivas na explicação do seu comportamento eleitoral, nomeadamente o habitat, o sexo, a idade e o estado civil, enquanto que Joan Font (1992) alerta para a necessidade de se olhar para a situação histórica e para a conjuntura política. Neste caso, o autor enfatiza a posição social, o contexto social e as atitudes dos cidadãos como determinantes da abstenção.

Como modelo de análise utilizamos aqui o trabalho apresentado por Freire e Magalhães (2002), sobre a abstenção eleitoral em Portugal. Numa análise longitudinal (1970-1999), os autores constataam que Portugal e Espanha ocupam um lugar intermédio em relação

²⁸ A análise da abstenção nos dois países será aprofundada no quarto capítulo, onde reservaremos espaço para a comparação efetiva entre os diversos modelos de eleições existentes em Portugal e em Espanha.

à taxa de abstenção, com médias de 23% e 25,6%, respetivamente. No entanto, estes valores resultam dos elevados índices de participação eleitoral nas décadas de 1970 e 1980, em que o fator da liberdade de voto impulsionou a ação dos cidadãos. O valor da abstenção eleitoral cresceu de forma exponencial entre as eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 e as eleições legislativas de 1999 em Portugal, existindo uma maior estabilização dos valores da abstenção em Espanha.²⁹

Outros fatores de análise remetem para os próprios elementos do sistema eleitoral e as regras inerentes a cada disputa eleitoral. Por exemplo, nas eleições para o Parlamento Europeu existe apenas um círculo nacional que elege os 21 deputados (valor para Portugal nas eleições de 2014³⁰), havendo uma concentração de meios utilizados para a campanha eleitoral, ao passo que nas eleições locais, perante centenas de disputas eleitorais pelo país, verifica-se uma menor capacidade de alguns partidos disporem de meios humanos e financeiros para desenvolverem uma campanha eleitoral ativa, o que favorece o fenómeno das coligações, mais presente nas eleições autárquicas do que nas eleições nacionais.

Quanto às eleições legislativas / parlamentares a situação diverge de forma significativa nos círculos eleitorais / comunidades autónomas. No caso português, os partidos com menor dimensão obtêm melhores resultados, ao nível da conversão de votos em mandatos, nos círculos de maior magnitude. No entanto, esta regra é contrariada nos círculos eleitorais de Beja e Évora, devido à forte implementação do PCP ou nas regiões da Catalunha e País Basco, devido à implementação de partidos nacionalistas na região. No caso espanhol, é muitíssimo relevante para os resultados nacionais a preponderância de partidos com pendor nacionalista em diversas regiões.

Outro aspeto a considerar prende-se com a secundarização das eleições de segunda ordem ao nível do sistema político, e com o uso destas eleições, por parte dos cidadãos, para penalizar os “partidos de governo”³¹, votando, desse modo, em partidos à esquerda ou à direita desse “bloco central”³². Tal questão conduz-nos para a temática dos ciclos eleitorais,

²⁹ Para um enquadramento destes números e uma análise pormenorizada do quadro comparativo ver: Freire e Magalhães, 2002.

³⁰ Nas referidas eleições Espanha elegeu 53 deputados.

³¹ Expressão para a qual designamos, em Portugal, o PSD e o PS e em Espanha o PSOE e PP.

³² Vários são os autores que referem a possibilidade do uso das eleições de segunda ordem, por parte dos cidadãos, para manifestar a sua satisfação ou desalento face ao governo em exercício. Para uma visão desta questão ver: Reif e Schmitt, 1980, van der Eijk, Franklin e Oppenhuis, 1996, Marsh, 1998 e Freire, 2005.

ou seja, a data de realização das eleições de segunda ordem não é irrelevante para se analisar, não só o nível de participação, mas também, os próprios resultados eleitorais.

Na análise aos fatores de desproporcionalidade, Diogo Moreira (texto policopiado, 2008) verificou o impacto de vários componentes dos sistemas eleitorais no grau de desproporcionalidade dos sistemas³³, tendo utilizado seis componentes base, a saber: a fórmula eleitoral, o tipo de sufrágio (uninominal ou de lista), o procedimento de voto (voto único ou múltiplo), a dimensão do órgão a escolher e a existência da cláusula barreira. O autor recorreu à medição da desproporcionalidade através do uso do índice de “quadrados mínimos” (IQM) de Gallagher (1991)³⁴, referindo a importância de se utilizar uma média ponderada da desproporcionalidade entre os vários países, em virtude do número variável de deputados eleitos por cada país.

De um modo genérico, o autor verifica um cenário bastante heterogéneo ao nível da desproporcionalidade, apresentando a Grécia, a Itália e Portugal os valores mais proporcionais na análise efetuada, tendo a Lituânia, a Bulgária e a Eslováquia os valores mais desproporcionais.

O estudo apresentado serve de base para compreender o impacto das variáveis independentes sobre a proporcionalidade dos sistemas eleitorais, sendo que tal aspeto está diretamente relacionado com os princípios da representação. As conclusões que apresenta vêm ao encontro da literatura existente sobre a temática, realçando-se a importância da magnitude eleitoral sobre a desproporcionalidade dos resultados eleitorais.

Num estudo publicado em 2010, apresentámos uma análise da influência dos fatores institucionais associados ao sistema político e eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, numa perspetiva comparada e longitudinal (1987-2007), tendo verificado que dois fatores / variáveis institucionais influenciavam de forma significativa a abstenção, a saber: o tipo de voto e o modo de escrutínio. O primeiro caso corresponde a uma questão formal, relacionada com a obrigatoriedade do voto ou o seu exercício de modo facultativo, já no

³³ A proporcionalidade dum sistema é medida pelo grau de equivalência entre a proporção de votos num candidato ou partido e a proporção de mandatos obtidos por esse candidato/partido (Gallagher, 1991).

³⁴ O cálculo do índice de quadros mínimos é obtido através da seguinte fórmula: $\sqrt{(\sum (Li - Vi)^2)/2}$, ou seja, calcula-se a diferença entre a percentagem de lugares (Li) e a percentagem de votos (Vi), depois eleva-se este resultado ao quadrado (Li-Vi)². Soma-se o quadrado das diferenças para todos os partidos e divide-se por dois. Por fim, calcula-se a raiz quadrada do somatório. Quanto mais elevado for o valor, maior será o nível de desproporcionalidade.

segundo caso, verificámos que a abstenção tende a diminuir com a personalização do voto, ou seja, a preferência por mecanismos que permitam ao eleitor influenciar a escolha e eleição dos candidatos.

De realçar igualmente o foco que alguns autores atribuem aos fatores individuais, nomeadamente os recursos, a integração social e as atitudes políticas. No que diz respeito aos recursos, os mesmos são entendidos de forma abrangente, ou seja, podemos estar a falar de recursos materiais, simbólicos ou educacionais. A posse destes recursos poderá facilitar o acesso a informação política e gerar uma maior predisposição para participação na escolha dos representantes políticos³⁵.

A presente situação económica tem motivado, igualmente, o surgimento de algumas investigações centradas na influência de um conjunto de variáveis económicas sobre o comportamento dos cidadãos, mais concretamente, sobre a participação eleitoral e a volatilidade eleitoral. Para este facto, muito terá contribuído a emergência da crise económica no final da década passada, sendo que testar a influência dos fatores económicos implica distinguir as condições reais da economia da perceção que os cidadãos têm dessas mesmas condições (Freire e Lobo, 2005). A juntar a esta perceção, importa ter em atenção o posicionamento dos indivíduos face às condições económicas, nomeadamente a situação laboral e a variação dos ciclos económicos³⁶.

O pressuposto da integração social pode atenuar a menor posse de recursos, nomeadamente se considerarmos uma efetiva integração nos diversos grupos da comunidade (âmbito social, cultural, desportivo, político). Alguns estudos apontam precisamente a existência de um maior nível de participação eleitoral entre os indivíduos casados e de indivíduos pertencentes a determinadas comunidades (por exemplo, religiosas)³⁷. Um dos aspetos analisados prende-se com o nível de participação das mulheres (tradicionalmente

³⁵ Sobre este assunto ver: Campbell *et al.*, 1960; Verba e Nie, 1972; Franklin, 1996; Freire e Magalhães, 2002 e Martins, 2010.

³⁶ Face ao posicionamento geográfico e à partilha de algumas similaridades ao nível do posicionamento económico, diversos autores focam a situação portuguesa em comparação com a Grécia, a Espanha e a Irlanda, sendo que destes quatro países apenas a Espanha não foi alvo de um programa de assistência financeira internacional.

³⁷ Sobre este assunto ver: Almond e Verba, 1963; Franklin, 1996; Gray e Caul, 2000 e Dalton e Wattenberg, 2000.

relegadas dos processos de decisão política) e das minorias, cujo sentimento de exclusão social poderá ter reflexo nas motivações para participar nos atos eleitorais³⁸.

No que diz respeito às atitudes políticas, verifica-se um predomínio da “identificação partidária” nas explicações da maior participação eleitoral, fator que tem um papel central no “modelo sociopsicológico do voto” (Campbell *et al.*, 1960). De igual modo, constata-se que a “satisfação e a confiança dos indivíduos para com o sistema democrático e as suas instituições podem ter diferentes impactos sobre a participação eleitoral” (Freire e Magalhães, 2002: 137), visão que é reforçada pelas teorias elitistas, que sustentam que os indivíduos com o maior grau de satisfação com o sistema tendem a votar menos, visto confiarem no funcionamento do mesmo, aspeto que não é alterado com a sua abstenção³⁹.

Ou seja, dentro dos meandros do funcionamento do sistema político e eleitoral, bem como o regular funcionamento das instituições democráticas, deparámo-nos com diversos caminhos e opções de investigação. A consulta de diversos quadros comparativos dos níveis de abstenção eleitoral nos Estados-membros da UE permite igualmente encontrar algumas explicações para as variações existentes, como a aplicação do voto obrigatório. Atualmente, o voto é obrigatório em quatro Estados da União Europeia: Bélgica, Chipre, Grécia e Luxemburgo, sendo que no contexto global há mais de 20 países que adotam este procedimento, variando apenas a penalização associada à abstenção (Norris, 2004).

Os caminhos percorridos por diversos investigadores permitem moldar a nossa investigação em torno dos conceitos operacionais desenvolvidos, bem como lançar as bases para um conjunto de hipóteses que permitam compreender melhor o funcionamento do sistema político e eleitoral e detetar e verificar tendências / regularidades no ato do voto. O presente estudo segue igualmente uma linha de investigação no intuito de contribuir para o estudo do funcionamento da democracia, regime que permite salvaguardar as condições necessários para uma efetiva participação dos cidadãos na vida política.

³⁸ Sobre a participação das mulheres e das minorias nos processos eleitorais ver: Inglehart, 1990; Viegas e Faria, 1999; Bari, 2005; Dahrelup, 2006; Opello, 2006 e Costa, texto policopiado, 2013.

³⁹ Estudos apontam em sentido contrário no que diz respeito ao comportamento eleitoral em Portugal, sendo os cidadãos mais satisfeitos com a democracia os que mais votam. Outro aspeto relaciona-se com a substituição do ato de votar por outras formas de participação política para além do voto. Sobre este assunto ver: Magalhães, 2001; Freire 2002 e Antunes, 2008.

Partimos de uma análise global, que correlaciona o bom funcionamento da democracia com o envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisão política, para depois aprofundarmos a influência das variáveis institucionais e macroeconómicas sobre a participação eleitoral, sendo que a extensa bibliografia existente sobre a temática, que aqui procuramos evidenciar em termos genéricos, nos conduz à necessidade de continuar a estudar este tema, no sentido de contribuir para uma melhor compreensão do sistema político e eleitoral português e espanhol e do comportamento de voto dos cidadãos dos respetivos países.

Enquadramento Metodológico

1. Sobre o objeto de estudo: pergunta de partida e hipóteses de investigação

O processo de investigação científica exige uma metodologia própria, um caminho revisitado inúmeras vezes e que permita dar resposta às questões que vão surgindo ao longo da investigação. É a procura exaustiva de um caminho rigoroso, assente num método de trabalho que não corresponda à mera soma de técnicas de investigação, num desafio constante e redobrado quando falamos de ciências sociais, que nos conduziu a este ponto inicial. A especificidade da construção de ciência nas disciplinas sociais coloca novos desafios ao investigador, ciente que a verificação dos factos exige um sistemático processo de confirmação dos resultados alcançados.

Perante um quadro metodológico e conceptual distinto, importa, numa fase inicial, compreender que no âmbito das ciências sociais temos de nos

proteger de dois efeitos opostos: um “empirismo ingénuo” que consiste em crer na possibilidade de estabelecer verdades definitivas e de adotar um rigor análogo ao dos físicos ou dos biólogos, ou, inversamente, um “ceticismo militante” que negaria a própria possibilidade de conhecimento científico (Quivy e Campenhoudt, 2008: 20).

Ou seja, compreendendo a especificidade das ciências sociais e da verificação sistemática dos resultados produzidos sobre o fenómeno da participação eleitoral, importa não descurar a possibilidade de criar um quadro teórico e conceptual de análise sobre a realidade eleitoral nas eleições legislativas, de modo a responder à nossa pergunta de partida.

Deste modo, iniciamos esta investigação cientes que a meta alcançada não produzirá verdades absolutas e inquestionáveis, próprias das ciências exatas, mas certos que o quadro teórico e metodológico adotado nos conduzirá a um conhecimento mais aprofundado e rigoroso da realidade eleitoral relacionada com as eleições legislativas em Portugal e em Espanha, bem como a um maior conhecimento sobre a influência dos fatores institucionais e

macroeconómicos nos processos eleitorais. É esse caminho que nos propomos percorrer, numa dinâmica de questionamento sistemático sobre as potencialidades do sistema político e eleitoral, sendo que optaremos pelo método lógico-dedutivo aplicado às ciências sociais (Karl Popper, 1959), o qual parte da criação de um conjunto de hipóteses deduzidas de quadros teóricos de referência, as quais possam depois ser confrontadas com os dados empíricos da investigação.

O contributo de Popper permitiu não só a afirmação do método lógico-dedutivo, como contribuiu decisivamente para questionar o método indutivo aplicado às ciências sociais, baseado na premissa de que a partir de enunciados singulares, resultantes de experiências ou observações, é possível apresentar enunciados universais, sob a forma de hipóteses ou teorias (Popper, 1972: 27)⁴⁰. Em causa estava o princípio da validade científica de verdades universais, mas também uma questão de método, diretamente relacionada com a utilização do método experimental. Nesse sentido, a crítica de Popper (1972: 43) assenta na ideia de que o método indutivo não consegue justificar as suas inferências através da lógica, uma vez que esta relação apenas é viável através do método dedutivo.

Neste contexto, optando pelo método lógico-dedutivo partimos da perspetiva que nos permite constatar a falseabilidade dos enunciados teóricos estabelecidos previamente, recorrendo a um conjunto de dados empíricos criteriosamente selecionados para dar prosseguimento à presente investigação. A abordagem vai ao encontro do enunciado por Popper (1972: 42) quando afirma que só poderá reconhecer “um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência (...) deve ser tomado como critério de demarcação, não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema (...) deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico”. Ou seja, para além de nos centrarmos na verificação das condicionantes sistémicas à participação eleitoral, verificaremos igualmente os elementos que não surtem qualquer efeito ou que contrariam os efeitos previstos.

Claro está, que a aplicação do método lógico-dedutivo nas ciências sociais, em geral, e na ciência política, em particular, implica levar a cabo aqueles que são os três procedimentos constitutivos do conhecimento científico, nomeadamente: a rutura, a construção e a

⁴⁰ A expressão original de Popper (1959: 4) refere-se à passagem de “singular statements” para “universal statements”.

verificação, naquilo que Bordieu, Chamboredon e Passeron (1968) designaram de hierarquia dos atos epistemológicos⁴¹. Neste processo de rutura com as ideias pré-concebidas, ao longo da revisão de literatura existente sobre o tema da presente investigação, importa delimitar, primeiro, e apreender, depois, em que consiste o nosso objeto de estudo, tal como os métodos que nos conduzirão à confirmação ou infirmação das hipóteses de trabalho.

De facto, considerando todo o processo de investigação científica, constatamos que o primeiro passo a ser dado, antes dos primeiros enunciados teóricos gerais até à formulação de hipóteses de investigação, que se constituem como tentativas antecipadas de resposta à pergunta de partida, consiste no processo de operacionalização dos conceitos teóricos atribuindo-lhes uma referencial empírico.

Recorrendo à visão de Schattschneider (1969:8), constatamos que “as pessoas que não conseguem definir o seu objeto de estudo não sabem o que procuram, e se não sabem o que procuram como é que podem dizer quando é que o encontram”? Uma pergunta simples que exige um processo de determinação do âmbito da nossa investigação. Como tal, o nosso objeto de estudo inscreve-se fundamentalmente na área disciplinar da Sociologia Eleitoral e das Instituições Políticas, tendo como quadro teórico de referência a perspetiva do novo institucionalismo, e *trata especificamente da influência dos fatores institucionais e macroeconómicos associados ao sistema político e aos sistemas eleitorais sobre a participação nas eleições legislativas em Portugal e em Espanha no período entre 2004 e 2011, o qual engloba três eleições legislativas / parlamentares em cada país.*

A opção por este período resulta de um conjunto de fatores específicos que nos permite avaliar várias dimensões / elementos do sistema político, mas igualmente diferentes fases do ambiente macroeconómico em ambos os países. Como foi dito atrás, o interesse na influência da economia sobre o comportamento eleitoral é analisado por diversos autores, procurando a presente investigação complementar a análise do modelo institucional do voto com o fator económico e as especificidades do período escolhido para desenvolver a presente

⁴¹ De igual modo, Gaston Bachelard (1965) refere que os princípios fundamentais de toda a investigação científica devem basear-se em três pressupostos: o facto científico é conquistado sobre os preconceitos, construído pela razão e verificado pelos factos, numa dinâmica que permite assegurar a cientificidade do processo e a objetividade das conclusões apresentadas.

investigação⁴². De facto, a crise económica e financeira, diretamente relacionada com a crise das dívidas soberanas dos países e a eminência de uma intervenção económica internacional (confirmada em Portugal) suscita um maior interesse sobre a real influência deste cenário sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos, constituindo um fator importante quando comparado com períodos anteriores de crescimento económico.

Convém realçar, neste domínio, a teoria clássica do “ciclo político-económico” (Nordhaus, 1975), baseada na forte influência da situação económica sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos, mas também na ação desenvolvida pelo poder executivo no sentido de maximizar o apoio eleitoral, moldando as reais condições económicas (economia real) de modo a influenciar a perceção que os eleitores têm das mesmas. Ou seja, para além da adoção de políticas económicas e fiscais positivas para os cidadãos, há que ter em atenção toda a capacidade de persuasão e *marketing* político na presente temática.

1.1. A pergunta de partida e a formulação de hipóteses

Circunscrevemos o âmbito da nossa investigação na procura de respostas a uma pergunta central, clara e concisa: *de que modo o modelo institucional e o modelo económico do voto influenciaram o nível de abstenção nas eleições legislativas em Portugal e em Espanha, no período de 2004 a 2011?*

Avançando para uma análise mais precisa, pretendemos abordar como os elementos constitutivos dos sistemas eleitorais, tais como a fórmula eleitoral, a magnitude dos círculos eleitorais, o tipo de voto, o modo de escrutínio / procedimento de votação, a existência de cláusulas barreiras e o sistema uni / bicameral, bem como o impacto de algumas variáveis do sistema político, nomeadamente o sistema de partidos, o sistema de governo e a forma de Estado, exercem sobre o comportamento eleitoral nas eleições mencionadas. Simultaneamente, procuraremos aferir de que modo o cenário macroeconómico influencia a

⁴² Abordaremos os diversos contributos nesta matéria, sendo de realçar no caso português e em matéria comparada o estudo apresentado por André Freire e Marina Costa Lobo (2005) sobre a influência da economia no voto em Portugal, Espanha e Grécia no período entre 1985 e 2000. Embora os autores não identifiquem uma total correspondência entre o modelo económico do voto e as explicações do comportamento eleitoral, verificam haver alguma correlação entre a perceção económica e o voto. Para aprofundar esta questão ver: Lewis-Beck, 1988; Lobo, 1996; Maravall e Przeworski, 1998 e Anderson, 2000.

abstenção / participação eleitoral nas eleições legislativas referidas, verificando se o modelo económico do voto ganhou relevo na explicação do comportamento eleitoral.

A opção por este conjunto de variáveis permite obter uma visão genérica sobre o funcionamento do sistema eleitoral, bem como exige a criação de um conjunto de hipóteses de investigação que visam responder à pergunta de partida acima mencionada, sendo que o “importante é que a generalização tem de ser, como os conceitos, apoiada nos factos, e por isso a tendência é em muitos domínios quantificável” (Moreira, 2003: 118).

Desse modo, considerando a opção pelo modelo comparativo, utilizaremos uma estratégia de comparação que privilegia o *The Most Similar System Design*, ou seja, optamos por comparar casos muito similares que diferem quase exclusivamente na variável dependente, sendo este processo conduzido de modo a verificarmos que variáveis independentes conseguem / permitem explicar uma maior ou menor participação eleitoral nas eleições seleccionadas. Ou seja, o caminho adotado, em virtude da opção por sistemas com traços genericamente semelhantes, conduz à tentativa de identificar que fatores explicam as diferenças existentes⁴³.

Para este efeito, estabelecemos sete hipóteses gerais, que se encontram divididas em sub-hipóteses operacionais, relacionados com os elementos de medição escolhidos:

1. A localização geográfica e a magnitude dos círculos eleitorais condicionam a participação eleitoral em ambos os países.

1.1. Os círculos eleitorais mais povoados (de maior magnitude) apresentam uma taxa de participação eleitoral mais elevada.

1.2. Os círculos eleitorais do litoral apresentam uma taxa de participação eleitoral mais elevada do que os do interior e insulares.

2. O modo de escrutínio condiciona a participação eleitoral em ambos os países.

⁴³ Para um aprofundamento da utilização do *The Most Similar System Design*, incluindo uma perspetiva por oposição ao *The Most Different System Design* ver: Ragin, 1987; Rose e Mackenzie, 1991; Anckar, 2011 e Lor, 2011.

- 2.1. A existência de voto personalizado nas eleições em ambos os países favorece a participação eleitoral.
3. A O tipo de parlamento condiciona a participação eleitoral em ambos os países.
- 3.1. Em Espanha a existência de duas câmaras representativas favorece uma maior participação eleitoral do que em Portugal.
- 3.2. Em Espanha a existência de duas câmaras representativas fomenta a replicação de resultados eleitorais em ambas.
4. A configuração do sistema de partidos condiciona a participação eleitoral nas eleições legislativas, tanto em Espanha como em Portugal.
- 4.1. Quanto maior é o número de partidos candidatos que disputam as eleições, maior é a participação eleitoral.
- 4.2. Quanto maior é a concentração do voto nos dois maiores partidos, maior tende a ser a participação eleitoral.
5. As eleições legislativas tendem a ser mais participadas em sistemas de governo parlamentar (Espanha) do que em sistemas de governo semipresidencialista (Portugal).
- 5.1. A duração dos governos em sistemas parlamentares tende a ser maior do que em sistemas semipresidencialistas.
6. A realização de eleições legislativas em regimes com a forma de governo monárquica e constitucional tende a promover uma maior participação eleitoral do que em regimes em que forma de governo é a republicana.
7. Em cenários de crise económica a participação eleitoral nas eleições legislativas tende a ser superior.

- 7.1. Com o aumento da taxa de desemprego o partido no poder tende a perder as eleições legislativas seguintes.
- 7.2. Em períodos de recessão económica o voto nos dois maiores partidos tende a diminuir.
- 7.3. Em cenários de crise económica verifica-se uma maior proliferação de partidos com assento parlamentar.
- 7.4. Em períodos de aumento da dívida pública, verifica-se um aumento do nível da abstenção eleitoral.

Se é certo que estamos perante a formulação de uma hipótese geral, associada à influência dos fatores institucionais do sistema político e dos seus diversos subsistemas (sistema de governo, sistema de partidos e sistema eleitoral) e do modelo económico do voto sobre a participação eleitoral nas eleições legislativas, refira-se que a opção passa por detalhar as opções de resposta à pergunta de partida, criando percursos alternativos no estudo da abstenção e da participação eleitoral. Nesse sentido, verifica-se que “a hipótese se confirma quando a realidade observável se desenvolve de acordo com a presunção” (Moreira, 2003: 120-121).

1.2. Sobre o objeto de estudo e a metodologia adotada

Tratando-se de um estudo comparativo e sincrónico, analisaremos as taxas de abstenção no quadro das eleições legislativas em Portugal e em Espanha, de 2004 a 2011, o que nos permite ter uma visão completa de três eleições legislativas / parlamentares em cada país⁴⁴.

A utilização do método comparativo está na base de toda a análise política, sendo que tal resulta da necessidade de se possuir e se aplicar “uma perspetiva comparada, graças à qual se torna possível avaliar a relevância dos dados e a plausibilidade das explicações” (Pasquino,

⁴⁴ Não sendo nossa intenção realizar uma comparação com os demais períodos, pautaremos a presente investigação com referências aos valores da abstenção eleitoral desde as primeiras eleições democráticas em Portugal (1975) e em Espanha (1977).

2002: 9). De facto, se nos limitarmos apenas a “pesquisar factos e multiplicar observações, sem comparar nem sistematizar” (Fernandes, 2008: 65) não percorreríamos as fases do método científico, mas somente um processo empírico.

São inegáveis as vantagens da utilização do método comparativo nas ciências sociais, mais concretamente na ciência política, sendo de realçar que a política comparada trata do estudo das questões políticas nacionais, das instituições políticas, do conflito entre países e analisa um conjunto de características variadas existentes no seio dos Estados. Ou seja, “a política comparada, enquanto campo de estudo, fornece-nos um conjunto de ferramentas conceptuais e analíticas que podemos utilizar para enfrentar e responder a uma ampla gama de questões sobre o mundo social” (Lim, 2010: 2). Nesse sentido, compreende-se que o seu âmbito de análise abarque conceitos tão importantes como “Estado”, “Nação”, Estado-nação”, “País”, Governo”, “Sistema Político” ou “Regime Político”, num redobrado esforço de classificação das diversas formas de vivência no contexto social e político.

Se na primeira metade do século XX os estudos comparativos se centravam na perspetiva norte-americana, focando apenas países e áreas geográficas de especial interesse da política norte-americana, no pressuposto e na crença de que

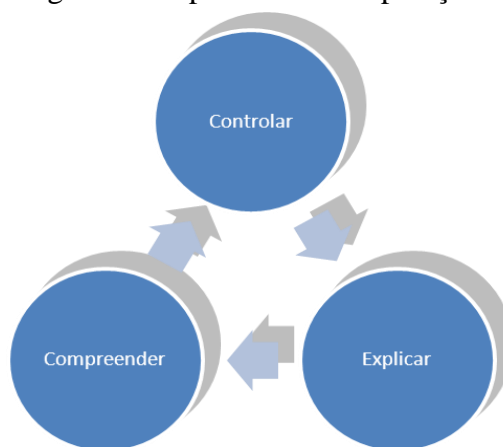
os Estados Unidos são diferentes e superiores à Europa e a todas as outras nações; e também na convicção generalizada de que os EUA tinham pouco a aprender com o resto do mundo, na crença quase universal dos americanos na superioridade das suas instituições políticas como modelos institucionais a ser seguidos pelos restantes povos (Wiarda, 1991: 12).

O facto é que a necessidade de olhar para os conflitos internacionais emergentes no período da Segunda Guerra Mundial, bem como o desenvolvimento das questões geoestratégicas no delinear da política dos EUA e da ex-URSS conduziu a novos conflitos internacionais, permitindo o desenvolvimento de estudos comparados entre os diversos sistemas políticos mundiais, tanto na procura das diferenças como das semelhanças entre

sistemas, privilegiando precisamente a “exploração de padrões, processos e regularidades entre os sistemas políticos (*idem*, 2000: 7)⁴⁵.

Nesse sentido, mais do que a perspetiva de uma definição única de política comparada ou apresentar um caminho único de aplicar o método comparado, importa compreender que no domínio das ciências sociais a política comparada pode ser utilizada com três propósitos:

Figura 1. Propósitos da comparação



Fonte: Lim, 2010: 21. Adaptado pelo autor.

O primeiro objetivo passa por controlar, ou seja, efetuar a verificação das relações causais existentes, enquanto que o segundo propósito remete-nos para a questão da interpretação (compreensão) dos fenómenos e o último objetivo pela indução analítica (explicação). Esta classificação simplificada do âmbito da comparação política vem no seguimento da perspetiva de Giovanni Sartori (1991) que advoga a utilização do método comparado de modo a confirmar ou infirmar se as hipóteses levantadas sobre determinados fenómenos são explicadas pelo conjunto de variáveis escolhidas⁴⁶. Nesse seguimento o autor

⁴⁵ A definição sobre política comparada resulta da influência do contexto e do período histórico analisado, sendo que Ruth Lane (1997: 2) descreve precisamente a política comparada como um articulado de dois princípios: “primeiro um mundo, segundo uma disciplina. Como um mundo, a política comparada abrange o comportamento político e as instituições em todas as partes do globo...como disciplina assume-se como um campo de estudo que procura desesperadamente compreender, analisar, explicar e talvez influenciar o fascinante e, muitas vezes, desenfreado mundo da política comparada”.

⁴⁶ Recorde-se as palavras de Swanson (1971: 141) para compreender a dinâmica da comparação política e a sua importância quando afirma que “pensar ser comparar é impensável...e, na ausência da comparação, assim é toda a investigação e pensamento científico”.

(idem: 244-245) refere a necessidade de comparar de modo a controlar as variáveis observadas, com o objetivo máximo de estabelecer relações teóricas.

A nossa investigação parte desse pressuposto, compreendendo os propósitos do método comparado, temos presente que, através da estratégia comumente designada de *Most Similar System Design*, partimos à descoberta das variáveis que no seio do sistema político e eleitoral português e espanhol determinam variações no nível da participação eleitoral. De facto, “alguns teóricos acreditam que o fenómeno político em geral é melhor compreendido através do exame cuidadoso de um número reduzido de casos” (Collier, 1993: 105), pelo que optaremos por recorrer ao modelo empírico de investigação através de um conjunto de regressões multilíneas e multinível, de modo a constatar a confirmação ou infirmação das nossas hipóteses de trabalho.

Para a realização desse processo recorreremos, de acordo com as hipóteses escolhidas e o número de casos existente, a três testes estatísticos de modo a inferir da validação ou não das nossas hipóteses e sub-hipóteses de investigação, a saber: o teste *T de Student*; o Teste *ANOVA* e o coeficiente de correlação de *Pearson*⁴⁷, o que nos irá permitir averiguar se as diferenças observadas são estatisticamente significativas.

É nesse seguimento que caminha o modelo apresentado por Arend Lijphart (1971: 685), justificado pelo facto das limitações financeiras, temporais, de motivação e de recursos aconselharem, muitas vezes, estudos a uma escala menor em vez de uma análise estatística mais superficial, compreendendo um maior número de casos.

Esta perspetiva foi corroborada por Collier (1993: 109), que destaca a importância do vetor da interpretação, bem como a existência de um “ciclo de investigação” que permite ir questionando e verificando de forma sistemática as conclusões obtidas nas diversas investigações científicas. Ou seja, o método comparado é um instrumento privilegiado da investigação em ciências sociais, sendo que o seu objetivo passa não só pela confirmação das hipóteses levantadas, mas também pela sua infirmação, como atrás referimos. Quanto mais objetiva for a comparação estabelecida, mais fácil se torna o processo de identificação da influência das variáveis independentes ou explicativas sobre o fenómeno a estudar (ou

⁴⁷ No decorrer do capítulo IV reservaremos espaço para explicar a aplicação destes testes estatísticos, bem como a sua especificidade na análise empírica em ciências sociais. Sobre a análise estatística aplicada a ciências sociais ver: Pestana e Gageiro, 2008.

variável dependente ou explicada), sendo que a afirmação das teorias que procuram explicar o comportamento eleitoral assiste a um renovado processo de confirmação dos seus pressupostos⁴⁸.

Esta perspetiva encontra base na ideia subjacente de que “o método comparado é um método — quase certamente o melhor — de “controlo da validade das hipóteses, das generalizações, das explicações e das teorias” (Pasquino, 2005: 20). Ou seja, permite enquadrar as nossas hipóteses e responder à necessidade de verificação dos factos, numa tentativa de «controlo» da hipótese de partida.

De um modo genérico podemos encontrar diversos métodos para desenvolver a comparação dos factos sociais, sendo os mais usuais os métodos comparativos clássicos, os métodos matemáticos e os métodos gráficos, podendo, naturalmente, verificar-se o uso simultâneo de todos estes métodos na mesma investigação. No primeiro caso, como afirma Duverger (1979) importa classificar primeiramente os factos estudados, de modo a encontrar realidades verdadeiramente comparáveis.

O caminho da presente investigação parte dessa vertente inicial, mas face ao objeto de estudo escolhido, o recurso aos métodos comparativos matemáticos e gráficos torna-se essencial para compreender e estudar o fenómeno das eleições e da participação eleitoral. Com efeito, constatámos que em simultâneo com a política comparada, percecionada “como método de controlo e de verificação de hipóteses, se abre caminho à exigência de delinear um discurso rigoroso (...) de analisar os processos históricos através dos quais diversos sistemas políticos adquiriram uma determinada configuração” (Pasquino, 2002: 22).

A necessidade de definir com maior objetividade o âmbito dos estudos comparados resulta de um conjunto de premissas que constituem, atualmente, os elementos da política comparada e, por consequência, o seu âmbito disciplinar, a saber:

- A abordagem centrada no estudo de países, sendo que a comparação entre países que partilham contextos culturais, sociais e políticos aproximados torna-se mais linear (Ragin, 1987: 57-61).

⁴⁸ Para um aprofundamento desta questão ver: Lijphart, 1971; Smelser, 1976; Sartori, 1991; Collier, 1993; Pasquino, 2005 e Lim, 2010.

- A comparação recorrente entre países, com o intuito de identificar regularidades ao nível do objeto de estudo analisado. A análise dos sistemas encontra aqui parte da sua base, sendo que cada país pode representar um “caso de estudo” (Mair, 1996: 310), criando-se um determinado modelo teórico a ser aplicado em contextos distintos.
- A forma como o método de investigação e de aplicação do método comparado é efetuada, nomeadamente os limites e a própria operacionalidade da comparação, isto é, sendo recorrente o recurso ao método comparado nas ciências sociais, importa adaptar a sua utilização aos objetivos específicos de cada investigação.

O âmbito da nossa investigação abarca precisamente todos estes elementos, ao focarmos a presente análise no estudo comparado da participação eleitoral em Portugal e em Espanha, sendo que o método comparado permitirá verificar a influência do sistema político e eleitoral e do ambiente macroeconómico sobre a participação eleitoral nas eleições legislativas de 2004 a 2011. O recurso à vertente matemática / estatística permite inferir as correlações e as relações causais (entendidas, enquanto meras probabilidades) existentes entre as variáveis analisadas, sendo que a necessidade de testar todas as hipóteses elencadas conduz ao percurso de construção das bases teóricas do nosso pensamento, conduzindo também à melhor sistematização das teorias sobre o comportamento eleitoral.

Deste modo, acompanhamos Pasquino (2002) quando afirma que:

é da comparação implícita ou explícita, da compreensão de como funcionam certas estruturas políticas, de como se desenrolam determinados processos políticos, de como e com que consequências se explica a participação política dos cidadãos de outros países, que se podem inferir valorações que permitam também apreender e valorizar ou criticar as especificidades do sistema político nacional. (p. 10)

O foco da presente investigação vem no seguimento de uma maior apetência dos investigadores políticos para analisarem as instituições e os processos políticos, numa dinâmica que analisa a montante as condições de participação na democracia por parte dos

cidadãos. Vem, igualmente, da política comparada assentar em temáticas de investigação específicas, sistematizadas por Dalton (1996b: 336-349) de um modo bastante sintético em três áreas: a cultura política, a mudança de valores e modernização e a mudança eleitoral. Neste último vetor, enquadrámos não apenas a volatilidade eleitoral, mas também o nível de participação eleitoral e as flutuações verificadas de ato eleitoral para ato eleitoral, idênticos ou diferenciados⁴⁹. É precisamente no enquadramento destes três vetores que se constata um maior interesse nos *outputs* produzidos pelo sistema político e eleitoral e na influência das instituições políticas nesse processo.

A presente investigação centra-se, assim, em três grandes objetivos:

i) analisar a forma como o sistema político e os seus principais subsistemas (forma de governo, sistema de governo, sistema partidário e sistema eleitoral) influenciaram a participação nas eleições legislativas em Portugal e Espanha nas eleições de 2004 a 2011, verificando quais os fatores que poderão promover uma maior ou menor participação eleitoral, e isto numa perspetiva comparada;

ii) analisar comparativamente o sistema político e eleitoral de Portugal e de Espanha, de modo a constatar a existência de condições mais propícias à participação eleitoral, relacionando igualmente a tendência verificada de participação eleitoral com o regular funcionamento da democracia e das suas instituições;

iii) verificar a influência de um conjunto de variáveis macroeconómicas sobre a participação eleitoral nas eleições e durante o período mencionado, sendo que para a perceção do conceito de “crise económica” anteriormente mencionado, optaremos por recorrer aos dados referentes à variação do Produto Interno Bruto (PIB), da Taxa de Inflação e da Taxa de Desemprego e do nível de dívida soberana de cada país.

Não se trata de construir um modelo teórico relativo às relações entre participação eleitoral e tipo de democracia, mas estudar e analisar as bases do seu funcionamento, bem como as possíveis implicações de um afastamento dos cidadãos face aos seus representantes, com a criação de formas alternativas de participação política. Ou seja, partimos em busca de

⁴⁹ Destaque-se o elevado número de estudos sobre o fenómeno do “não alinhamento eleitoral”, percecionado tanto ao nível de um maior grau de abstencionismo, como também face à diminuição da votação nos tradicionais partidos do “arco do poder”. Sobre este assunto ver: Rose e Mcallister, 1986; Dalton, 1988 e Schmitt e Holmberg, 1995. Este fenómeno está diretamente relacionado com a própria crise dos partidos políticos e o surgimento de alternativas às formas tradicionais de participação política.

respostas face ao aumento da abstenção e à sua ligação com o próprio conceito de “qualidade da democracia”.

Nas últimas décadas tem-se multiplicado o número de estudos sobre o fenómeno eleitoral, mais especificamente sobre o comportamento dos eleitores e a influência dos fatores sociais, económicos e variáveis institucionais (como o sistema eleitoral) exercem ou podem exercer sobre os comportamentos eleitorais. Estes estudos têm permitido encontrar regularidades / tendências que explicam, à luz de determinados contextos (políticos, sociais, históricos, económicos e temporais), as variações existentes no nível de participação eleitoral⁵⁰.

Esta maior dinâmica e interesse da comunidade científica sobre os aspetos do comportamento eleitoral no interior do funcionamento do sistema político tem ganho igual relevo ao nível da produção científica produzida em Portugal. Constatase um considerável aumento do número de estudos sobre a participação política e eleitoral, o que tem produzido uma maior riqueza nas análises efetuadas, bem como nos contributos para uma maior compreensão do fenómeno eleitoral.

Ao iniciarmos a presente investigação estamos conscientes de que o caminho de análise da participação eleitoral já foi percorrido por diversos autores e sob diferentes perspetivas ou abordagens, no entanto, tais análises não limitam o âmbito da presente investigação, pelo contrário, reforçam a necessidade de continuar a estudar as relações entre os tipos de sistema político e eleitoral, bem como as mais recentes tendências de participação política. Ao aprofundarmos a investigação sobre o presente tema, acreditamos que a “inovação na área das ciências sociais e humanas não nos impõe a necessidade de dizer coisas novas (...) podemos e devemos, muitas vezes, optar por analisar problemas e questões anteriormente abordadas, complementando estudos já efetuados, percorrendo novos caminhos e traçando novas orientações metodológicas” (Costa, 2010: 29).

Este caminho de revisitar os resultados alcançados em anteriores investigações e do percurso metodológico utilizado por outros permite estabelecer um conjunto de prioridades no

⁵⁰ Com ênfase na literatura internacional, destacamos Reif e Schmitt, 1980; Reif, 1985; Eijk, Franklin e Marsh, 1996; Norris, 1997; Hix, 1998; Lane e Ersson, 1999; Delwit, 2000; Gray e Caul, 2000; Norris, 2004; Pasquino, 2005; Sobbrío e Navarra, 2010; Fowler, 2013, entre outros. A nível nacional, destacamos Vasconcelos e Archer, 1991; Freire, 2001a; Lopes e Freire, 2002; Freire e Magalhães, 2002; Martins, 2004; Magalhães, 2008; Espírito Santo, 2011, entre outros.

nosso percurso, bem como facilitar a operacionalização dos conceitos utilizados na presente investigação. Ao adotarmos a presente perspetiva, de renovação e controlo constante dos pressupostos científicos de partida e assumidos claramente por nós, acreditamos poder contribuir na procura de consensos e regularidades dos fenómenos abordados, numa concretização do saber científico num domínio extremamente relevante da ciência política.

Analizando de forma breve a evolução da participação eleitoral nas eleições legislativas, numa perspetiva das democracias ocidentais, verificamos um aumento progressivo do nível da abstenção, podendo este fator ter inúmeras explicações. Importa assim, no âmbito deste trabalho, debruçarmo-nos sobre os motivos que correspondem à progressiva ausência dos cidadãos do ato de votar, uma vez que este comportamento não deixa de representar um fenómeno político importante, e que pode ter na base um grau de satisfação significativo com o funcionamento da democracia, uma vez que “a abstenção pode mesmo indicar uma diminuição dos conflitos sociais e políticos, a estabilização dos regimes e um elevado nível de confiança depositada pelos cidadãos naqueles que concorrem pela delegação do poder” (Freire e Magalhães, 2002: 16), segundo a tese elitista da participação eleitoral. Ou numa perspetiva contrária, um crescente desinteresse pela vida política, alicerçado num maior distanciamento entre os eleitos e os eleitores (questão da representatividade eleitoral) e numa maior desconfiança dos cidadãos face às instituições, sendo que, neste âmbito, não podemos limitar esse descontentamento apenas em relação aos atores políticos mas incluir, por exemplo, o funcionamento do sistema de justiça⁵¹.

No debate em torno da questão da participação eleitoral e do fenómeno da abstenção, encontramos igualmente espaço para a tese alternativa, segundo a qual o maior grau de consciência cívica / política dos cidadãos poderá levá-los a um cada vez maior alheamento em torno da participação política, o que pode corresponder a uma forma de participação. Neste ponto, não podemos descurar a importância de distinguir a participação quantitativa da participação qualitativa, sendo este último aspeto mais difícil de medir, uma vez que é menos objetivo do que a quantidade de eleitores votantes. Entraríamos num debate em torno da tipologia de participação e no seu impacto no funcionamento da democracia, nomeadamente

⁵¹ Sobre este assunto ver o Relatório sobre a qualidade da democracia em Portugal produzido pela SEDES (2009), bem como o projeto “Barómetro da Qualidade da Democracia” acessível em: <http://www.bqd.ics.ul.pt/index.php?lang=pt> e Teixeira e Pereira, 2014.

analisando o volume de informação que o eleitor tem à sua disposição para tomar a decisão de votar e de que modo e em quem o faz⁵².

De facto, encontramos na literatura preexistente diversas e, muitas vezes, complexas explicações sobre o fenómeno da abstenção, sendo que a única tendência consensual é a do “aumento da abstenção nos últimos anos nas democracias industrializadas (...) contudo as suas causas e consequências permanecem em grande medida desconhecidas e objeto de intensa especulação teórica” (*idem*: 19)⁵³.

Com base nos propósitos elencados e, tendo em consideração os objetivos a que nos propusemos no início da investigação, focamos o âmbito da análise nas eleições legislativas. O destaque dado às eleições legislativas resulta da própria estrutura e funcionamento do sistema político e eleitoral em Portugal e em Espanha, bem como do facto de serem classificadas como eleições de primeira ordem, em virtude do grau de importância que assumem na escolha dos representantes políticos, bem como na centralização do poder executivo nos governos (Schmitt, 2005)⁵⁴.

O crescente interesse por este tipo de eleições resulta igualmente de três fatores, a saber: *i*) a tendência crescente da abstenção eleitoral verificada nas últimas décadas nas diversas democracias ocidentais; *ii*) o facto do acesso a este tipo de eleições estar ainda restringido aos partidos políticos (tal como sucede no caso português)⁵⁵ e *iii*) a oportunidade de assistirmos a mudanças governativas nos dois países durante o período selecionado,

⁵² Sobre este assunto ver igualmente a distinção entre a participação ativa e passiva, bem como a relação entre a apatia política e a própria estabilidade da Democracia. Ver: Tom De Luca, 1995 e Martins, 2004.

⁵³ Sobre este assunto ver: Rose, 1974; Powell, 1980; Boyd, 1981; Hualde, 1994; Justel, 1995; Blais e Dobrzynska, 1998; Heath e Taylor, 1999; Delwitt, 2000; Freire, 2000b; Gray e Caul, 2000; Reto e Sá, 2000; Grose e Russel, 2008; Pasek, 2009 e Rose e Borz, 2010.

⁵⁴ A tipificação do autor sobre as eleições para o Parlamento Europeu como eleições de segunda ordem, envolvidas num certo isolamento acaba por ser discutível, em virtude da base da definição, o exercício do poder executivo, uma vez que teríamos sempre de incluir as eleições autárquicas nesta tipificação, o que algumas teorias sobre a influência da proximidade no grau de participação eleitoral contrariam. Sobre este assunto ver: Reif e Schmitt, 1980; Freire e Magalhães, 2002; Schmitt, 2005 e Costa, 2010.

⁵⁵ De facto, a legislação ainda não permite a apresentação de candidaturas de Grupos de Cidadãos às eleições legislativas, estando essa possibilidade limitada às eleições autárquicas (eleições para a assembleia de freguesia, para a assembleia municipal e para a câmara municipal). No contexto espanhol o cenário é mais inclusivo, uma vez que a Lei Orgânica do Regime Eleitoral Geral (LOREG) estabelece que se podem apresentar a eleições os partidos e federações de partidos inscritos nos respetivos círculos eleitorais; as coligações de partidos e os grupos de eleitores, desde que respeitando as regras estipuladas na lei eleitoral (art. 42º da LOREG). A consulta do disposto legislativo encontra-se disponível em: <http://www.boe.es/boe/dias/1985/06/20/pdfs/A19110-19134.pdf>. A afirmação dos grupos de cidadãos como competidores dos partidos políticos representa uma tendência de análise das formas tradicionais de participação política. Sobre este assunto ver: David Easton, 1965; Huntington, 1976; Kaase e Newton, 1988; Martins, 1997 e 2003.

podendo, estas, conduzir à existência de governos maioritários, minoritários e de coligação. De facto, todos estes cenários foram constatados no período acima referido.

Ao realizarmos um estudo num lapso temporal que vai de 2004 a 2011, envolvendo Portugal e Espanha, estamos conscientes da singularidade deste período nos países em questão, sendo possível identificar, desde já, cinco aspetos-chave que justificam um elevado interesse no estudo da participação eleitoral no período referido, a saber:

- O facto de se registarem em ambos os países eleições antecipadas neste período (2004 e 2011, em Portugal e 2011 em Espanha);
- A existência de governos liderados pelo PS e pelo PSD em Portugal e pelo PSOE e pelo PP em Espanha num período de sete anos;
- A vivência de governos de maioria absoluta e de coligação nos dois países seleccionados;
- A mudança nas lideranças políticas dos principais partidos (PS, PSD, PSOE e PP) durante este período.
- A emergência da crise económica, primeiro internacional, depois com impacto nacional em ambos os países, com o aumento da taxa de desemprego, a redução do PIB e o aumento da inflação, conjugado com a intervenção internacional da Troika no caso português.

A incidência sobre as questões económicas é realçada, tanto pelos estudos que incidem sobre a influência destas variáveis no comportamento eleitoral, bem como pela imprensa dos dois países nas semanas e dias imediatamente anteriores aos atos eleitorais. De facto, “o colapso financeiro e imobiliário de 2008 conjugado com a crise económica internacional conduziu a Espanha a uma severa recessão” (Deloy, 2011: 2), sendo que a mesma situação conduziria ao pedido de ajuda financeira internacional realizado pelo Estado português em abril de 2011⁵⁶. A análise económica e a influência destas variáveis é igualmente destacada por Freire e Costa Lobo (2005: 495), quando afirmam que “as perceções do estado da

⁵⁶ O anúncio do pedido de ajuda externa, oficializado por José Sócrates, encontra-se disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CCZVG9p5Jkk>, tendo sido efetuado apenas dois meses antes das eleições legislativas de 2011.

economia e as condições económicas objetivas são expectáveis de influenciar o voto nos três países do sul da Europa (Grécia, Portugal e Espanha)”, destacando o facto de uma maior volatilidade eleitoral e de uma maior debilidade nas bases do partidarismo em Portugal e na Grécia propiciarem uma maior influência dos aspetos económicos sobre a participação⁵⁷.

Num estudo realizado por Patrícia Pereira (2012) sobre a situação económica e social nos países da União Europeia é possível destacar sete aspetos-chave, a saber: a população, a educação, o PIB, o desemprego, o índice de velhice, a pobreza e a proteção social, realçando-se que assume especial interesse para a presente investigação, o facto de Portugal e Espanha surgirem em grupos distintos no que diz respeito à análise do índice de desenvolvimento humano (IDH), com a Espanha a situar-se no Cluster 1 (países com um IDH entre 0,94 e 0,96) e Portugal a situar-se no Cluster 2, no grupo de países com um IDH entre 0,88 e 0,93 (*idem*: 46)⁵⁸. Esta circunstância poderá ser importante na análise das condições económicas e sociais que influenciam a maior ou menor apetência dos eleitores dos dois países para a participação política e eleitoral.

Quanto à recolha dos dados, baseamos a análise na utilização dos valores da abstenção oficial, em detrimento da abstenção real, visto o processo de obtenção dos valores oficiais do número total de indivíduos com 18 ou mais anos à data de cada ato eleitoral ser mais moroso e menos fiável⁵⁹.

Esta opção em termos de metodologia não condiciona nem limita os pressupostos da investigação, uma vez que garantimos a utilização do mesmo método de pesquisa e fonte de dados em todas as eleições, o que torna, naturalmente, os dados suscetíveis de comparação. A opção por um estudo datado exige naturalmente uma redobrada atenção ao nível da metodologia adotada e da análise dos dados e das correlações efetuadas, pelo que o processo

⁵⁷ Para uma visão global sobre a situação económica em Portugal e Espanha em 2011 ver o relatório “Europe – Regional Economic Outlook” produzido pelo Scotiabank Group (2011).

⁵⁸ A autora recorre ao método do Complete Linkage para explicar esta disposição. Sobre a aplicação deste método ver: Reis, 2001 e Pereira, 2012.

⁵⁹ A lei n.º 13/99 de 22 de março estabelece o Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral, cuja aplicação permite a inscrição oficiosa e automática de todos os cidadãos nacionais com 18 ou mais anos na Base de Dados do Recenseamento Eleitoral. A consulta da respetiva lei pode ser efetuada em: <http://www.portaldoeleitor.pt/Documents/DecretosLei/legis13-99-recenseamento-2008.pdf>. No que diz respeito aos dados oficiais de Espanha, refira-se que a inscrição no “Censo Electoral” é obrigatória, havendo uma atualização mensal dos dados. Sobre a normativa legal sobre o recenseamento em Espanha, ver: http://www.ine.es/oficina_censo/normativaOCE/loreg_censoelec.pdf.

de generalizações e constatação de regularidades obedecerá sempre à limitação temporal analisada.

De acordo com os diversos modelos de análise e linhas de orientação na observação do fenómeno eleitoral, seguimos um conjunto de autores que defende a necessidade de adotar modelos globais que permitam decifrar e explicar os fatores que influenciam, direta ou indiretamente, o comportamento eleitoral dos cidadãos, neste caso a sua participação ou abstenção eleitoral, sendo este comportamento entendido igualmente como uma forma de participação política.

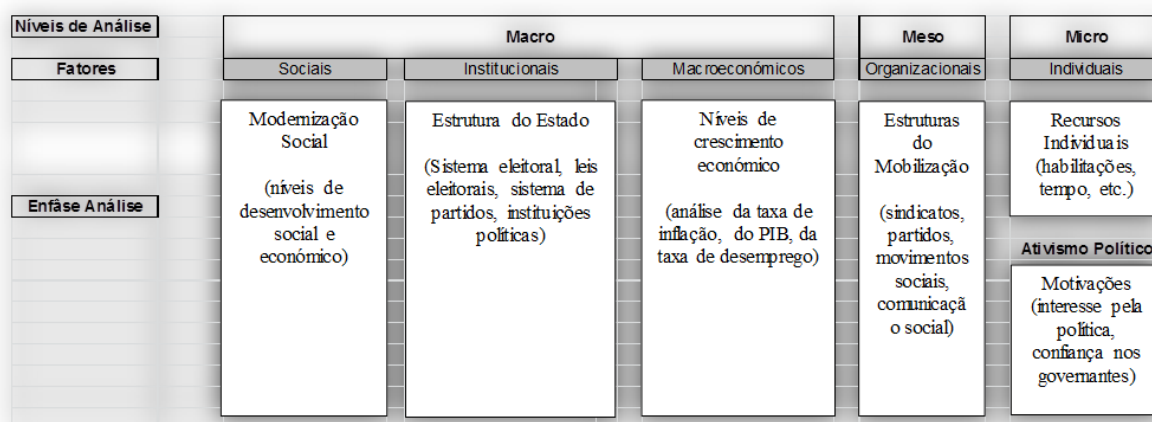
Dentro dos modelos de análise existentes destacamos os trabalhos e as propostas apresentadas por Pippa Norris (2002) e por Ronald Inglehart (1977 e 1997), que sistematizam as hipóteses de abordagem teórica a quatro opções: as teorias de modernização social, diretamente relacionadas com as mudanças sociais, culturais e valorativas verificadas na transição da fase de industrialização e dos valores materialistas, para a fase pós-industrializada, com a predominância dos valores pós-materialistas; as teorias institucionalistas, centradas nas regras do jogo político (e partidário), numa dinâmica de explicação teórico-empírica do comportamento eleitoral; as teorias organizacionais, focadas na ação dos agentes políticos e sociais na promoção do envolvimento político dos cidadãos, considerados parte ativa da construção da sociedade, de que Mancur Olson (1999) e Robert Putnam (2000) são um ilustres representantes; e as teorias individuais, focadas nas motivações respeitantes à ação primária de cada indivíduo, ou seja, à ação individual desprovida da análise contextual, como é próprio dos teóricos da escolha racional.

A presente classificação permite enquadrar o nosso estudo na teoria do novo institucionalismo, numa procura de elementos do sistema político e dos seus principais subsistemas que condicionem a participação eleitoral ou a abstenção eleitoral, relacionando esta com o próprio funcionamento das instituições basilares da democracia. Neste contexto, o novo institucionalismo acaba por surgir como um movimento de reação a dois fenómenos, a saber: “a ausência de cientificidade do antigo institucionalismo e a ausência do contexto institucional nas abordagens comportamentalistas – tanto as indutivas (...) como as dedutivas” (Peres, 2008: 60).

No que diz respeito à relação entre as referências contextuais e as referências individuais, Pippa Norris (2002) propõe três níveis de análise, a saber: um nível macro, onde

aborda os fatores sociais e institucionais, ou seja, decorrendo essa análise das teorias macro de modernização social e das teorias institucionalistas — inserindo-se, nesta última, elementos como o sistema eleitoral, bem como o grau de competitividade eleitoral e a magnitude dos círculos eleitorais (a que acrescentaremos outros elementos no nosso quadro de análise). O segundo nível — meso — incide sobre os fatores organizacionais, salientando-se o papel dos sindicatos, dos partidos políticos, dos movimentos sociais e da comunicação social na mobilização da sociedade civil para a participação política. O terceiro nível de análise — micro — aborda as motivações individuais, correlacionando esse aspeto com os próprios recursos à disposição do indivíduo, como por exemplo, o tempo disponível para a sua participação política⁶⁰.

Figura 1.1. Modelo de análise do ativismo político



Fonte: Pippa Norris, 2002. Adaptado por Martins, 2004. Readaptado.

O modelo acima mencionado vem ao encontro da necessidade de equacionar e estudar os diversos modelos que conduzem / facilitam a participação eleitoral. No âmbito da presente investigação, utilizaremos este modelo de análise como o nosso modelo de base, incidindo a nossa investigação numa vertente macro, em virtude da atenção dada a alguns elementos do sistema político e seus subsistemas e a participação nas eleições legislativas.

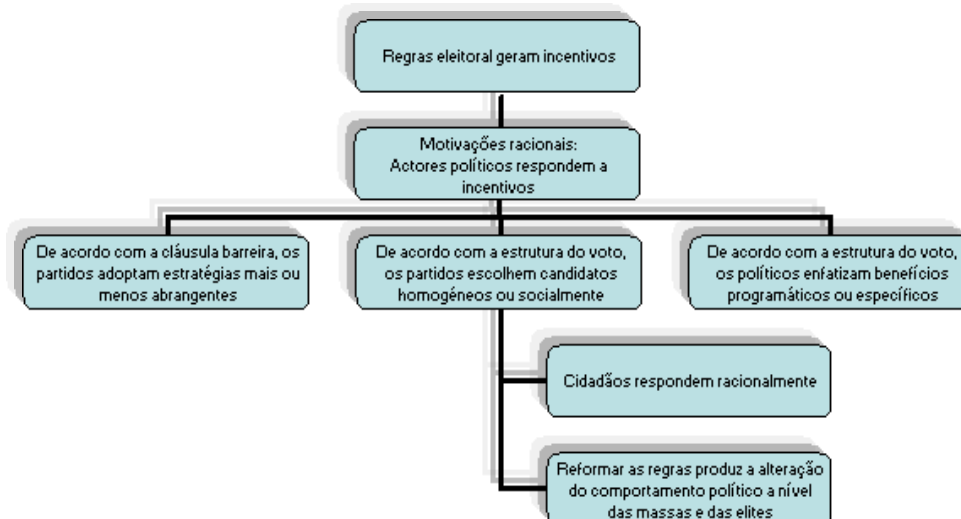
⁶⁰ Para uma visão geral do modelo ver: Norris, 2002; 2008.

Com efeito, se atendermos à especificidade dos sistemas eleitorais e das possíveis mudanças realizadas pelos atores políticos e legisladores, facilmente se conclui que as regras eleitorais são percecionadas como o conjunto de leis que permite gerir todo o processo eleitoral, sendo que estas se encontram registadas em documentos oficiais, tais como a constituição, os estatutos legais, os códigos de conduta e os procedimentos administrativos autorizados por lei (Norris, 2002).

Neste caso concreto, considerando os diversos estudos sobre a temática e, tendo em consideração, a importância do ambiente macroeconómico no caso português e espanhol, readaptamos o modelo de modo a incluirmos também, e ainda a nível macro, os fatores económicos na presente análise.

Analisando a Figura 1.2., que retrata o modelo institucionalista de escolha racional, constatamos que Pippa Norris estabelece um conjunto de regras perante a adoção de determinadas regras eleitorais, sendo que essas regras correspondem às atitudes que os atores políticos e as massas adotam consoante a alteração verificada. De facto, observa-se que tanto os atores políticos como as massas respondem racionalmente a incentivos que são introduzidos no sistema, mediante a adoção de determinadas mudanças nas regras eleitorais⁶¹.

Figura 1.2. Modelo institucionalista de escolha racional



Fonte: Pippa Norris (2002). Adaptado.

⁶¹ A perspetiva institucionalista permitiu descobrir o papel das instituições, não apenas o seu foco formal, mas também do sentido de identificar e analisar comportamentos ritualizados, ao mesmo tempo que gera expectativas sobre o papel que cada instituição deve desempenhar na sociedade. Sobre este assunto ver: March e Olsen, 1989.

Perante determinados elementos, como a cláusula barreira ou a estrutura do voto, os partidos políticos agem de forma diferente, procurando uma maior captação de apoio eleitoral. Esta perceção vai ao encontro do próprio funcionamento dos sistemas políticos em grande escala, com a introdução de *inputs* e a necessária produção de *outputs*, podendo estes corresponder a uma maior articulação do fenómeno da participação com a concretização dos ideais democráticos⁶².

Ao estruturarmos a presente investigação, atribuímos um destaque à própria visão nomológica da investigação, ou seja, aferimos a possibilidade de existirem relações de causalidade entre as variáveis, recusando contudo uma abordagem de efeitos causais, universais, mecânicos e sistemáticos, o que nos permite demarcar do positivismo clássico e situarmo-nos no pós-positivismo. Esta perspetiva vem ao encontro da necessidade de estabelecer e estudar um conjunto de variáveis dependentes e independentes⁶³. Com efeito, aferindo essa correlação, estaremos mais perto de compreender o funcionamento do sistema político e seus respetivos subsistemas, criando bases explicação do fenómeno eleitoral, neste caso concreto da participação eleitoral.

1.3. Fontes Documentais

Ao longo da investigação e no processo de recolha dos dados de análise, salientamos aqui a opção de recorrer a diversas fontes de documentação. Neste caso, é de realçar a natural dificuldade de recorrer a fontes de documentação primárias ou diretas, pelo que a maior parte das fontes utilizadas no decorrer da investigação assumem um carácter secundário ou indireto, ou seja, não resultam de produção direta dos intervenientes no processo de decisão,

⁶² Iremos regressar à aplicação e à importância do efeito de retroação no capítulo IV, quando analisarmos diretamente os dados da presente investigação. No entanto, não podemos deixar de referir que o processo de reformulação das regras eleitorais poderá estar na base de um novo modelo de relação entre os eleitos e os eleitores.

⁶³ A análise dos sistemas eleitorais não está desprovida de diversas interpretações e variadas análises, tanto ao nível do funcionamento do sistema, como do estudo dos efeitos dos sistemas eleitorais. Numa breve incursão pela bibliografia existente, verifica-se que alguns investigadores optam pela perspetiva nomológica, ou seja, baseiam a análise em relações causa-efeito, enquanto que outros investigadores utilizam perspetivas antinomológicas, onde sobressaem os efeitos multicausais, ou seja, estamos perante um estudo dos efeitos numa base circular. Sobre esta conceptualização ver: Nollen, 2007.

correspondendo a diversas obras literárias que abordam o nosso objeto de estudo. Esta delimitação corresponde a duas opções possíveis, a análise com base nos conteúdos dos documentos ou com base na origem dos mesmos (Fernandes, 2008).

Sobre a utilização de fontes de documentação direta ou primária, refira-se, não só a dificuldade de acesso a essa informação, mas também aquilo que Adriano Moreira (2003) designa de “mentira razoável”, para expressar as possíveis divergências entre o que o Poder diz e aquilo que realmente faz e escreve. O mesmo o autor salienta ainda a importância de atentarmos para o próprio “silêncio do Poder”, ou seja “aquilo que os agentes do Poder sistematicamente não falam, ou impedem que se fale, e que é frequentemente o mais importante dos factos a tomar em consideração” (*idem*: 126), algo que poderá suceder no discurso em torno da “abstenção” e do “voto útil”.

Neste caso, destacamos o recurso aos diversos estudos já realizados sobre o fenómeno da participação política e, dentro desta, da participação eleitoral, bem como sobre a abstenção e o comportamento eleitoral dos cidadãos, com especial relevo nas diversas publicações científicas. No que diz respeito aos resultados eleitorais, a opção foi a de utilizar os dados oficiais disponíveis na Comissão Nacional de Eleições (CNE), no caso português e na Junta Electoral de España, no caso espanhol.

Partimos cientes da dificuldade de enveredar por um estudo comparativo e sincrónico, no entanto, tal como realçamos anteriormente o regresso à análise das instituições (neoinstitucionalismo), bem como a peculiaridade do período escolhido, impõem uma análise abrangente e que permita testar diversas hipóteses explicativas da influência do sistema político e dos seus subsistemas, bem como do ambiente macroeconómico, sobre as decisões dos eleitores.

Capítulo I – Sobre o objeto de estudo e a participação eleitoral

O processo de delimitação de qualquer trabalho científico passa pela necessidade de formularmos o nosso objeto de estudo, bem como equacionar as diversas hipóteses de trabalho. No entanto, importa referir que este processo nunca estaria concluído sem a necessária conceptualização, processo pelo qual determinamos as diversas dimensões dos conceitos centrais da investigação, uma vez que sendo estes sempre uma construção abstrata, esta nos permite obter uma visão mais clara do real (Quivy e Campenhoudt, 2008: 121-122).

De facto, qualquer modelo de análise baseia-se na necessária delimitação dos conceitos e sua operacionalização, “sem ela é impossível imaginar um trabalho que não se torne vago, impreciso e arbitrário” (*idem*: 111), pelo que optamos por não aprofundar a discussão metodológica sobre a necessidade de formular conceitos que orientem a investigação⁶⁴. De facto, vários autores apontam o caminho da conceptualização como ponto de partida de qualquer investigação, salientando que “há qualquer coisa de estranho no sentimento dos académicos de que não é necessária uma definição (...) inevitavelmente há uma falta de luz na disciplina porque é difícil ver coisas que são indefinidas (Schattschneider, 1969: 8), o que suporta a nossa tese inicial da necessidade de partimos para esta investigação com uma concreta operacionalização dos conceitos-chave.

Nesse sentido, compreende-se a perspetiva de Hans J. Morgenthau (1944) quando afirma que a limitação das ciências sociais pode resultar do facto de esta ter de “desempenhar a sua habitual função, isto é, apresentar uma série de possibilidades hipotéticas, cada uma das quais pode concorrer sob certas circunstâncias — e qual delas realmente se verificará depende da perspicácia de cada um”. Numa tentativa de conciliação entre as diferentes perspetivas face à importância da conceptualização prévia antes da investigação propriamente dita, Adriano Moreira (2003) considera que existe a necessidade de se reconhecer, muitas vezes, o carácter

⁶⁴ De facto, alguns autores sustentam a ideia de que a conceptualização inicial não deve decorrer com base em perspetivas /conceitos fechados, pelo que a noção de “conceito operacional” vem ao encontro das duas perspetivas, permitindo uma conceptualização prévia, que posteriormente seria aprimorada e substituída por conceitos mais claros. Ou seja, numa linha que sustenta mais o processo de intuição do que a predefinição de objetivos (Moreira, 2003).

provisório, tentativo e pragmático das definições utilizada, algo que ganha maior relevo quando se abordam temas mais recentes⁶⁵.

As vantagens da presente delimitação e o seu papel no processo de enquadramento do nosso objeto de estudo são passos obrigatórios atendendo ao debate em torno dos processos de construção da investigação científica.

Este pressuposto metodológico lança-nos na necessidade de nos centrarmos, primeiro, no conceito fulcral da presente investigação, para depois abordar o mesmo mas relacionando-o com um conjunto de conceitos operacionais que permitem compreender a abrangência da participação eleitoral, tais como a abstenção, o voto, a participação política, a dicotomia entre as eleições de primeira e segunda ordem, entre outros.

I.1. Participação eleitoral

Um das formas mais usuais e diretas dos cidadãos concretizarem a sua participação política nas democracias contemporâneas é através da participação eleitoral, exercendo o direito e / ou dever de voto nas diversas eleições realizadas em cada país. De facto, a análise da participação política, e de todas as suas modalidades, é fundamental para o enquadramento teórico e conceptual que pretendemos efetuar do nosso objeto de estudo.

A participação política, entendida de forma global, realça o envolvimento dos cidadãos no processo de decisão política, enfatizando o seu papel na determinação das prioridades e funcionamento da sociedade. Com efeito, a participação política é uma das formas mais visíveis (e acessíveis) de concretizar esse envolvimento, correspondendo a “relações que decorrem sob formas, modalidades, frequências e intensidades diversas entre indivíduos, grupos, associações e instituições” (Pasquino, 2002: 49). Numa sistematização mais global, a participação política corresponderia ao “conjunto de atos e de atitudes que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares” (*idem*: 50).

Se atendermos a esta especificação (legalidade vs. ilegalidade) podemos identificar três grandes modalidades de ação, a saber: as legais, reconhecidas pelas normas e

⁶⁵ Esta perspetiva imbrica precisamente com a ideia de revermos as definições encontradas, num percurso sistemático de verificação dos limites conceptuais em que baseamos a nossa investigação.

procedimentos vigentes; as não ilegais (ou semilegais), aceites em termos gerais, mas que não são reconhecidas legalmente, e, por fim, as ilegais, cujo âmbito de ação coloca em causa a estabilidade do sistema e o próprio funcionamento da democracia⁶⁶.

Nesse sentido, acompanhamos a perspetiva de que a participação política “tanto pode referir-se a atos dos cidadãos que visam apoiar os governantes ou introduzir exigências no sistema político, como pode associar-se ao carácter legal ou ilegal dos atos praticados” (Martins, 2004: 40).

No entanto, considerando o carácter multidimensional do conceito, bem como as múltiplas interpretações e formas de abordagem, verifica-se que o conceito varia de acordo com o grau e o âmbito da participação, bem como face à consideração da participação política como variável dependente ou independente. Nesse sentido, compreende-se as dificuldades em delimitar a sua natureza, modos, formas e determinantes, pelo que encontrar uma posição consensual face à operacionalização do conceito se torna uma tarefa não só difícil como até ingrata.

Perante estas dificuldades, o melhor procedimento metodológico é começar por enquadrarmos o fenómeno da participação eleitoral, o que significa que importa fazer uma breve incursão sobre as diversas formas de participação política, sendo de destacar a exposição a solicitações públicas, o ato de votar, a iniciação de uma discussão política, o consumo de informação política, a persuasão no sentido de convencer alguém a votar de determinada forma, o uso da militância partidária, o estabelecimento de contatos com funcionários e dirigentes políticos, o financiamento de um candidato ou partido, a participação num comício, o empenho voluntário numa campanha eleitoral, a participação em reuniões, a angariação de fundos para causas políticas, candidatar-se a um cargo político e ocupar cargos públicos ou partidários⁶⁷.

Recorrendo a uma tipificação mais simples, Verba, Nie e Kim (1978) destacam quatro formas de participação política, a saber:

- i) participar em campanhas eleitorais;

⁶⁶ Para além das formas de participação reconhecidas pelas normas, existem ainda formas não reconhecíveis, mas aceitáveis (semilegais) e as formas que assumem um grau de ilegalidade relevante. Sobre esta classificação ver: Binder, 1977; Pasquino, 2002 e Martins, 2004.

⁶⁷ Para aprofundar a classificação das formas de participação política ver: Lane, 1959; Milbrath, 1965; Milbrath e Goel, 1976; Huntington e Nelson, 1976; Verba, Nie e Kim, 1978; Rose, 1980; Barbagli e Macelli, 1985; Verba *et al.*, 1987; Birch, 1993 e Pasquino, 2002.

- ii) desenvolver atividades dentro de grupos políticos;
- iii) votar em eleições gerais e outras;
- iv) contatar dirigentes políticos e partidários, o que acaba por reduzir a perceção sobre as formas de intervir politicamente.

Do mesmo modo, tem sido proposta a tipificação das formas de participação política em convencionais (atividades comunitárias, colaboração com atividades partidárias e eleitorais, atividades de comunicação e contatos especializados) ou não convencionais, como, por exemplo, ações de protesto (Milbrath e Goel, 1976). Por outro lado, é extenso o debate em torno do carácter ativo e passivo da participação política. De facto, se em relação ao envolvimento ativo, o debate gira em torno do grau, já no que respeita ao envolvimento passivo alguns autores questionam mesmo a sua integração como forma de participação⁶⁸.

Esta distinção encontra-se patente no estudo de Almond *et al.* (2003) que consideram que existe um carácter dual no comportamento dos indivíduos, a saber um papel ativo e um papel passivo desempenhado na sociedade. No primeiro caso, destacam a rede de interesses pessoais, o que leva os cidadãos a estabelecerem grupos formais ou informais de ação; a agregação de interesses, focada no apoio explícito a partidos ou candidatos, nomeadamente o ato de votar ou a participação numa campanha eleitoral e o processo de tomada de decisões, quando os cidadãos tomam parte ativa em instituições do poder local, por exemplo. No segundo caso, os autores salientam o facto dos cidadãos serem diretos contribuidores da sustentação do Estado (pela via dos impostos), serem diretos recetores dos seus recursos e das suas políticas (veja-se a aplicação do modelo do Estado Social) e cumprirem e respeitarem as normas e valores instituídos na sociedade.

De um modo mais explícito, Ekman e Amnå (2009: 8) consideram que a participação latente (passiva) pode ser baseada na “simples observação de que os cidadãos fazem atualmente muitas coisas que não são diretamente classificadas como «participação política», mas que ao mesmo tempo têm ou produzem um grande impacto nas futuras atividades políticas de tipo convencional”. Ou seja, poderão estar na base desses futuros comportamentos por parte dos cidadãos.

⁶⁸ Ao analisarmos a participação política verificamos que há autores que consideram que o voto poderá ter uma interpretação ativa ou passiva, dependendo do grau e da operacionalização destes dois conceitos. Sobre esta temática ver: Lane, 1959; Milbrath e Goel, 1976; Martins, 2004 e Ekman e Amnå, 2009.

Nesse sentido, os autores destacam a importância de se distinguir a “participação política latente” da “participação política manifesta”, num contexto de formas individuais e formas coletivas de participação.

Quadro 1.1. Participação Política Latente e Manifesta

Participação Cívica (participação latente)		Participação Política Manifesta (participação ativa)		
Envolvimento – interesse	Envolvimento Cívico – ação	Participação Política Formal	Ativismo (participação extraparlamentar)	
			Legal	Ilegal
Formais Individuais				
Interesse pessoal por assuntos políticos e questões sociais; Acompanhamento de assuntos políticos.	Atividades baseadas no interesse pessoal e no acompanhamento das questões políticas e sociais.	Participação eleitoral e atividades de contato com os atores políticos.	Formas de participação extraparlamentar: fazer ouvir a sua voz ou fazer a diferença por meios individuais.	Atos ilícitos realizados numa base individual e motivados por questões políticas.
Formas Coletivas				
O sentimento de pertença a um determinado grupo ou coletivo com um perfil político distinto ou agenda própria. Estilo de vida relacionado com opções políticas (identidade, roupas, música, alimentação, valores).	Trabalho voluntário parra melhorar as condições de vida da comunidade local, para ações de solidariedade ou ajudar os outros (fora do círculo familiar ou de amigos).	Participação política organizada: filiação num partido político, num sindicato ou outra organização cívica.	Formas organizadas de forma débil ou participação política em rede: novos movimentos sociais, manifestações, greves e protestos.	Atividades e protestos violentos e ilegais: manifestações, motins, danificação de propriedades; invasão de edifícios, confrontos com a polícia ou oponentes políticos.

Fonte: Eckamn e Amnå, 2009. Adaptado e traduzido pelo autor.

Num outro contexto, os autores (*idem*: 22) identificam igualmente formas de não-participação, referindo-se a formas ativas (comportamentos antipolíticos) e formas passivas (comportamentos apolíticos). No primeiro caso, destacam uma atitude de recusa de

informação política (por exemplo os cidadãos que se recusam a ler ou a assistir a programas políticos) e, no segundo caso, referem aqueles que consideram a política uma atividade desinteressante e nada importante. No entanto, convém referir que o debate em torno desta classificação é constante, precisamente pela dificuldade em delimitar o âmbito da ação vs. participação e da não ação vs. participação.

Recuperamos, deste modo, a visão de Meirinho Martins (2010: 21) quando afirma que o “comportamento do cidadão alheado pode ter consequências diversas para o funcionamento e para a eficácia dos sistemas políticos” pelo que faz sentido a sua integração (o envolvimento passivo) nas formas de participação política, até porque este alheamento pode estar na base de futuras alterações / reformas eleitorais⁶⁹.

Com base nos objetivos e no enquadramento do presente trabalho, não pretendemos alongar-nos muito mais sobre as múltiplas dimensões que o conceito pode assumir, nomeadamente as diversas variáveis de análise (carácter mais ou menos objetivo, direto ou indireto, ativo ou passivo) do fenómeno da participação, bem como os diversos graus de concretizar esse envolvimento. *Ou seja, entendemos a participação política como a forma que os cidadãos dispõem de intervir na vida pública e política, com o objetivo de influenciar a tomada de decisões públicas tomadas pelo poder político.*

Visão que encontra eco na perspetiva de Barber (1984), quando refere que a participação política deve ser entendida como um instrumento de realização plena do cidadão, tanto ao nível da sua presença na comunidade social e política, como ao nível da atuação dos mesmos no processo de decisão política. Esta perspetiva aproxima-se da ideia da objetividade do conceito de participação política, uma vez que remete para atividades que possam ser diretamente observáveis, ou seja, implica a existência de uma ação política concreta, um comportamento (*political behaviour*).

Esta visão assenta igualmente na ideia de que a participação política pode visar “manter ou modificar a estrutura (e, consequentemente, os valores) do sistema de interesses dominante” (Pasquino, 2002: 50). De facto, ao abordamos o fenómeno da abstenção eleitoral nas eleições legislativas incorremos numa análise direta de um tipo de participação política,

⁶⁹ Este envolvimento passivo pode adotar diversas formas, tais como o simples consumo de informação política ou a discussão sobre assuntos políticos, desde que não assuma o objetivo de persuadir ou mobilizar de outras pessoas (Parry *et al.*, 1992).

sendo que a ausência do voto corresponde a uma forma de influenciar diretamente os resultados eleitorais, bem como a análise realizada ao processo eleitoral. Recorrendo a uma breve incursão sobre o discurso dos agentes políticos, constatamos um apelo recorrente à participação eleitoral, havendo a ideia de que a abstenção só poderá favorecer o *status quo* ou os seus opositores.

Compreendendo a abrangência e a complexidade do conceito em causa, atribuímos especial destaque a dois conceitos interligados, a participação eleitoral e o voto. Nesse sentido, observamos a participação eleitoral como a “forma de participação que mais diretamente determina quem assume o poder e que afeta de forma mais abrangente o conjunto da sociedade” (Freire e Magalhães, 2002: 16). Estamos perante uma dinâmica de controlo do exercício do poder político, sendo que a base reflete o poder atribuído aos cidadãos⁷⁰.

Recorrendo a esta definição, facilmente se percebe a importância e o impacto da participação eleitoral sobre o funcionamento do sistema político e sobre as ações desenvolvidas pelos diversos agentes políticos. Verifica-se, deste modo, que “as suas consequências são imediatas e significativas, em termos de influência sobre a seleção dos governantes aos vários níveis e, nos sistemas políticos concorrenciais, pelo menos parcialmente, também sobre o tipo de políticas que virão a ser executadas” (Pasquino, 2002: 53). De acordo com o sistema eleitoral adotado, os eleitores podem ver a sua liberdade de escolha restringida ao caucionar as escolhas efetuadas pelas máquinas partidárias (listas bloqueadas e fechadas), levando a um afunilamento no processo de escolha dos representantes.

De um modo bastante sucinto e pragmático, podemos definir a participação eleitoral como a participação levada a cabo por um “conjunto dos indivíduos, que dispondo de capacidade eleitoral, exerceram o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos, na eleição em causa (Freire e Magalhães, 2002: 21). Esta prerrogativa encontra-se, aliás, garantida em termos constitucionais, permitindo aos cidadãos fazer ou tomar parte na vida

⁷⁰ A questão da liberdade de escolha e do poder do voto tem sido debatida por diversos autores ao longo da história, sendo marcante a visão que Jean-Jacques Rousseau atribui ao processo eleitoral quando afirma que: “o povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do Parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos da sua liberdade, o uso que dela faz, mostra que merece perdê-la” (Rousseau, (1762) 1974: 260).

política e eleitoral⁷¹. A abordagem realizada difere, em termos de perspetiva, do conceito de abstenção. Se é certo que os dois conceitos congregam em si os mesmos dados e resultam das mesmas fontes, a diferença reside na abordagem atribuída ao valor da abstenção ou ao valor da participação eleitoral⁷².

Embora se verifique uma variação significativa das taxas de participação eleitoral, a mesma não deixa de corresponder a uma das mais importantes formas de participação política, não podendo ser equacionada a realização de eleições sem participação, ou seja, o próprio processo democrático exige a sua concretização. Deste modo, estamos perante uma “participação política (eleitoral) quando os cidadãos influenciam de forma determinante o processo de decisão política” (Martins, 2003: 23). A presente visão não implica a existência de uma percentagem mínima de participação para validar ou legitimar o resultado de cada eleição, nem questiona a legitimidade dos representantes eleitos, uma vez que a legitimidade está assegurada pelo processo eleitoral em si e não pela taxa de participação⁷³.

A crescente tendência de diminuição da participação eleitoral nas últimas décadas nas democracias ocidentais⁷⁴ não retira validade ao facto da participação eleitoral continuar a ser a forma mais difundida e universal de participação política, sendo as diferenças observadas resultado das especificidades de cada sistema político e eleitoral, bem como das diferentes características políticas e institucionais de cada sistema (Pasquino, 2002).

A participação eleitoral assume-se, por conseguinte, como uma forma legal de participação, reconhecida pelas normas e pelos procedimentos vigentes, atendendo à visão tripartida das formas de participação (legais, semilegais e ilegais) já mencionadas atrás. Nesse sentido, refira-se que a “participação eleitoral pode constituir, quer o momento culminante de

⁷¹ Previsto no artigo 49.º da CRP: “Têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de dezoito anos, ressalvadas as incapacidades previstas na lei geral” (Constituição da República Portuguesa, 2004: 51).

⁷² A análise sobre o grau de adesão a cada ato eleitoral pode sofrer variações, de acordo com o foco da análise. Não é indiferente destacar a taxa de participação eleitoral ou, por outro lado, salientar o número total de eleitores que se abstiveram de votar.

⁷³ Refira-se que se analisarmos a taxa de participação eleitoral nas eleições presidenciais de 2011, constatamos que Cavaco Silva obteve uma vitória à primeira volta, com 52,95% dos votos contabilizados, sendo que acorreram às urnas 46,52% dos eleitores inscritos. Ou seja, a vitória foi alcançada com cerca 23,11% dos eleitores recenseados à data das eleições. Dados consultados em: <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=23&mes=01&ano=2011&eleicao=pr>.

⁷⁴ Vários estudos confirmam um decréscimo da participação eleitoral, principalmente a partir da década de 1990 em várias democracias ocidentais. Sobre esta matéria ver: Lane e Ersson, 1999; Gray e Caul, 2000 e Freire e Magalhães, 2002.

um conjunto de outras atividades de participação política, quer o momento inicial, quase uma condição prévia, de atividades ulteriores de participação política” (Pasquino, 2002: 59).

Esta premissa conduz-nos à necessidade de especificar a própria conceptualização da participação eleitoral, uma vez que a referência ao exercício do voto é limitativa da sua abrangência. A participação eleitoral poderá englobar o ato de ser candidato a uma determinada eleição ou participar na campanha eleitoral de um determinado partido ou candidato, ou seja, abarca um horizonte de ação superior ao simples ato de votar, embora no contexto da presente investigação nos cinjamos ao ato de votar.

I.2. O significado do voto

O voto apresenta-se como um ato simples de concretizar, embora o percurso seguido para a sua afirmação na cena global tenha registado inúmeros entraves, sendo que “nos mais diversos países o direito de voto nunca foi concedido nem assegurado de uma vez por todas, sendo frequentemente revogado e o seu exercício submetido a abusos e prepotências” (Pasquino, 2002: 59).

O processo de conquista dos direitos civis e políticos permitiu a extensão do direito de voto, facilitando o acesso dos cidadãos a esta forma de participação política⁷⁵. Ou seja, o voto é uma das expressões mais objetivas do comportamento eleitoral, sendo que não é um exclusivo dos regimes democráticos. De facto, alguns regimes ditatoriais ou autoritários utilizam o voto como forma de legitimar a respetiva ação e lideranças políticas⁷⁶.

A perspetiva tradicional indica-nos que o voto “é a forma encontrada pelos regimes democráticos para os cidadãos exprimirem as suas escolhas políticas, sociais ou morais, no caso de alguns referendos”⁷⁷, podendo o mesmo ser obrigatório ou facultativo, de acordo com a opção constitucional de cada país.

⁷⁵ Para uma breve incursão sobre a evolução dos direitos civis ver: Grofman e Davidson, 1992; Cruz, 2004; Ramos, 2004; Landman, 2006 e Keyssar, 2009.

⁷⁶ Como exemplo, refira-se a aprovação da Constituição de 1933 através de plebiscito nacional. A votação permitiu a concentração de poderes na figura do Presidente do Conselho (Oliveira Salazar). Refira-se que a denominação de plebiscito não é consensual, uma vez que o mesmo permitiu apenas delegar funções e não salvaguardar a verdadeira participação dos cidadãos.

⁷⁷ In: <http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/o-voto/o-voto.aspx>.

Importa ressaltar que as condições de exercício do voto estão asseguradas no artigo 49.º da Constituição da República Portuguesa (CRP, 2004: 51) quando refere no n.º 2 que “o exercício do direito de sufrágio é pessoal e constitui um dever cívico”. Esta visão vem ao encontro da ideia de Oliver Ihl (2000: 11) quando afirma que o voto é “um direito e uma liberdade, uma garantia e um poder”, que deve ser assegurado e concedido a todos os cidadãos. Esta premissa não altera o facto do ato de votar conter custos associados, fator, este, que leva a questionar sobre as motivações que levam os cidadãos a votar⁷⁸.

De acordo com as várias dimensões do voto, constatamos que se trata de “um dos instrumentos básicos de garantia do sistema democrático, condição *sine qua non* do seu funcionamento, quer se tenham em conta as assembleias representativas nacionais, quer as assembleias a nível do poder local, ou seja, sem a concretização do ato formal de votar, não seria possível a concretização da democracia nos termos que conhecemos atualmente⁷⁹.”

Com base na classificação de Ihl (2000) podemos identificar quatro elementos centrais do voto, a saber: a política eleitoral, o dispositivo do voto, o método eleitoral e as funções de decisão.

Quadro 1.2. Elementos centrais do voto

Política Eleitoral	Dispositivo do Voto	Método Eleitoral	Funções da Decisão
Tipo de estrutura social	Procedimento material dos votos	Regras de contagem	Designação
Perfil do votante e do candidato			Resolução
Natureza e intensidade da competição	Regras de acesso ao sufrágio	Modo de repartição dos postos eletivos	Mobilização
			Ratificação
			Legitimação

Fonte: Ihl, 2000: 23.

Com base na presente classificação verificamos que a política eleitoral resulta da conjuntura existente em cada processo eleitoral e que varia de acordo com os candidatos, os eleitores, o tipo de eleição em causa e a ação de todos os agentes envolvidos no processo

⁷⁸ Alguns autores referem que o interesse dos cidadãos pela política pode derivar de três fatores centrais: o estatuto social e económico; a consciência de classe e o sentido cívico e desempenho pessoal de cada indivíduo na sociedade. Sobre este assunto ver: Milbrath, 1965; Pizzorno, 1966; Tudesq, 1989 e Pasquino, 2002.

⁷⁹ Refira-se que alguns autores abordam o facto da mobilização política por vezes se reduzir à mobilização eleitoral, o que pode resultar do facto da mobilização eleitoral corresponder à forma mais visível da mobilização política. Sobre este fenómeno ver: Gaxie, 1989; Huard, 1989; Mayer, 1997, Ihl, 2000 e Pereira e Silva, 2008.

eleitoral. Quanto ao dispositivo de voto, este, corresponde aos mecanismos que permitem validar o processo de tomada de decisão. Por exemplo, os critérios que permitem o acesso ao voto e que foram variando ao longo do tempo (de acordo com o rendimento, a idade, o sexo, o grau de escolaridade, etc.). O método eleitoral identifica o método de contagem dos votos e de conversão dos votos em mandatos, permitindo efetivar a representação política. Por sua vez, as funções de decisão representam as consequências resultantes do voto e o modo como é feita a valorização institucional dos cargos atribuídos em função dos mesmos.

Uma destas funções visa dar voz ao eleitorado e à vontade dos cidadãos, ou seja, “o voto é também um ato que traduz de forma imediata as preferências dos eleitores individuais” (Pasquino, 2002: 61). Outros autores destacam que os fatores determinantes do voto podem resumir-se a três elementos: a identificação com o partido, as temáticas relevantes e a personalidade dos candidatos (Campbell *et al.*, 1960), numa combinação de preferências e prioridades face aos elementos analisados.

A abrangência do conceito do voto e das suas respetivas consequências ao nível social e político corresponde à perceção que o mesmo “faz girar sobre si uma atividade contínua de renovação e reconstrução permanente de esforços, no sentido da definição política de soluções ajustadas à dinâmica do sistema político” (Espírito Santo, 2011: 156). Ou seja, é um conceito em constante evolução e sujeito a múltiplas interpretações, que variam de acordo com o foco de cada estudo ou objetivos delineados pelas respetivas forças políticas. Em conformidade, representa um “ato político...que compreende para lá do indivíduo todo o Estado e através do qual ele designa os representantes” (Mayer, 1997: 11), numa dimensão que se aproxima da tentativa de aumentar a liberdade de escolha dos cidadãos no momento do voto, permitindo votar ideologicamente (partido) e / ou de forma personalizada (candidato) (Pereira e Silva, 2008).

Embora se verifique uma diminuição da participação eleitoral em diversos tipos de eleições, o que resulta num menor uso desta forma de participação política, não podemos inferir que essa tendência represente uma diminuição da importância social e política do voto. Mais do que equacionar a validade dos processos de votação, tem-se assistido a uma tentativa de rever os métodos do seu uso.

I.3. O aumento do fenómeno da abstenção eleitoral

Esta diminuição observável da participação eleitoral é transversal, tanto no domínio dos atos eleitorais nacionais, como no seio das democracias ocidentais. De facto, a afirmação e a consolidação da democracia no mundo ocidental tem permitido desenvolver um maior leque de estudos sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos, bem como sobre a ligação dos mesmos aos seus representantes políticos. Se é certo que numa primeira fase “a abstenção nem sempre foi considerada um objeto com dignidade científica, mas inserida antes na problemática do civismo / não civismo associada à participação política” (Matonti, 1998: 64), verifica-se atualmente que o fenómeno da abstenção é intrínseco a qualquer forma de participação política, sendo visível tanto nos processos eleitorais de primeira ordem (parlamento) e de segunda ordem (Parlamento Europeu e poder local)⁸⁰.

No caso do nosso estudo, a análise a desenvolver centrar-se-á sobre o conceito de abstenção no quadro institucional, político e económico para a Assembleia da República (Portugal) e para o Congresso de Deputados (Espanha), ou seja, a ausência do ato de votar por parte dos cidadãos nas eleições legislativas / parlamentares. Percorrendo a extensa bibliografia sobre o fenómeno constata-se a utilização de diversos critérios para aferir a abstenção, mas também para compreender os motivos que estão na base deste comportamento eleitoral, sendo que o contexto histórico, geográfico, político, económico e social de cada eleição condiciona a análise em cada ato eleitoral. No entanto, a própria delimitação do espaço democrático tem permitido o surgimento de estudos comparativos mais consensuais dentro da comunidade científica. Baseando a análise numa perspetiva comparada é possível destacar algumas tendências e regularidades do fenómeno da abstenção, tanto a nível nacional como europeu.

Refira-se que a análise do conceito de “abstenção” não se confunde com o conceito de “apatia política”, sendo este mais abrangente e com múltiplas interpretações, resultantes do seu “carácter polissémico, podendo referir-se à insensibilidade do cidadão às questões políticas (“cidadão apático”), ao seu desinteresse pela ação política (“cidadão apolítico”) ou

⁸⁰ Não deixa de ser interessante verificar que em determinadas medidas / assuntos os grupos parlamentares optam por se abster da votação, marcando uma posição de neutralidade face ao disposto a ser discutido. Ou seja, mesmo considerando estarmos a tratar de espaços de intervenção distintos e, naturalmente, com consequências diferentes, também os atores políticos utilizam a abstenção como forma de atuar no jogo político.

mesmo à perda gradual da consciência dos direitos e deveres políticos (“cidadão despolitizado”)” (Martins, 2004: 195). Não deixa de poder ser equacionada a ligação entre este fenómeno (os cidadãos apáticos, apolíticos e despolitizados) e a abstenção eleitoral, podendo os fenómenos estar correlacionados, pelo menos numa determinada proporção.

De um modo genérico, podemos afirmar que qualquer ato eleitoral produz um conjunto de exercícios matemáticos que vão desde a distribuição de mandatos, de acordo com as regras de representação e a fórmula eleitoral adotada, à análise do envolvimento dos cidadãos nesse processo, nomeadamente a contabilização do número de cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais⁸¹, bem como a confirmação daqueles que efetivamente optaram por exercer o direito e / ou dever de votar⁸². Se atendermos a este exercício matemático, facilmente se chega ao valor da abstenção eleitoral (a diferença entre o número de inscritos e o número de votos contabilizados nas urnas), pelo que nos deparamos com um “conceito fechado”, resultante da aplicação de uma fórmula matemática, mas do qual que se extrai igualmente consequências políticas muito profundas sobre a “qualidade de uma democracia” assente no voto democrático do povo.

Ao estruturar a investigação deparamo-nos com uma importante opção metodológica inicial, relacionada com as diferentes formas utilizadas para calcular o valor da abstenção eleitoral. Ou seja, a dúvida reside na utilização dos dados da abstenção oficial, recorrendo ao número de inscritos no recenseamento eleitoral, ou ao uso dos dados da abstenção real, utilizando o número total de cidadãos com 18 ou mais anos (idade mínima para votar em Portugal e em Espanha).

A opção realizada incide sobre a abstenção oficial, o que vem ao encontro da alteração da lei do recenseamento eleitoral que passou a considerar todos os indivíduos com 18 ou mais anos residentes em Portugal e detentores de nacionalidade portuguesa. Esta opção acarreta, em termos teóricos, alguns riscos, nomeadamente excluir os cidadãos com 18 ou mais anos não inscritos no recenseamento eleitoral – subavaliação do valor da abstenção — fator, esse,

⁸¹ Este número corresponde ao grupo de cidadãos com efetiva capacidade de poder votar, sendo que com as alterações registadas em 1999, no caso português, esse número corresponde a todos os cidadãos nacionais com 18 ou mais anos.

⁸² Esta dicotomia entre o direito e o dever de votar não está relacionada com a existência do voto obrigatório. Entendemos esta dicotomia como uma forma simples de apreender as diferentes perspetivas de encarar o ato de votar: como um direito ou como um dever de cidadania.

que dado o limite temporal (eleições legislativas portuguesas em 2005, 2009 e 2011 e eleições parlamentares espanholas em 2004, 2008 e 2011) do nosso estudo não se torna tão evidente.

O maior risco reside na possibilidade de sobredimensionar o valor alcançado, não só pelo número de óbitos não abatidos ou duplas inscrições, motivadas por alterações de residência⁸³, mas também pela dificuldade de contabilizar o número de cidadãos que, estando inscritos no recenseamento eleitoral (nos círculos correspondentes aos 18 distritos e às regiões autónomas), se encontram nesse momento emigrados (não estando inscritos nos círculos correspondentes à Europa e Fora da Europa)⁸⁴.

Este processo de “sobrecontabilização” do grupo de abstencionistas é denominado de “abstenção técnica”, resultante da inflação do número de inscritos no recenseamento eleitoral (Freire e Magalhães, 2002: 23). Naturalmente, a forma de evitar esta tendência é a realização de contínuos processos de “limpeza dos cadernos eleitorais” (atualização dos mesmos), processo pelo qual se efetua a eliminação dos registos de cidadãos falecidos ou / e a eliminação de todos aqueles que alteraram a sua morada para outra circunscrição eleitoral. Refira-se que este processo é ainda mais premente em períodos de uma elevada taxa de emigração, uma vez que os cidadãos fixam residência nos círculos eleitorais da Europa e do Resto do Mundo, estando deslocados da área de residência em que estão recenseados.

Se a opção incidisse sobre o cálculo da abstenção real, subtraindo ao número de cidadãos residentes com 18 ou mais anos no ato da eleição o número total cidadãos votantes, correríamos o risco de incluir nesta contagem um considerável número de estrangeiros sem capacidade eleitoral ativa. Esta situação, embora sendo mais visível em países com um elevado fluxo imigratório, não permitiria aceder a números fiáveis sobre o valor da abstenção eleitoral.

⁸³ Sobre a evolução deste fenómeno e as suas implicações nos valores da abstenção ver o estudo de Vasconcelos e Archer, 1991.

⁸⁴ Dentro desta sobrecontabilização refira-se que a tendência também se verifica em eleições que não incluem a participação dos cidadãos nacionais residentes e recenseados no estrangeiro, como as eleições autárquicas. Ou seja, o valor da abstenção não corresponde à realidade sócio-eleitoral nacional, permanecendo milhares de inscritos que efetivamente já não residem no território nacional. De facto, consultando os dados referentes ao recenseamento eleitoral de junho de 2013, verifica-se existir em Portugal 9485604 eleitores, um valor muito similar ao total de cidadãos com mais de 10 anos. A consulta destes dados pode ser efetuada em: http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/al_2013_mapa_4-a-2013_eleitores.pdf.

Sendo o processo de contagem dos valores da abstenção real dificultado por essa situação, optamos por recorrer aos dados da abstenção oficial, sendo de destacar as diversas alterações ao próprio Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral⁸⁵.

A presente conceptualização visa encontrar algumas explicações para o fenómeno da abstenção, sendo certo que as motivações individuais, relacionadas com os fatores socioeconómicos nos levariam para um estudo autónomo e bem mais abrangente, envolvendo uma abordagem teórica e metodológica diferente. A opção por este caminho (que exclui uma abordagem micro-individual e se centra numa perspetiva macro-institucional) resulta do facto da análise das motivações não influenciarem de forma direta o âmbito da presente investigação, embora não seja de desvalorizar a ligação entre essas motivações e a perceção que os cidadãos têm do sistema político e do funcionamento da democracia.

De igual modo, não analisaremos o conceito de abstenção fora do enquadramento eleitoral, pelo que a nossa abordagem se resume ao comportamento dos cidadãos que optam por não votar numa determinada eleição, visão que acaba por não se afastar do sentido epistemológico do próprio termo e que nos remete para um direito e / ou dever de cidadania.

Considerando estes pressupostos, verificamos que a tendência em Portugal e em Espanha tem sido de um aumento sustentado e contínuo dos valores da abstenção eleitoral em todos os tipos de eleições, embora a nossa abordagem sejam as eleições legislativas em ambos os países.

I.4. Eleições de primeira e de segunda ordem

O objetivo central da presente investigação reside precisamente na análise de um conjunto de características e variáveis do sistema político, eleitoral e do ambiente macroeconómico associado às eleições legislativas em Portugal e em Espanha, visando aferir o seu impacto na participação eleitoral. Desse modo, importa efetuar uma classificação das eleições existentes nos dois países, realçando a importância de analisar os moldes em que as

⁸⁵ A última das alterações ocorreu a 27 de agosto de 2008 (Lei n.º 47/2008), tendo o processo de recenseamento sido agilizado, deixando de ser efetuado através das Juntas de Freguesia e centralizado através de plataformas informáticas. A legislação pode ser consultada em: <http://dre.pt/pdf1s/2008/08/16500/0601706038.pdf>.

mesmas decorrem, bem como o impacto que os resultados eleitorais produzem no sistema político.

A presente distinção baseia-se na classificação de eleições de primeira-ordem e de segunda-ordem, resultando esta tipologia da percepção que determinadas eleições têm uma maior importância relativa no desenrolar do processo de decisão política, tanto ao nível do acompanhamento informativo que essas eleições beneficiam, como do relevo que os agentes / atores políticos atribuem a esses mesmos processos eleitorais. Esta tendência é igualmente confirmada pela percepção que os eleitores têm da importância do seu voto e da sua participação em determinadas eleições, havendo uma menor predisposição dos cidadãos para participar em eleições cujos resultados não determinam a escolha dos decisores políticos mais diretos, neste caso a nível nacional.

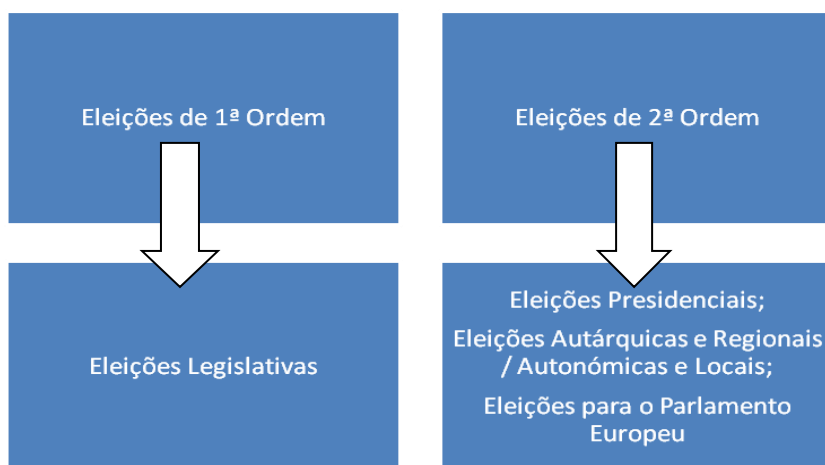
A primeira abordagem diferenciadora do fenómeno de eleições de primeira e segunda ordem foi efetuada por Reif e Schmitt (1980), tendo como modelo de estudo as eleições para o Parlamento Europeu de 1979, ano em que se realizaram as primeiras eleições diretas para este órgão em todos os nove Estados membros da Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia. De acordo com os autores, o modelo estabelecia as características das eleições de segunda ordem, como votações com menor importância, pelo simples facto de estarem menos coisas em jogo (Schmitt, 2005: 766). A simplicidade desta definição resulta não apenas do jogo de proximidades, nomeadamente da atribuição de responsabilidades pela gestão da “coisa pública”, mas também do distanciamento efetivo entre eleitos e eleitores e da definição das políticas públicas nacionais ser tradicionalmente atribuída aos governos de cada país. Ou seja, vigora um modelo conceptual que concilia a percepção que os cidadãos têm das eleições e a efetiva estrutura e influência dessas eleições sobre o sistema político⁸⁶.

A principal distinção reside no facto de nas eleições legislativas estar em jogo não apenas a composição dos parlamentos nacionais, mas também, e sobretudo, a distribuição do poder executivo nacional (caso de Portugal e de Espanha), o que significa que em sistemas em que o poder executivo é exercido pelo Presidente da República (ex. Estados Unidos da América ou França) esse papel é atribuído às eleições presidenciais. A estrutura e os

⁸⁶ No entanto, ressalva-se que a maior atribuição de competências ao Parlamento Europeu, bem como as alterações na estrutura de funcionamento da União Europeia produz uma análise distinta no próprio modelo de eleições de segunda ordem.

resultados eleitorais verificados nas eleições em Portugal e em Espanha permite traçar um quadro simplificado desta distinção:

Figura 1.3. Eleições de primeira e de segunda ordem⁸⁷



Nota: Esquema elaborado pelo autor.

Com base na figura 1.3. podemos verificar que dentro da tipologia das eleições de primeira ordem retemos apenas as eleições legislativas, sendo que as eleições para o Parlamento Europeu, as eleições autárquicas, regionais e as eleições autonómicas e locais são englobadas na tipologia de eleições de segunda ordem. De facto, “existe uma tendência muito generalizada a nível comparado para que haja um tipo de eleições especialmente decisivas e participadas e outros processos eleitorais considerados de segunda ordem” (Fàbregas, 1995: 15), algo igualmente constatado no caso espanhol.

Esta distinção não resulta de diferenças significativas na estrutura das eleições, nem quanto aos participantes nem quanto ao processo eleitoral em si, uma vez que, as eleições são “geralmente disputadas pelas mesmas forças políticas e possuem um sistema partidário idêntico” (Freire e Magalhães, 2002: 72).

Recorrendo à perspetiva de Schmitt (2005:766), verificamos que “as eleições de primeira ordem decidem quem está no poder e quais as políticas que vão ser adotadas”, sendo

⁸⁷ Refira-se que as eleições presidenciais apenas se realizam em Portugal, sendo que as eleições autonómicas e locais correspondem a designações de eleições em Espanha e as eleições autárquicas e regionais a eleições realizadas em Portugal.

de realçar que, no caso português, a maior ou menor intervenção do Presidente da República altera o enquadramento referido no que diz respeito à decisão sobre a estabilidade do executivo, uma vez que em cenários específicos e de acordo com o perfil do Presidente da República, este poderá desempenhar um papel determinante na escolha dos representantes responsáveis pelo poder executivo (Canotilho e Moreira, 1991; Lopes, 2013; Queiroz, 2013).

Por sua vez, ao analisarmos o funcionamento das eleições de primeira ordem verificámos três tendências fundamentais, a saber: uma maior politização da discussão, o que aumenta o destaque dado à disputa eleitoral — fator, este, que influencia a mobilização eleitoral, medida através da observação das taxas de participação eleitoral; a avaliação efetiva das políticas seguidas por um determinado Governo, ou seja, o voto de protesto a acontecer surgirá sempre perante os responsáveis pela adoção de políticas dos seus sucessores⁸⁸ e a maior tendência para a afirmação do “voto útil”, em virtude de estar em causa a formação do novo Governo, o que poderá favorecer uma concentração de votos nos partidos que tradicionalmente vencem as eleições em Portugal (Partido Socialista e Partido Social Democrata) e em Espanha (Partido Socialista Operário Espanhol e Partido Popular).

Este pressuposto vem ao encontro da ideia defendida por Franklin e Weber (2010) quando defendem que os eleitores neste tipo de eleições votam de forma racional, uma vez que, independentemente, do carisma do líder ou das políticas propostas, está em causa a escolha de uma solução governativa estável. Nesse sentido, os autores (*idem, ibidem*) constataam que os

eleitores não votam no partido com o qual se identificam, mas votam antes num partido que faça parte de um Governo do qual discordam — tudo em virtude da alternativa, em termos forças partidárias com vocação de governo, não se apresentar como uma solução melhor. (p. 8)

Na classificação tradicional das eleições de primeira e de segunda ordem são utilizados dois métodos: a verificação dos resultados eleitorais, nomeadamente os níveis de

⁸⁸ Nas eleições de segunda ordem poderá haver a tendência de demonstrar algum descontentamento face ao poder executivo em vigor, o que originará um voto de protesto que incide sobre outros atores políticos.

participação eleitoral, criando-se subgrupos face às diferenças observadas⁸⁹, ou então procede-se à divisão de cargos de carácter executivo governamental a nível nacional, resultante da eleição em causa. Face ao exposto, a clarificação do conceito implica uma junção destas duas perspetivas, ou seja, a confirmação de que nas eleições em que o poder político nacional não está em jogo se verifica uma menor participação eleitoral.

Os conceitos analisados (eleições de primeira e de segunda ordem) apresentam-se de forma bastante variável, dependendo da estrutura dos sistemas políticos em causa, bem como das variações da participação eleitoral. Tal como referimos, o reforço dos poderes do Parlamento Europeu, bem como a importância dada pelos eleitores ao fator proximidade (presente, por exemplo, nas eleições autárquicas, regionais, autonómicas e locais), podem contrariar a importância dada pelos cidadãos a estes processos eleitorais, reformulando o perfil (primário ou secundário) de cada eleição. De facto, esta tese contraria a “ideia de que a participação eleitoral dos cidadãos tenderá a ser maior, quanto maior for a proximidade dos órgãos a eleger” (Freire e Magalhães, 2002: 74). Por outro lado, o facto destas eleições serem utilizadas, muitas vezes, como barómetro de avaliação dos governos nacionais, pode ter um impacto significativo na condução da política executiva nacional⁹⁰.

A presente classificação permite-nos, contudo, justificar a opção pela análise das eleições legislativas, consideradas de primeira ordem, não existindo aqui qualquer variação de interpretação, o que já não sucede nas restantes eleições. De um modo global, podemos afirmar que as eleições legislativas produzem um maior impacto no funcionamento do sistema político, sendo que os assuntos relativos a estas eleições influenciam geralmente o sentido de voto dos cidadãos nas eleições de segunda ordem.

I.5. A abstenção Eleitoral em Portugal e Espanha – Um Cenário Retrospectivo Breve

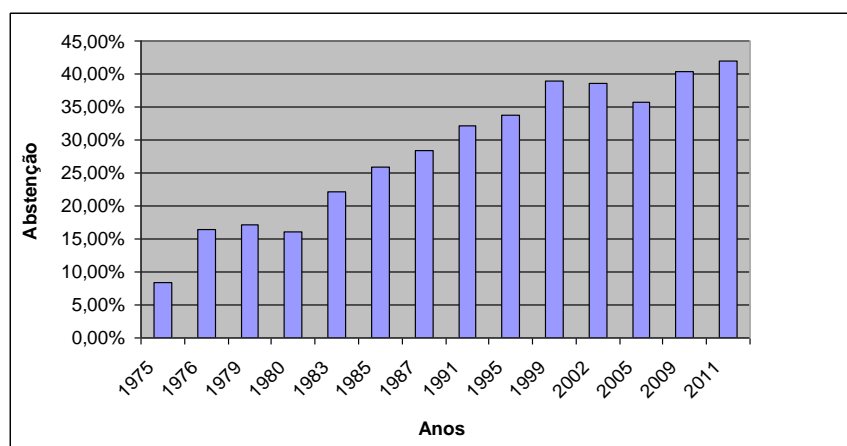
Nesse sentido, e procurando traçar um quadro evolutivo da abstenção em Portugal e em Espanha verifica-se um aumento substancial da abstenção nas eleições de primeira ordem,

⁸⁹ Refira-se que esta verificação é transversal e longitudinal, de modo a ser possível constatar essa regularidade. Sobre esse assunto ver: Freire e Magalhães, 2002; Schmitt, 2005 e Costa, 2010.

⁹⁰ As eleições que medeiam o período de governação de um executivo são, por vezes, utilizadas pelos eleitores para demonstrar o desagrado face à condução da política nacional, sendo possível verificar consequências políticas dos seus resultados. No caso nacional, refira-se o pedido de demissão de António Guterres (Primeiro-ministro) em 2001, após a derrota do Partido Socialista nas eleições autárquicas desse ano.

sendo que esse aumento ocorre numa proporção maior do que o aumento da abstenção nos demais atos eleitorais, o que tem promovido uma aproximação dos valores de abstenção verificados em eleições de primeira e de segunda ordem.

Gráfico 1.1. Evolução da abstenção nas eleições legislativas (Portugal)



Fonte: CNE – www.cne.pt.

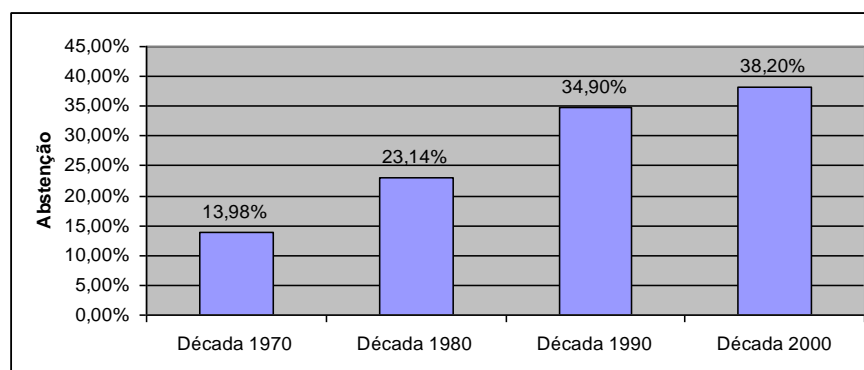
Se atendermos aos dados do gráfico 1.1., verificamos que apenas em três momentos da democracia portuguesa (1980, 2002 e 2005) se registou um valor de abstenção inferior ao registado nas eleições legislativas imediatamente anteriores. Embora não se possa traçar um quadro simplista desta situação, registre-se o facto dos três atos eleitorais em causa terem resultado de eleições antecipadas, em virtude da interrupção do mandato eleitoral anterior, podendo este fator ser considerado decisivo na mobilização eleitoral existente.

Em todos os demais momentos eleitorais analisados, verificou-se um acréscimo do valor da abstenção, sendo que entre 1975 (ano das eleições para a Assembleia Constituinte) e 2011 (ano das últimas eleições legislativas à data) o valor da abstenção eleitoral quintuplicou, atingindo nas últimas eleições legislativas o valor mais elevado de sempre, de acordo com os dados registados pela Comissão Nacional de Eleições (41,97%).

Naturalmente que a análise não poderá ser efetuada descontextualizada da realidade social, económica e política de cada ato eleitoral, como temos vindo a reiterar. Partindo da análise da abstenção, por décadas, observamos diferenças significativas no volume de participação eleitoral, o que obriga a traçar essa diferenciação.

O período pós-revolução, a que podemos chamar de “transição democrática”, fica marcado por um nível de participação eleitoral elevado, tendo a abstenção atingido um valor médio inferior a 14% nos três atos eleitorais realizados nessa década e inferior a 24% na década de 1980.

Gráfico 1.2. Abstenção nas eleições legislativas por décadas



Fonte: CNE – www.cne.pt.

Se atendermos à evolução da abstenção nas eleições legislativas, só a partir da década de 1990 verificamos uma estabilização nos valores registados, embora sempre com uma tendência contínua de crescimento⁹¹.

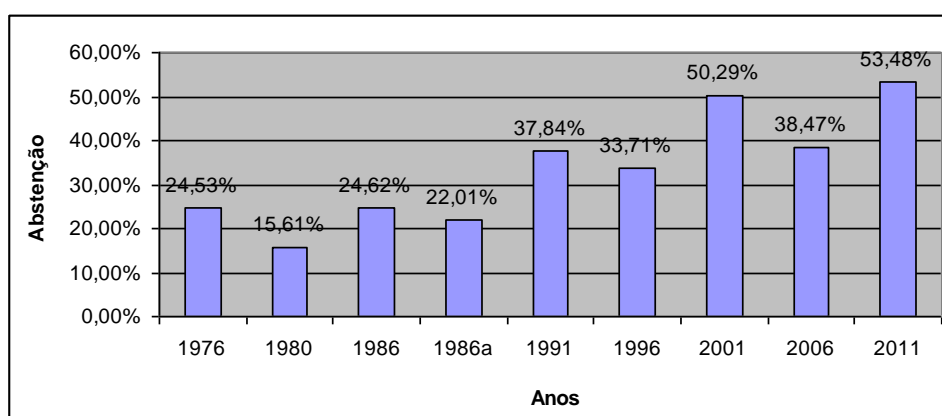
Não cabe na presente investigação analisar as causas das presentes variações, para esse efeito teríamos de analisar detalhadamente as influências sociais, políticas, institucionais e económicas que rodeiam cada eleição. No entanto, não poderíamos deixar de incluir esta perspetiva da evolução da abstenção eleitoral em Portugal e em Espanha. Refira-se que a presente evolução encontra paralelo nas restantes eleições realizadas em ambos os países.

Atendendo às eleições presidenciais portuguesas, realizadas de 1976 a 2011 (ano da reeleição de Cavaco Silva), verifica-se uma variação significativa do valor da abstenção, nomeadamente quando se compara os valores referentes ao primeiro mandato de cada Presidente da República — com a exceção de Ramalho Eanes, em 1976 — com os valores da abstenção no momento da reeleição. De facto, Mário Soares (1986), Jorge Sampaio (1996) e

⁹¹ O advento da democracia terá causado naturalmente uma maior mobilização eleitoral, depois de 40 anos em que vigorou o “Estado Novo”, período de privação de vários direitos civis e políticos. Esta perspetiva leva-nos a equacionar a hipótese de que a consolidação da democracia poderá estar diretamente correlacionada com o aumento da abstenção eleitoral.

Cavaco Silva (2006) foram eleitos para os respetivos primeiros mandatos com um nível de abstenção inferior ao registado nas suas reeleições (1991, 2001 e 2011, respetivamente).

Gráfico 1.3. Abstenção nas Eleições Presidenciais

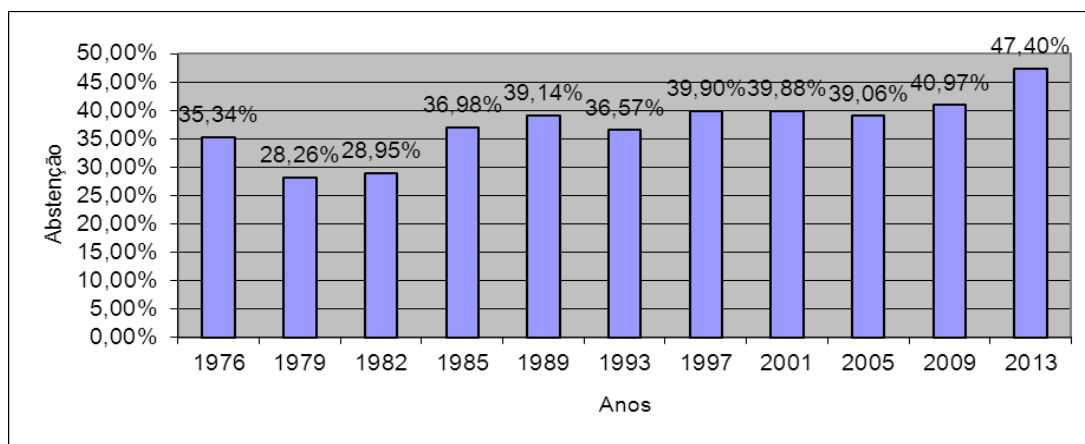


Fonte: CNE – www.cne.pt.

Não cabe também na presente investigação analisar a especificidade destes resultados, mas parece ser essa variável (tratar-se do primeiro ou do segundo mandato) um fator determinante no resultado da participação eleitoral, embora o aumento da abstenção, considerando unicamente o primeiro mandato de cada chefe de Estado, seja contínuo.

O mesmo cenário pode ser observado nas eleições autárquicas, pese embora se verifique o fator de proximidade, com a eleição dos representantes locais. Neste caso, constata-se um progressivo aumento da abstenção, no entanto, de entre as eleições realizadas a nível nacional, as eleições autárquicas são as que registam uma menor variação, com valores próximos desde 1985.

Gráfico 1.4. Abstenção nas Eleições Autárquicas



Fonte: CNE – www.cne.pt.

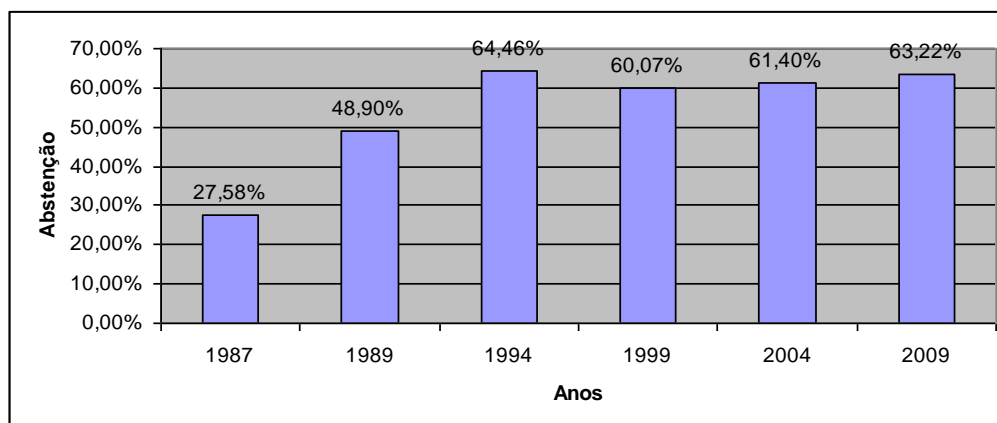
O presente gráfico permite-nos compreender essa dinâmica, bem como uma considerável redução da diferença entre a abstenção eleitoral verificada nestas eleições e nas eleições legislativas, aspeto apenas não confirmado nas eleições autárquicas de 2013, face à subida considerável da abstenção neste ato eleitoral. Considerando o fator de proximidade e a designação dos titulares do poder executivo local, podemos questionar a caracterização destas eleições como de segunda ordem, mas o aspeto que pretendemos registar é este maior equilíbrio ao nível da participação eleitoral nas eleições locais durante o período democrático⁹².

Um cenário distinto é o registado nas eleições para o Parlamento Europeu, realizadas em ambos os países desde 1987, um ano após a dupla adesão à CEE, sendo estas as eleições menos participadas em Portugal e em Espanha. Vários autores se têm questionado sobre o desinteresse generalizado dos cidadãos europeus perante este processo eleitoral, alicerçado na ideia de um “défice democrático” existente no funcionamento das instituições europeias⁹³.

⁹² Esta tendência permitir dar destaque à teoria que os eleitores tendem a participar em maior número quando em causa está a eleição de órgãos locais. Sobre este assunto ver: Sotillos, 1997.

⁹³ São vários os indicadores que atestam o desconhecimento dos europeus face à realidade institucional da U.E., sendo que o debate em torno das questões europeias é, muitas vezes, relegado para segundo plano em detrimento das questões iminentemente nacionais. Sobre a importância das eleições para o Parlamento Europeu ver: Terrenoire, 1994; Marsh, 1998; Corbett *et al.*, 2003 e Costa, 2010.

Gráfico 1.5. Abstenção nas Eleições para o Parlamento Europeu



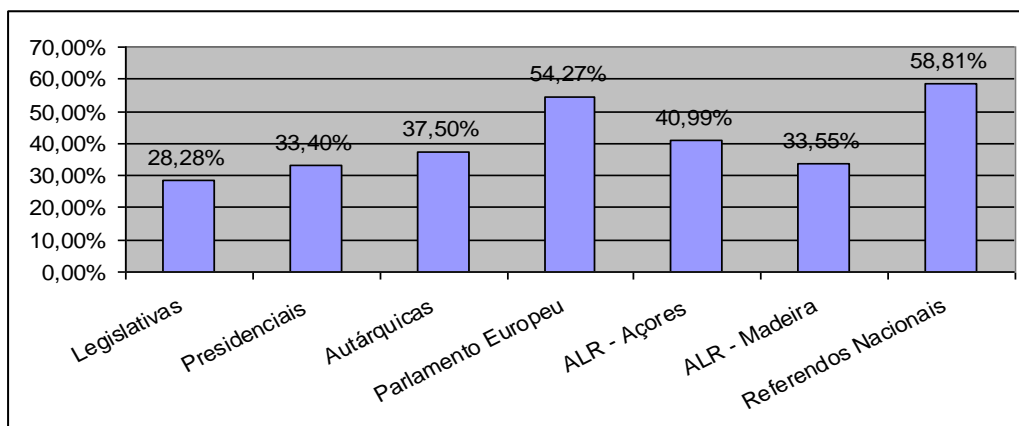
Fonte: CNE – www.cne.pt.

Perante o gráfico 1.5. verificamos uma estabilização dos valores da abstenção desde as eleições para o Parlamento Europeu em 1994, sendo que o valor registado nas primeiras eleições para este órgão (1987) é justificado pelo facto das mesmas terem ocorrido em simultâneo com as eleições legislativas desse ano⁹⁴.

Após esta breve retrospectiva do nível de abstenção nas eleições realizadas em Portugal, podemos concluir que as eleições legislativas (eleições de primeira ordem) são as mais participadas, embora se tenha vindo a registar um aumento mais significativo da abstenção eleitoral neste tipo de eleições. De facto, se atendermos unicamente à análise dos valores globais de abstenção, desde 1975 até 2011, corremos o risco de não compreender as atuais tendências da abstenção no nosso país, uma vez que o funil de participação tem aproximado o volume de participação dos cidadãos nos diversos processos eleitorais.

⁹⁴ Este procedimento é comum em alguns países, o que permite maximizar o volume da participação eleitoral, eliminando um conjunto de fatores que tradicionalmente distinguem os dois processos eleitorais.

Gráfico 1.6. Abstenção em Portugal



Fonte: CNE – www.cne.pt.

Com base nos dados recolhidos, as eleições para o Parlamento Europeu (realizadas desde 1987 no nosso país) e os referendos nacionais (dois realizados em 1998 e um realizado em 2007) registam valores de abstenção médios superiores a 50%, sendo os atos eleitorais menos participados. Mais regular é a taxa de participação eleitoral nas eleições autárquicas, nas eleições presidenciais e nas eleições regionais dos Açores e da Madeira.

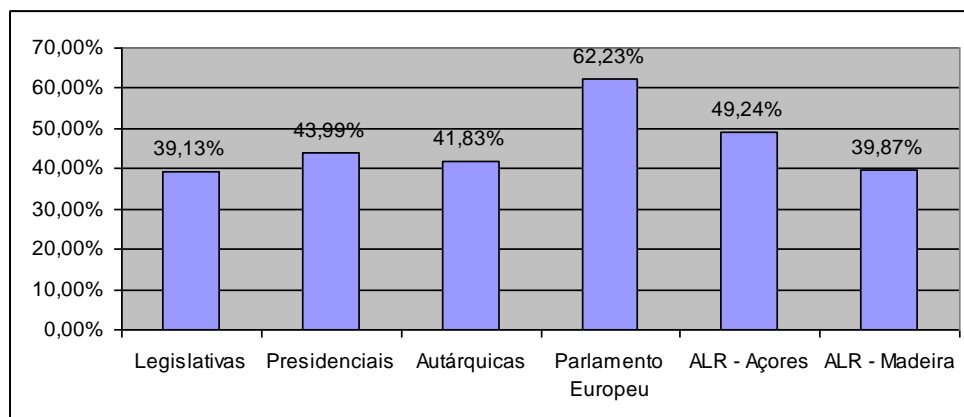
Contudo, se atendermos unicamente aos últimos quatro atos eleitorais em cada eleição analisada⁹⁵, verificamos uma diminuição da diferença entre a abstenção eleitoral registada nas eleições de primeira ordem e nas eleições de segunda ordem. Ou seja, na última década constata-se que a diferença registada entre os diferentes atos eleitorais se torna menos evidente, podendo ser equacionado o próprio modelo de eleições de primeira e de segunda ordem com base nos resultados da abstenção eleitoral.

Não pretendemos, contudo, com esta constatação colocar em causa a diferenciação efetuada com base na eleição de representantes para a Assembleia da República, das quais decorre a nomeação do poder executivo a nível nacional, ou seja, com base no grau de importância que é atribuído a cada eleição⁹⁶.

⁹⁵ A opção por analisarmos os últimos quatro atos eleitorais e não a abstenção nas eleições realizadas na última década decorre do objetivo de utilizarmos o mesmo número de casos em cada tipo de eleição. Deste modo, obtemos uma visão mais completa sobre a comparação no nível de abstenção nas eleições realizadas em Portugal.

⁹⁶ A alteração incide nos critérios utilizados para catalogar as eleições de primeira ou de segunda ordem e não necessariamente na base da sua distinção teórica e conceptual.

Gráfico 1.7. Abstenção nos últimos quatro atos eleitorais



Fonte: CNE - www.cne.pt.

Neste contexto, apenas as eleições para o Parlamento Europeu e as eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores apresentam valores acima da média de abstenção nacional⁹⁷. Os dados obrigam-nos a uma análise cuidada dos fatores que influenciam a abstenção, uma vez que não podemos esquecer que cada ato eleitoral agrega em si um conjunto de características e especificidades únicas que não permitem uma análise generalizada do fenómeno eleitoral⁹⁸.

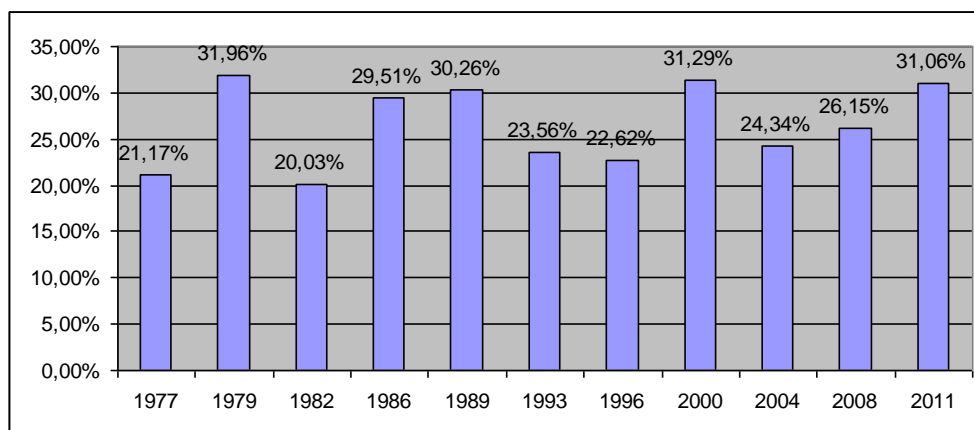
Analisando o quadro da abstenção eleitoral em Espanha, e seguindo a mesma estrutura, verificamos que a variação na abstenção nas eleições parlamentares é mais significativa. No entanto, a irregularidade da abstenção nas eleições espanholas, com elevados níveis de flutuação ou volatilidade eleitoral, é entendida como um fenómeno natural (Montero, 1984), pelo que alguns autores consideram que “não se verifica uma dinâmica clara de crescente mobilização ou desmobilização” (Fàbregas, 1995: 13) da abstenção em Espanha, o que contraria a perspetiva e os dados existentes em Portugal.

Este fator, *de per si*, tem redobrado interesse para análise comparada dos dois países, uma vez que seguindo percursos similares no que diz respeito ao processo de integração europeu e fatores de proximidade geográfica e cultural, importa verificar as causas para a emergência de tendências distintas ao nível da participação eleitoral nos dois países.

⁹⁷ Sobre a abstenção eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu ver: Costa, 2010.

⁹⁸ Sobre a evolução da abstenção eleitoral, refira-se que as eleições autárquicas de 2013 foram marcadas por um valor histórico de abstenção (47,40%), sendo que se excluirmos esse resultado da presente análise, verifica-se que as eleições autárquicas e legislativas da última década apresentam valores muito similares de participação eleitoral.

Gráfico 1.8. Abstenção nas eleições gerais espanholas (Congresso)



Fonte: Junta Electoral Central – <http://www.infoelectoral.mir.es>.

Considerando o sistema político-eleitoral espanhol, observamos que as eleições legislativas realizam-se alicerçadas num sistema bicameral, eleições para o Congresso e para o Senado, sendo que cabe ao Congresso (350 membros eleitos por voto direto e universal) a confirmação da nomeação do chefe do Governo pelo Rei de Espanha (chefe de Estado). Nesse sentido, a análise primordial da abstenção nas eleições legislativas / parlamentares incide aqui sobre as eleições para o Congresso de Deputados⁹⁹.

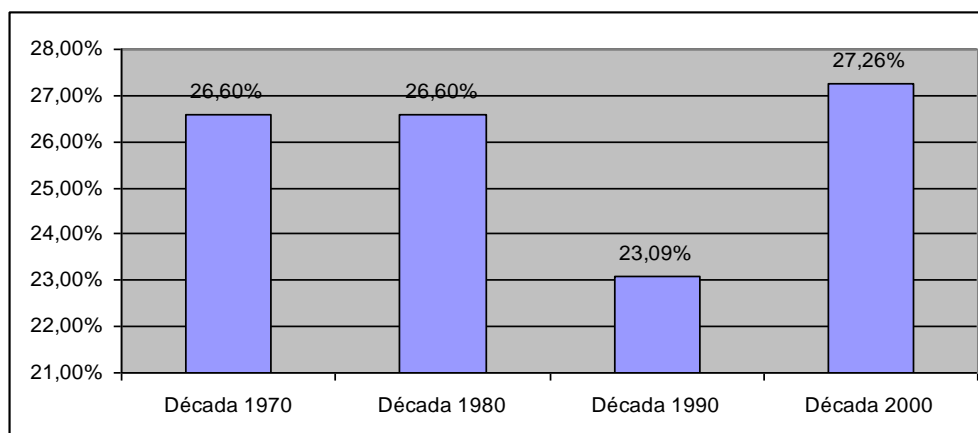
Embora sendo possível traçar uma ténue linha de crescimento da abstenção, desde 1977 até 2011, regista-se que o contexto é determinante nos resultados da participação eleitoral. Com base no gráfico 2.8. verifica-se que a participação eleitoral foi maior nas primeiras eleições gerais, realizadas em 1977 e nos atos eleitorais que elegeram pela primeira vez Filipe González (1982), José María Aznar (1996) e José Luís Rodríguez Zapatero (2004), sendo as reeleições menos participadas. Contudo, refira-se, por exemplo, que esse efeito parece não explicar a abstenção eleitoral na eleição de Mariano Rajoy, como chefe do Governo, em 2011, registando-se o terceiro valor mais elevado de abstenção eleitoral na democracia espanhola em eleições para o Congresso, não sendo ainda possível verificar o registo da possível reeleição¹⁰⁰.

⁹⁹ Refira-se que dos 259 senadores, 208 são diretamente eleitos, enquanto que 51 são indicados pelos legisladores regionais.

¹⁰⁰ Neste caso, e de acordo com os objetivos a que nos propusemos no início da investigação, aferiremos o impacto das variáveis económicas sobre a participação eleitoral nestas eleições.

Embora se verifique essa irregularidade ao nível dos valores da participação eleitoral, observamos alguma estabilidade ao nível da análise agregada desses dados por décadas.

Gráfico 1.9. Abstenção nas eleições gerais para o Congresso por décadas



Fonte: Junta Electoral Central – <http://www.infoelectoral.mir.es>.

Com efeito, o nível de abstenção é muito similar ao longo das décadas, tendo inclusivamente o mesmo valor médio na década de 1970 e 1980. De realçar que, na década de 1990, apenas ocorreram dois atos eleitorais (1993 e 1996), sendo o período com um menor nível de abstenção. Com base num estudo realizado sobre a abstenção nas eleições gerais espanholas, Boix e Riba (1999:6) registam que “a flutuação intertemporal nos níveis de abstenção eleitoral se encontra estreitamente relacionada com os juízos globais —de satisfação— sobre a situação económica e política de Espanha: a um maior grau de satisfação, corresponde um menor grau de abstenção”¹⁰¹.

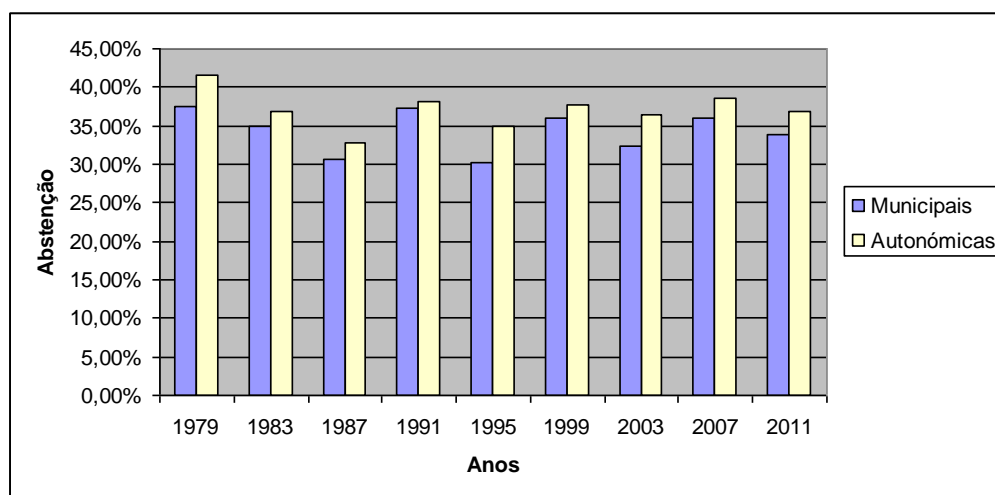
Da análise da abstenção, os autores salientam a ideia central de que qualquer explicação plausível do fenómeno implica a criação de um modelo que agrupe os fatores individuais que influenciam a decisão de votar, e as variáveis institucionais e políticas, tais como as instituições eleitorais, a dinâmica do sistema de partidos as políticas governamentais, mas também o contexto social do eleitor e as estratégias de mobilização adotadas pelos partidos políticos (*idem, ibidem*). É precisamente este caminho que seguiremos no âmbito da presente investigação, numa análise comparativa entre o contexto político e institucional em Portugal e em Espanha e os valores da abstenção neste tipo de ato eleitoral.

¹⁰¹ Os autores verificaram este pressuposto, com exceção nas eleições gerais de 1977.

Numa perspetiva mais específica, verifica-se que as eleições municipais e as eleições autonómicas (ambas locais) registam valores muito próximos de abstenção, sendo as municipais mais participadas (possível efeito de proximidade do eleitor face ao eleito).

Se atendermos à participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu constatamos que o aumento da abstenção apenas é significativo em 1989 e 2004, sendo que só nas eleições desse ano e nas de 2009 a abstenção foi superior a 50%.

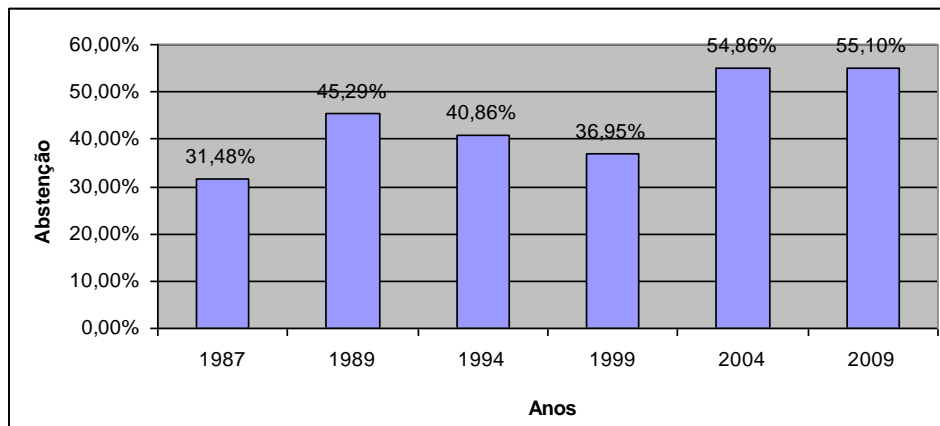
Gráfico 1.10. Abstenção nas eleições municipais e autonómicas



Fonte: Junta Electoral Central – <http://www.infoelectoral.mir.es>.

A Espanha assume neste particular um destaque na análise comparada a nível europeu, uma vez que a par da Dinamarca (entre 1970 e 1990) regista uma diminuição da abstenção nas eleições de 1994 e de 1999. No primeiro caso, alguns autores referem o facto do destaque dado a temáticas europeias na Dinamarca, com a realização de dois referendos durante o período em causa poder estar na base de um maior interesse por estas eleições, sendo que no caso espanhol ainda não é perceptível uma explicação clara para este fenómeno (Freire e Magalhães, 2002: 64-65).

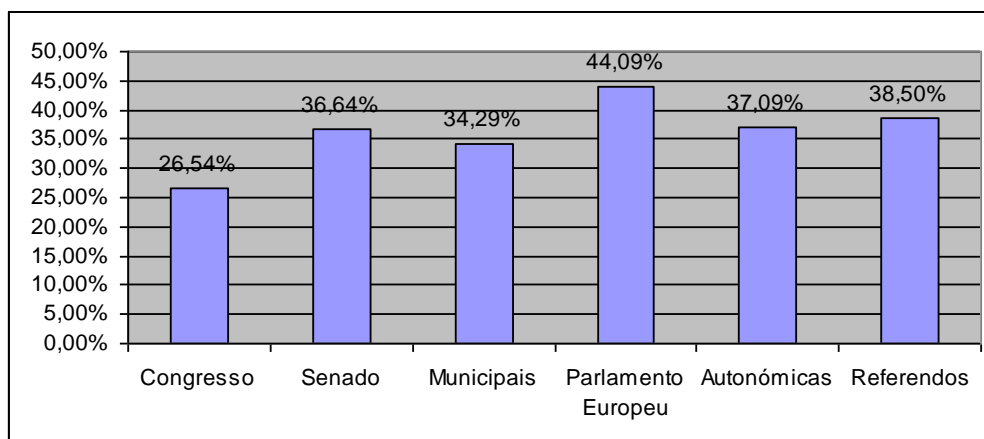
Gráfico 1.11. Abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu



Fonte: Junta Electoral Central – <http://www.infoelectoral.mir.es>.

Numa perspetiva mais global, considerando todos os atos eleitorais decorridos em Espanha no período democrático verifica-se que as eleições gerais para o Congresso são as mais participadas, sendo as únicas que registam uma abstenção média inferior a 30%. Relativamente aos restantes atos eleitorais, constata-se a existência de valores próximos no que ao grau de participação eleitoral diz respeito, sendo as eleições para o Parlamento Europeu as menos participadas¹⁰².

Gráfico 1.12. Abstenção nas eleições em Espanha



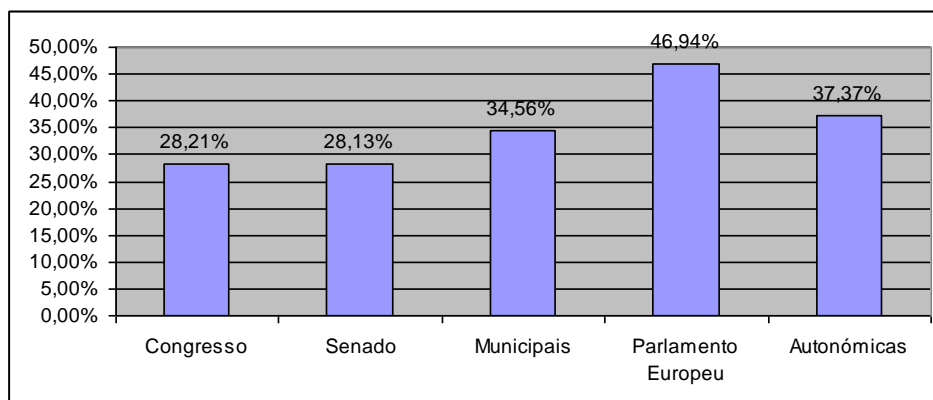
Fonte: Junta Electoral Central – <http://www.infoelectoral.mir.es>.

¹⁰² Refira-se que os resultados da participação eleitoral nas eleições gerais para o Senado são, de certo modo, enviesados pela disparidade dos valores da abstenção verificados nas eleições de 1977 (89,72%) e 1982 (62,56%), tendo as restantes eleições valores de abstenção inferiores a 35%.

Considerando os últimos atos eleitorais (isto é, a análise dos últimos quatro atos eleitorais em cada tipo de eleição) verifica-se que as eleições para o Congresso e para o Senado registam um valor muito similar no nível da participação eleitoral (as eleições decorrem no mesmo dia), continuando as eleições para o Parlamento Europeu a ser as menos participadas.

Numa análise mais detalhada, observa-se que os valores da abstenção dos últimos quatro atos eleitorais são superiores à média global de cada tipo de eleição, com exceção das eleições para o Senado. No entanto, o ligeiro aumento verificado não nos permite avançar com a possibilidade de existir uma tendência crescente da abstenção, nem descodificar por completo as causas políticas associadas, não sendo o nosso propósito traçar o perfil dos abstencionistas. De facto, recorrendo aos estudos de Fàbregas (1995) e Justel (1995a) não é possível traçar um estudo da trajetória do voto que permita identificar a importância dos abstencionistas constantes, intermitentes e dos eleitores constantes.

Gráfico 1.13. Abstenção nos últimos quatro atos eleitorais



Fonte: Junta Electoral Central – <http://www.infoelectoral.mir.es>.

A este nível, torna-se igualmente importante referir a necessidade de dar resposta a um conjunto central de questões relativas ao fenómeno da abstenção eleitoral. Uma das mais prementes, por exemplo, prende-se com as motivações para o não exercício do direito / dever de votar, podendo as mesmas ser de ordem técnica, institucional, política, económica, etc., sendo que, neste caso, abordaremos apenas as teorias centrais da explicação do voto no

próximo capítulo, não sendo nosso objetivo enveredar pela análise das atitudes e comportamentos dos eleitores.

Considerando os presentes resultados e a evolução dos valores da participação eleitoral no contexto ibérico, importa analisar as especificidades ou particularidades de cada país e a influência dos fatores institucionais associados ao sistema político e eleitoral, bem como os fatores económicos que condicionam positiva ou negativamente a participação eleitoral. No entanto, primeiramente importa enquadrar estes valores e estas tendências no quadro europeu de participação eleitoral.

I.6. A Abstenção Eleitoral em Eleições Parlamentares no Contexto da União Europeia

Partimos do pressuposto que a “análise da abstenção é sujeita a um alargado conjunto de variáveis que dificulta a compreensão das tendências gerais, bem como o delinear das novas políticas a adotar” (Sinnott, 2003: 2). De um modo global, os fatores que influenciam a abstenção podem ser identificados através de dois processos: o de facilitação e o de mobilização (Blondel, Sinnott e Svensson, 1988).

O processo de “facilitação” refere-se a todo e qualquer processo ou variável que torne o ato de votar mais fácil, enquanto que o processo de “mobilização” diz respeito a qualquer processo ou variável que constitua um incentivo ao voto, sendo que estes processos podem ser observados, tanto a nível individual, como a nível institucional (Sinnott, 2003).

Dentro deste contexto, optamos por comparar o nível da participação eleitoral nos países membros da União Europeia,¹⁰³ no período que vai de 1945 a 2010, tendo em atenção o diferente número de atos eleitorais realizados. A presente análise permite-nos enquadrar a abstenção eleitoral em Portugal e Espanha num contexto temporal e geográfico mais amplo.

Os dados agregados permitem constatar variações significativas no nível da participação eleitoral em eleições parlamentares no espaço da União Europeia, sendo que, neste contexto, convém referir o facto de alguns países aplicarem o voto obrigatório, tornando-se esta uma variável decisiva na análise dos resultados¹⁰⁴. Outro fator relevante

¹⁰³ São considerados para estes dados os atuais 28 países membros da União Europeia.

¹⁰⁴ Apresentam o voto obrigatório a Bélgica, o Chipre, a Grécia, o Luxemburgo e a Itália até às eleições legislativas de 1982.

prende-se com a disparidade do número de casos analisados em cada país, numa variação de cinco casos (Croácia, Eslovénia, Lituânia e Roménia) a 21 casos (Dinamarca).

Quadro 1.3. Abstenção nas eleições parlamentares 1945-2010

1945-2010	Abstenção	Número de eleições
Alemanha	21,36%	17
Áustria	10,32%	20
Bélgica	7,72%	21
Bulgária	33,17%	6
Chipre	10,41%	8
Croácia	31,56%	5
Dinamarca	13,91%	24
Eslovénia	29,27%	5
Espanha	25,92%	10
Estónia	34,58%	6
França	26,06%	17
Finlândia	25,16%	18
Grécia	21,33%	18
Hungria	43,20%	6
Irlanda	27,78%	17
Itália	11,68%	17
Letónia	26,89%	7
Lituânia	48,22%	5
Luxemburgo	10,04%	14
Malta	10,98%	16
Países Baixos	14,28%	20
Polónia	25,12%	16
Portugal	26,39%	13
Reino Unido	25,42%	17
Rep. Checa	26,24%	7
Rep. Eslováquia	25,39%	7
Roménia	36,94%	5
Suécia	14,58%	20

Fonte: www.idea.int.

O acompanhamento dos diversos estudos comparados realizados sobre o fenómeno da participação eleitoral no contexto das democracias ocidentais tem conduzido à enumeração de um conjunto de explicações transversais para a disparidade verificada ao nível da abstenção

eleitoral¹⁰⁵. Não existindo explicações consensuais, realça-se o facto do crescimento da abstenção, esse, sim, ser consensual, tanto nas mais recentes, como nas mais antigas democracias, sendo igualmente consensual o surgimento de novas formas de envolvimento cívico e participação política e o seu uso por parte dos cidadãos.

O ritmo de crescimento da abstenção eleitoral, o abandono das tradicionais formas de participação política e o surgimento de formas de participação não convencionais tem motivado um crescente interesse pelo estudo das variáveis explicativas da participação eleitoral, sendo que a questão central leva-nos a tentar compreender quais os mecanismos à disposição dos atores políticos e da sociedade civil, percecionada na sua globalidade, para inverterem esta situação, numa dinâmica de construção, consolidação e renovação dos princípios democráticos.

É nesse contexto que importa descortinar os caminhos de análise e investigação da participação eleitoral, associando esta análise ao contexto específico da realidade institucional, política e macroeconómica em Portugal e em Espanha.

¹⁰⁵ Dentro deste contexto relevam recentes estudos de Brockington, 2004; Nishikawa e Herron, 2004; Geys, 2006 e Hollander, 2009.

Capítulo II – Modelos Explicativos da Participação Eleitoral

A análise da influência dos fatores institucionais associados ao sistema político e eleitoral e dos fatores macroeconómicos sobre a participação eleitoral não poderia ser efetuada sem avançarmos com uma apresentação prévia dos modelos explicativos do voto. De facto, a opção pela inclusão de um capítulo autónomo resulta da necessidade de enquadrar o comportamento eleitoral dos cidadãos num conjunto de teorias / modelos que permitam a sistematização das nossas hipóteses de trabalho. Os diversos estudos académicos realizados nesta área científica, bem como as hipóteses explicativas da participação eleitoral, permitem centralizar o nosso objeto de estudo, na procura de explicações para a variação da abstenção nas eleições legislativas entre 2004 e 2011, tanto em Portugal como em Espanha¹⁰⁶.

O estudo do comportamento eleitoral mobilizou os contributos de três grandes escolas de investigação: a Escola de Columbia, que destacou a influência dos fatores sociais (modelo sociológico do voto); a Escola de Michigan, centrada no papel da identificação partidária na explicação do comportamento eleitoral (modelo sociopsicológico do voto) e a Escola de Rochester, que dá destaque a fatores como a racionalidade económica tal como proposta pela teoria das escolhas racionais (modelo económico do voto).

De um modo global, é possível identificar cinco grandes modelos explicativos do comportamento eleitoral, a saber: o modelo sociológico; o modelo sociopsicológico; o modelo económico (inserido na teoria da escolha racional), as teorias sobre as novas clivagens e o modelo institucionalista. Convém referir que o contexto social, psicológico e económico condiciona as escolhas dos eleitores, bem como o ambiente em que decorrem os processos eleitorais, pelo que a incursão por estes domínios se impõe, no estudo das atitudes e comportamentos eleitorais dos cidadãos. De facto, a análise dos comportamentos e atitudes não pode ser efetuada sem atender ao enquadramento social, institucional e económico em que decorrem, para evitar o risco de conclusões sem a devida sustentação ou fundamentação teórica.

¹⁰⁶ Como referimos anteriormente, o período apresentado permite obter um quadro genérico ao nível de contextos / ambientes socioeconómicos distintos, aferindo precisamente a sua influência sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos.

2.1. Modelo sociológico

O modelo sociológico radica na ideia de que o sentido de voto e a participação eleitoral variam de acordo com o acesso à informação, a pressão social decorrente das relações familiares e sociais e o próprio setor de atividade profissional. Ou seja, a forte ligação entre as forças sociais e o indivíduo promove uma eficaz socialização política. Constatamos, desse modo, que estes fatores constituem determinantes estruturais do voto, bem como o papel dos partidos políticos e das associações da sociedade civil na transformação das clivagens sociais relevantes em clivagens políticas, ou seja, no processo da sua politização (Freire, 2001a).

De entre a bibliografia existente acerca desta temática, destacam-se três obras essenciais: *The People's Choice* (Lazersfeld *et al.*, 1944), *Voting — a Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign* (Berelson *et al.*, 1954) e *Personal Influence* (Katz e Lazarsfeld, 1955). No primeiro estudo, versando as eleições presidenciais norte-americanas de 1940, no Estado do Ohio, Lazarsfeld *et al.*, (1944) procuraram analisar dois elementos: os efeitos da exposição dos eleitores aos meios de comunicação, ou seja, como a informação condiciona a decisão do eleitor e testar um novo método de entrevistas sucessivas a um painel de cidadãos e a um grupo de controlo¹⁰⁷.

Das principais conclusões, destaca-se o facto de identificarem três grandes grupos de eleitores, de acordo com o momento em que estes decidem a sua orientação de voto, a saber: *i)* os eleitores que decidem o sentido de voto antes da campanha eleitoral; *ii)* os eleitores que decidem o sentido de voto aquando da convenção nacional do partido; *iii)* e, por fim, os eleitores que apenas decidem a sua orientação de voto nos momentos finais da campanha eleitoral (Lazersfeld *et al.*, 1944/1968)¹⁰⁸. Salienta-se, igualmente, o facto da influência dos meios de comunicação social sobre o processo de escolha política dos eleitores ser mínima, ao contrário do que sucede com a pertença de cada indivíduo ao seu grupo social. De facto, os autores constataram que “as características sociais de um indivíduo determinam a sua

¹⁰⁷ Refira-se que esta foi a primeira vez que investigadores recorreram às técnicas de inquérito por questionário no estudo dos resultados de eleições presidenciais. As eleições de 1940 opuseram Roosevelt a Wendell Wilkie, tendo o primeiro vencido facilmente esta disputa eleitoral (449 grandes eleitores contra 82).

¹⁰⁸ Tal comportamento está diretamente imbricado com a análise da existência de eleitores tradicionais, que sistematicamente votam no mesmo partido (eleitores fiéis) e a existência de um eleitorado volátil, que vota de acordo com a avaliação que efetua do Governo ou de acordo com o contexto socioeconómico existente.

preferência política” (Lazarsfeld *et al.*, 1968: 69), o que não impediu um conjunto de críticas relacionadas com a ausência de um quadro teórico prévio que pudesse sustentar a investigação desenvolvida (Rossi, 1964).

A ideia central da investigação baseava-se na hipótese de que o ato de votar é um ato individual, influenciado pela personalidade de cada indivíduo e pela exposição aos meios de comunicação social. No entanto, o estudo desenvolvido viria a contrariar esta hipótese, demonstrando que a influência do grupo social de pertença ou de origem é a variável mais decisiva na opção eleitoral, ou seja, o processo de decisão eleitoral é visto como um processo de coesão social e não um mero ato individual. Esta constatação traduz-se em três fatores que constituem o Índice de Predisposição Política: o *status* socioeconómico, a religião e a área de residência, sendo a análise destes fatores determinante para a decisão sobre o voto.

De igual modo, os autores identificam um conjunto de efeitos resultantes da influência das campanhas eleitorais e dos processos comunicacionais associados a estas, tais como: a ativação dos “indiferentes”, o fortalecimento da ligação ao partido político e a conversão dos indecisos. Refira-se que os resultados obtidos permitem constatar que o grande impacto da campanha eleitoral incide sobre eleitores predispostos a votar desde cedo num determinado candidato, reforçando assim essa predisposição inicial e não uma capacidade evidente de captar o voto de indivíduos sem predisposição inicial para a participação eleitoral¹⁰⁹.

Este estudo foi replicado com algumas alterações por Berelson *et al.* (1954), sendo que o caso escolhido para a análise incidiu sobre as motivações eleitorais de uma comunidade do Estado de Nova Iorque (Elmira), tendo os autores verificado que o estatuto socioeconómico (raça, religião e local de residência) dos indivíduos é fator de distinção e divergência política e eleitoral¹¹⁰. Um dos aspetos centrais do estudo relaciona-se com a aparente oposição entre a edificação de um sistema democrático e o comportamento eleitoral dos indivíduos. De facto, neste estudo não se confirmou o comportamento expectável dos cidadãos em democracia — interesse pela política, conhecimento e racionalidade na gestão da respetiva ação. Pelo contrário, a maioria dos cidadãos não revelava interesse ou motivação pela política, tendo um conhecimento limitado sobre os assuntos políticos (*idem*: 308-311).

¹⁰⁹ Sobre este assunto ver: Lazarsfeld *et al.*, 1968.

¹¹⁰ Harry Truman viria a vencer essas eleições com 303 votos dos grandes eleitores contra 189 votos de Thomas Dewey e 39 votos de Strom Thurmond.

De igual modo, os autores constataram a existência de condições de transmissibilidade, que garantiam a manutenção destas clivagens / diferenças ao nível do estatuto socioeconómico de geração em geração, bem como a existência de relações de proximidade ao nível social dos membros de uma determinada comunidade propiciavam e facilitavam a clivagem eleitoral existente (*idem*: 75). Ou seja, estávamos perante um processo *continuum* de diferenciação, transmissão e contato num sistema circular que garantia a manutenção das diferenças ao nível do comportamento eleitoral.

Se até à década de 1940, os estudos realizados se baseavam na metodologia ecológica, através da análise de dados agregados, pondo em confronto os resultados eleitorais com as características sociais e geográficas da região alvo da análise, as posteriores investigações passaram a recorrer a técnicas de entrevista com grupos de análise e controlo pré-definidos. Tal mudança viria a constituir um passo decisivo na perceção da reformulação das linhas de investigação adotadas, indo ao encontro da necessidade de uma análise multidisciplinar do fenómeno eleitoral (comportamento estudado por diversas disciplinas científicas e sob diferentes perspetivas).

Por sua vez, Lipset (1959: 21) sublinha que “uma das principais preocupações da sociologia consiste na análise das condições que configuram a democracia”, sendo que vários fatores podem influenciar, em múltiplas escalas, uma maior ou menor apetência para uma maior ou menor participação eleitoral. Dentro deste pressuposto, inclui-se o contato que cada indivíduo possui com a política governamental (grau de proximidade), o acesso à informação, a pressão social no sentido do exercício do voto (forma como o voto é encarado em termos globais, como um direito ou como um dever dos cidadãos) e a existência de outro tipo de pressões políticas, institucionais e sociais que se possam verificar.

O estudo da democracia e do seu funcionamento implica a análise das condições sociais preexistentes, sendo que esta abordagem permite explicar, tanto as divisões, como os consensos políticos, constituindo “o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetos políticos se formam e atuam” (Figueiredo, 1991: 43). O envolvimento dos cidadãos em diversos grupos / movimentos da sociedade constitui um incentivo à participação e a um maior interesse pelas questões políticas, sendo esse envolvimento influenciado por

fatores como o grau de escolaridade, a ação dos meios de comunicação social, a religião, o estatuto social ou a profissão de cada indivíduo¹¹¹.

Outro dos estudos que aborda a importância do modelo sociológico foi desenvolvido por Lipset e Rokkan (1967), quando verificaram que os sistemas partidários nos países da Europa Ocidental no pós-II Guerra Mundial (1939-1944) refletem um conjunto de clivagens históricas com base na revolução nacional e na criação dos Estados-nação (centro *vs.* periferia e Estado *vs.* Igreja) e na revolução industrial (campo *vs.* cidade e capital *vs.* trabalho)¹¹². Das clivagens mencionadas, a clivagem religiosa surge como aquela com maior impacto na escolha ideológica, numa maior tendência para o voto em partidos de direita por parte dos cidadãos envolvidos em atividades de carácter religioso, numa combinação clara entre o tradicionalismo e o conservadorismo enquanto matriz ideológica das instituições referidas (Freire, 2001a: 31 e Knutsen, 2004).

Neste domínio, assiste-se à preservação de um sistema de valores associado à integração no universo religioso — ou seja, constituindo o *status quo* vigente considerado como justo, bom e de origem divina — o que condiciona a ação dos indivíduos, levando-os a aceitar a hierarquia estabelecida (Freire, 2001a: 28). No campo oposto, assiste-se à edificação de um sistema de valores associado à visão antropocêntrica do mundo, através da afirmação da capacidade do indivíduo estabelecer o seu caminho liberto de qualquer orientação ou determinismo, ou seja, o foco é a ação autónoma e a capacidade de decisão do indivíduo.

Convém referir que esta influência direta do contexto político e social na maior ou menor predisposição para a participação eleitoral apresenta-se como independente face ao nível de recursos materiais e educacionais de cada indivíduo. Com efeito, o contexto político e social supera, muitas vezes, as limitações impostas pelo nível de recursos individuais (Freire, 2001a).

Nesta dinâmica relacional, verifica-se que os

¹¹¹ Vários autores demonstraram que o aumento dos níveis de participação cívica tem um impacto positivo na auto-perceção das capacidades e participação cívica e na participação político-eleitoral. Sobre este tema ver: Verba, Scholozaman e Brady, 1995 e Manza e Brooks, 1999.

¹¹² Refira-se que a primeira cisão é mais visível em Estados com fortes identidades regionais, sendo que a segunda cisão resulta da progressiva laicização do Estado. A cisão entre o campo e a cidade resulta essencialmente da divisão entre o predomínio do setor primário ou do setor secundário, ou seja, da agricultura ou da indústria. A clivagem de classe entre o capital e o trabalho corresponde à divisão de classes, sendo que resulta da ideia marxista de que os interesses dos patrões e dos proletários são opostos.

“contextos de interação”, assim como a “escola e os meios de comunicação social”, bem como a “ação mobilizadora dos partidos políticos”, moldam as “predisposições para votar”, as quais, por sua vez, têm um impacto direto no “interesse na eleição e na campanha eleitoral” (*idem*: 23).

Esta ideia é corroborada pela perspetiva de Knutsen e Scarbrough (1995: 493), quando afirmam que o “comportamento dos eleitores deriva não apenas do seu posicionamento nos sistemas de clivagens sociais mas também nos sistemas de valores”, considerando assim que o “voto com base no sistema de clivagens consiste no efeito acumulado das posições na estrutura social e das orientações valorativas (*idem*: 495).

A aplicação do modelo sociológico do voto demonstrou, contudo, um conjunto de limitações na explicação das variações do comportamento eleitoral, essencialmente relacionadas com os fatores conjunturais que acompanham cada eleição e que não permitem uma generalização efetiva das explicações, com o risco de tomarmos o todo pela parte. Com efeito, os fatores sociais podem permitir explicar a estabilidade e a regularidade dos comportamentos eleitorais, contudo não permitem explicar as variações que ocorrem no comportamento dos eleitores em diferentes ciclos eleitorais, tal como não permitem explicar porque motivo eleitores pertencentes a determinados grupos sociais agem de acordo com as expectativas de grupos sociais diferentes (dissociação da matriz social do seu grupo)¹¹³.

Verifica-se, de igual modo, que o posicionamento dos indivíduos no sistema de clivagens é um fator cada vez menos importante na explicação do comportamento eleitoral, em virtude de uma cada vez maior fluidez e volatilidade eleitoral. Vários são os fatores que explicam o declínio das clivagens tradicionais, de entre os quais se salientam aqui os seguintes: a crescente taxa de urbanização (embora se verifique situações esporádicas de êxodo urbano, o facto é que o êxodo rural continua a desertificar muitas zonas); o aumento do nível de instrução formal das pessoas (grau de escolaridade e universalização do ensino superior); o crescente papel assumido pelos meios de comunicação social e a sua

¹¹³ Alguns autores procuraram ultrapassar estas limitações recorrendo a fatores contextuais tais como o programa político dos partidos ou a estrutura económica dos países. Sobre estas tentativas ver: van der Eijk, Franklin e Oppenhuis, 1996 e van der Eijk, 2002.

universalização em termos de acesso (nomeadamente à televisão); bem como a maior mobilidade geográfica e social; a melhoria das condições de vida das populações e a secularização das sociedades, onde prima agora o individualismo e o hedonismo como valores fundamentais.

Esta visão proclama que “os alinhamentos dos eleitores dependem do respetivo posicionamento no sistema de clivagens e das ações de socialização e mobilização empreendidas pelas organizações sociais” (Freire, 2001a: 27). No entanto, perante as insuficiências elencadas, o modelo sociopsicológico do voto surge com o intuito de integrar os fatores que vieram alterar o perfil social e psicológico dos cidadãos, conferindo-lhes uma maior autonomia.

2.2. Modelo sociopsicológico

A escola de Michigan esteve na origem do modelo sociopsicológico do voto, sendo que este modelo centraliza a análise no papel das atitudes políticas no comportamento dos eleitores¹¹⁴. Neste caso, e tal como o modelo sociológico do voto, regista-se uma tendência para sobrevalorizar a estabilidade em detrimento da mudança (Thomassen, 1994). A grande obra de referência do modelo sociopsicológico é *The American Voter* de Campbell *et al.* (1960), na qual se conclui que a variável explicativa mais determinante do comportamento eleitoral é a “identificação partidária”, visto que permite criar uma ligação psicológica estável e durável entre os eleitores e o partido¹¹⁵.

Com a adoção deste modelo, o indivíduo passa a desempenhar um papel central na análise do comportamento eleitoral, tornando-se “a unidade de análise principal e a identificação partidária atitude política central, tendo por função ligar os grupos sociais ao sistema político e aos partidos” (Fernandes, 2002: 210).

Esta abordagem é confirmada pelo facto de não ser possível explicar as flutuações de voto com características constantes, cujos valores não se alteram num curto prazo, o que

¹¹⁴ Os estudos foram realizados pelo Survey Research Centre da Universidade de Michigan.

¹¹⁵ Estes estudos distinguiam-se claramente dos estudos do modelo sociológico, tanto por recorrer a amostras de âmbito nacional como por utilizar um maior enquadramento teórico, através do recurso à sociologia e à psicologia. Refira-se, a este respeito, os estudos precedentes de Campbell e Kahn, 1952 e de Campbell *et al.*, 1954 e que analisaram as eleições presidenciais norte-americanas de 1948 e 1952, respetivamente.

justifica o recurso ao modelo sociopsicológico do voto, que procura explicar estas variações com as reações do eleitorado à mudança de atitudes políticas (Freire, 2001a). O conceito central para compreender este modelo é, como foi dito acima, a “identificação partidária”, entendida como uma “afinidade psicológica, estável e duradoura em relação a um partido político” (Antunes, 2008: 28). Nesse sentido, foi necessário encontrar elementos explicativos da relação psicológica entre os cidadãos e os partidos. Convém referir que esta afinidade não é, automaticamente, expressa numa ligação formal ao partido, através da filiação e militância partidárias ou do voto sistemático no mesmo partido¹¹⁶. Ela é mais uma atitude do que um comportamento político propriamente dito e a sua inter-relação pode, por vezes ser, contraintuitiva.

A base de sustentação do modelo consiste na ideia de que o processo de identificação partidária tem a sua raiz nos espaços tradicionais de convivência do indivíduo, principalmente na fase da infância e adolescência, período fértil para a interiorização de valores e princípios éticos e morais. De facto, destaca-se o papel dos agentes primários de socialização (família e escola) na transmissão de um conjunto de atitudes e valores, que poderão ser associados direta ou indiretamente a um determinado enquadramento partidário. Nesse sentido, verifica-se que as competências sociais e políticas adquiridas pelo indivíduo ao longo do processo de socialização primária ganham um maior relevo, registando-se uma interiorização efetiva das atitudes adquiridas ao longo desse processo na estrutura da personalidade dos indivíduos (Figueiredo, 1991).

Contudo, convém referir que a própria definição conceptual da “identificação partidária” não é unânime, tendo existido uma analogia inicial aos conceitos de “grupos de referência” e “socialização antecipatória” para descrever o comportamento dos cidadãos que escolhem um determinado grupo ao qual pertencem, passando a agir de acordo com as normas expectáveis desse grupo¹¹⁷. Ou seja, “os cidadãos têm uma perceção clara de que tipo de pessoas pertencem a certos partidos e tendem a identificar-se com esse grupo social” (Green, Palmquist e Schikler, 2002: 9). De um modo mais simples, Campbell *et al.* (1960: 96) notam que a “identificação partidária tem um impacto mobilizador, pois quanto mais forte é essa

¹¹⁶ De facto, o eleitor pode identificar-se com um determinado partido, mas por questões estratégicas e recorrendo ao modelo da escolha racional, correlacionado com a análise dos benefícios que pode extrair do seu voto, optar por votar num outro partido.

¹¹⁷ Sobre este assunto ver o contributo de: Merton e Kitt, 1950; Hyman e Singer, 1968 e Miller e Shanks, 1996.

identificação maior é o envolvimento político dos cidadãos e maior é a sua propensão para votar”.

Esta perspetiva tem na base a ideia de que a identificação partidária possui um estatuto de variável independente (exógena), explicando, de forma parcial, a adesão do indivíduo a determinadas posições políticas, bem como a sua avaliação dos candidatos e, de forma direta ou mediada, a sua intenção de voto (*idem*: 120-145).

No entanto, foi demonstrado que não existe uma correlação direta entre a identificação partidária e o exercício de voto por parte dos cidadãos, tendo Campbell *et al.* (1960) destacado o posicionamento dos indivíduos em relação ao Partido Democrata e ao Partido Republicano em vez de medir o voto concreto do sujeito. Ou seja, a identificação partidária não permite aferir a opção de voto do indivíduo, mas filtrar os temas que o indivíduo considera favoráveis ao seu partido.

A dinâmica do sistema sociopsicológico assenta, de acordo com Harrop e Miller (1987) em três dimensões, a saber: *i*) as atitudes face às políticas; *ii*) as atitudes face aos grupos; *iii*) e, por fim, as atitudes face aos candidatos, sendo que este posicionamento depende da influência dos grupos de pares e da influência da família. Este processo é igualmente denominado por “funil de causalidade”, correspondendo a um conjunto de fatores distais, tais como os fatores históricos, socioeconómicos, o posicionamento dos grupos de pertença e os fatores de proximidade, e ainda como os temas que dominam as campanhas eleitorais e o perfil dos candidatos.

A linha metodológica seguida sustentava que os aspetos económicos, históricos e a divisão social permitiriam formar um conjunto de lealdades conducentes à formação da identificação partidária. O resultado deste “funil de causalidade” é o voto, comportamento influenciado pelo conjunto de lealdades de grupo e orientações de valor formados a partir da influência dos fatores atrás descritos. De facto, verifica-se que alterações nos fatores sociais pode conduzir a mudanças significativas na afinidade partidária, enquanto que os fatores de curto prazo apenas podem influenciar a escolha eleitoral numa determinada eleição (Campbell *et al.*, 1960). Nesse sentido, realça-se o facto da campanha eleitoral, das condições económicas, da imagem do candidato, das condições políticas ou da influência de amigos constituírem variáveis explicativas importantes na definição do voto num determinado ato eleitoral.

Com base nesta perspetiva, a maior apetência e interesse dos cidadãos pela política seria promovida pelo sistema político, que deveria assegurar um maior interesse dos eleitores pelos temas (*issues*) em causa, uma maior segmentação da opinião pública e a oferta de soluções alternativas por parte dos partidos políticos (Butler e Stokes (1969)¹¹⁸. Esta situação resulta da dificuldade em encontrar, noutros contextos políticos e culturais, uma identificação partidária tão forte e visível como no sistema norte-americano, que é um sistema de bipartidarismo perfeito dificilmente reproduzido noutros contextos espaciais.

Segundo esta perspetiva é legítima a ideia de que se verificará uma maior participação eleitoral sempre que os indivíduos percecionarem o voto como um “dever cívico”, pelo que as causas próximas da afluência às urnas (fatores de curto prazo) eram concebidas como sendo atitudes sobre o que está em jogo em cada eleição (“perceção do nível de competitividade da eleição”, “interesse na campanha” e “interesse no resultado da eleição”), assim como o “sentido de eficácia política” e o “sentido do dever cívico” (Campbell *et al.*, 1960: 89-115).

O voto seria, deste modo, o resultado direto da avaliação que os eleitores fazem dos candidatos, dos principais temas da campanha eleitoral, bem como das condições económicas e políticas. Não pretendemos com esta visão refutar totalmente as bases do modelo sociopsicológico do voto, uma vez que uma forte identificação partidária poderá, de facto, promover uma maior participação eleitoral, mas esta associação não pode ser considerada, contudo, em termos lineares ou deterministas. Esta ideia resulta da perceção da identificação partidária como principal mediador psicológico da influência das posições dos indivíduos na estrutura social.

Se é certo que a afirmação do modelo sociopsicológico do voto procurou superar as limitações do modelo anterior, através da inclusão de uma perspetiva mais psicológica, o facto é que se assistiu a uma progressiva refutação do papel da identificação partidária no comportamento eleitoral, tanto pela dificuldade de adaptação deste fator aos sistemas eleitorais não bipartidários (pelo menos em termos perfeitos, como acontece nos EUA desde sempre, onde existe a impossibilidade de entrada no sistema de partidos do chamado “terceiro partido”), vigentes num grande número de países da Europa ocidental, como por um

¹¹⁸ Butler e Stokes (1969) realizaram um estudo baseado no modelo de Michigan e que versou sobre as eleições britânicas de 1964, tendo verificado a relação entre a classe política e os partidos, bem como um grande desinteresse dos britânicos pela política.

progressivo declínio da ligação entre os cidadãos e os partidos políticos¹¹⁹. Ou seja, verifica-se um determinado desalinhamento dos eleitores em relação aos partidos, o que pode resultar de uma sobrevalorização sistemática dos fatores de longo prazo e da conceção da lealdade partidária. De facto, perante a existência de eleitores que votam noutro partido ou se abstêm, em detrimento do voto no partido com o qual se identificam, verifica-se a necessidade de analisar com maior detalhe os fatores proximais, ou seja, o facto de a decisão dos eleitores ser feita de acordo com a análise que estes fazem da situação económica e social do país, bem como de acordo com a avaliação que fazem da atuação dos partidos perante essa situação (Wattenberg, 1994 e Dalton, 2000).

Este declínio foi analisado por Nie, Verba e Petrocik (1976), entre muitos outros, que detetaram um conjunto de tendências junto do eleitorado americano, a saber: um aumento do número de independentes; uma diminuição da capacidade das famílias transmitirem valores com influência direta nas escolhas partidárias; um considerável aumento do número de “primeiros votantes” (resultado do aumento populacional verificado após o fim da II Guerra Mundial) libertos de escolhas anteriores e o aumento do nível de escolaridade, com cidadãos mais informados e menos dependentes da propaganda partidária. De igual modo, assistimos a diversos estudos que reforçam a ideia de que a identificação partidária assumida por muitos cidadãos apresenta um carácter volátil, momentâneo (King, 1997).

De um modo genérico, verifica-se que estas críticas resultam da perspetiva segundo a qual as alterações nas opções de voto devem ser explicadas com base em fatores diretamente relacionados com o processamento de informação, a racionalidade dos eleitores e o funcionamento do sistema político e eleitoral.

Com efeito, os dois modelos analisados até aqui evidenciam uma perspetiva mais estável do voto, no entanto, a maior volatilidade eleitoral e as constantes alterações ao nível do quadro de forças partidárias tem suscitado a necessidade de atualizar e aprofundar as explicações do comportamento eleitoral, facto que é possível constatar pelo declínio das “velhas clivagens”, entretanto substituídas por preocupações pós-materialistas, sendo este fenómeno acompanhado pelo surgimento de novas forças partidárias e movimentos políticos.

¹¹⁹ Sobre a evolução deste fenómeno ver: Nie, Verba e Petrocik, 1976; Schmitt e Holmberg, 1995; Stanley e Niemi, 2000 e Dalton, 2000.

2.3. Modelo Económico / Modelo da Escolha Racional

A emergência de um conjunto de novas exigências por parte dos cidadãos, alterou as prioridades ao nível da ação política, tendo um impacto direto na análise dos *inputs* introduzidos no sistema político e eleitoral. O modelo económico de voto surge com a necessidade de aprofundar o estudo da volatilidade eleitoral, sendo que este modelo apresenta os eleitores como sendo livres de determinações sociais e psicológicas, com capacidade para decidir de forma racional e autónoma, através de uma avaliação dos custos-benefícios associados ao seu voto (ou seja, o eleitor procura, numa lógica próxima da racionalidade do *homo economicus*, maximizar os potenciais ganhos da sua decisão e minimizar as suas perdas).

Embora o modelo tenha ganho maior projeção na década de 1970, a obra emblemática que primeiro abordou e desenvolveu esta perspetiva foi apresentada por Anthony Downs em 1957 (*“An American Theory of Democracy”*), tendo, este autor, procurado explicar o comportamento eleitoral com base nas teorias da racionalidade económica formal. Downs parte da premissa de que se as hipóteses da escolha racional permitiam explicar o funcionamento dos mercados económicos, através delas seria igualmente possível explicar o funcionamento do sistema político, estabelecendo assim uma analogia entre mercado económico e mercado político¹²⁰. Ou seja, partimos de uma analogia direta, entre mercado político e mercado económico, entre consumidores e eleitores e entre empresas e partidos políticos (Antunes, 2008) para explicar o comportamento eleitoral dos cidadãos. Vigora assim, uma visão mais economicista da política e dos processos que lhe estão associados.

Com base neste modelo, as escolhas eleitorais são efetuadas de acordo com as preferências políticas de cada cidadão, resultado direto da emergência de um novo tipo de eleitor, mais informado e crítico em relação ao funcionamento dos partidos e ação dos seus representantes. O funcionamento do modelo é sustentado em três princípios, a saber: *i*) as decisões tomadas pelos cidadãos e pelos partidos são racionais, ou seja, orientadas para a maximização da utilidade da ação e pela minimização das perdas, sendo que o “indivíduo só age quando o ganho marginal excede o custo marginal” (Downs, 1957a: 7); *ii*) o grau de

¹²⁰ O estudo baseou-se nos trabalhos apresentados por Kenneth Arrow, em 1951, tendo o autor correlacionado os recursos, os bens e a tecnologia (elementos económicos) com uma determinada decisão ou escolha.

confiança na ação dos partidos, dos eleitores e do Governo permite prever as possibilidades das decisões eleitorais dos cidadãos; *iii*) o que não impede a afirmação de um terceiro princípio, baseado na imprevisibilidade do sistema democrático, aspeto central que permite a emergência de diferentes escolhas políticas (busca de alternativas).

De facto, e de acordo com Downs (1957a), a estrutura e os avanços da sociedade, geradores de múltiplos conflitos sociais, conduzem a esse grau de incerteza, permitindo a emergência de forças de bloqueio ou partidos antissistema. Esta incerteza é igualmente visível na expectativa gerada face a propostas políticas focadas em determinados grupos sociais, processo similar à estratégia segmentada de determinadas empresas, focadas em públicos-alvo específicos. Em suma, verifica-se que a principal preocupação não reside na ideologia ou no discurso político em si, mas na ação concreta desenvolvida pelos Governos, sendo o voto concebido como uma recompensa ou punição face às políticas levadas a cabo pelos executivos.

Ao analisar o presente modelo e com base na ideia de que existe um conjunto de princípios e / ou pressupostos da teoria das escolhas racionais que são transversais a todas as áreas disciplinares, Turner (1991: 354) identifica cinco ideias-chave que nos permitem compreender a orientação da ação (ao nível do indivíduo) e o decurso da mudança social (ao nível coletivo), a saber:

- Os atores sociais agem orientados para objetivos concretos;
- As ações dos indivíduos são efetuadas de acordo com preferências e utilidades ordenadas de forma hierárquica;
- A ação dos indivíduos é efetuada com base na análise de três fatores: identificação de alternativas de ação referentes à hierarquia estabelecida previamente; o custo de cada uma das alternativas delineadas e a procura da maximização da utilidade da ação;
- As escolhas racionais efetuadas pelos indivíduos conduzem ao desencadear de determinados fenómenos sociais, tais como, as organizações, as estruturas sociais, as decisões e o comportamento coletivo;

- Os fenómenos sociais, entretanto criados, determinam a distribuição dos recursos pelos indivíduos; a distribuição de oportunidades (novas alternativas) e a configuração de normas e obrigações definidas.

Para compreender a presente perspetiva teórica, definidora da linha de ação dos indivíduos na procura de maximizar a utilidade do seu comportamento, Buchanan (1989: 37) refere que “o pressuposto central de qualquer modelo da escolha racional (...) deve ser a definição do agente de escolha participativa como um ser humano individual, dotado de alguma capacidade presumida para avaliar opções ou alternativas e para escolher entre estas”.

A procura de capitalizar benefícios em função da sua escolha eleitoral é a matriz do modelo do voto económico, ou seja, os eleitores agem em benefício próprio, do mesmo modo que os partidos políticos procuram vencer as eleições para extraírem desse facto vantagens. No que diz respeito à consistência da ação dos indivíduos, dos eleitores e do Governo, verifica-se que estes atores são colocados perante diversas opções, havendo a necessidade de aferir quais as opções mais vantajosas, mediante a ordenação das mesmas (hierarquia de preferências). No caso da eleição do Governo (ou melhor, da assembleia que sustenta a formação do Governo), o eleitor realizará o exercício de avaliação das potenciais vantagens de votar no partido do Governo ou no partido que lidera a oposição.

Neste sentido, o eleitor estima a utilidade / rendimento que pode obter de cada partido, votando naquele que lhe trará mais benefícios. A dúvida que se coloca prende-se com a forma de cálculo dos benefícios, sendo que em relação ao partido (ou partidos) de Governo a avaliação incide sobre as políticas já adotadas (“voto retrospectivo”), enquanto que a avaliação do partido da oposição residirá no conjunto de promessas de ação efetuadas para o futuro (“voto prospetivo”)¹²¹.

Esta estabilidade ao nível das previsões é abalada pela própria dinâmica das sociedades e alterações na composição dos grupos sociais. De facto, a posição dos partidos face a temas fraturantes poderá conduzir a um desalinhamento dos seus eleitores tradicionais,

¹²¹ Convém referir que a escolha dos indivíduos baseada na racionalidade pressupõe uma estabilidade e previsibilidade de ação dos partidos, ou seja, os cidadãos confiam que os partidos irão adotar as políticas que lhes são associadas. Sobre este assunto ver: Freire, 2001a e Antunes, 2008.

sendo que a visão de Downs (1957a) aponta para uma escolha eleitoral dos cidadãos com base no fator de proximidade face às propostas dos partidos¹²².

Nesta perspetiva, o conceito de “racionalidade” é central para compreender a própria teoria económica do voto, bem como as prioridades estabelecidas pelos eleitores aquando das escolhas eleitorais, uma vez que é possível que a escolha efetiva do eleitor não seja reflexo da sua primeira avaliação, mas de um meticoloso processo, recaindo a escolha não no partido que mais benefícios lhe traria, mas naquele que dentro das expectativas de vitória eleitoral mais o beneficiará (seriação de expectativas face aos resultados eleitorais e face aos benefícios previsíveis, o que leva o eleitor a efetuar uma criteriosa avaliação das previsões eleitorais, abdicando, em alguns casos, de votar no partido que seria a sua escolha inicial).

Outro dos aspetos ligados ao modelo do voto económico é a perceção relativa ao custo de votar, nomeadamente a necessidade dos cidadãos se recensearem¹²³, o tempo despendido na obtenção de informação sobre as eleições e dos temas centrais de debate, bem como o tempo e dinheiro despendido na deslocação para o local de voto. Ou seja, podemos procurar aferir o custo do voto, através da fórmula “ $R = PB - C + D$ ” em que “R” representa a recompensa de votar, “PB” o valor do voto, “C” o custo de votar e “D” a satisfação percecionada pelo cidadão do ato de votar (Riker e Ordeshook, 1968). Torna-se evidente que o “custo do voto” é uma variável importante na explicação do comportamento eleitoral em termos racionais, sendo que vários estudos atestam a perspetiva de que “os mais pobres, menos qualificados e não brancos” (Hansel *et al.*, 1987: 16) tendem a revelar um índice de participação inferior¹²⁴, embora tais conclusões e perspetivas precisem de ser enquadrados em contextos históricos e culturais distintos. Esta situação é reiterada pela existência de algumas políticas nacionais que visam atenuar os custos de votar, como por exemplo ampliar o período

¹²² Refira-se igualmente que a estabilidade ao nível das previsões de ação pode ser afetada pela necessidade de estabelecer governos de coligação, em que se verifica um conjunto de cedências nos princípios ou promessas eleitorais efetuadas de modo a garantir um compromisso de governabilidade.

¹²³ Com a atual lei de recenseamento este processo deixa de exigir uma atuação do cidadão, visto que ao perfazer 18 anos fica automaticamente registado nos cadernos eleitorais. No caso espanhol, o recenseamento eleitoral é permanente e atualizado no primeiro dia de cada mês, de acordo com a informação obtida através dos Ajuntamentos e Postos Consulares, responsáveis pelo registo civil. Refira-se que de acordo com a Lei Orgânica do Regime Eleitoral Geral (LOREG) o recenseamento é obrigatório. Documentos disponível em: http://www.ine.es/oficina_censo/normativaOCE/loreg_censoelec.pdf.

¹²⁴ Sobre este assunto ver: Kousser, 1974, Wolfinger e Rosenstone, 1980 e Hansel *et al.*, 1987.

e os locais de voto, bem como criar mecanismos que permitam o transporte gratuito dos cidadãos aos locais de voto¹²⁵.

A presente classificação não deixa de apresentar algumas insuficiências, nomeadamente quanto à classificação do valor do voto e à tentativa de explicação dos níveis de participação e das diferenças entre as eleições de primeira e de segunda ordem.

A dificuldade que os indivíduos têm para calcular os custos do ato de votar é similar à dificuldade de enumerar os benefícios que cada partido, cada opção política lhes poderá trazer, existindo a necessidade de introduzir outros elementos na análise do modelo económico do voto, como a importância da estabilidade do sistema democrático¹²⁶. De igual modo, se constata, mais uma vez, uma correlação entre o universo de eleitores e a determinação do resultado eleitoral, ou seja, quanto maior é esse universo, menor será a probabilidade do voto individual influenciar o resultado dessa eleição (Freire, 2001a).

Convém referir que a utilização restrita da presente teoria poderia conduzir à ideia de que com custos associados e sem a perceção de benefícios claros, os eleitores tenderiam a se abster (esse seria o comportamento racional esperado), ou seja, dificilmente estariam dispostos a participar nas eleições, em virtude dos custos serem superiores aos benefícios obtidos. A hipotética emergência de um nível abstencionista transversal não se tem verificado, o que permite corroborar as teorias que defendem o regime democrático como um benefício a longo prazo, capaz de justificar a motivação para o exercício do voto¹²⁷. Esta perspetiva é precisamente a defendida por Blais (2000), que sustenta que mais de metade dos eleitores vota por “dever cívico”, não efetuando a análise custo / benefício do seu voto de forma direta.

A limitação apresentada, ao nível da capacidade do modelo económico de voto, em explicar o comportamento eleitoral, levou à necessidade de alargar o âmbito da análise, incorporando outros elementos, como referimos, mas também permitindo constatar a manutenção de “eleitores ideológicos”, que votam sistematicamente no mesmo partido, não sofrendo a influência do contexto económico ou social para tomar a sua decisão de voto

¹²⁵ Neste contexto, podemos igualmente referir a possibilidade de se adotar o voto eletrónico, como via de simplificar o processo de votação (e a sua contagem), bem como atenuar os custos da deslocação dos cidadãos às urnas de voto.

¹²⁶ Sobre os custos do voto ver: Jackman, 1987; Blais, 2000; Mueller, 2003 e Fowler, 2005.

¹²⁷ Mesmo que a abstenção atinja valores consideráveis, não poderemos afirmar que a mesma é provocada por uma análise custos / benefícios do ato de votar. Os cidadãos são influenciados por diversos fatores, tendo inúmeras motivações para se absterem. Sobre este assunto ver: Uhlaner, 1989 e Blais, 2000.

(Elster, 1992). Tal como refere Downs (1957b: 101) “as ideologias ajudam a centrar a atenção sobre as diferenças entre os partidos, sendo usadas como uma amostra dos principais traços que diferenciam as forças políticas”, podendo o eleitor encontrar similitudes entre esses princípios e os seus valores.

Numa perspetiva mais ampla, verificamos que o modelo assenta numa hipótese genérica de “responsabilização”, assente numa relação dual, em cenários de aumento das dificuldades económicas, tais como o aumento da inflação, do desemprego ou das taxas de juro, verificar-se-ia um decréscimo do apoio aos partidos que se encontram no Governo (voto que penaliza o Governo em funções). Este decréscimo de apoio poderá ser acompanhado por um aumento da participação eleitoral dos cidadãos, motivados pela possibilidade de mudança política. Todavia, esta tendência não é linear ou sistemática, de facto, a crescente crise económica poderá conduzir a um maior alheamento dos cidadãos, materializando-se numa apatia política ou abstenção, algo que procuraremos averiguar com as nossas hipóteses de trabalho. De facto, o caminho adotado na presente investigação levar-nos-á a testar alguns destes indicadores, de modo a aferir o impacto do ambiente macroeconómico sobre as eleições legislativas em Portugal e em Espanha (2004-2011).

Outro dos aspetos a salientar no modelo económico do voto prende-se com a avaliação transversal que o eleitor faz do seu voto e da respetiva influência sobre o sistema político e eleitoral. Se considerar que a sua primeira escolha (por identificação ideológica ou partidária ou análise das vantagens apresentadas por esse partido ou candidato) não é competitiva ou não irá produzir impacto nos resultados eleitorais, aquele pode ser conduzido a optar por votar noutra solução, com o objetivo de travar a vitória de um partido ou candidato que na avaliação inicial lhe proporcionaria uma menor utilidade / benefício. A afirmação do discurso do “voto útil” visa precisamente impedir a vitória de um partido ou candidato que se situe num extremo oposto às preferências iniciais do eleitor.

Para facilitar o processo de análise do posicionamento dos eleitores face aos partidos políticos, Downs (1957a) elaborou um escalonamento linear (da esquerda para a direita) que permitisse representar as preferências dos eleitores, sendo que os eleitores em caso de opção, escolheriam sempre os partidos que mais perto se encontrassem da sua posição inicial, verificando-se, ao mesmo tempo, um reposicionamento dos partidos para maximizarem a sua

base eleitoral (o processo é dual, com a tentativa dos partidos de captarem a maior base de apoio eleitoral possível).

Em suma, efetuada a análise dos custos / benefícios de uma determinada decisão, o eleitor conclui que votar no partido que mais benefícios lhe trará poderá não ter qualquer impacto nos resultados eleitorais, optando por votar no partido ou candidato mais próximo dessa primeira opção ou procurando criar futuras expectativas de vitória. Esta procura individual de informação faz com que nos deparemos com um “paradoxo de participação”, uma vez que se em termos coletivos o acesso à informação é um comportamento racional, de modo a escolher a solução que vai ao encontro da prossecução das políticas públicas preferidas, já em termos individuais essa procura de informação é irracional, uma vez que os custos associados a este processo são superiores aos benefícios que o indivíduo poderá obter da sua opção.

De um modo geral, podemos afirmar que a “hipótese de responsabilização” defende que pode existir uma relação negativa, de penalização dos partidos de Governo em cenários de crise económica¹²⁸, pelo que no estabelecimento das prioridades políticas é possível descortinar bases de relação negativa, positiva ou neutra, sendo que a maioria dos autores não aborda diretamente a relação entre o ambiente económico e o nível da participação eleitoral, de facto, a insatisfação face à situação económica pode promover um alheamento ou uma maior participação eleitoral (Freire, 2001a)¹²⁹.

Antes de terminarmos este ponto, importa igualmente referir que a “teoria da escolha racional” pode envolver duas grandes áreas: a “escolha pública” e a “escolha social”. A primeira refere-se à utilização do método dedutivo e do cálculo diferencial baseado no princípio marginal, ou seja, com base nas diferenças comparativas estabelecidas pelos indivíduos aquando das suas escolhas, sendo que a propensão do indivíduo para votar em determinado partido deve ser analisada com base nos fatores económicos e sociais que o rodeiam (Buchanan, 1989). Por sua vez, a “escolha social” consiste numa abordagem

¹²⁸ Refira-se a este propósito e, com base nos resultados das últimas eleições legislativas em Portugal, Irlanda e Grécia (países envolvidos em processos de assistência financeira internacional), se verificou uma derrota do partido no poder, o que provocou a alteração do Governo em funções. Sobre estes resultados ver: www.idea.int.

¹²⁹ Não é nosso objetivo aprofundar, neste espaço, as diversas variantes do modelo económico de voto, de facto, partindo do pressuposto de avaliação racional dos custos e benefícios do ato de votar, encontramos inúmeras perspetivas e métodos de cálculo, tanto ao nível da maximização da utilidade do voto, como da volatilidade do voto em função dos contextos sociais e económicos. Sobre este assunto ver: Downs, 1957a; Kramer, 1971; Harrington, 1993; Paldam, 2003; Mueller, 2003 e Martins, 2010.

iminentemente teórica que se baseia na agregação das preferências individuais num formato e organização de grupo, sendo que o princípio da satisfação mínima das exigências dos indivíduos e das condições de justiça resultaria de um processo de imposição, atingindo-se o “ponto ótimo” através do reforço da ação das massas sobre as elites¹³⁰.

2.4. Modelo das novas clivagens

O surgimento de um modelo assente em novas clivagens, já não sociais, mas valorativas vem ao encontro de um novo tipo de eleitor, mais instruído e informado, mas também mais exigente e sofisticado com a ação dos atores políticos e mais consciente da sua responsabilidade na avaliação sucessiva dos Governos e dos partidos políticos. Esta tendência resulta do declínio das clivagens sociais tradicionais (tais como a classe social, a religião, entre outras), o qual está na origem de fenómenos como a diminuição da participação eleitoral, a maior volatilidade eleitoral, o surgimento de novos partidos, muitos resultantes de movimentos da sociedade civil, novos temas, muitos deles fraturantes, bem como o reforço do papel das associações e instituições sociais e dos grupos de interesses ou de pressão, tanto nacionais como transnacionais.

De facto, verifica-se uma substituição das velhas clivagens políticas, de natureza sobretudo estrutural, por conflitos e debates centrados em torno de orientações temáticas e valorativas (Knutsen e Scarbrough, 1995). Esta perspetiva baseia-se na ideia de que a clivagem política envolve três dimensões: uma divisão social persistente; uma orientação comum de valores partilhada por um determinado segmento da população e a institucionalização da clivagem através de um partido político ou por qualquer outra organização política ou social, sendo este processo contínuo¹³¹.

Se até meados da década de 1960, assistimos à defesa da continuidade e estabilidade das alternativas partidárias tradicionais — naquilo que Lipset e Rokkan (1967) denominaram de “congelamento dos sistemas eleitorais europeus” —, o facto é que a evolução económica e social das sociedades ocidentais, bem como a emergência de um clima de paz, conduziu à

¹³⁰ Sobre este assunto ver: Arrow, 1951.

¹³¹ As dimensões da clivagem política seriam a estrutura social, as orientações de valor e o suporte partidário. De facto, o foco de análise privilegia a institucionalização através dos partidos políticos.

perceção que as prioridades valorativas de cada sociedade dependem do contexto global em que esta se insere. De facto, as gerações nascidas antes da II Guerra Mundial, fustigadas por cenários de guerra, instabilidade política e social, tenderiam a valorizar o bem-estar material e a ordem (valores materiais), ao passo que os cidadãos nascidos após este conflito, numa conjuntura de reconhecido crescimento económico e aparente estabilidade política, tenderiam a valorizar aspetos como a qualidade de vida e as liberdades individuais (valores pós-materialistas) (Inglehart, 1977).

Estamos, pois, perante a substituição de “valores de sobrevivência” (ou materialistas) por “valores de auto-expressão” (ou pós-materialistas), uma substituição de valores intergeracionais a que Inglehart chamou de “revolução silenciosa”. A valorização de um conjunto de valores pós-materialistas produziu efeitos diretos nos sistemas políticos e partidários europeus, com a adoção de novas temáticas a dominarem o debate público e a criação de “partidos-movimento”, ou “partidos-antipartido” como também são designados, e que se centram agora num conjunto de questões específicas. Dentro destes assuntos, destaca-se a defesa do ambiente, a paridade entre homens e mulheres no exercício da sua cidadania, a temática da interrupção voluntária da gravidez, o casamento e a adoção por casais homossexuais, a defesa dos direitos dos imigrantes ou as questões da privacidade de cada indivíduo, entre tantos outros (Stock, 2005)¹³².

A esta “revolução silenciosa” correspondeu uma “contrarevolução”, marcada pelo crescimento de partidos com uma nova agenda política, mas de extrema direita (new right). Esta perspetiva é confirmada por Oreste Massari (2004) num estudo em que analisa a evolução do sentido de voto dos eleitores, nomeadamente o voto em partidos que defendem um conjunto de novos valores sociais e prioridades políticas, ora situados numa nova esquerda (new left), realçando-se o incremento do voto em partidos de carácter ecológico (verdes), ora situados numa nova direita (new right), com foco nos partidos nacionalistas.

Neste sentido, destaca-se a classificação apresentada por Günther e Diamond (2004) quando observam a emergência de uma “esquerda libertária” e “uma extrema-direita pós-

¹³² Refira-se que estes temas são datados e que em alguns contextos sociais estão genericamente ultrapassados, com a adoção de legislação que consagra estes direitos / princípios.

industrial”, que originaram a criação de partidos-movimentos, focados em temas específicos que pudessem ser defendidos por um cada vez maior grupo de pessoas¹³³.

A análise do modelo de novas clivagens surge através de duas correntes fundamentais, a primeira diretamente relacionada com a “teoria das novas clivagens” e que afirma que existe uma correlação entre os realinhamentos eleitorais e os novos sistemas de valores, ao contrário do “modelo funcional” que defende que existe um progressivo desalinhamento partidário dos eleitores, o que conduz a uma diminuição do papel e da força dos partidos políticos, substituídos por novos atores sociais.

Convém, no entanto, referir que esta tendência não é transversal a todas as democracias, sendo mais visível perante a observação de determinados fatores, tais como: a perda da capacidade dos partidos políticos articularem os interesses sociais e atuarem como intermediários entre a sociedade civil e o Estado; a perda da capacidade de informar os eleitores acerca dos seus princípios e linhas de ação, numa tarefa em que são substituídos pelos meios de comunicação social; a perda de capacidade no recrutamento dos mais capazes, dos mais competentes; a perda de autoridade dos representantes políticos eleitos, resultante de críticas sistemáticas à sua ação e uma menor identificação dos eleitores para com os partidos, entendidos como organizações que prosseguem interesses próprios¹³⁴.

O processo de socialização das novas gerações tem sido marcado pelos novos valores sociais e políticos, bem como corresponde às contínuas exigências dos cidadãos de uma melhoria das condições de vida. Esta preponderância dos valores pós-materialistas pode ser explicada por duas hipóteses centrais: a “hipótese da escassez”, que indica que as prioridades dos cidadãos estão ligadas a bens materiais e bens imateriais, numa valorização crescente de aspetos como a qualidade de vida e a afirmação da identidade individual e a “hipótese da socialização”, que enfatiza o período da socialização primária como marco de definição das prioridades dos indivíduos.

Considerando a impossibilidade de encontrar nos modelos sociológicos e psicosociológicos explicações para as fortes variações no nível da participação eleitoral nos diversos atos eleitorais em períodos distintos, verifica-se a afirmação de uma “abstenção

¹³³ Sobre este assunto ver os contributos de: Flanagan, 1987 e Ignazi, 1992.

¹³⁴ Para um aprofundamento das razões que levaram a uma desalinhamento crescente entre os partidos e os seus militantes ver: Flanagan e Dalton, 1985.

política”, marcada por um posicionamento estratégico dos eleitores face à conjuntura política (Subileau, 1997). Este posicionamento é reforçado pelo alargamento da participação política a outras ações políticas não convencionais ou de protesto, como petições, abaixo-assinados, greves ou manifestações de protesto ilegais, tais como a ocupação de edifícios e os cortes estradas / acessos de transporte.

De um modo global, e analisando a militância política, de acordo com a visão de Inglehart (1990), podemos identificar quatro tipos de mobilização política, a saber:

- os “apolíticos”, detentores de baixos níveis de instrução, fraco envolvimento na política e sem qualquer identificação partidária;
- os os “militantes dirigidos por elites”, com baixa mobilização cognitiva, mas que nutrem alguma simpatia partidária;
- os “militantes cognitivamente mobilizados”, que apresentam um forte nível de mobilização e com uma identificação clara com um partido;
- os “não militantes cognitivamente mobilizados”, detentores de um elevado nível de mobilização cognitiva, mas que não se identificam com nenhum partido político.

Se é certo que nenhum dos modelos que vimos até agora consegue explicar na totalidade a volatilidade eleitoral e as reações dos eleitores perante o enquadramento social e económico que o rodeia, também se verifica que o dinamismo constante das sociedades europeias obriga a um olhar atento à ação dos agentes políticos. Assiste-se à multiplicação de estudos acerca do fenómeno eleitoral e do comportamento dos eleitores, sendo relevante o estudo do efeito das instituições políticas (fatores macro) sobre as decisões dos eleitores.

2.5. Modelo institucionalista

Ao analisarmos o comportamento eleitoral dos cidadãos numa perspetiva longitudinal e comparada, verificamos a emergência de uma multiplicidade de variáveis passíveis de justificar o comportamento eleitoral dos cidadãos, pelo que importa analisar os efeitos que as variáveis institucionais e contextuais poderão causar na participação eleitoral. Os diversos

estudos referidos sobre o funcionamento do sistema político e eleitoral conduzem à constatação de que a análise própria do novo institucionalismo (Shepsle, 1986 e 2006; Dimaggio e Powell, 1991; Sened, 1991; Limongi, 1994; Hall e Taylor, 1996 e Riker, 1998) torna-se um procedimento obrigatório para aferir as tendências de participação eleitoral.

De facto, temos assistido a um renovado interesse no estudo das instituições políticas (muitas vezes entendidas como “organizações”), das suas origens, do seu papel normativo no funcionamento da sociedade, do seu desenho e do seu enquadramento no sistema político. Este regresso às instituições (novo institucionalismo) resulta de um conjunto de críticas ao paradigma comportamentalista, dos quais Paulo Peres (2008) destaca oito, a saber: *i*) a recusa de que na Ciência Política seja possível estabelecer leis como acontece nas ciências naturais; *ii*) a ideia generalizada de que o comportamento seria apenas uma das dimensões do fenómeno político; *iii*) a impossibilidade de quantificar todos os dados observados no contexto político; *iv*) a inconsistência verificada entre alguns princípios teóricos sustentados pelo comportamentalismo e os resultados das pesquisas científicas realizadas; *v*) a premente necessidade de se utilizar alguma forma de pesquisa aplicada; *vi*) a necessidade de existir um compromisso moral do investigador com a sua própria pesquisa, o que atenuaria a premissa comportamentalista da radical neutralidade axiológica; *vii*) o enfoque na análise da Ciência Política, evitando uma dispersão em análises multidisciplinares e, por fim, *viii*) um excesso rigor metodológico e teórico, o que limita a capacidade de ação dos investigadores.

Estas críticas centrais viriam a conduzir a um regresso ao estudo das instituições (Ostrom, 1991), partindo do pressuposto de que a visão comportamentalista moldava ou condicionava, de forma decisiva, o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, o maior foco nas instituições resultava igualmente da recusa de que “um conjunto de características comportamentais e sociopsicológicas seja suficiente para explicar a ação individual e a ação coletiva” (Norgaard, 1996: 152).

De um modo sucinto e recorrendo à classificação de Hall e Taylor (1996) é possível identificar três distintas abordagens do neoinstitucionalismo: 1) o institucionalismo histórico; 2) o institucionalismo da escolha racional; 3) e o institucionalismo sociológico. No primeiro caso, o institucionalismo histórico, o qual constituiu uma resposta ao estruturo-funcionalismo que foi predominante nas décadas de 1960 e 1970, sendo que a resposta aos problemas da sociedade seria encontrada no modo como a comunidade política se encontrava organizada,

havendo uma rejeição *a priori* da tendência em considerar as características sociais, psicológicas ou culturais dos indivíduos como variáveis fundamentais pelo funcionamento do sistema (Stneimo, *et al.*, 1992). Esta perspetiva defende que a organização institucional da comunidade política ou a própria economia política são os elementos determinantes para compreender os comportamentos coletivos¹³⁵.

A questão que se coloca, nesta dinâmica relacional, é compreender como as instituições afetam e condicionam o comportamento dos indivíduos. De acordo com a perspetiva neofuncionalista é possível identificar dois tipos de resposta: a perspetiva calculista e a perspetiva cultural (March e Olsen, 1989). No primeiro caso, salienta-se o destaque dado ao comportamento humano, havendo um cálculo estratégico sobre o comportamento atual, mas também futuro (a importância da previsão dos comportamentos). Na perspetiva cultural, a ênfase é dada aos limites de atuação e compreensão do mundo pelos olhos do indivíduo, ou seja, a impossibilidade de haver um comportamento totalmente estratégico, o que permite enquadrar o carácter interpretativo de alguns dos comportamentos dos indivíduos¹³⁶.

Posteriormente, verificou-se a emergência do “institucionalismo da escolha racional”, centrado no funcionamento do Congresso norte-americano, uma vez que perante maiorias politicamente opostas, que se substituíam no poder, não se verificava uma anulação das leis aprovadas anteriormente. Pelo contrário, mesmo tendo votado contra determinadas medidas / projetos, após a subida ao poder a nova maioria não pauta o seu comportamento pela rejeição dessas políticas, contrariando a ideia de preferências e decisões com base na otimização dos ganhos (Riker, 1980)¹³⁷. Os ganhos obtidos graças a uma estabilização das políticas acabavam por prevalecer sobre hipotéticos ganhos unipartidários.

Por sua vez, o “institucionalismo sociológico” aproxima-se mais da vertente cultural referida anteriormente, uma vez que se procura uma correlação direta entre as instituições e determinados papéis a serem desempenhados, os quais prescrevem normas interiorizadas pelos cidadãos. Ou seja, verifica-se a crença de que as “instituições estruturam as escolhas

¹³⁵ Convém referir que muitas vezes existe uma simbiose entre o termo “instituição” e “organização”, sendo que as questões centrais continuam atuais, ou seja, saber o modo como os atores se comportam, o que fazem as instituições e porque motivo e em que circunstâncias se mantêm. Sobre este assunto ver: Chilcote, 1981; March e Olsen, 1989 e Steinmo *et al.*, 1997.

¹³⁶ Para um aprofundamento desta situação ver: Giddens, 1978 e Shepsle, 1986.

¹³⁷ Alguns autores dão destaque ao funcionamento interno do próprio Congresso para explicar este funcionamento, nomeadamente às regras de negociação entre parlamentares e ao funcionamento das comissões especializadas. Sobre este assunto ver: North e Thomas, 1973.

políticas subsequentes durante períodos longos, mesmo quando se revelam pouco adaptadas ao seu meio visto que a sua alteração acarretaria um custo demasiado elevado” (Hermet *et al.*, 2014: 1999).

De igual modo, assistimos ao estudo do desempenho das instituições no funcionamento dos sistemas eleitorais nacionais, sendo que duas perspetivas ou correntes teóricas sobressaem do debate académico em torno da presente temática. A primeira perspetiva remete para um conjunto de relações causais entre os sistemas eleitorais, sendo, estes, entendidos como variáveis independentes e exclusivas, e o funcionamento de alguns aspetos concretos do sistema político (interligação direta). Assim sendo, e tendo por base este modelo, atenderemos na presente investigação às relações causais entre os fenómenos observados. Por sua vez, a segunda perspetiva baseia-se numa base antinomológica, enfatizando os efeitos multicausais e / ou circulares, a partir dos quais os sistemas eleitorais são uma das variáveis institucionais (entre outras) com capacidade para influenciar o funcionamento da vida política e vice-versa¹³⁸.

O presente modelo apresenta igualmente um paradoxo conceptual, ou seja, uma vez que se alicerça em múltiplos estudos que correspondem a diferentes períodos, em que os respetivos contextos sociais e políticos são determinantes para as análises sistémicas. A dificuldade na definição concreta do novo institucionalismo atesta esta multiplicidade de explicações, sendo que alguns autores defendem que “muitas vezes é mais fácil definir aquilo que o novo institucionalismo não é do que aquilo que este é” (DiMaggio e Powell, 1991: 2), numa definição por negação e oposição, pelo que de acordo com a disciplina em questão obtemos diferentes formas de conceptualização desta perspetiva teórica, realçando-se, precisamente, níveis de influência e determinismo nas diferentes análises.

Nesse sentido, e recorrendo ao contributo da “teoria da escolha racional”, identificamos fundamentalmente duas formas de analisar e interpretar as instituições, a saber: a primeira encara as instituições como um “constrangimento exógeno”, ou seja, exterior ao próprio funcionamento do sistema político, podendo aquelas ser entendidas como “as regras do jogo em sociedade” (North, 1990: 3). A segunda perspetiva defende que as instituições

¹³⁸ Nolhen (2007) aborda precisamente o facto das variáveis se influenciarem mutuamente, dependendo a matriz de maior impacto do contexto em que estão inseridas. Alguns autores referem a importância de separar os efeitos mecânicos dos efeitos estratégicos, sendo estes relativos à forma como os cidadãos utilizam os sistemas eleitorais e no modo como afetam a ação dos partidos. Sobre este assunto ver: Martins, 2008.

constituem uma estrutura “endógena” de constrangimentos, uma vez que as “regras do jogo” são definidas pelos próprios atores envolvidos no processo político¹³⁹. Nesse sentido, “primeiramente as instituições constrangeriam / restringiriam, ou seja, limitariam as preferências dos atores, depois, as instituições acabariam por moldá-las e estruturá-las (Peres, 2008: 64), o que viria a alterar inclusivamente a própria unidade de análise, de uma análise mais individual para uma análise das decisões coletivas.

De um modo simples, constata-se que as “instituições são formas equilibradas de fazer as coisas” (Shepsle, 2006: 3). Convém referir que estas perspetivas não limitam o âmbito e a pertinência de outras visões sobre o funcionamento das instituições e a sua abrangência na explicação do comportamento eleitoral, no caso concreto da participação eleitoral. Pelo que, quando recorremos ao “novo institucionalismo” para estudar as variações da participação eleitoral no *corpus* de análise escolhido, temos de ter igualmente presente a influência de outros modelos e outras determinantes.

A mesma linha de raciocínio é seguida quando nos deparamos com a emergência do “novo institucionalismo”, como resposta ao behaviorismo prevalecente na ciência política, como o qual ganha novo relevo o contexto sociopolítico e a durabilidade das instituições nas análises académicas desenvolvidas sobre esta temática, sendo que “as instituições sociais, políticas e económicas têm crescido, têm-se tornado consideravelmente mais complexas e dotadas de recursos e, o mais importante, desempenham um papel de relevo na vida coletiva em sociedade” (March e Olsen, 1984: 734).

Este “novo institucionalismo” encontra raízes no “velho institucionalismo”, no qual se destacam os estudos de Philip Selznik (1949, 1957), sendo que, tanto as novas como as velhas abordagens, “partilham um ceticismo face ao modelo de ator racional das organizações e cada uma vê a institucionalização como um processo dependente do Estado, o que torna as organizações menos instrumentalizadas ao limitar as opções subsequentes” (DiMaggio e Powell, 1991: 12). Constata-se igualmente que as duas perspetivas enfatizam a relação entre as organizações e o ambiente que as rodeia, ou seja, pressupõe-se uma influência direta das variáveis contextuais e dos aspetos sociais, económicos e políticos sobre o funcionamento das organizações, tanto pertencentes à esfera social como à esfera política.

¹³⁹ Shepsle (2006) aborda esta temática ao referir que um grupo de jovens pode utilizar as regras predefinidas de um determinado desporto como base, mas rapidamente irão adaptar essas regras às circunstâncias do local e do grupo de intervenientes para efetivarem esse jogo.

A ideia subjacente conduz-nos à perspectiva de Steinmo *et al.*, (1997), segundo a qual

...os institucionalistas estão interessados em todo tipo de instituições sociais e estatais que moldam a maneira pela qual os atores políticos definem os seus interesses e estruturam as relações de poder com os outros grupos. Portanto, essa definição também abrange outras dimensões institucionais, tais como as regras da competição eleitoral, a estrutura do sistema partidário, as relações entre os diversos setores do governo e a estrutura e a organização de atores económicos, tais como sindicatos. (p. 2)

Num contexto mais alargado, seguimos a distinção efetuada por cada uma das tradições face à estrutura das organizações e que se encontra delimitada por DiMaggio e Powell (1991) no quadro. 2.1.

Deste modo, constatamos que a análise das organizações se torna central para compreender a própria evolução do institucionalismo, sendo que esta se destaca pela forma como se encara o ambiente que rodeia o funcionamento das organizações, numa perspectiva mais local (de proximidade) no caso do “velho institucionalismo” e numa perspectiva mais “setorial” no caso do “novo institucionalismo”. No mesmo sentido, se compreende a distinção em torno da análise do utilitarismo, percecionada como a agregação de interesses na perspectiva mais antiga do institucionalismo, substituída agora por uma teoria prática de ação no “novo institucionalismo” e focada num conjunto de princípios orientadores que refletem a mudança verificada na teoria social e política contemporânea.

Quadro 2.1. O Velho e o Novo Institucionalismo

	Antigo Institucionalismo	Novo Institucionalismo
Conflito de interesses	Central	Periférico
Fonte de inércia	Interesses escusos	Legitimidade imperativa
Ênfase na estrutura	Estrutura informal	Papel simbólico da estrutura formal
Organização incorporada na:	Comunidade local	Campo, setor ou sociedade
Natureza da incorporação	Cooptação	Constitutiva
Focus da institucionalização	Organização	Campo da sociedade
Dinâmica organizacional	Mudança	Persistência
Base da crítica ao utilitarismo	Teoria da agregação de interesses	Teoria da ação
Evidência da crítica ao utilitarismo	Consequências imprevistas	Atividade irrefletida
Principais formas de cognição	Valores, normas, atitudes	Classificação, rotinas, scripts, esquema
Psicologia Social	Teoria da Socialização	Teoria da atribuição
Base cognitiva da ordem	Compromisso	Habitat, ação prática
Objetivos	Deslocados	Ambíguos
Agenda	Relevância política	Disciplinar

Fonte: DiMaggio e Powell, 1991.

Verifica-se, desse modo, diferenças substanciais não só ao nível da análise do ambiente, mas igualmente no que respeita aos objetivos de ação, à análise do conflito e do fenómeno da mudança, bem como no que concerne à caracterização da ação individual. Estes pressupostos são decorrentes igualmente do percurso histórico (*path dependency*) e da própria evolução da sociedade, sendo que a relação entre as referências contextuais e as referências individuais pode ser abordada de acordo com a classificação sugerida por Norris (2002), a qual aborda os fatores sociais e institucionais, os fatores organizacionais e os fatores individuais¹⁴⁰.

Esta perspetiva remete-nos diretamente para a existência de pontes de ligação entre as teorias explicativas da participação eleitoral, sendo de salientar a emergência de um conjunto de estudos relativos ao novo institucionalismo económico, dos quais se destaca Coase (1937,

¹⁴⁰ Esta classificação corresponde à dimensão macro, meso e micro referidas no enquadramento metodológico e que nos permite traçar o modelo de análise dos dados recolhidos, bem como alicerçar a presente investigação. Para uma visão geral do modelo ver: Norris, 2002; 2008.

1960), Williamson (1975, 1985), Posner (1981) e Nelson e Winter (1982). Nesta perspetiva, os indivíduos procuram maximizar o seu comportamento, de acordo com um conjunto de preferências devidamente ordenadas e consistentes, sendo que as “instituições surgem e permanecem quando conferem benefícios maiores do que os custos de transação (isto é, os custos de negociação, de execução e de fiscalização) decorrentes da sua criação e manutenção” (DiMaggio e Powell, 1991: 3-4). Ou seja, verificando-se esse ganho efetivo, as instituições políticas garantirão o seu posicionamento no seio da sociedade.

O estudo do “novo institucionalismo” tem igualmente presente a divisão entre os assuntos políticos nacionais e os assuntos relativos às relações internacionais. Enquanto que, na primeira vertente, estamos perante o assumir da teoria institucionalista própria da “rational choice theory”, centrada no processo de decisão política, especialmente na forma como as instituições políticas moldam os resultados da ação política e o comportamento dos agentes / atores políticos (Shepsle, 1986); no segundo caso, estamos perante a afirmação da teoria dos regimes, sendo aparentemente consensual a ideia de que as instituições se apresentam pouco maleáveis a alterações, sobressaindo assim as teses da “*path dependency*” (DiMaggio e Powell, 1991)¹⁴¹.

O ponto de partida para a análise não pode ser naturalmente a exposição das insuficiências das práticas organizacionais ou procedimentos observados nas instituições, mas antes compreender a sua influência nos processos de edificação e reforma do sistema político e das suas principais instituições por contraponto à ação dos indivíduos.

2.5.1. A influência das variáveis institucionais

A análise das instituições e do funcionamento do sistema político e eleitoral tem motivado o surgimento de diversos estudos relativos à necessidade de se proceder a uma reforma do sistema eleitoral em Portugal, sendo que essa reforma não pode passar pela alteração da fórmula de cálculo de conversão dos votos em mandatos, que constitui um limite material à constituição, mas antes por um processo transversal que inclua outros aspetos relacionados com outros elementos do sistema eleitoral, que não a fórmula eleitoral, como as

¹⁴¹ Ao analisarmos a dificuldade constante na renovação / alteração do sistema eleitoral português (Sampaio, 2009), verificamos precisamente essa dificuldade na adaptação das instituições a novas regras e novos desafios.

organizações partidárias e seu respetivo monopólio da representação parlamentar, o processo de nomeação e escolha dos candidatos levado a cabo pelos partidos, as regras do recenseamento eleitoral, a estrutura do voto, a regulação do financiamento das campanhas e dos partidos políticos ou a própria gestão do processo eleitoral¹⁴².

Numa análise que envolveu 32 democracias, Pippa Norris (2002) estudou a importância das regras formais nas estratégias dos atores políticos e dos próprios sistemas eleitorais nas eleições nacionais, parlamentares e presidenciais realizadas no período entre 1996 e 2002. Aliado a estes critérios, efetuou igualmente a análise da importância dos hábitos culturais que decorrem do processo de modernização social, tendo adotado uma perspetiva mais institucionalista, afirmando que as normas, as regras, as formas institucionais têm um impacto direto no comportamento eleitoral, o que nos permite concluir que estas não são neutras nas suas consequências.

Não é nosso objetivo delinear na vertente do modelo institucionalista a existência de um “sistema político ideal”, tal situação seria impraticável dada a importância do contexto histórico, social e cultural em que a ação dos indivíduos decorre. No entanto, é possível traçar, no quadro das opções do Legislador, a intenção de adotar reformas institucionais do sistema político e seus respetivos subsistemas, que permitam ultrapassar os défices democráticos mais fulcrais do nosso sistema político, e que vão desde assegurar uma maior estabilidade governativa ou uma maior representatividade das diferentes forças e correntes existentes na sociedade, ao mesmo tempo que sejam suscetíveis de aproximar a sociedade civil das principais instituições e atores políticos, com efeitos claros no aumento da participação eleitoral¹⁴³.

Esta opção evidencia a importância de compreendermos que “a estabilidade do regime requer o funcionamento satisfatório das inúmeras componentes” (Taagepera e Shugart, 1989: 235), pelo que, “até mesmo o melhor sistema eleitoral não consegue compensar um eventual

¹⁴² Assistimos a algumas dessas alterações em países como Israel (1992), Itália (1993), Nova Zelândia (1993), Japão (1994) e no Reino Unido (1999, estas aplicáveis unicamente às eleições para o Parlamento Europeu). Sobre o processo de reforma do sistema eleitoral português ver: Freire, Martins e Moreira, 2008 e Sampaio, 2009.

¹⁴³ Esta opção terá de ter em conta as diferentes clivagens sociais e étnicas presentes em cada sociedade, sendo aplicável em sistemas de representação proporcional, com o objetivo de proporcionar a representação desses grupos junto do poder político. Para um aprofundamento desta questão ver: Lijphart, 2000 e Norris, 2004.

mau funcionamento em algum outro ponto da estrutura política ou da cultura cívica” (*idem, ibidem*).

A confirmação da pertinência e da utilidade do modelo do “novo institucionalismo” na explicação do comportamento eleitoral é reforçada pela constatação efetiva da influência das regras institucionais sobre a participação eleitoral, sendo que, segundo estudos existentes na literatura mais recente, essa participação é maior de acordo com as seguintes premissas:

- em sistemas de representação proporcional quando comparados com os resultados verificados em sistemas maioritários;
- em círculos de menor magnitude eleitoral, confirmando-se algumas das teses apresentadas pelos estudos em torno da teoria da proximidade;
- em eleições que tenham o prazo de um mandato, ou seja, realizadas com um lapso temporal considerável, pois tende a verificar-se que a realização sistemática de eleições (antecipadas) pode conduzir a um “cansaço” ou “fadiga” participativa dos eleitores. Este fator está diretamente relacionado com o cálculo do custo de votar em relação aos benefícios esperados desse comportamento (*choice rational theory*)¹⁴⁴;
- em sistemas de partidos competitivos (multipartidários) e que garantam a representatividade ao nível da representação parlamentar. Neste caso, o sistema bipartidário pode conduzir a níveis de abstenção superiores quando comparados com sistemas multipartidários moderados e não polarizados;
- em eleições presidenciais, quando se verifica que compete ao Presidente da República a maioria dos poderes executivos. Por sua vez, quando o sistema entrega esses poderes ao Primeiro-ministro, as eleições mais participadas tendem a ser as eleições legislativas / parlamentares.

Não sendo as premissas acima referidas inovadoras ao nível dos resultados apresentados, constata-se que vêm reforçar um conjunto de contributos anteriores que atestam, por exemplo, a extrema importância das regras eleitorais sobre o comportamento dos

¹⁴⁴ Dentro da literatura internacional verifica-se que em países com um elevado número de atos eleitorais (Suíça e EUA), tanto eletivos como de consulta popular (referendos), a abstenção tende a ser maior do que a média nas democracias ocidentais. Sobre estes resultados ver: www.idea.int.

eleitores. De facto, Rae (1971) confirma que a fórmula eleitoral utilizada e a magnitude dos círculos eleitorais são alguns dos fatores que mais decisivamente influenciam o grau de proporcionalidade do sistema eleitoral. No mesmo estudo, recusa a influência da estrutura do voto sobre a proporcionalidade do sistema eleitoral. Importa referir aqui que a proporcionalidade do sistema está diretamente relacionada com a análise dos resultados eleitorais e com a representação em sede eletiva da vontade do eleitorado.

Num outro contexto, mas com idêntico propósito, Arendt Lijphart (1999), chega a sugerir um indicador para medir o grau de proporcionalidade do sistema eleitoral¹⁴⁵, proposta que resulta da análise do sistema eleitoral e dos resultados eleitorais verificados em 36 países. O autor constata que os maiores índices de proporcionalidade se verificam nos países em que vigoram sistemas de representação proporcional.

Quadro 2.2. Grau de desproporcionalidade do sistema eleitoral (1945-1966)

País	Desproporcionalidade (em %)	Sistema Eleitoral	N.º Eleições
Holanda	1,30%	RP	15
Dinamarca	1,83%	RP	21
Suécia	2,09%	RP	16
Israel	2,27%	RP	14
Malta	2,36%	RP-VUT	6
Áustria	2,47%	RP	16
...
Portugal	4,04%	RP	8
...
Estados Unidos	14,91%	Sist. Presidencial	25
Bahamas	15,47%	PLU	5
Barbados	15,75%	PLU	7
Ilhas Maurícias	16,43%	MA	6
Jamaica	17,75%	PLU	7
França	21,08%	Sist. Presidencial	10

Fonte: Lijphart, 1999. Adaptado.

Portugal ocupa uma posição intermédia, com um grau de desproporcionalidade de 4,04%. Note-se que este valor constitui a diferença entre a percentagem de votos obtidos pelos partidos e a correspondente percentagem de mandatos alcançados em sede parlamentar. Se considerarmos a análise referente aos países pertencentes à União Europeia, e que

¹⁴⁵ Para uma revisão dos indicadores utilizados para medir a proporcionalidade do sistema eleitoral e o consequente nível de representatividade ver: Martins, 2008.

partilham com Portugal um sistema de representação proporcional, verificam-se valores mais elevados de desproporcionalidade nas eleições realizadas no nosso país¹⁴⁶.

Se atendermos a uma análise exclusivamente nacional, constata-se que tanto no processo de conversão de votos em mandatos, como na análise da comparação da percentagem de mandatos obtidos, se verifica uma tendência que favorece os partidos de maior dimensão (Partido Socialista e Partido Social Democrata), em detrimento dos partidos de menor dimensão. O mesmo estudo constata que o índice de desproporcionalidade tende a aumentar de acordo com o aumento da votação no partido vencedor e em círculos de baixa magnitude eleitoral, ou seja, em cenários de menor competitividade eleitoral e com um reduzido número de lugares elegíveis.

Este cenário tinha sido previamente estudado por Lijphart (1990), ao analisar a influência das leis eleitorais sobre o sistema político, com especial destaque nas fórmulas eleitorais, na magnitude dos círculos, na estrutura do boletim do voto. Ou seja, podemos afirmar que existe algum consenso sobre a influência destes fatores, embora subsista alguma discussão em torno do seu grau de influência e da sua utilização como mecanismo de promover a aproximação entre eleitos e eleitores e a responsabilização dos primeiros face aos segundos¹⁴⁷.

De igual modo, Pequito Teixeira (2008) recorre ao modelo do “novo institucionalismo” para analisar a influência dos fatores institucionais sobre o recrutamento político nas organizações partidárias em Portugal. O contínuo afastamento entre os partidos e a sociedade civil, observável através da redução do número de militantes partidários e do surgimento de formas alternativas de participação política, resulta da falta de capacidade dos partidos darem resposta às novas exigências dos cidadãos, mas também ao afunilamento das estruturas partidárias, fechadas nas suas lógicas e estratégias de recrutamento à sociedade civil em geral¹⁴⁸.

¹⁴⁶ Para um aprofundamento da evolução do índice de desproporcionalidade do sistema eleitoral em Portugal e das respetivas variações de acordo com os círculos eleitorais existentes nas eleições legislativas ver: Martins, 2004: 363, 2008: 97-101.

¹⁴⁷ Para uma visão complementar deste assunto ver: Matilla, 2003 e Blais e Aarts, 2006.

¹⁴⁸ Alguns autores apontam o progressivo processo de atualização da base de dados dos militantes como um dos fatores que explicam a redução do número de militantes nos partidos das democracias ocidentais. Sobre este assunto ver: Katz e Mair, 1992.

Tal facto, não permite ocultar a importância dos partidos políticos, sendo que o “desenvolvimento dos partidos aparece ligado ao da democracia, quer dizer à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares” (Duverger, 1951: 24). Pelo que, aquilo que mais importa é encontrar mecanismos para ultrapassar as tendências fechadas, oligárquicas e autoreferenciais dos partidos políticos, com o objetivo da sua democratização interna no sentido de promover uma maior participação eleitoral (Pequito Teixeira, 2008). E para isso, os partidos políticos, enquanto instituições indispensáveis à democracia representativa, têm necessariamente de enveredar por um processo de profunda renovação, tanto nos processos como nas práticas políticas efetivas.

Nesse sentido, importa analisar se o próprio sistema de partidos não constituirá uma causa do afastamento dos cidadãos da vida política e dos mecanismos de participação, nomeadamente da participação eleitoral, onde os partidos continuam a ser os principais protagonistas. Num amplo estudo realizado entre 1945 e 2002, Richard Rose (2004) analisou 230 eleições legislativas em 15 países da União Europeia¹⁴⁹, tendo centrado a investigação em cinco variáveis institucionais principais, a saber: 1) o tipo de sistema eleitoral; 2) a existência de voto obrigatório; 3) o dia em que decorreram as eleições; 4) a magnitude dos círculos eleitorais; e, por fim 5) o período de recurso às eleições livres, constatando que todas estas variáveis produziam impactos consideráveis sobre a participação eleitoral.

Um outro contributo que importa aqui destacar, prende-se com o estudo de Rose e Munro (2003) relativo aos primeiros processos eleitorais decorridos nos países do leste Europeu, após a queda do Muro de Berlim (1989)¹⁵⁰. O estudo envolveu a análise de eleições em 11 países, sendo que o foco da investigação incidiu sobre o conjunto de opções da classe política (ou do Legislador) quanto ao sistema eleitoral adotado, bem como a opção pela criação de uma ou duas câmaras de representantes e o modo de eleição do chefe de Estado (através de sufrágio direto e universal ou através da eleição por parte dos membros de uma das câmaras), e também aqui as variáveis institucionais revelaram ter uma importante

¹⁴⁹ Refira-se que o alargamento da União Europeia a 25 países concretizou-se apenas em 2004, cifrando-se atualmente em 28 países, após a adesão da Bulgária e da Roménia em 2007 e da Croácia em 2013.

¹⁵⁰ O estudo integrou a Eslováquia, a República Checa, a Eslovénia, a Letónia, a Roménia, a Bulgária, a Hungria, a Estónia, a Lituânia, a Rússia e a Polónia, sendo que deste grupo de países apenas a Rússia não faz parte, atualmente, da União Europeia.

capacidade explicativa sobre os resultados eleitorais das eleições gerais consideradas na amostra.¹⁵¹

Da análise realizada sobressai um claro desfasamento entre a experiência portuguesa e espanhola, pós-períodos ditatoriais e a realidade pós-comunista verificada nesses países. De facto, dos dados recolhidos, em cinco dos países, a taxa de abstenção foi superior a 30% nos primeiros atos eleitorais, enquanto que noutros cinco países a abstenção cifrou-se entre os 20% e os 25% — apenas na Eslováquia a abstenção foi inferior a 20% (18,2%). O advento da democracia, neste caso concreto, não foi acompanhado por uma expressiva ou “entusiasta” participação eleitoral, como o foi aquando da sua instauração nos países ibéricos algumas décadas antes.

Nesse sentido, importa ter em atenção a classificação proposta por Rose e Munro (2003), a qual destaca a capacidade explicativa de quatro fatores institucionais na variação da abstenção eleitoral:

- a inexistência de identificação partidária de uma parte significativa do eleitorado, desprovido de formação e informação político-ideológica e colocado perante uma enorme mescla partidária surgida após a transição para a democracia destes países;
- a fragmentação partidária, o que provocou a dispersão dos votos por um elevado número de partidos;
- a existência de cláusulas barreiras formais (situadas entre os 4% e os 5%), as quais poderão estar na base de uma maior abstenção eleitoral (na impossibilidade de eleger os candidatos do seu partido o uso do “voto estratégico”);
- a perceção de que o direito de voto e as eleições livres eram conquistas garantidas, não sendo necessário sufragar essa conquista através do exercício do voto.

Os presentes dados são um excelente ponto de partida na análise da evolução da abstenção em Portugal e em Espanha, uma vez que no período pós-ditadura e de transição

¹⁵¹ O presente indicador imbrica diretamente com a opção política distinta em Portugal e em Espanha quanto ao número de câmaras de representantes, uma vez que em Portugal se optou por uma câmara única e em Espanha a opção incidiu pela criação de duas câmaras.

democrática se registaram valores muito baixos de abstenção, ou seja, o contexto e o ambiente foram determinantes na obtenção dos resultados registados.

A emergência e a sustentação teórica dos diversos modelos de explicação do comportamento eleitoral, permite-nos ter uma visão mais global sobre o fenómeno da participação eleitoral no contexto ibérico entre 2004 e 2011, partindo precisamente da análise do sistema político e eleitoral vigente em Portugal e em Espanha, para assim analisar a influência dos fatores institucionais, mas também macroeconómicos, sobre a participação eleitoral. Nesse sentido, importa avançar para uma caracterização específica do contexto em que foi tomada a opção pelo Legislador, em ambos os países, no que respeita à configuração do sistema eleitoral adotado, bem como o percurso seguido ao nível das reformas eleitorais, o que impõe que façamos a caracterização do sistema político e eleitoral de ambos os países.

Capítulo III – Sistema político e eleitoral português e espanhol

O processo de democratização dos regimes português e espanhol foi pautado por inúmeros debates acerca do sistema político a adotar, bem como sobre as características a serem incluídas na feitura da legislação eleitoral. O longo período das ditaduras nos dois países conduziu a maiores dificuldades na articulação de um projeto consistente com as regras da democracia, o qual pudesse ser imediatamente aplicado — o que resultou da emergência de múltiplas forças partidárias e grupos de interesses defensores de caminhos próprios na edificação do sistema democrático, que se traduziu em momentos mais tensos nos debates em torno das propostas constitucionais.

Importa, por isso, compreender e analisar o funcionamento e a composição do sistema político, entendido de forma global e alicerçado na sua operacionalização, com base nos contributos de David Easton (1957a) e Pippa Norris (1999), para depois avançarmos para uma caracterização minuciosa do sistema político e eleitoral português e espanhol. Esta perspetiva comparada serve de base para a análise das variáveis escolhidas por forma a dar resposta à nossa pergunta de partida, sendo que a opção por efetuar uma análise evolutiva do sistema político e eleitoral após o período de transição democrática permite “identificar as condições e as consequências da mutação, ao logo do tempo, de uma pluralidade de sistemas políticos” (Pasquino, 2005: 27-28). Este contributo comparativo e longitudinal serve, assim, de referência para compreender, igualmente, as dinâmicas atuais que visam fomentar o debate em torno da necessária revisão das leis eleitorais, debate, este, que se tem centrado na questão da representatividade, da legitimidade política e da proporcionalidade eleitoral.

Considerando as exigências do funcionamento da sociedade, verifica-se que o sistema político e eleitoral procura dar resposta às necessidades de participação dos cidadãos na vida pública, contribuindo para a articulação entre a sociedade civil e os órgãos políticos e de soberania, ou seja, entre os eleitos e os eleitores. Sendo certo que este canal de participação não é exclusivo, resultado de uma crescente apetência dos eleitores por movimentos independentes e resultantes da sociedade civil, bem como por formas não tradicionais de participação, não podemos descurar o papel dos partidos políticos no funcionamento da democracia, sendo certo que não é possível conceber a democracia atual sem os partidos, por

mais que estes sejam criticados e suscitem uma forte desconfiança junto dos eleitorados europeus¹⁵².

A instituição de um regime pluralista, baseado na defesa dos princípios da igualdade e da liberdade, foi acompanhada da criação ou recuperação das instituições políticas e sociais democráticas. Embora se verifique uma coincidência ao nível da evolução histórica do processo democrático em ambos os países, importa analisar as diferenças e características próprias de cada sistema (português e espanhol). De facto, não é expectável uma reprodução das mesmas condições institucionais nos dois sistemas políticos, em virtude das especificidades de cada regime e do respetivo enquadramento histórico, económico, social e político, o que é válido tanto no momento da sua transição como da sua consolidação e pós-consolidação democrática.

Nesse sentido, partimos para uma caracterização detalhada do sistema político e eleitoral português e espanhol, adotando uma perspetiva sistémica e recorrendo ao método comparativo, sem descurar a interligação existente entre o sistema político, o sistema eleitoral e o sistema de partidos, os dois últimos como subsistemas do primeiro. De facto, só compreendo os princípios e fundamentos em que as eleições decorrem, é possível avançar para uma análise dos graus de participação e do envolvimento dos cidadãos no processo de escolha dos seus representantes. No entanto, o percurso não estaria completo, sem antes efetuarmos uma breve abordagem aos conceitos teóricos e operacionais de sistema político e de sistema eleitoral, de modo a enquadrarmos a própria caracterização do modelo português e espanhol.

3.1. Sistema político – uma breve retrospectiva

Considerando o recurso à visão meramente epistemológica do conceito, podemos compreender o sistema como um “conjunto de partes dependentes umas das outras” ou “um conjunto de leis ou princípios que regulam certa ordem de fenómenos”¹⁵³. Seguindo esta

¹⁵² Para um aprofundamento da evolução e conceptualização da democracia ver: Mossé, 1985; Rousseau, 1986; Maltez, 1996 e Aristóteles, 1998 (ed.). Um perfil da democracia portuguesa pode ser consultado em: Rosas, 1999 e Lima e Sá, 2005. Para uma visão da transição democrática em Espanha ver: Morillo, 1996; Agüero, 2000; Paniagua, 2009 e Jimenez, 2009.

¹⁵³ Definição registada no Dicionário “O Português Essencial” (2001: 1517).

perspetiva, deparamo-nos com um conceito circular, englobando diversos elementos e suscetível de gerar pontes de contato entre diversos fenómenos ou variáveis.

De um modo esquemático, Pasquino (2005) analisa o papel dos diversos componentes do sistema, referindo que os mesmos:

fazem parte de um todo porque estão ligados entre si e interagem segundo modalidades e com consequências que dependem justamente das suas ligações, das suas interdependências, de tal maneira que, se se produzir uma mudança numa delas, por exemplo, no sistema eleitoral, é provável que daí advenha uma alteração, previsível e pré-definível, primeiro, no sistema partidário e, seguidamente, nas coligações de Governo. (p. 11)

Um dos autores que se dedicou a compreender o sistema político através de uma perspetiva sistémica foi David Easton (1965), que destacou a importância da circunscrição da análise do sistema político a dois vetores: os limites e os processos de comunicação entre as dúvidas / questões dos cidadãos, as respostas das autoridades / entidades responsáveis e a avaliação que os cidadãos faziam daquelas respostas e das suas respetivas consequências. Deste modo, Easton propôs uma análise da política que permitisse refletir a complexidade das interações verificadas entre os diversos componentes do sistema (ou subsistemas), descrevendo-os e avaliando-os tendo em conta a conjuntura e a respetiva estrutura de oportunidades e de constrangimentos.

A análise apresentada baseava-se na identificação de três elementos centrais do sistema político, a saber: a comunidade política, o regime e as autoridades. A “comunidade política” correspondia ao grupo de cidadãos que estão expostos às decisões emanadas pelas autoridades, bem como à forma de funcionamento do regime. Por sua vez, o “regime” consistia na identificação das normas, regras, procedimentos de funcionamento das instituições, bem como a própria constituição, sendo que as “autoridades” correspondiam à identificação dos detentores de cargos públicos eletivos, de governo, de administração da justiça e dos cargos políticos de confiança (*idem, ibidem*).

No que diz respeito ao “regime político”, existem diversas e recuadas perspetivas de análise, sendo a primeira tentativa de classificar os regimes políticos da responsabilidade de Aristóteles, que, na sua obra maior, identificou três “regimes puros” (monarquia, aristocracia e democracia) e três “regimes corrompidos” (tirania, oligarquia, demagogia)¹⁵⁴. De uma forma menos recuada no tempo e sob os imperativos da objetividade próprios da ciência política contemporânea, Blanco de Moraes (1997: 142) entende o “regime político” como um “modelo doutrinário ou ideológico onde repousam os valores essenciais da organização política e social do Estado-Coletividade, bem como os fundamentos da legitimidade dos respetivos órgãos de poder soberano”. No mesmo sentido, Norris (1999: 10) identifica três componentes do regime, a saber: os princípios, as instituições e o rendimento, o que permite complementar a classificação previamente apresentada por David Easton, alargando o âmbito de análise do sistema político.

É precisamente na terceira geração de politólogos da Ciência Política Norte-Americana que se desenvolve uma abordagem mais profunda sobre a operacionalização do sistema político. O mesmo é composto por *inputs* e *outputs*, ou seja, por um conjunto de exigências e apoios provenientes da sociedade (entradas), seguido de respostas e decisões (saídas), cujas implicações podem ter efeitos nas novas exigências a serem redirecionadas ao sistema político (um modelo circular e baseado no efeito da retroação).

Ao confirmarmos a existência de um efeito retroativo e reativo no sistema, temos a possibilidade de ajustar as ações aos resultados entretanto conhecidos. De facto, a retroação aparece como um conjunto de processos que permite ao sistema controlar e regularizar as perturbações que se façam sentir (Maltez, 1996). Deste modo, o sistema político apresenta-se como um sistema de interações, abstraídas do conjunto dos comportamentos sociais, por meio dos quais os valores são afetados de modo imperativo a uma sociedade (Easton, 1965), sendo que aquele não pode ser associado à mera estrutura do aparelho do Estado.

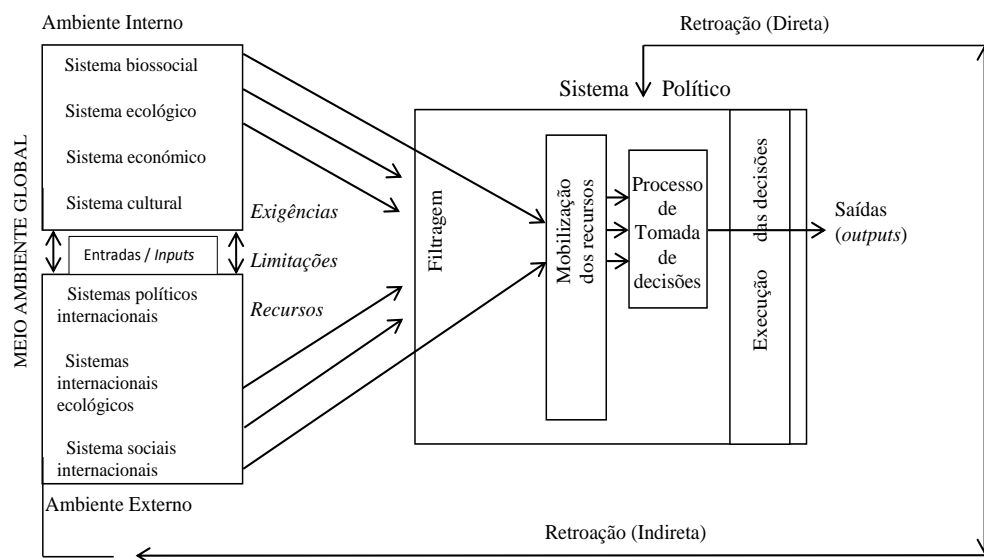
O princípio de definição baseia-se no estudo da visão tridimensional do poder, que congrega a análise da forma, da sede e da ideologia, sendo que cada um destes elementos desempenha um papel importante no funcionamento do sistema político. Ou seja, o principal elemento do sistema político é, efetivamente, a sede do poder, sendo que o objetivo

¹⁵⁴ Sobre esta classificação e a problemática da análise dos regimes políticos ver: Guedes, 1978; Duverger, 1985; Ball e Dagger, 1995; Maltez, 1996 e Sousa Lara, 2007.

primordial passa pela sua conquista e manutenção¹⁵⁵. De entre as múltiplas interpretações e definições de poder, consideramos o mesmo como “a capacidade de estabelecer qual deve ser a conduta alheia, seja qual for o processo utilizado, e de impor o que foi estabelecido, caso não seja voluntariamente acatado” (Sá, 1999: 17).

Convém referir que os sistemas políticos podem ser analisados de diferentes formas: ou como um conjunto de funções ou incidindo a análise nas relações de poder. Na primeira vertente, destaca-se o contributo de Talcott Parsons (1953) e Gabriel Almond (1965), em virtude do mesmo derivar da perspetiva geral do funcionalismo sociológico¹⁵⁶. Por sua vez, diversos autores dão destaque à análise do sistema político em função das relações de poder, identificando três modelos do poder político: o modelo de classe dominante, o modelo da elite do poder e o modelo pluralista¹⁵⁷.

Figura 3.1. Funcionamento do sistema político



Fonte: Lapierre (1980) e Easton (1967). Adaptado por Fernandes (1991). Readaptado.

¹⁵⁵ Sobre a distinção entre a sede do exercício, sede de apoio e a sede efetiva do poder ver: Fernandes, 2008.

¹⁵⁶ Almond (1959) resume as funções do sistema político a quatro: a socialização e recrutamento político, a articulação de interesses, a agregação de interesses e a comunicação política.

¹⁵⁷ Para uma melhor compreensão sobre esta perspetiva ver: Mills, 1950 e Galbraith, 1970.

A perspetiva sistémica remete de facto para uma retroatividade constante, visível na figura 3.1., através de processos diretos e indiretos de influência, provenientes, quer do ambiente interno, quer do ambiente externo. Com base nas classificações de Lapierre (1980) e Easton (1967), os autores identificam outros sistemas paralelos e diretamente interligados com o sistema político. A presença e a ação destes sistemas remete para o sistema político *inputs* (recursos, limitações e exigências) que vão produzir um determinado conjunto de decisões (*outputs*), havendo posteriormente o efeito de retroação (direto e indireto), gerador de novas exigências em função da avaliação dos *outputs* (*outcomes*).

A presente sistematização remete para a importância das instituições ou órgãos que fazem parte do aparelho do Estado, em virtude dos seus representantes serem os decisores e responsáveis pelo processo de tomada de decisões. Deste modo, assumimos que o sistema político congrega em si dois tipos de estruturas políticas presentes na sociedade, a saber: “as estruturas que constituem o aparelho de Estado (...) e as estruturas que, não obstante desempenharem funções e papéis políticos (...) não fazem parte do aparelho global do Estado” (Fernandes, 1991: 8). Verificamos, assim, a complexidade do sistema político e o impacto gerado pelos demais sistemas no seu funcionamento, pelo que importa analisar e caracterizar o sistema eleitoral de forma mais precisa.

3.2. Sistema eleitoral – uma breve caracterização

O sistema eleitoral apresenta-se como um subsistema, talvez dos mais importantes, do sistema político, nomeadamente se tivermos em linha de análise as democracias contemporâneas, uma vez que o mesmo sustenta as bases de funcionamento do regime democrático, tendo também (como efeito perverso) a capacidade de manipular o próprio funcionamento da democracia. Dito de outra forma, o sistema eleitoral é um dos subsistemas do sistema político, interligando-se diretamente com o sistema de partidos, que advém das regras eleitorais adotadas e do comportamento eleitoral dos cidadãos. De facto, os resultados eleitorais são diretamente influenciados pela escolha do Legislador quanto ao sistema eleitoral, sendo que nenhum sistema se apresenta como neutro. Ou seja, existe uma influência direta do sistema eleitoral no modo de regulação (discussão das regras) da conquista,

exercício e manutenção do poder, bem como no modo de funcionamento dos sistemas políticos em geral¹⁵⁸.

Se é certo que existe uma tentativa de procurar o modelo ideal, verifica-se também que qualquer que seja a escolha do Legislador, a opção resulta numa articulação entre a análise das vantagens e inconvenientes de cada opção ou o interesse específico de determinados agentes políticos. De acordo com Nohlen (2007), existem cinco critérios para avaliar os sistemas eleitorais: a representação, a concentração e eficácia, a participação, a simplicidade e a legitimidade. Pelo que a opção escolhida representa isso mesmo, uma escolha baseada na importância atribuída a cada um dos critérios, numa perspectiva de maximização dos benefícios se tivermos em conta os interesses particulares dos maiores partidos com representação parlamentar ou, em alternativa, a promoção de situações mais igualitárias.

Este facto advém da análise dos efeitos em termos de resultados que os sistemas eleitorais produzem, sendo possível identificar assim sistemas proporcionais e sistemas não proporcionais. Reiterando, mais uma vez, que “as instituições refletem o interesse daqueles que as definem” (Geddes, 1995: 239), ou seja, existe sempre a possibilidade dos partidos do “arco do poder”¹⁵⁹ ou do espectro parlamentar legislarem em benefício próprio (proteccionismo normativista) ou impedirem a aprovação de legislação proposta por outros partidos e que os prejudicaria.

Em virtude das múltiplas definições e entendimentos sobre a noção de sistema eleitoral, deparemos-nos com a impossibilidade de identificar uma visão consensual junto da comunidade científica, sendo certo que “ao discutirmos o sistema eleitoral estamos a discutir as regras de conquista e de partilha do poder nas democracias representativas” (Sampaio, 2009: 21). Para uma visão mais abrangente, socorremo-nos da perspectiva de Dieter Nohlen (2007: 15) que afirma que “os sistemas eleitorais determinam as regras através das quais os eleitores expressam as suas preferências políticas, convertendo votos em mandatos”. Definição, esta, que nos obriga a analisar o princípio da representatividade.

Neste domínio, emergem duas grandes conceções sobre a questão da representatividade: a vertente alicerçada no princípio maioritário e a vertente baseada no

¹⁵⁸ Sobre a importância dos sistemas eleitorais ver: Vallés e Bosch, 1997; Farrel, 1997; Reynolds *et al.*, 2002 e Gallagher e Michell, 2008.

¹⁵⁹ Expressão utilizada para descrevermos os partidos que tradicionalmente exercem funções governativas a nível nacional. Ou seja, os partidos que têm gerado a escolha dos Primeiros-ministros.

princípio da proporcionalidade. Dentro desta visão dicotómica, importa referir a distinção entre a representação social / proporcional e a representação funcional / política. A primeira considera que o parlamento deve ser um fiel espelho das diferentes sensibilidades do país, ou como afirma Birch (1975: 56), “uma amostra representativa da nação”. Esta questão remete diretamente para o debate em torno das quotas por género, região ou etnia, uma vez que o afunilamento no recrutamento partidário impede, muitas vezes, essa representação global da sociedade. Por sua vez, a representação funcional / política, baseia-se na premissa de que o objetivo da representação é gerar consensos que permitam a governação ou, dito de outro modo, formar governos maioritários, sozinhos ou em coligação ¹⁶⁰.

Não sendo fácil, como foi dito atrás, traçar o percurso desenvolvido no sentido de definir o sistema eleitoral, podemos considerar como aceitável, e mais ou menos consensual, a perspetiva segundo a qual se trata da “regulação do processo de eleição dos representantes políticos e, por isso, remete para os aspetos normativos e sociopolíticos associados à eleição dos diversos órgãos que compõem as estruturas de representação política de um determinado país” (Martins, 2008: 186). Tal facto permite-nos aprofundar a análise das duas perspetivas de análise dos sistemas eleitorais: uma mais restrita (conceção minimalista) e uma mais ampla (conceção maximalista).

A perspetiva mais restrita remete para uma visão normativa do sistema eleitoral, entendido como um conjunto de regras de conversão de votos expressos em mandatos eleitos. Nesta perspetiva, é comum a distinção entre sistemas eleitorais e regras eleitorais; representando, estas, os mecanismos de regulação do processo, enquanto os primeiros correspondem às leis diretamente relacionadas com o processo de eleição¹⁶¹. Refira-se que esta visão não é consensual, existindo autores que delimitam o âmbito dos sistemas eleitorais de forma distinta, não assegurando uma separação clara com as regras eleitorais (Powell, 2000).

Numa visão mais ampla do sistema eleitoral, verifica-se a inclusão não só das regras específicas essencialmente assentes nas fórmulas eleitorais (métodos de conversão de votos

¹⁶⁰ Sobre o princípio da representação ver: Pitkin, 1972; Sartori, 1972; Mill, 1991; Plant, 1991; Martins, 2004 e Nohlen, 2007.

¹⁶¹ A presente classificação deriva da perspetiva desenvolvida por David Farrell (2001). No primeiro caso (sistemas eleitorais) estaria incluído, por exemplo, a escolha do modo de votação ou a fórmula eleitoral adotada, sendo que as regras eleitorais incluiriam aspetos como a definição do período de campanha eleitoral, o funcionamento das assembleias de voto ou o modo de organização das candidaturas.

em mandatos), mas também das leis eleitorais na generalidade. Ou seja, a análise incide sobre os aspetos formais do sistema eleitoral (componentes normativos e sociopolíticos)¹⁶². É precisamente nesta perspetiva que, em nosso entender, se deve enquadrar o sistema eleitoral como subsistema do sistema político.

Com base nesta visão e, tendo em consideração os elementos referidos, e os estudos de Arend Lijphart (2000), utilizamos uma classificação dos sistemas eleitorais baseada na distinção dos elementos muito importantes (fórmula eleitoral e magnitude dos círculos eleitorais), os elementos importantes (cláusula barreira e a dimensão dos órgãos representativos) e os elementos menos importantes (estrutura do voto, o *malapportionment*¹⁶³, as eleições presidenciais e a competitividade das listas)¹⁶⁴. A utilização destes elementos facilita, não só a definição dos diversos tipos de sistemas eleitorais, como permite aprofundar os estudos comparativos em termos de resultados eleitorais.

Deste modo, seguimos a classificação de sistemas eleitorais apresentada por Lijphart (1999), que distingue três tipos de sistemas eleitorais e nove subtipos¹⁶⁵, a saber:

- Maioritários
 1. Simples – aplicado nos EUA, Canadá e Reino Unido;
 2. Maioritário a duas voltas – aplicado no sistema francês;
 3. Voto alternativo – aplicado na Austrália.
- Semi-proporcionais
 1. Voto Limitado – aplicado no Japão até 1946;
 2. Voto único não transferível – aplicado no Japão entre 1947 e 1996;
 3. Voto paralelo – aplicado no Japão desde 1996.
- Proporcionais
 1. Representação proporcional por listas – aplicado na maioria das democracias ocidentais, entre as quais, Portugal;

¹⁶² Sobre este assunto ver: Vallés e Bosh, 1997; Freire e Magalhães, 2002 e Martins, 2008.

¹⁶³ Distribuição desigual dos mandatos pelos círculos eleitorais.

¹⁶⁴ Para uma sucinta explicação destes elementos ver: Rokkan, 1972; Grofman e Lijphart, 1984; Pasquino, 2002 e Lijphart, 2000.

¹⁶⁵ Outras classificações foram sendo apresentadas por diversos autores, de acordo com múltiplos estudos comparativos. As diferenças residem no foco dado aos elementos que compõem os sistemas eleitorais. Sobre outras propostas de classificação ver: Farrell, 2001; Reynolds *et al.*, 2005 e Nohlen, 2007. Os exemplos referidos referem-se à análise do sistema eleitoral em eleições legislativas.

2. Mistos – aplicado na Alemanha e na Itália;
3. Voto único transferível – aplicado em Malta e na Irlanda

Outra das classificações sugeridas é a apresentada por Pasquino (2002), que considera a existência de três tipos de sistemas eleitorais: os maioritários a uma volta em colégios uninominais; os maioritários a duas voltas em colégios uninominais e os sistemas de representação proporcional. Num outro estudo, desenvolvido por Golder (2005) e, tendo por base a análise dos sistemas eleitorais existentes a nível mundial (em democracias), o autor identifica quatro grandes tipos de sistemas eleitorais, a saber: os maioritários, os proporcionais, os de múltiplos segmentos e os mistos.

Não é nosso objetivo partir da conceptualização do sistema eleitoral para fazer uma exaustiva explicação das diferentes características de cada sistema, uma vez que a extensa bibliografia existente fornece-nos um amplo quadro de análise das suas funcionalidades, das suas vantagens e desvantagens em prol do estabelecimento de eleições livres, competitivas, realizadas em prazos pré-definidos e significativos, de forma a garantir a maior democraticidade do regime político¹⁶⁶.

As classificações apresentadas variam de acordo com os critérios utilizados, sendo os mais usuais a fórmula eleitoral adotada, a agregação em termos de análise da fórmula adotada, a escala de proporcionalidade, a diferença de objetivos e de lógicas políticas a que respondem, a estática e dinâmica dos sistemas eleitorais e os princípios de representação política (Martins, 2008). Outro dos critérios utilizados é iminentemente político, baseado na opção do Legislador pela proporcionalidade ou pela governabilidade, facilitando ou dificultando a formação de governos maioritários monopartidários ou de coligação¹⁶⁷.

Em termos gerais, a tendência observada parece ser a da passagem da utilização mais regular de sistemas maioritários para a utilização de sistemas proporcionais, o que permite uma maior representatividade das diferentes sensibilidades da sociedade (o pluralismo social e a emergência / afirmação de minorias encontraria espaço para obter representação nos órgãos

¹⁶⁶ Obtemos uma clara definição e caracterização dos sistemas eleitorais em: Duverger, 1980; Lijphart, 1994; Pasquino, 2002; Lopes e Freire, 2002; Nohlen, 2007 e Gallagher e Mitchell, 2008.

¹⁶⁷ Este aspeto será determinante na escolha do sistema eleitoral em Portugal e em Espanha, optando-se, nos dois casos, por soluções que garantiam um determinado grau de proporcionalidade, mas em simultâneo criavam bases de governabilidade sólidas.

de soberania). Não existindo um sistema ótimo (ideal), o importante é considerar que a validade de qualquer sistema eleitoral mede-se pela sua capacidade para atingir objetivos explicitamente definidos e, nas democracias contemporâneas, sufragados pelo consenso mais generalizado possível (Pasquino, 2005).

De uma forma mais simplificada, o sistema eleitoral permite regular “os tipos de informação que os eleitores são autorizados a transmitir numa eleição (o seu “voto”) e a forma como essa informação se traduz numa atribuição de lugares políticos [e de preferências programáticas também]” (Kolk, 2005: 849). Com base nesta perspetiva, é possível compreender o relevo das possíveis alterações ao sistema eleitoral e o debate gerado em torno da reforma eleitoral, numa dicotomia entre a defesa de uma maior proporcionalidade do sistema, indo ao encontro de uma mais ampla representatividade social ou de uma maior governabilidade resultante das eleições, focando a necessidade da estabilidade política como fio condutor da instituição e praticabilidade de qualquer sistema eleitoral¹⁶⁸.

3.3. Sistema político e eleitoral português: continuidades e mudanças

A incursão pelas bases do sistema político e eleitoral português poderia remeter-nos para uma longa dissertação sobre a evolução histórica do constitucionalismo em Portugal e as reformas políticas e eleitorais realizadas no país até à presente data. No entanto, não é nosso propósito, na presente investigação, abordar essa evolução de uma forma exaustiva, procurando antes centrar a nossa análise no período após a revolução de 25 de abril de 1974, a qual nos conduziu ao regime democrático atual.

O caso português merece especial destaque uma vez que foi o precursor da fase apelidada por Samuel Huntington (1991/1993) como “terceira vaga democrática”, tendo este período sido marcado por um número considerável de países que passaram a adotar a via democrática¹⁶⁹. Sobre este período, Philippe Schmitter na sua obra “Portugal: do Autoritarismo à Democracia” relata que

¹⁶⁸ Sobre este assunto ver: Geddes, 1995; Freire e Magalhães, 2002; Freire, Martins e Moreira, 2008 e Sampaio, 2009.

¹⁶⁹ Larry Diamond (2000: 9) afirma que durante este período (1974-2000) registou-se a adoção do regime democrático em mais de 40 países, com especial enfoque para os países resultantes do desmembramento da URSS e da Jugoslávia.

a democratização teve início no sul da Europa, estendeu-se à América Latina em finais da década de 70 e princípios da década de 80, afetou uns escassos países na Ásia e depois teve um impacto enorme na Europa de Leste e nas Repúblicas da Antiga União Soviética em 1989-1990 (Schmitter, 1999: 373-374).

A análise do processo de democratização portuguesa ganha realce num contexto comparativo, possuindo um conjunto de particularidades que importa reter, tal como nos indica Nunes (2003),

a natureza do regime não democrático anterior; a questão de saber quem começa a transição (e, neste domínio, a relação entre militares e a situação política *ex ante*); o contexto internacional; o comportamento das elites políticas; e as reformas estruturais [entretanto desenvolvidas]. (p. 111)

Portugal apresenta-se como um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, sendo a mesma exercida através do voto, respeitando ainda o princípio da unidade do território (Estado centralizado)¹⁷⁰. Nesse sentido, importa referir que “um regime político diz-se materialmente democrático, quando a legitimidade do poder dos governantes deriva do livre consentimento dos governados” (Blanco de Moraes, 1997: 142), sendo a clareza do processo eleitoral e a questão da separação de poderes determinante para a assumpção deste princípio.

Esta disposição democrática data precisamente da Constituição de 2 de abril de 1976¹⁷¹, tendo sido esta sujeita a diversas revisões, a última das quais em agosto de 2005. O

¹⁷⁰ As presentes observações estão dispostas no art.º 2 e art.º 6 da Constituição da República Portuguesa (2004: 21-23).

¹⁷¹ Refira-se que a Constituição foi aprovada com os votos favoráveis de todos os grupos parlamentares, à exceção do CDS que votou contra. A este preceito alguns autores sublinham o facto dos trabalhos na redação da

articulado constitucional originário, resultante do período de transição, instituiu uma espécie de regime “semidemocrático”, alicerçado num “sistema diretorial militar” (Fernandes, 1991: 42), em função do peso e da importância do Movimento das Forças Armadas (MFA) nas negociações políticas e na nomenclatura organizacional saída do 1º Pacto assinado entre o MFA e os partidos. De facto, “o nosso sistema de governo — que gerou 19 governos em 35 anos — foi imposto, em quase todas as suas normas, pelo MFA, num período em que decorria um processo revolucionário” (Lopes, 2013: 90).

Deste primeiro Pacto resultou a instituição de seis órgãos de soberania, a saber: o Presidente da República; o Conselho da Revolução; a Assembleia do MFA; a Assembleia Legislativa; o Governo e os Tribunais, sendo que a contestação a este elenco de órgãos de soberania incidiu automaticamente sobre a possibilidade do Presidente da República ser escolhido apenas pelos membros da Assembleia do MFA e da Assembleia Legislativa, ou seja, não resultando a sua escolha do voto secreto e universal dos cidadãos nacionais¹⁷². Esta predisposição viria a não ter cabimento no 2º Pacto entre o MFA e os Partidos, assinado a 27 de fevereiro de 1976¹⁷³. Refira-se que estes dois pactos, embora não assumissem qualquer carácter jurídico ou impositivo, tiveram um impacto político muito importante, uma vez que “os partidos democráticos recearam que a sua não assinatura implicasse a ulterior recusa de promulgação da nova constituição pelo Presidente da República, que era um militar que chefiava o Conselho da Revolução” (Blanco de Moraes, 1997: 148).

A constatação da influência dos militares no processo de democratização do regime estava claramente patente nestes pactos, sendo que a adoção dos mesmos “apresenta-se como um elemento modelar do processo de transição para a democracia, pois visa a obtenção de um consenso o mais alargado possível entre as diferentes forças em jogo no xadrez político” (Lima e Sá: 2005: 138), objetivo, este, que viria a ser alcançado.

Apesar destas alterações e, como refere António Fernandes (1991: 44), “a Constituição de 1976 instituiu um sistema político de governo *sui generis*, que não se identifica com

Constituição terem sido “condicionados pela vigilância dos militares e pelos entendimentos entre o MFA e os principais partidos políticos” (Fernandes, 1991: 42).

¹⁷² A proposta apresentada resultava precisamente da possibilidade do Presidente da República ser eleito pelos 250 deputados da Assembleia da República e pela Assembleia do MFA, composta por 240 militares.

¹⁷³ Este segundo Pacto retirou da estrutura organizacional o Conselho da Revolução, bem como determinou a eleição direta e por sufrágio universal do Presidente da República.

nenhum dos sistemas de tradição histórica (...) pois do seu articulado decorre que a sede do Poder residia no Conselho da Revolução”¹⁷⁴, num articulado com características de sistemas presidenciais, parlamentares e diretórios militares. A presente orgânica carecia, pois, de funcionalidade, registando-se oito Governos constitucionais empossados (três deles por iniciativa presidencial de Ramalho Eanes) até à revisão constitucional de 1982. Refira-se, aliás, que o próprio texto constitucional inicial previa a possibilidade de revisão constitucional, no entanto, salvaguardando que a mesma só poderia ocorrer com o início da II Legislatura¹⁷⁵. Esta dificuldade de caracterização do sistema instituído é perceptível na nomenclatura utilizada por diversos autores para se referirem ao sistema político português, havendo um intenso debate sobre as funções adstritas ao Presidente da República e o seu impacto na definição apresentada¹⁷⁶.

Este período, de rápidas mudanças e forte pendor ideológico, teve, no ano de 1976, uma série de momentos marcantes, aspeto que é evidenciado por Freitas do Amaral (2008: 19) em dez episódios, a saber:

- Assinatura do 2º Pacto entre o MFA e os partidos (26 de fevereiro);
- Aprovação e promulgação da Constituição (02 de abril);
- Entrada em vigor da Constituição (25 de abril);
- Eleições legislativas para a Assembleia da República (25 de abril);
- Eleição por sufrágio universal do Presidente da República (Ramalho Eanes, 27 de junho);
- Primeiras eleições para as Assembleias Legislativas Regionais (27 de junho);
- Tomada de posse do I governo constitucional (liderado por Mário Soares, 23 de julho);
- 1º debate e investidura parlamentar de um governo constitucional (3 a 10 de agosto);

¹⁷⁴ Alguns autores chegam a definir este sistema como “híbrido”, uma vez que não correspondia a um sistema parlamentar ou presidencial, incluindo na estrutura um órgão de índole militar. Sobre este assunto ver: Miranda, 1978 e Rosas, 1999.

¹⁷⁵ Esta primeira revisão correspondeu à Lei Constitucional n.º 1/82 de 30 de setembro, disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis/1982/09/22700.PDF>.

¹⁷⁶ Reservaremos espaço próprio no presente capítulo para abordar a caracterização do sistema político português e espanhol, acompanhando os diversos contributos académicos sobre a temática.

- Início da primeira legislatura no parlamento (15 de outubro);
- Primeiras eleições autárquicas (12 de dezembro).

De facto, durante o período da Assembleia Constituinte (2 de junho de 1975 a 2 de abril de 1976), o debate em torno do modelo de constituição a adotar foi intenso, tendo sido apresentados seis projetos de constituição pelas forças partidárias presentes na Assembleia da República, a saber: o CDS; o MDP/CDE; o PCP; o PS; o PPD e a UDP. Estas propostas foram analisadas por uma comissão responsável por sistematizar os diversos contributos dados pelos diferentes partidos, tendo sido aprovada a versão inicial para discussão na generalidade.

O processo que se seguiu permitiu aos parlamentares discutirem e votarem na generalidade os diversos pareceres das comissões responsáveis por analisar cada capítulo da proposta global, tendo as disposições finais e transitórias sido alvo de aprovação a 30 de março de 1976. A votação global decorreu a 2 de abril de 1976, tendo entrado imediatamente em vigor a Constituição da República Portuguesa¹⁷⁷. Numa visão inicial, vigorava a perspetiva da instituição de um sistema de tipo “semipresidencial”, embora alguns autores caracterizassem o mesmo como um sistema de governo de “parlamentarismo racional” ou “misto”¹⁷⁸. Convém referir que, nesta perspetiva, entendemos o semipresidencialismo como “um sistema de governo próprio dos regimes democráticos, nos quais se pressupõe a dupla responsabilidade política e institucional do Governo perante um Presidente da República e um Parlamento, ambos legitimados diretamente por uma eleição realizada por sufrágio universal” (Blanco de Moraes, 1997: 143). Neste contexto, compreende-se a nomenclatura utilizada por Duverger (1979) para analisar o semipresidencialismo com base em dois grandes planos: o do direito constitucional (as normas estabelecidas pela lei) e o da realidade política (a prática e a teia de relações criadas a nível institucional).

Tivemos, deste modo, um primeiro grupo de autores que efetuaram uma abordagem iminentemente formal ao texto constitucional, onde se incluem Jorge Miranda (1978),

¹⁷⁷ Todo o processo e respetiva cronologia está disponível em: <http://debates.parlamento.pt/r3/dac/cronologia.aspx>.

¹⁷⁸ Para uma visão global da análise do sistema de governo resultante da C.R.P. ver: Moreira, 1977; Pereira, 1984; Canotilho e Moreira, 1993 e Blanco de Moraes, 1997.

Marcelo Rebelo de Sousa (1984) e o próprio Maurice Duverger (1979), sendo que outros autores, adotando uma perspectiva lógico-funcionalista, tipificaram o sistema de igual modo como semipresidencialista (Lucas Pires, 1976 e Veiga Domingos, 1980). Neste particular, Braga da Cruz (1994: 238) afirma que a “adoção de um sistema de governo semipresidencialista respondeu a várias razões, umas de ordem histórica, outras de âmbito cultural, outras ainda de tipo sistémico, mas também e sobretudo a razões de ordem conjuntural”, pelo que a experiência do período de transição democrática foi determinante para as escolhas políticas adotadas e para as soluções que triunfariam posteriormente.

Numa outra perspetiva, Gomes Canotilho e Vital Moreira (1978) procuraram distinguir o sistema instituído em Portugal do modelo francês, pelo que caracterizam o sistema como “parlamentarismo racionalizado”. Esta proposta deriva das consideráveis diferenças entre o papel e o poder do Primeiro-ministro português face ao seu homólogo francês, uma vez que o poder é efetivamente exercido pelo Presidente francês, o que não se verifica no caso português. Embora se compreenda esta distinção, não deixa de ser relevante assinalar a influência francesa sobre a arquitetura institucional portuguesa, nomeadamente ao nível da centralização do Estado.

Esta complexidade na caracterização e na compreensão da dimensão do sistema político português, numa tentativa de conciliar a lógica parlamentar e a lógica presidencial, veio permitir uma sistémica partilha de responsabilidades. No entanto, importa referir que a simbiose criada entre as três legitimidades emergentes — presidencial, parlamentar e militar — apresenta um conjunto de mais-valias que desaconselha uma análise estritamente institucional, mesmo se consideramos esta como essencial para a compreensão do fenómeno em causa (Colliard, 1978)¹⁷⁹. Esta visão levanta igualmente a questão sobre o período final do processo de transição democrática: se devermos considerar a tomada de posse do I governo constitucional (julho de 1976) ou se é a aprovação da revisão constitucional de 1982 que acaba por determinar o fim da jurisdição / tutela militar sobre o regime democrático, com a extinção do Conselho da Revolução. Convém referir que o processo de consolidação democrático apenas foi possível com a inversão dessa relação de poder, ou seja, o poder

¹⁷⁹ Jean-Claude Colliard viria a catalogar o sistema político português como “parlamentar com corretivo presencial”, equiparando-o ao sistema vigente na V República Francesa.

militar subordinado ao poder político (ou seja, a “civilidade” do regime) pelo que em 1976 ainda não estavam reunidas todas as condições para a afirmação desse processo.

A Constituição resultante da revisão de 1982 veio permitir uma maior estabilidade na orgânica do Estado, reduzindo para quatro os órgãos de soberania (Presidente da República, Governo, Assembleia da República e Tribunais), criando em alternativa ao Conselho da Revolução o Conselho de Estado, embora o mesmo apenas tenha funções consultivas, podendo ser convocado pelo Presidente da República¹⁸⁰. Do mesmo modo, veio trazer alterações significativas nos poderes concedidos ao Presidente da República, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de demitir o governo em situações em que esteja em causa “o regular funcionamento das instituições”¹⁸¹.

A edificação do regime democrático estava em marcha, com a respetiva separação de poderes (art. 111º, CRP, 2004: 96) e a afirmação do voto popular como elemento central no processo de escolha dos representantes políticos. De facto, acompanhando a perspetiva de António José Fernandes (1991),

o regime político tornou-se verdadeiramente democrático, uma vez que a constituição de todos os órgãos da direção do Estado é determinada pelo resultado da manifestação da vontade popular através do sufrágio universal, direto e secreto, e o sistema de governo deixou de integrar o elemento diretorial militar. (p. 45)

A Constituição permite identificar a forma política do Estado, a sua forma, bem como o sistema de governo. Em relação ao primeiro ponto existe um relativo consenso, prescrito

¹⁸⁰ Sobre as funções e a composição do Conselho de Estado ver: <http://www.presidencia.pt/?idc=87> e o capítulo II do Título III da Constituição (CRP, 2004: 114-116).

¹⁸¹ Esta alteração viria a ser considerada como essencial na catalogação do sistema político português para alguns autores, que referem o sistema adotado após a revisão constitucional de 1982 como “parlamentar-racionalizado” (Canotilho e Moreira, 1978) ou “parlamentar simples” (Blanco de Moraes, 1997).

nos artigos 1º e 2º da Constituição, que refere Portugal como uma República soberana e um Estado de direito democrático¹⁸².

No que diz respeito à distinção entre a forma e o sistema de governo, verifica-se um maior debate ao nível dos limites de ação e da repartição horizontal de poderes. Recorrendo à visão de Jorge Miranda (1992: 113), entendemos a forma de governo como “a forma de uma determinada comunidade organizar o seu Poder, o seu governo (em sentido lato) ou estabelecer a diferenciação entre governantes e governados”. No mesmo sentido, Canotilho e Moreira (1991: 199) entendem a forma de governo como “a estrutura e posição jurídico-constitucional dos vários órgãos de soberania com funções de direção política do Estado”, plasmada num normativo com a “distribuição do complexo de competências e funções atribuídas aos órgãos constitucionais na definição da vontade política do Estado e na condução política do País” (*idem, ibidem*).

No que diz respeito ao sistema de governo instituído, verifica-se um menor consenso, resultante do facto de estarmos a abordar “a organização interna do governo e os poderes e estatuto dos governantes” (Miranda, 1992: 113), ou seja, remete-nos para a estrutura da direção do Estado. Com efeito, se em relação à forma de governo falamos da organização jurídico-constitucional do Estado e do processo de repartição dos poderes, quando nos referimos ao sistema de governo abordamos a efetiva sede do poder, que pode não corresponder por completo ao articulado jurídico-constitucional instituído¹⁸³.

Deste modo, se atendermos à forma de governo deparamo-nos com um modelo “semipresidencialista”, sendo que alguns autores utilizam expressões como “misto parlamentar-presidencial” ou “semiparlamentarismo”, consoante a ênfase dada às funções presidenciais¹⁸⁴. Considerando o sistema de governo alguns autores destacam a governabilidade em situações em que o executivo dispõe de uma maioria absoluta de uma só

¹⁸² Refira-se, a este propósito, que a Constituição prescreve precisamente a forma republicana, não permitindo outra forma política de instituição do Estado. Esta premissa encontra-se consagrada no artigo 1.º da Constituição (C.R.P., 2004: 21).

¹⁸³ Importa referir que a noção de forma de Estado remete para o modo de designação dos titulares dos órgãos de soberania (Monarquia, República, Ditadura) e a respetiva repartição de poderes, tanto ao nível vertical como horizontal.

¹⁸⁴ Sobre estas perspetivas ver o contributo de: Duverger, 1979; Lopes e Barroso; 1980; Morais *et al.*, 1984; Canotilho e Moreira, 1991; Braga da Cruz, 1994 e Queiroz, 2013.

cor no parlamento para falar em “presidencialismo de primeiro-ministro”¹⁸⁵, situações em que a maioria parlamentar eleita suporta as iniciativas governamentais e o poder negocial do Presidente da República acaba enfraquecido, em virtude de não ser necessário consensos mais amplos para a aprovação da respetiva legislação¹⁸⁶.

Recorrendo aos fundamentos da implementação deste sistema, Maurice Duverger (1980) ao analisar as características e o funcionamento dos órgãos políticos da V República Francesa, fez emergir o conceito de “sistema de governo semipresidencial”, apresentando-o assente em três premissas básicas, a saber:

- A eleição por sufrágio universal do Presidente da República;
- A atribuição de um conjunto de poderes importantes ao titular deste cargo;
- A coexistência com um Primeiro-ministro e restante governo, dotados de poderes executivos e sujeitos à vontade da maioria parlamentar¹⁸⁷.

Embora não sendo um visão consensual, face aos poderes que se podem atribuir ao Presidente da República e à forma de relacionamento deste com os demais órgãos de soberania (nomeadamente o governo), a proposta apresentada por Duverger continua atual, encontrando-se alguns itens de análise muito adaptáveis e ajustados à realidade portuguesa. Neste debate, destacamos a análise efetuada por Braga da Cruz (1999), que considera a existência de um conjunto de características “parlamentaristas” e “presidenciais” visíveis nos sistemas semipresidencialistas. O autor destaca, no primeiro caso, o facto do governo estar dependente dos resultados eleitorais nas eleições legislativas; de existir uma responsabilidade direta do governo perante a Assembleia da República e a permanente dualidade na produção legislativa destes dois órgãos de soberania. No segundo caso, relativo às características presidenciais, o autor enfatiza a eleição direta do Presidente da República (importante questão

¹⁸⁵ Consideramos que esta situação foi verificada nas maiorias absolutas de Cavaco Silva (1987-1991 e 1991-1995) e na maioria absoluta alcançada por José Sócrates (2005-2009).

¹⁸⁶ Falamos naturalmente das medidas que necessitam apenas da aprovação de maioria simples no parlamento e não as iniciativas que necessitam de ser aprovadas por uma maioria de 2/3 dos deputados.

¹⁸⁷ O autor identificaria nesta altura sete países com sistemas similares, a saber: a Alemanha de Weimar, a Áustria, a Finlândia, a França da V República, a Irlanda, a Islândia e Portugal.

de legitimidade eleitoral); a responsabilidade do governo perante o Presidente da República (responsabilidade institucional) e a questão da especificidade dos poderes do Presidente, nomeadamente os vetos políticos e a possibilidade de dissolver a Assembleia da República ou demitir o Governo.

Outro dos contributos fundamentais para compreender o fenómeno do semipresidencialismo português é-nos proporcionado por Blanco de Moraes (1997), que identifica, após as revisões constitucionais de 1982, 1989, 1992 e 1997, quatro traços típicos essenciais e três complementares, que vão ao encontro das características centrais do semipresidencialismo. Face à importância de caracterizar o sistema político e eleitoral português, optamos por analisar as premissas referidas, enquadrando precisamente o debate quanto à caracterização do sistema, em torno da articulação das funções entre os diversos órgãos de soberania.

A primeira característica essencial é a “diarquia” no exercício do poder executivo, ou seja, existe uma repartição de responsabilidades entre o Presidente da República e o governo. Esta primeira questão carece, no entanto, de alguma justificação, uma vez que os poderes executivos atribuídos ao Presidente são limitados à possibilidade de presidir ao Conselho de Ministros mediante pedido expresso do Primeiro-ministro, pelo que sobressai mais a possibilidade de controlar e fiscalizar a ação governativa do que a partilha das responsabilidades executivas. Um segundo aspeto essencial prende-se com a dupla responsabilidade do governo perante o parlamento e o Presidente da República, sendo que a manutenção do governo no exercício das suas funções depende do apoio de uma maioria parlamentar e da avaliação política do Presidente da República, nomeadamente quanto ao regular funcionamento das instituições¹⁸⁸. O terceiro aspeto fundamental diz respeito à possibilidade do Presidente dissolver o parlamento por razões políticas, fruto de uma avaliação pessoal que efetua do seu funcionamento ou mérito político, havendo, no entanto, um conjunto de limites temporais para o exercício desta prerrogativa¹⁸⁹. O último traço

¹⁸⁸ As competências do Presidente da República quanto aos outros órgãos estão descritas no artigo 133º da C.R.P.

¹⁸⁹ O Parlamento não pode ser dissolvido nos seis meses seguintes à eleição Presidente da República, nem no último semestre do seu mandato. De igual modo não pode ser dissolvido durante a vigência do estado de sítio ou do estado de emergência (art. 172º da C.R.P.).

essencial refere-se à eleição do Presidente da República por sufrágio universal, sendo este aspeto fundamental na questão da legitimidade popular do exercício deste cargo.

No que diz respeito aos traços complementares, o autor identifica que os mesmos podem permitir um reforço dos traços essenciais, quando existentes em sistemas semipresidencialistas. O primeiro remete para o veto presidencial de eficácia absoluta sobre os atos legislativos do governo e de carácter suspensivo sobre os do parlamento. Ou seja, no primeiro caso, o veto presidencial é irreversível, enquanto que, no segundo caso, o mesmo pode ser ultrapassado pela confirmação da aprovação do ato legislativo parlamentar pela maioria dos deputados (maioria simples ou de 2/3 de acordo com a matéria em causa). O segundo traço complementar consiste na autonomia legislativa do Governo e controlo político parlamentar, ou seja, o governo dispõe de poderes próprios de legislar (de modo complementar e concorrencial face ao parlamento), embora caiba ao parlamento a faculdade de apreciar os decretos-leis governativos. O terceiro ponto refere-se aos limites existentes ao poder de referenda ministerial dos atos presidenciais, pelo que o governo dispõe de uma prerrogativa de “certificação” dos atos do Presidente, exceto no caso da demissão do governo, de veto político ou de dissolução da Assembleia da República.

Havendo uma tentativa de clarificação das funções associadas a cada órgão de soberania, bem como aos limites de ação face à legitimidade dos restantes órgãos, segundo Manuel de Lucena (1996) constata-se que:

o destino dos regimes ditos semipresidenciais não depende, em última instância, da vontade dos protagonistas, mas sim da evolução de relações políticas objetivas: da existência, da supervisão ou da ausência de uma sólida maioria parlamentar e da posição do presidente relativamente a ela. (p. 837)

Num outro contributo sobre os elementos constantes dos sistemas semipresidenciais, Siaroff (2003: 299-300) identificou os regimes em que se verifica a existência de um Presidente eleito e de um chefe de governo, sendo este responsável pelo exercício do poder executivo. O fator inovador do referido estudo prende-se com a análise não apenas do texto

constitucional, mas também dos factos resultantes da prática política, sendo identificados oito pontos-chave para analisar os sistemas que tradicionalmente são vistos como semipresidenciais.

O primeiro ponto remete para a eleição direta do Presidente da República, permitindo-lhe beneficiar de uma legitimidade baseada na vontade popular, enquanto que o segundo ponto, menos usual, traduz-se na realização das eleições para o cargo de Presidente em simultâneo com as eleições para o parlamento (o mandato dos dois órgãos decorre de forma sincronizada, respeitando o período de cada mandato). O terceiro ponto refere-se à possibilidade do Presidente nomear um conjunto de titulares de órgãos-chave no sistema político, tal como o Primeiro-ministro, fazendo parte dos poderes discricionários do chefe de Estado. O autor destaca igualmente a possibilidade do Presidente presidir ao Conselho de Ministros (quarto elemento), bem como o poder de vetar os diplomas oriundos do parlamento (o Presidente devolve o diploma ao parlamento para alteração ou confirmação por uma nova maioria). O sexto elemento consiste nos poderes de decretar o estado de emergência e a existência de um conjunto de poderes legislativos adstritos à função presidencial, enquanto que o sétimo elemento refere-se ao papel do Presidente na definição da política externa e, por fim, o último elemento consiste na possibilidade do Presidente nomear o Primeiro-ministro, demiti-lo ou permitir a sua continuidade no executivo.

Este conjunto de elementos foi analisado e tipificado através de um sistema binário: 1 ponto para os sistemas em que o Presidente dispõe e utiliza os referidos poderes e 0 pontos para os sistemas em que o Presidente não dispõe de tais poderes. Tal classificação veio permitir a criação de uma escala com base nos poderes atribuídos ao Presidente da República, tendo identificado “sistemas parlamentares com dominância presidencial”, em que se registaram valores iguais ou superiores a 6 itens, como o caso da França (desde a constituição de 1958), da Finlândia (no período de 1956 a 1994), da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Cabo Verde e de Portugal (entre 1976 e 1982)¹⁹⁰. No lado oposto, identificam-se os países com “sistemas parlamentares com presidentes cerimoniais”, registando um ou dois dos poderes referidos anteriormente. Neste grupo incluem-se os casos da Áustria, da Finlândia (de 2000 até ao presente) e da Islândia, entre outros. Num nível intermédio, regista os países com

¹⁹⁰ Não deixa de ser relevante a presença de três países dos PALOP na referida lista, o que pode pressupor alguma influência do sistema político nacional na feitura da legislação após o processo de descolonização.

“sistemas parlamentares com corretivo presidencial”, observando a existência de 3 a 5 dos poderes anteriormente mencionados. Neste grupo, Siaroff incluiu a Irlanda, a Polónia (desde 1997 ao presente) e Portugal (após a revisão constitucional de 1982).

Deste modo, a análise dos poderes presidenciais torna-se aspeto central no debate em torno da caracterização do sistema político, pelo que “os poderes presidenciais são sempre um elemento importante na classificação dos regimes semipresidencialistas, seja para classificar os sistemas políticos enquanto tais, ou, alternativamente, para classificar os seus subtipos” (Freire e Martins, 2012: 175)¹⁹¹. Embora não seja nosso propósito descrever ou referir de forma exaustiva as funções consagradas e presentes na CRP, importa, contudo, referir a distinção efetuada entre o conjunto de poderes respeitantes a uma ação discricionária no exercício do cargo e os poderes que permitem a afirmação política do Presidente.

No primeiro ponto, incluem-se os poderes consagrados no texto constitucional, sendo exercidos de forma autónoma pelo titular do cargo (mesmo considerando a necessidade de convocar o Conselho de Estado para a tomada de determinadas decisões), ao passo que o segundo critério permite efetuar uma distinção clara entre os poderes formais e os poderes substanciais do Presidente da República. Dentro dos poderes substanciais inclui-se a nomeação e exoneração do Primeiro-ministro, a dissolução do Parlamento, a marcação do dia dos diversos processos eleitorais e o poder de solicitar a fiscalização da constitucionalidade de diversos diplomas emanados do parlamento¹⁹². Ou seja, falamos de matérias que têm um impacto direto no sistema político, enquanto que os poderes formais correspondem aos atributos tradicionais da função presidencial, nomeadamente a questão da representação institucional e internacional.

Não nos detemos nas características específicas de cada órgão de soberania, evitando correr o risco de uma descrição exaustiva das respetivas funções, importando antes perceber a relação de forças entre os diversos órgãos de soberania e os limites de ação de cada órgão. Ou seja, e como é sabido, é o relacionamento entre as instituições que molda e determina o pendor de cada sistema político. Nesse sentido, ressaltando a tradicional

¹⁹¹ No entanto, importa referir que a definição do sistema político depende de outros fatores para além do conjunto de poderes presidenciais, tais como o sistema de partidos e o sistema eleitoral vigente.

¹⁹² Dentro dos poderes substanciais distingue-se igualmente o poder de liderança ou de influência política, uma vez que há um conjunto de poderes com características de arbitragem / controlo, tal como é perceptível no poder de veto.

separação dos poderes¹⁹³, centramo-nos na articulação de poderes do Presidente da República, do governo e da Assembleia da República. Ou seja, mais importante que as especificidades de cada órgão, importa ter em atenção as relações interinstitucionais ao nível dos órgãos responsáveis pela direção do Estado.

A questão dos poderes de cada órgão de soberania relaciona-se diretamente com a interpretação temporal que os agentes políticos efetuam dos mecanismos constitucionais à sua disposição. Numa análise aos poderes do Presidente da República, considerando o período temporal após a revisão de 1982, constatamos diferenças significativas na forma de exercício do cargo, bem como nas estratégias adotadas no relacionamento com o poder executivo (governo). De facto, na eventualidade de se traçar um perfil da ação e dos discursos de Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Cavaco Silva encontraremos, por certo, diferenças significativas no modo de exercer o cargo de Presidente da República e na perceção que os mesmos têm das funções que lhes foram confiadas.

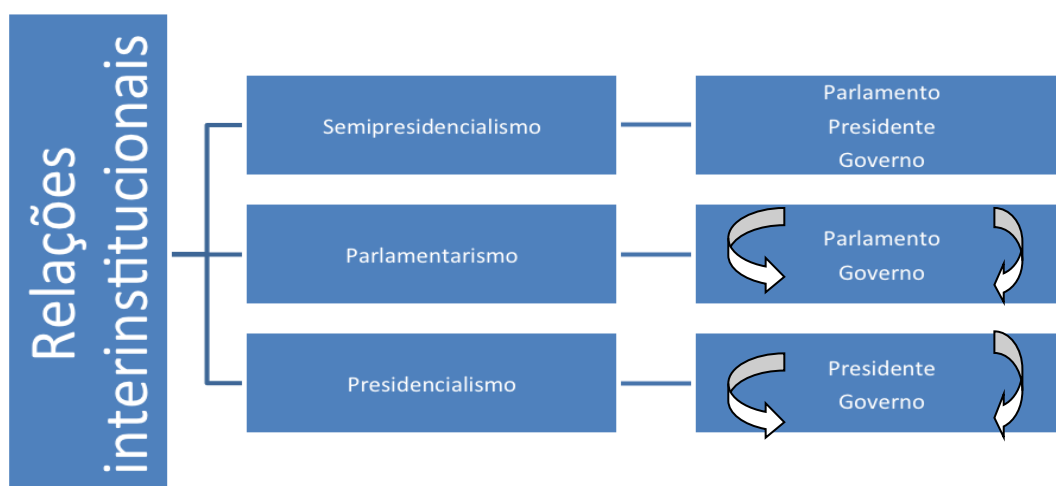
Com efeito, numa análise mais objetiva e recorrendo à utilização da fiscalização preventiva e sucessiva das leis e decretos-leis, verifica-se que Mário Soares, tanto no primeiro (1986-1991), como no segundo mandato (1991-1996) foi um presidente bastante interventivo (Freire e Martins, 2012: 182), devendo esta análise ter em linha de conta “o tipo de mandato: primeiro ou segundo, bem como a relação com a maioria parlamentar: confluência ou coabitação” (*idem, ibidem*)¹⁹⁴. No seguimento da mesma análise, mas considerando os vetos políticos, os autores identificam um maior nível de intervencionismo de Cavaco Silva e de Jorge Sampaio, embora não seja possível com base nas variáveis enunciadas (primeiro ou segundo mandato e fator de coabitação ou confluência com a maioria parlamentar) justificar este tipo de ação, uma vez que os referidos atores políticos experimentaram diversos cenários, pelo que a análise deverá incidir sobre os aspetos da conjuntura política e económica e sobre o perfil pessoal de cada Presidente (*idem*: 183).

¹⁹³ Importa salientar o importante contributo de Montesquieu sobre a teoria da tripartição dos poderes, como forma de garantir um determinado equilíbrio no Estado liberal. Em causa está a independência do poder legislativo, executivo e judicial, sendo que esta perspetiva viria a ter um impacto direto na feitura da Constituição norte-americana. Sobre este assunto, ver: Richter, 1977; Aron, 1987; Amaral, 1994 e Sousa Lara, 2007.

¹⁹⁴ Os autores constatarem precisamente um aumento do número de pedidos de fiscalização preventiva e sucessiva da constitucionalidade das leis e decretos-leis do primeiro para o segundo mandato de Mário Soares e de Jorge Sampaio, destacando o facto de Cavaco Silva, no seu primeiro mandato, ter requerido a fiscalização de mais diplomas do que os seus antecessores em termos comparados. Sobre este assunto ver: Neto e Lobo (orgs.), 2009; Fontes, 2009 e Freire (org.), 2012.

O facto de nos sistemas semipresidenciais existirem dois órgãos dotados de legitimidade popular (eleitos diretamente) levanta a questão da hierarquia das funções, criando-se um articulado de decisões e harmonização das relações difícil de gerir. Recorrendo à perspetiva de António Fernandes (1991: 154-155), verifica-se que “o semipresidencialismo é uma mescla de presidencialismo e de parlamentarismo”, sendo uma das suas principais características o “facto do Governo depender simultaneamente do Presidente da República e do Parlamento: necessita da confiança de ambos os órgãos” (*idem, ibidem*). O autor alerta para a possibilidade de, neste cenário, o Presidente da República dispor de uma maioria eleitoral contrária à que elegeu a maioria parlamentar, não dispondo o governo da confiança do chefe de Estado. Neste caso concreto, o Presidente pode sempre dissolver a Assembleia e convocar novas eleições, embora se possa verificar a confirmação da mesma maioria parlamentar por parte do eleitorado. A prática política permite verificar que sempre que se realizaram eleições antecipadas, o partido que estava no poder saiu derrotado, justificando, de algum modo, a convocação de eleições¹⁹⁵.

Figura 3.2. Interdependência dos órgãos de soberania



Nota: Esquema elaborado pelo autor.

¹⁹⁵ A única exceção foram as eleições legislativas de 1987, tendo o PSD obtido a sua primeira maioria absoluta nestas eleições antecipadas, depois de em 1985 ter vencido as eleições com uma maioria relativa. A queda do governo, provocada pela aprovação de uma moção de censura apresentada pelo PRD viria a provocar a convocação de eleições antecipadas por parte do Presidente da República em exercício, Mário Soares.

Pela análise da figura 3.2. podemos constatar a teia de relações existente entre os órgãos de soberania, com base nas dependências geradas pelo texto constitucional e tendo por base a assumpção de três modelos: o sistema parlamentar, o sistema presidencial e o sistema semipresidencial, sendo que nos dois primeiros modelos verifica-se um predomínio claro de um dos órgãos de soberania.

Nesse sentido, se tivermos em linha de análise a classificação e distinção simplificada entre o sistema parlamentar, o sistema presidencial e o sistema semipresidencial, constatamos que nos sistemas semipresidenciais o governo (órgão executivo) e o seu líder (Primeiro-ministro) dispõem de um conjunto de poderes relevante na condução da política nacional. Percebe-se facilmente que o objetivo passa aqui por encontrar um equilíbrio estável entre os diversos órgãos de soberania, de modo a criar sinergias que permitam o normal funcionamento das instituições e, sobretudo, o cumprimento efetivo do princípio basilar dos *checks and balances*.

Na teia institucional criada, observa-se que as relações estabelecidas entre o chefe de Estado (Presidente da República) e a Assembleia da República firmam-se de acordo com o princípio da legitimidade democrática (eleitos diretamente), ou seja, não existe uma clara relação de dependência de nenhum dos órgãos face ao outro, sendo que as respetivas funções e limites de atuação estão bem definidos em termos constitucionais. Por sua vez, as relações entre o Presidente da República e o governo baseiam-se no princípio da separação de poderes e no respeito pelas áreas de ação de cada órgão, embora caiba sempre ao Presidente da República a tarefa de nomear e exonerar o Primeiro-ministro e os restantes membros do governo (art. 187º da CRP). No que diz respeito à relação institucional entre o governo e o parlamento, processa-se de acordo com a lei vigente na constituição, ou seja, salvaguardada a separação de poderes, importa referir a responsabilidade política do governo perante o parlamento.

No entanto, não se pode falar num “modelo único de semipresidencialismo”, uma vez que as dependências criadas e a forma de exercício dos cargos políticos variam em função de diversos fatores, tais como a legislação nacional, mas também o perfil dos detentores desses cargos. Com efeito, recorrendo aos diversos exemplos de sistemas semipresidencialistas verifica-se que este sistema ganhou uma dimensão mais expressiva com a Constituição

Francesa de 1958¹⁹⁶, embora se possa encontrar alguns traços do semipresidencialismo na Constituição Finlandesa de 1919 e na Constituição Austríaca de 1920 (Blanco de Moraes, 1997). De igual modo, analisando o processo de desmembramento da U.R.S.S., verifica-se que alguns países do leste europeu optaram por este modelo de sistema político, o que originou alguns conflitos ao nível da estabilidade política nos primeiros anos das respetivas democracias (Dimitrov, 2009)¹⁹⁷.

De um modo sistemático, Claus Offe (1991) refere que estava em jogo a questão territorial (delimitação dos limites do Estado e da população — questão ainda hoje presente em vários Estados limítrofes da Rússia), a questão da implementação e consolidação da democracia e da pluralidade partidária e a questão da ordem económica e do respeito pela propriedade privada, numa tentativa de aproximar a qualidade de vida nestes países aos padrões da Europa Ocidental.

A referência ao constitucionalismo francês tem por base o intenso debate em torno da sua caracterização e tipificação, sendo que Marcelo Caetano (1963: 98) vislumbra na aplicação deste sistema que “a forte e prestigiosa personalidade do Chefe de Estado passava a dominar a política francesa, subalternizando o parlamento, minimizando os partidos políticos e convertendo o governo em mero executor do pensamento presidencial”.

Por sua vez, conseguimos igualmente identificar um conjunto de países que adotaram na sua matriz constitucional o semipresidencialismo (Áustria, Islândia e Irlanda), mas que a práxis política tem conduzido a um reforço do papel do parlamento, o que levou inclusivamente Duverger (1986) a caracterizar estes países como “aparentemente semipresidencialistas”¹⁹⁸. Pelo que, a definição *a priori* das regras de coabitação e funcionamento dos órgãos de governo são adaptáveis ao próprio funcionamento do sistema

¹⁹⁶ Basta lembrar que após a revisão constitucional de 1962 o Presidente da República passou a ser eleito por sufrágio direto e universal para um período de sete anos (atualmente é eleito para um período de cinco anos, renovável uma vez). No conjunto de funções previstas destaca-se a nomeação do Primeiro-ministro, a possibilidade de dissolver a Assembleia Nacional, o facto de presidir ao Conselho de Ministros e de ter poderes de codecisão em matéria diplomática. O acesso ao documento original e às respetivas revisões está disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp>.

¹⁹⁷ O autor analisa o sistema semipresidencialista na Bulgária, na República Checa, na Polónia e na Hungria após o desmembramento da URSS, tendo verificado um longo período de instabilidade política face aos poderes associados aos órgãos de soberania. Para um aprofundamento deste assunto ver: Huntington, 1991, 1993; Batt, 1991; Offe, 1992 e Ekiert *et al.*, 2007.

¹⁹⁸ Esta visão é igualmente partilhada por Sartori (1994), nomeadamente no caso da Finlândia em que o Presidente passou a deter, após 2000, de poderes iminentemente na área da política externa e da política de defesa nacional (Freire e Pinto, 2010).

em si. Ou seja, se é certo que o modelo semipresidencialista poderá ser objetivamente identificado através de um conjunto de pressupostos transcritos no texto constitucional, não deixa de ser relevante verificar o exato e concreto funcionamento das instituições e a teia relacional criada entre os órgãos de soberania para compreender a dimensão efetiva do sistema político. Enfim, o “dualismo normativo” que sempre acompanha o estudo do “político”, o das normas e o dos factos.

Deste modo, a questão central é perceber a componente dominante do semipresidencialismo, algo apenas possível com a análise do funcionamento do sistema político e não tendo apenas por base o texto constitucional. Ao verificarmos a tendência predominante (parlamentar, presidencial ou governamental) importa ter em consideração três aspetos principais, a saber: o enquadramento e as alterações jurídicas produzidas no texto constitucional de 1976, nomeadamente a revisão constitucional de 1982, que implicou uma menor influência do Presidente da República; o sistema partidário e, por conseguinte, o sistema eleitoral vigente, o qual tem igualmente um impacto direto na determinação do pendor do sistema, sendo que em cenários de bipolarização partidária gera-se uma maior estabilidade governativa e uma menor influência do Presidente da República; o terceiro aspeto prende-se com a existência de uma maioria parlamentar da mesma “cor política” e da mesma área ideológica ou partidária do Presidente em exercício de funções, ou seja, quando o Presidente da República é eleito pela mesma maioria que elegeu o parlamento. Neste caso, estamos perante um cenário de “confluência”, sendo que quando o presidente e a maioria parlamentar são de formações políticas distintas, estamos perante um cenário de “coabitação”. A este propósito refira-se que o período atual (2011-) acaba por ser singular, visto verificar-se, pela primeira vez, uma maioria de centro-direita, tanto no parlamento como na presidência da República¹⁹⁹.

¹⁹⁹ Cavaco Silva foi o primeiro político eleito Presidente da República com o apoio exclusivo dos partidos de centro-direita, PSD e CDS-PP (Mário Soares foi reeleito em 1991 com o apoio do PS e do PSD), sendo que estes partidos formaram em 2011 uma coligação governamental após a vitória de PDS nas legislativas desse ano. Em todos os cenários anteriores verificou-se um período de “confluência” entre atores políticos do Partido Socialista ou períodos de “coabitação” entre Presidentes eleitos com o apoio do Partido Socialista e governos de maioria social-democrata. Refira-se igualmente o facto de Ramalho Eanes, eleito em 1976 e reeleito em 1980, ter convivido com governos de iniciativa presidencial, com governos liderados pelo Partido Socialista e governos liderados pelo Partido Social Democrata.

3.3.1. O semipresidencialismo português revisitado

Para uma melhor compreensão do sistema político português importa, neste momento, identificar um conjunto de períodos marcantes da formação do sistema político atual. Não se trata de uma revisão cronológica exaustiva, mas antes uma tentativa de compreender e situar os momentos que marcaram a teia de relações institucionais entre os diversos órgãos de soberania e a sua relação com o texto constitucional. Deste modo, recorrendo ao contributo de Blanco de Moraes (1997)²⁰⁰, identificamos sete períodos distintos que caracterizam o semipresidencialismo português, a saber:

1. Semipresidencialismo de equilíbrio de poderes (1976-1982);
2. Semipresidencialismo de pendor parlamentar (1983-1987);
3. Semipresidencialismo de pendor de Gabinete ou de Primeiro-ministro (1987-1995);
4. Semipresidencialismo de pendor parlamentar mitigado (1995-2001);
5. Semipresidencialismo de pendor presidencial (2002-2005);
6. Semipresidencialismo de Primeiro-ministro (2005-2009);
7. Semipresidencialismo paritário (2009 – ao presente).

Na primeira etapa, vivia-se o período de transição democrática, com a necessidade de articular um conjunto de propostas diferenciadas e suscetibilidades políticas e sociais bastante diversas. Face à existência de três governos empossados por iniciativa presidencial (General Ramalho Eanes), alguns autores destacam a vertente presidencialista deste período, no entanto, a nossa opção recai por falar num semipresidencialismo com um equilíbrio de poderes, uma vez que o dispositivo constitucional assegurava um conjunto de poderes associados a cada órgão de soberania, bem como travava algumas possibilidades de atuação do chefe de Estado. Acresce a esta análise o facto dos partidos políticos terem bloqueado no parlamento os dois primeiros governos de iniciativa presidencial de Ramalho Eanes, forçando a opção por eleições legislativas intercalares em 1979.

²⁰⁰ O autor identifica os quatro primeiros períodos mencionados, sendo da nossa responsabilidade a classificação posterior, atendendo à análise do funcionamento do sistema político.

Através dos resultados eleitorais das legislativas de 1976, verificou-se não existir uma maioria clara que pudesse governar tranquilamente, gerando-se um período de instabilidade política, que conduziu à decisão de Ramalho Eanes de dar posse a três governos de iniciativa presidencial liderados por independentes (Nobre da Costa, Mota Pinto e Maria de Lourdes Pintassilgo)²⁰¹. Sobre este período, não deixa de ser interessante acompanhar a perspetiva de Ramalho Eanes (1979: 15) sobre a utilização dos poderes presidenciais, quando este afirma que nunca foi da sua vontade “assumir poderes que não me foram conferidos”, acrescentando que se viu perante a necessidade de não “eximir-se aos deveres que me foram impostos”, ou seja, numa tentativa de ultrapassar a instabilidade política gerada no parlamento²⁰². No entanto, a recusa em aceitar empossar um novo governo chefiado por Mário Soares (líder do Partido Socialista, vencedor das eleições legislativas de 1976) “abriu assim caminho para a discussão sobre a natureza dessa responsabilidade — se política, se institucional — e para a revisão dos poderes do Presidente consagrados na constituição” (Braga da Cruz, 1994: 246)²⁰³.

A ação de Ramalho Eanes e a perceção de uma tendência presidencialista no sistema conduziu às negociações partidárias com vista à revisão constitucional de 1982, sendo que a clara vitória da Aliança Democrática nas eleições de 1979 e 1980 inclinou, de certo modo, o pendor do sistema político para o parlamento²⁰⁴. Durante este período, fruto da referida revisão, verificou-se a extinção do Conselho da Revolução, com a diminuição do poder dos militares e a passagem de alguns desses poderes para o parlamento. De igual modo, assistiu-se à criação do Tribunal Constitucional, composto por 13 juízes, sendo que 10 são eleitos pelo parlamento e três são cooptados pelos seus pares, à fixação de limites claros ao poder de

²⁰¹ Os governos de iniciativa presidencial tiveram uma curta duração, tendo os dois primeiros caído no parlamento, face à oposição dos partidos maioritários à ação do Presidente da República e o terceiro mediado o tempo entre a convocação e a realização das eleições intercalares de 1979, vencidas pela Aliança Democrática, liderada por Francisco Sá Carneiro.

²⁰² Embora tenha escolhido independentes para a liderança destes executivos, Eanes procurou maximizar algum apoio do Partido Socialista na nomeação de Nobre da Costa (anterior ministro de Mário Soares) e do Partido Social Democrata na nomeação de Mota Pinto (fundador do PPD-PSD).

²⁰³ Refira-se que a decisão de Ramalho Eanes foi tomada após a demissão dos ministros do CDS que compunham o executivo liderado por Mário Soares, numa coligação PS-CDS.

²⁰⁴ A este propósito refira-se que a morte de Francisco Sá Carneiro, a 04 de dezembro de 1980, viria a introduzir alterações significativas na dinâmica política da Aliança Democrática, na relação de forças entre os principais partidos e na relação institucional entre o governo e a Presidência da República.

demissão do governo por parte do Presidente da República e à fixação das regras conducentes à aprovação de uma moção de censura, base da demissão do governo²⁰⁵.

Embora estas características permitam reforçar o carácter / pendor parlamentar do nosso sistema político, registre-se o facto do Presidente da República ter visto alguns dos seus poderes reforçados, nomeadamente a possibilidade de dissolver a Assembleia da República, bem como o alargamento das matérias sujeitas ao seu crivo (veto) político. Por esse motivo, e face à análise global, preferimos apelidar o semipresidencialismo deste período como de “equilíbrio de poderes”, evitando a designação imediata de “pendor presidencial” face à ação de Ramalho Eanes.

O segundo período engloba os dois governos minoritários liderados por Mário Soares (1983-1985) e por Cavaco Silva (1985-1987), sendo que as alterações constitucionais de 1982 e os resultados eleitorais verificados em 1983 e 1987 (influência do sistema eleitoral e do sistema de partidos) permitiram constatar um maior pendor parlamentar na arquitetura institucional. De facto, a existência de um governo de “bloco central”, congregando o apoio de mais de 2/3 dos deputados (PS-PSD), diminuiu a margem de intervenção política do Presidente da República.

No entanto, não se pode invocar um parlamentarismo puro, uma vez que a cisão da AD em 1983 e do “bloco central” em 1985 viriam a permitir ao chefe de Estado

demitir o governo (mesmo sem esperar que ele caísse no parlamento), recusar a indicação do primeiro-ministro, que disporia de apoio parlamentar maioritário, à partida, e de dissolver a Assembleia e convocar eleições antecipadas, parecendo este fator contrariar a opinião unânime da diminuição dos poderes presidenciais operada com a revisão [de 1982] (Braga da Cruz, 1994: 251).

²⁰⁵ É igualmente um período fortemente condicionado pelos processos eleitorais, tanto as eleições legislativas de 1979 e 1980, como as eleições presidenciais de 1980 e que viriam a reeleger Ramalho Eanes no cargo de chefe de Estado, após o apoio concedido pelo Partido Socialista. Sobre as especificidades deste acordo ver: Braga da Cruz, 1994.

Tal como referimos, as eleições legislativas de 1985 resultaram na vitória do PSD, liderado por Cavaco Silva, sendo que as eleições ficaram marcadas pelo surgimento do Partido Renovador Democrático (PRD), formação política criada nesse mesmo ano, com o apoio tácito do General Ramalho Eanes e que viria a eleger 45 deputados nessa legislatura²⁰⁶. Neste período, destaca-se igualmente o fim do mandato de Ramalho Eanes e a eleição do primeiro Presidente da República civil²⁰⁷. A Mário Soares coube gerir as consequências da apresentação da moção de censura do PRD ao governo minoritário de Cavaco Silva, convocando eleições antecipadas em 1987, o que conduziria o PSD à sua primeira maioria absoluta.

Estes dois primeiros períodos ficaram marcados por uma elevada instabilidade ao nível do sistema de governo português, considerando a duração média de anos dos executivos, visto ser a mais elevada em comparação com a maioria dos países europeus no mesmo período (Freire, 2011), situação que viria a ser invertida no período seguinte, entre 1987 e 2009, face aos quatro governos que cumpriram na íntegra a legislatura (eleitos em 1987; 1991; 1995 e 2005).

O terceiro período remete para um “semipresidencialismo de pendor de gabinete ou de Primeiro-ministro” e vigorou durante as duas maiorias absolutas de Cavaco Silva no poder. Não deixa de ser interessante verificar que a ação de Mário Soares (dissolução da Assembleia e convocação de eleições antecipadas em 1987), veio permitir a formação de uma maioria parlamentar e uma deslocação do centro de decisão política para o governo. O período de coabitação pacífica inicial com o governo de Cavaco Silva permitiu a Mário Soares obter o apoio dos dois maiores partidos (PSD e PS) na sua reeleição em 1991, tendo alcançado o valor mais alto de votação neste tipo de eleições (70,35%). De facto, com o poder executivo nas mãos do Primeiro-ministro, a ação de Mário Soares pautou-se, principalmente, no primeiro mandato (1986-1991), pelo exercício de uma “magistratura de influência”, num

²⁰⁶ A aprovação de uma moção de censura apresentada pelo PRD viria a provocar a queda do governo de Cavaco Silva, originando a convocação de eleições antecipadas por parte do recém-eleito Presidente da República, Mário Soares. A análise dos resultados permite constatar uma forte penalização do eleitorado à ação do PRD, em virtude de num espaço de dois anos ter perdido 38 lugares no parlamento. Destas eleições resultou igualmente a primeira maioria absoluta da democracia portuguesa.

²⁰⁷ Mário Soares viria a ser eleito na segunda volta das presidenciais (única vez em que esse cenário se concretizou na democracia portuguesa) derrotando Freitas do Amaral, vencedor da 1ª volta dessas eleições. Refira-se que a primeira volta ficou marcada por uma elevada fragmentação do voto à esquerda, com o surgimento de inúmeras candidaturas, das quais se destacam Salgado Zenha e Maria de Lourdes Pintassilgo.

papel de árbitro / moderador dos conflitos criados, sendo que baseou esse comportamento numa política de proximidade com vários setores sociais específicos e com a população em geral, através do lançamento do modelo das “presidências abertas”²⁰⁸.

O segundo mandato viria a alterar o quadro de forças entre o governo e a Presidência da República, não tanto por qualquer alteração de ordem constitucional (as revisões de 1989 e de 1991 não alteraram o quadro de funções e o equilíbrio institucional vigente, tendo inclusivamente o reforçado através da criação da figura de “referendo político nacional”, uma vez que o mesmo só poderia ser convocado pelo Presidente por proposta do governo ou do parlamento)²⁰⁹, mas antes pela interpretação da referida legislação e ação diferenciada dos intervenientes políticos.

Alguns autores referem mesmo que a conduta de Mário Soares procurou condicionar a ação do governo, catapultando o PS para a liderança do executivo em 1995, através de uma tentativa de “auxiliar a erosão de um governo atingido gradualmente pela crise económica” (Blanco de Moraes, 1997: 156)²¹⁰. Embora se tenha verificado uma multiplicação de mensagens dirigidas ao governo, de pedidos de fiscalização da constitucionalidade das leis e de vetos políticos, a segurança da maioria parlamentar não permitiu qualquer cenário de dissolução da assembleia ou demissão do governo, ou seja, o pendor parlamentar manteve-se, sendo que o exercício do poder político estava concentrado no governo, sob a égide e o apoio do parlamento.

O quarto período marca uma viragem ao nível dos atores políticos nacionais, com a subida ao poder de António Guterres (Primeiro-ministro eleito em 1995) e a vitória de Jorge Sampaio nas eleições presidenciais de 1996 (derrotando Cavaco Silva), iniciando-se então um período de confluência política, em virtude de ambos serem membros do Partido Socialista. Estávamos perante o surgimento de um cenário “inédito na história político-institucional da III República, traduzido na formação de uma tríplice maioria dotada da mesma matriz

²⁰⁸ Face a duas maiorias claras (a que reelegeu Soares e Cavaco Silva em 1991), de diferentes quadrantes políticos, o período de coabitação seguinte foi marcado por vários conflitos institucionais, tendo o modelo de “presidências abertas” sido adotado para exercer uma clara influência sobre áreas consideradas fundamentais no exercício das funções executivas. Ao longo dos dois mandatos, Mário Soares efetuou 11 presidências abertas, tendo percorrido diversos distritos do país. Sobre este assunto ver: http://www.fmsoares.pt/mario_soares/presidencias_abertas.

²⁰⁹ Sobre o impacto das diversas revisões constitucionais ver: Fontes, 2009.

²¹⁰ Este aspeto é fundamental para a análise que iremos efetuar da abstenção nas eleições legislativas de 2004 a 2011 em Portugal e em Espanha, permitindo verificar a influência dos fatores macroeconómicos sobre o grau de participação eleitoral.

ideológica e partidária: um Governo, uma posição parlamentar liderante e um Presidente” (*idem*: 156-157).

A classificação deste período como “semipresidencial parlamentar mitigado” advém de uma clara centralização da vida política no parlamento, espaço onde o governo procurou alcançar diversos consensos (ora à esquerda, ora à direita) para obter a aprovação das linhas mestras do seu programa²¹¹. No entanto, a experiência governativa anterior, com um governo sólido e liderante, tinha lançado as bases para a atuação do executivo socialista, mesmo sem ter a mesma maioria parlamentar. Para tal facto, contribuiu a ação do Presidente da República, uma vez que Jorge Sampaio, não sendo o líder natural do Partido Socialista (tinha inclusivamente perdido as eleições legislativas de 1991 para Cavaco Silva), teve várias dificuldades para afirmar o seu papel político, sendo protagonista de uma presidência meramente protocolar, com alguns episódios ao nível do papel arbitrário que desempenhou²¹².

No que diz respeito à revisão constitucional de 1997, a mesma viria a manter os poderes presidenciais, reforçando os poderes parlamentares, nomeadamente ao nível das matérias previstas de reserva absoluta e relativa da competência do parlamento (CRP, 2004). De igual modo, se destaca a possibilidade de convocação de referendos nacionais através da iniciativa popular, respeitando determinadas regras, previstas no artigo 115º da Constituição. A presente revisão, de carácter ordinário (prevista pela aplicação da lei constitucional) introduziu, igualmente, algumas alterações ao próprio sistema eleitoral, uma vez que permitia a apresentação de candidaturas independentes às Câmaras Municipais (o que viria a reforçar o surgimento de movimentos oriundos da sociedade civil), bem como a possibilidade de criação de círculos uninominais, permitindo igualmente o direito de iniciativa legislativa aos cidadãos²¹³.

Este período (1995-2001) termina com o pedido de demissão apresentado por António Guterres, após a derrota do PS nas eleições autárquicas de 2001, tendo levado o Presidente da República a convocar eleições antecipadas para março de 2002. Este episódio é revelador da

²¹¹ O Partido Socialista conseguiria a vitória nas eleições legislativas de 1995 e 2001, conquistando 112 e 115 deputados, respetivamente (em 230), ficando muito próximo da maioria absoluta.

²¹² Nem o facto de António Guterres e Jorge Sampaio pertencerem a fações políticas distintas no seio do PS, tendo disputado a liderança do partido, parece ter favorecido uma tentativa de presidencialização do sistema ou algum confronto institucional mais grave.

²¹³ A questão dos círculos uninominais, aplicados no Reino Unido, por exemplo, é determinante no debate em torno da questão da proximidade entre eleitos e eleitores e na defesa de uma maior responsabilização política dos deputados eleitos.

importância dos ciclos eleitorais e das consequências que outro tipo de eleições (neste caso, eleições de segunda-ordem) podem ter sobre o poder executivo nacional, uma vez que o que estava em causa nas referidas eleições era unicamente a escolha dos representantes locais, ao nível da assembleia de freguesia, da assembleia municipal e da câmara municipal. As eleições de 2002 viriam a ser ganhas pelo PSD, que liderado por Durão Barroso efetuou um acordo de coligação com o CDS-PP, formando um novo executivo com maioria parlamentar.

Apesar desta maioria, optamos por classificar este curto período (2002-2005) por “semipresidencialismo de pendor presidencial”, face à preponderância do chefe de Estado na determinação das condições de governabilidade e na avaliação posterior efetuada ao governo liderado por Santana Lopes. A ação e os discursos de Jorge Sampaio durante o mandato de Durão Barroso e, posteriormente, durante a liderança de Santana Lopes, configuravam uma maior apetência do chefe de Estado para alertar o governo para a condução da política económica, sendo de destacar o discurso proferido a 25 de abril de 2004²¹⁴, meses antes da substituição de Durão Barroso por Santana Lopes na chefia do executivo nacional. Sampaio alertava, de forma clara, para os tempos difíceis que se aproximavam para Portugal e para os portugueses, falando de um ambiente de negativismo, gerador de apatia e resignação, ao qual não podia ser alheio o aumento da taxa média de desemprego, o decréscimo do Produto Interno Bruto e do rendimento per capita²¹⁵.

Após o pedido de demissão de Durão Barroso, que passava a ser presidente da Comissão Europeia, Jorge Sampaio poderia ter convocado eleições gerais antecipadas, no entanto, optou por solicitar ao partido vencedor das eleições legislativas de 2002 que indicasse um novo Primeiro-ministro para formar governo²¹⁶. A este propósito, o próprio Jorge Sampaio afirmaria que não era da competência do Presidente governar, mas antes

²¹⁴ O discurso foi proferido na Assembleia da República, enquadrado nas comemorações dos 30 anos da Revolução de abril.

²¹⁵ Ao atribuir as responsabilidades desta situação à conjuntura económica europeia, mas também às diversas opções sobre o investimento público e a gestão de expectativas gerada pelo governo, Sampaio lançava uma forte crítica à governação da coligação, alertando para um atraso estrutural ao nível do funcionamento da economia. O discurso de Jorge Sampaio pode ser consultado na íntegra em: <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1080.html>.

²¹⁶ A opção de Jorge Sampaio viria a provocar algumas cisões dentro do Partido Socialista, que pretendia a convocação imediata de eleições, o que originou o pedido de demissão de Ferro Rodrigues da liderança do PS, em claro desacordo com a opção do Presidente da República. Um breve recurso à imprensa da época permite constatar que Ferro Rodrigues assumiu essa posição presidencial como uma derrota “pessoal e política”. Ver: <http://www.publico.pt/politica/noticia/ferro-rodrigues-demitese-da-lideranca-do-ps-1198763>.

garantir as condições de regularidade, legitimidade e autenticidade democráticas durante todo o processo de substituição do governo²¹⁷.

O período de convivência institucional que se seguiu foi mais intenso e turbulento, tendo o governo de Santana Lopes durado apenas oito meses, três dos quais já com os poderes visivelmente diminuídos (governo de gestão), em virtude do processo de dissolução da Assembleia da República, anunciado a 9 de dezembro de 2004 por Jorge Sampaio. Com este episódio ficava bem patente o carácter dual do sistema político português, que reserva para o Presidente da República um papel fundamental na análise da situação política, mesmo dispondo o governo de uma maioria clara no parlamento. A confirmá-lo está o discurso efetuado por Jorge Sampaio a justificar a dissolução da Assembleia da República, afirmando que se trata de “uma avaliação que, de acordo com a Constituição, é da exclusiva competência do Presidente da República, que a efetua em consciência e livremente, assumindo a responsabilidade dela apenas perante os portugueses”²¹⁸.

O sexto período (semipresidencialismo de Primeiro-ministro) analisado corresponde ao primeiro mandato de José Sócrates, que obteve a única maioria absoluta socialista da nossa democracia (2005-2009), sendo que, neste período, governou em confluência com Jorge Sampaio (um ano) e em coabitação com Cavaco Silva a partir da vitória deste nas presidenciais de 2006. Este período é marcado pela influência do Primeiro-ministro, alicerçado numa clara maioria parlamentar. Durante este primeiro mandato foi visível uma clara cooperação entre o governo e o Presidente da República, sendo de salientar o facto de nenhum diploma do governo ter sido vetado por Cavaco Silva durante este período²¹⁹.

A maioria parlamentar manteve-se coesa, no entanto, as relações institucionais e políticas entre o governo e o Presidente da República vieram a degradar-se significativamente, em virtude de dois episódios amplamente debatidos no cenário político e na comunicação social, a saber: a alteração ao estatuto político-administrativo dos Açores em 2008 e o caso

²¹⁷ Sampaio discursaria à nação a 09 de julho de 2004, justificando a sua opção pela não convocação de eleições antecipadas e a permanência da coligação no governo. Discurso acessível em: <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1109.html>.

²¹⁸ Excerto do discurso proferido a 09 de dezembro de 2004, disponível na íntegra em: <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1188.html>.

²¹⁹ No primeiro mandato Cavaco Silva vetou 13 diplomas, todos oriundos da Assembleia da República, tendo sido o Presidente que no seu primeiro mandato mais utilizou este instrumento político para vincar a sua discordância do processo legislativo. Sobre este assunto ver: Freire, 2012.

das escutas na Presidência da República em 2009²²⁰. Esta sucessão de acontecimentos não impediu Cavaco Silva de dar posse ao segundo governo de José Sócrates, saído das eleições legislativas de 2009, embora, nessa altura, já com uma maioria relativa e com a necessidade de negociar em sede parlamentar a aprovação do programa de governo e dos vários Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC), influenciados pelo cenário de uma crise económica crescente.

O sétimo período analisado, denominado como “semipresidencialismo paritário”, iniciou-se em junho de 2011, com a vitória do PSD nas eleições legislativas e a subida ao poder de Pedro Passos Coelho, em coligação com o CDS-PP. Este período fica marcado pelo exercício da governação ter sido fortemente influenciado pelo pedido de assistência financeira internacional, solicitado em abril de 2011. A necessidade de cumprir, de forma rigorosa, o plano definido pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia (a chamada Troika), criou uma série de conflitos institucionais em torno da constitucionalidade de várias propostas apresentadas pelo governo, tendo a atuação do Presidente da República e do Tribunal Constitucional ganho um maior relevo no quadro das relações de força entre os órgãos de soberania.

Sendo esta a primeira vez que se verifica um período de confluência entre atores políticos oriundos do centro-direita poder-se-ia esperar uma harmonização do sistema, em moldes similares ao período vivido entre 1995 e 1999, no entanto, as dúvidas constitucionais sobre os vários orçamentos de Estado apresentados e o caminho adotado ao nível da resposta à crise económica colocaram o Presidente da República e o Primeiro-ministro em lados opostos ao nível do discurso político. Porém, pese embora sinais evidentes de algum desgaste e contradições no seio da coligação PSD/CDS-PP, o Presidente da República fez prevalecer a maioria parlamentar sob a hipotética dissolução e convocação de novas eleições em julho de

²²⁰ Não cabe no presente trabalho nos alongarmos sobre a base das questões referidas, nomeadamente ao nível da perda de poderes presidenciais ou a reserva da privacidade, no entanto, esta indicação permite-nos compreender a questão da legitimidade e da confiança institucional, bem como as condições necessárias para a efetivação de um equilíbrio de poderes. Os episódios referidos de forma indireta colocaram em causa o princípio da confiança, tendo Cavaco Silva afirmado tratar-se de situações que configuravam um cenário de “deslealdade política” por parte do Primeiro-ministro. Ver: Jornal I, edição de 09 de março de 2012, p. 18.

2013, após um período em que toda a oposição exigiu publicamente a marcação de novas eleições²²¹.

A análise global ao sistema político português permite-nos constatar que o pendor do sistema de governo semipresidencialista varia em função do protagonismo adquirido pelos titulares dos órgãos de soberania e da composição do parlamento, sendo que se verifica que os Presidentes da República tendem a revelar-se mais intervencionistas durante o segundo mandato, na medida em que estão salvaguardados da necessidade de reeleição²²².

Considerado que o sistema político é um dos subsistemas do tecido social, não deixa de comportar outros subsistemas, nomeadamente o sistema eleitoral, o sistema de partidos ou o sistema de governo. Seguindo os objetivos da presente investigação, reservamos espaço próprio para a análise do sistema eleitoral em Portugal.

3.3.2. O sistema eleitoral português

Importa nesta fase descrevermos de forma sucinta o sistema eleitoral utilizado em Portugal, um vez que, tal como já constatamos anteriormente, este exerce uma influência direta no processo de escolha dos representantes políticos e na orgânica institucional entre os diversos órgãos de soberania. Seguindo a classificação sugerida por Arend Lijphart (1999), Portugal encontra-se nos países com um sistema proporcional, através da representação proporcional por listas, no que diz respeito às eleições legislativas, autárquicas e para o Parlamento Europeu e com um sistema maioritário a duas voltas nas eleições presidenciais (num sistema similar ao modelo francês).

Embora o período correspondente à transição democrática tenha acentuado alguma instabilidade política e a sucessão de governos, o “sistema eleitoral português não gera problemas de governabilidade: a proporcionalidade está abaixo da média; o sistema não é fragmentado, antes pelo contrário” (Freire, 2009: 35). Independentemente dos critérios e das

²²¹ O cenário da queda do governo foi colocado quando o líder do CDS-PP apresentou o pedido de demissão, a 02 de julho de 2013, decisão que viria a revogar posteriormente.

²²² É precisamente durante o segundo mandato dos chefes de Estado que se verificam os processos de dissolução do parlamento (uso do poder discricionário), em cenários em que a força política dominante é da cor política contrária à do Presidente. Ou seja, assumimos, neste ponto, que independentemente dos factos e dos casos concretos em si existe alguma perversidade, uma vez que antes da saída, cada Presidente, contribui para que o partido ao qual está ligado assumo o poder.

classificações utilizadas para descrever os sistemas eleitorais, a situação portuguesa, no que a este ponto diz respeito, é bastante clara. Realça-se igualmente o facto do sistema eleitoral vigente ser inclusivamente anterior à Constituição de 1976, resultando a dificuldade em torno da reforma eleitoral, em parte, do facto do sistema eleitoral ser “politicamente fundante, e por isso, o debate sobre ele se reveste da delicadeza e da importância que afeta tudo o que é fundamental” (Braga da Cruz, 1998: 8), nomeadamente a questão anteriormente referida: a da representatividade e da legitimidade do mandato eleitoral.

Recorrendo ao texto constitucional, constata-se que o art. 288º da CRP, na sua alínea h, explicita as regras e os princípios referentes a uma hipotética revisão das leis eleitorais, prevendo “o sufrágio universal, direto, secreto, e periódico na designação dos titulares eletivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como o sistema de representação proporcional”. Ou seja, qualquer alteração ao sistema eleitoral implicaria um largo consenso partidário, obrigando a uma maioria de 2/3 dos deputados para fazer aprovar uma nova revisão constitucional conducente a essas alterações.

Coube ao 1º Governo Provisório, liderado por Adelino Palma Carlos nomear uma comissão responsável pela elaboração da lei eleitoral, a partir da qual foram estabelecidas as regras que regeram as eleições para a Assembleia Constituinte em 1975²²³. De um modo sucinto, foram estabelecidas as regiões administrativas como círculos eleitorais, sendo a eleição efetuada em listas plurinominais em todos os círculos com mais de 37500 eleitores²²⁴. Atualmente, as eleições legislativas permitem a escolha de 230 deputados, sendo a votação organizada por círculos eleitorais que correspondem aos 18 distritos continentais, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira e aos círculos da emigração (Europa e Fora da Europa)²²⁵.

A adoção de um sistema proporcional vinha, igualmente, ao encontro do interesse dos partidos políticos que se apresentaram a eleições, uma vez que não era possível prever o seu peso eleitoral, ou seja, na redação da lei não havia forma de prever o posicionamento que os

²²³ A comissão era composta por nomes como Barbosa de Melo, Almeida Ribeiro, Lino de Lima, Jorge Miranda, Magalhães Godinho, Manuel João de Palma Carlos e Galvão Teles.

²²⁴ Apenas o círculo da Horta não atingia esse patamar, pelo que se assumia como círculo uninominal, sendo eleito o candidato mais votado.

²²⁵ Trataremos das especificidades das eleições legislativas, bem como as regras estipuladas para a sua realização em sede própria, nomeadamente na análise das variáveis escolhidas.

partidos iriam alcançar após a votação²²⁶. Através desta perspetiva, constata-se que a opção não era a criação de maiorias governativas sólidas, “mas antes a garantia da representação plural, permitindo viabilizar soluções de governo consociativas, minoritárias ou de coligação” (Sampaio, 2009: 102)²²⁷. Esta opção viria a ser ainda mais detalhada, uma vez que o texto constitucional é explícito quanto ao princípio da representação proporcional e igualmente quanto à fórmula de cálculo para a conversão de votos em mandatos, impondo a utilização do método da média mais alta de Hondt (art. 149º, n.º 1).

A opção por este método traduzia uma importante preocupação com a questão da governabilidade e criação das condições necessárias para a afirmação de maiorias, uma vez que “o método de Hondt era de todos os sistemas proporcionais o menos proporcional, o que mais prejudicava as minorias e favorecia as maiorias, sendo, portanto, entre os mais representativos, aquele que menos feria a necessária governabilidade” (Braga da Cruz, 1998: 9). A título de exemplo e, para verificarmos na prática os resultados desta opção, se considerarmos as eleições legislativas de 2011, no círculo eleitoral de Lisboa, pela aplicação das diversas fórmulas eleitorais proporcionais constata-se que os resultados ao nível da eleição dos deputados de cada partido varia de acordo com a fórmula utilizada.

²²⁶ Este princípio remete-nos para a Teoria da Justiça desenvolvida por John Rawls (1971), uma vez que perante o desconhecimento face ao posicionamento futuro (resultante da votação popular), os legisladores procuraram escolher o sistema que pudesse garantir um maior proveito, ou seja, adotando um equilíbrio reflexivo perante as alternativas apresentadas.

²²⁷ Dos 18 governos constitucionais da democracia portuguesa apenas três detinham do apoio de uma maioria absoluta no parlamento, a saber: as maiorias de Cavaco Silva (PSD) em 1987 e 1991 e a maioria obtida por José Sócrates (PS) em 2005. O atual governo (XIX) dispõe de uma maioria formada pelo PSD e pelo CDS-PP.

Quadro 3.1. Aplicação do método de Hondt, Saint Laguè Puro e Quota de Hare no
Círculo Eleitoral de Lisboa – Legislativas de 2011

Eleições legislativas de 2011	Votos totais	C.E. Lisboa	Hondt	Saint Laguè Puro	Hare
PPD/PSD	2159181	399124	18	17	17
PS	1566347	322034	14	13	14
CDS-PP	653888	161241	7	7	7
PCP-PEV	441147	111661	5	5	5
BE	288923	66874	3	3	3
PCTP/MRPP	62610	14419	0	1	0
PAN	57995	16913	0	1	1
MPT	22705	4135	0		
MEP	21942	6208	0		
PNR	17548	5897	0		
Outros	64326	14200	0		
Branços	148618	31230			
Nulos	79399	15531			
Abstenção	41,97%	37,88%			

Fonte: CNE (dados). Quadro elaborado pelo autor.

Os resultados da aplicação do método da média mais alta de Hondt correspondem à distribuição de deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Lisboa (47 lugares) nas eleições legislativas de 2011. Se a opção do Legislador fosse pelo método da média mais alta de Saint Laguè Puro, o PSD e o PS elegeriam menos um deputado, entrando na Assembleia da República representantes do PCTP/MRPP e do PAN. O resultado seria igualmente diferente se a opção fosse pelo método de maiores restos (neste caso, a quota de Hare), em que o PSD elegeria menos um deputado, cedendo essa vaga a um representante do PAN²²⁸.

A questão da reforma eleitoral encontra diversos entraves, uma vez que, tendo em conta uma perspetiva economicista / racional dos benefícios de qualquer alteração na estrutura eleitoral verifica-se que “as mudanças nas instituições políticas apenas decorrem quando, por qualquer razão, falham na tarefa de garantir os interesses carreiristas dos que diretamente têm poder para as modificar” (Geddes, 1995: 241) ou, como afirma Nohlen (1984: 218), “as mudanças fundamentais são raras e surgem apenas em condições históricas extraordinárias”, o que se aplica à mudança de regime e sistema político vivido em abril de 1974. No seguimento

²²⁸ Esta situação iria permitir, por exemplo, que o PAN tendo a nível nacional uma votação inferior à do PCTP/MRPP, conseguisse pelo círculo eleitoral de Lisboa eleger um deputado, não tendo o PCTP/MRPP qualquer eleito.

desta visão, encontramos o estudo de Benoit e Schiemann (2001), no qual os autores afirmam que os sistemas eleitorais são “instituições redistributivas”, pelo que o ganho de um determinado partido representa, necessariamente, a perda de um outro partido. Deste modo, a ação dos partidos relativamente a este tema estabelece-se tendo em conta a tentativa de prever os ganhos face a qualquer alteração do sistema eleitoral²²⁹.

Considerando que cada sistema eleitoral procura dar resposta às exigências e necessidades que o Legislador quer ver redigidas aquando da sua adoção, depreendemos que o período histórico que antecedeu a revolução de abril imprimiu a necessidade nos atores políticos e na sociedade em geral de garantir um caminho de proporcionalidade, evitando qualquer tipo de comparação ou semelhança com o regime autoritário anterior. Tal perspetiva radica inclusivamente no facto de nenhuma das forças políticas ter raízes no antigo regime, ou seja, todas elas resultarem de iniciativas políticas após o 25 de abril de 1974 ou então emergirem da clandestinidade (PCP desde 1911; PS a partir de 1973) não tendo qualquer ligação ao *status quo* que lhe antecedeu.

Com o aprofundamento do estudo dos sistemas eleitorais, e como resultado do contributo de diversos autores, deparamo-nos com as várias componentes / elementos constitutivos dos sistemas eleitorais a serem analisados para uma caracterização mais precisa do próprio funcionamento da democracia e do sistema de partidos. Com base na estrutura da presente investigação, iremos analisar, no Capítulo IV, a singularidade de cada elemento dos sistemas eleitorais português e espanhol, aferindo a sua influência no nível de abstenção eleitoral. Para tal, não podemos deixar de fazer, sucintamente, a apresentação dos elementos dos sistemas eleitorais proposta por Vallés e Bosch (1997), para quem importa distinguir os elementos relacionados com a expressão das preferências individuais e os elementos relacionados com a conversão dessas preferências na designação dos titulares do poder.

No primeiro grupo, os autores incluem as capacidades eleitorais e o processo de recenseamento; a regulamentação do processo eleitoral; as autoridades reguladores das eleições; as campanhas eleitorais e o respetivo processo de financiamento; o calendário

²²⁹ A adoção de reformas eleitorais estruturantes acontece não apenas em momentos específicos/únicos, mas também fruto da análise do funcionamento do sistema eleitoral e político, pelo que na base dessas alterações poderão estar disfunções atribuídas a sistemas anteriores, o surgimento de casos de corrupção no funcionamento do sistema ou a alteração significativa da composição parlamentar, com novas forças políticas com objetivos distintos.

eleitoral e a modalidade de voto. No segundo grupo, os autores destacam a magnitude eleitoral; a delimitação dos distritos eleitorais; a distribuição dos eleitores por círculos; a fórmula eleitoral; a cláusula barreira e a dimensão dos órgãos representativos. Verifica-se, deste modo, que os sistemas eleitorais apresentam-se como realidades *multidimensionais*, pelo que qualquer alteração numa das suas dimensões implica uma ponderação dos fatores relacionados com a representatividade e governabilidade, bem como a necessidade de se perspetivar objetivos de curto, médio ou longo prazo — aspeto igualmente influenciado pela conceção de democracia a ser implementada. É esta incerteza, quanto aos reais efeitos de uma reforma do sistema eleitoral, que tem levado alguns autores (e inclusivamente alguns dirigentes políticos) a defenderem uma sistemática obstaculização a processos de reforma, uma vez que as alterações na vida política produzem efeitos nas várias dimensões do tecido político e social (Colomer, 2005; Katz, 2008).

Este é precisamente um fio condutor, no âmbito da nossa análise ao fenómeno da participação eleitoral, sendo que, de um modo geral, podemos afirmar que o sistema eleitoral português cumpre a função para o qual foi delineado, sendo Portugal “uma democracia perfeitamente consolidada, com um sistema partidário estruturado e uma representação parlamentar plural” (Sampaio, 2009: 188).

3.4. Sistema político e eleitoral espanhol

A Espanha apresenta-se como um Estado unitário descentralizado (composto por regiões autónomas), tendo adotado a via da democratização do seu regime pouco tempo depois de Portugal, após a morte do General Franco a 20 de novembro de 1975. O longo período da ditadura franquista em Espanha decorreu em estreita ligação com a liderança de Oliveira Salazar em Portugal, no entanto, tanto a forma de chegada ao poder (após a sangrenta guerra civil entre republicanos e monárquicos entre 1936 e 1939), como o exercício das suas funções e a relação privilegiada com diversos setores monárquicos, conduziu a um processo distinto de afirmação dos partidos políticos e de enquadramento da estrutura institucional.

De facto, a influência da revolução portuguesa foi visível na ação do governo espanhol, tendo existido diversas “tentativas do governo para encontrar fórmulas de

atualização e continuidade do regime franquista num contexto de incerteza e de crise política diante das movimentações dos reformistas, dos radicais e da atividade crescente da oposição interna” (Sáez, 2013: 107). Ou seja, a alteração política no regime português foi acompanhada com muita atenção pelos líderes políticos espanhóis, embora a situação nos dois países fosse, antes do período revolucionário, bem diferente. A Espanha assumia um nível de desenvolvimento maior, como permitia também um nível de participação política superior aos seus cidadãos, constatando-se que ao passo que em Portugal “o apoio popular ao salazarismo se havia debilitado, em Espanha o regime contava com o apoio do povo, tal como foi observado no referendo de 1969 e nas manifestações de dezembro de 1970” (*idem*: 109).

O processo de substituição do regime foi efetuado de forma gradual, num processo caracterizado classificado como “da lei, para a lei, pela lei” (Powell, 1991), ou seja, uma transição efetuada a partir do topo (das elites), sem um colapso ou rutura evidente dos alicerces do anterior regime. O cenário fica marcado pela acumulação de diversos episódios que poderemos denominar de “crise política”, sendo certo que a mesma teve impacto em outras áreas e setores da sociedade, para além da arquitetura política institucional. Seguindo a abordagem de Reniu (2012), é possível identificar seis etapas / momentos deste processo de crise política em Espanha.

O primeiro ponto diz respeito ao facto de nenhuma crise surgir de forma isolada, mas antes como um processo contínuo, resultante do somatório de vários episódios singulares²³⁰. O segundo ponto refere-se à alteração da legitimidade e da legalidade do regime, sendo que a legitimidade deriva da realização de eleições livres (a partir de 1977), o que altera a relação entre os cidadãos e o poder político e a legalidade da aplicação da lei de separação de poderes (legislativo, executivo, judicial). O terceiro momento prende-se com a necessária substituição dos atores políticos associados ao antigo regime, o que no caso espanhol não foi tão imediato como em Portugal. De facto, tal como iremos constatar, os dois primeiros Presidentes do governo, após a morte de Franco, tinham desempenhado elevados cargos políticos no anterior regime²³¹. A quarta etapa remete-nos para a necessidade de ultrapassar as diferenças políticas

²³⁰ O autor refere-se não só à morte de Franco, que centrava em si o poder, mas também à emergência de cisões internas no regime franquista e à abertura de várias pontes de contato das elites culturais espanholas com outras realidades culturais europeias.

²³¹ Este processo de substituição e “apagamento” do anterior é complementado com a alteração de símbolos associados ao franquismo, bem como a mudança do nome de ruas ou monumentos, numa tentativa de reescrever a história.

emergentes da alteração do regime, uma vez que a sociedade apresenta sempre grupos / fações contrárias ao caminho proposto e prosseguido, sendo importante adotar processos de amnistia face aos responsáveis políticos do franquismo, de modo a evitar a judicialização total do processo de democratização do regime. O quinto momento implica a implementação de algumas leis provisórias que puderam assegurar o respeito pelas liberdades individuais e abrir caminho para a defesa do princípio da igualdade²³². Este processo conduziu à afirmação da sexta etapa, correspondente à elaboração do texto constitucional final e que permitirá reger todo o sistema político e eleitoral, bem como determinar as regras básicas ao nível da estruturação do Estado.

Como atrás foi dito, o processo de abertura do regime franquista foi feito de forma gradual, nomeadamente ao nível da liberalização económica e de uma maior dinamização da vertente social e de intercâmbio cultural, sendo que a transição política foi facilitada por esse processo inicial. A maior proximidade geográfica com o centro da Europa e a forte influência das autonomias regionais poderão estar na base deste menor centralismo do Estado, em comparação com o caso português, sendo que o processo de sucessão política na chefia do Estado ficou determinado em plena década de 1940.

Este processo encontra raízes na “Lei de sucessão na chefia do Estado”, aprovada pelo General Franco em 1947, e que defendia a Espanha como um Reino, sendo que estabelecia igualmente as condições para a restauração da Monarquia aquando da sua morte (Estevan, 1981). Tal situação viria a servir de base para as negociações políticas e o percurso histórico seguido após a morte de Franco, sendo que o período de 1975 a 1978 viria a constituir-se como o período de “transição democrática”, tendo sido nesse ano, a 6 de dezembro, que os espanhóis aprovaram a constituição através de referendo popular²³³. Durante este período, salienta-se o papel e a ação do Rei Juan Carlos, uma vez que dispo de legitimidade formal para assumir a chefia do Estado (resultado da lei da sucessão), adotou o caminho da democratização do regime, promovendo num curto prazo a realização de eleições livres e justas, bem como assumindo a responsabilidade de aceitar ou não a continuidade de Arias Navarro na Presidência do governo. Possuindo um cargo hereditário, ficou desprovido de

²³² Neste aspeto, salienta-se a lei para a reforma política e a legalização do Partido Comunista Espanhol.

²³³ Esta constitui igualmente uma diferença face ao processo de adoção do sistema político em Portugal, uma vez que a aprovação da Constituição foi da exclusiva responsabilidade dos deputados, não tendo sido confirmada em referendo popular. Aliás, no caso português, a figura do referendo viria a ser incluída numa posterior revisão constitucional.

capacidade de elaborar leis ou tomar parte ativa no processo executivo (competência do governo)²³⁴, o que não o impediu de ser parte ativa nas negociações para a formação dos primeiros governos após a morte de Franco.

Tal como referimos no caso português, não nos deteremos na evolução histórica do sistema político e eleitoral espanhol antes deste período²³⁵, mas sim no processo que lhe seguiu e que permitiu uma grande estabilidade ao nível da auscultação de diversos grupos sociais, num árduo trabalho de cooperação com a igreja e o exército, que dispunham de um considerável poder de influência no anterior regime. O caminho da democratização do regime implicava a laicização do Estado, bem como uma menor influência da estrutura militar na orgânica do Estado, sendo que, após a morte de Franco, o exército assume-se como leal ao franquismo e ao Rei (reconhecimento do processo de coroação de Juan Carlos) e contrário ao nacionalismo (fator de fratura) e ao comunismo. De facto, este compromisso de lealdade resultava de um pedido expresso do General Franco aos militares para concederem ao futuro Rei de Espanha, Don Juan Carlos de Borbón, a mesma dedicação, lealdade e apoio permanentes com que o distinguiram²³⁶.

Ao caracterizar o período pós-Franco e as relações entre os militares e a sociedade civil, Filipe Agüero (1995) identificou quatro fações no seio do exército espanhol, a saber: os “ultras”, que correspondiam aos maiores defensores do franquismo, afirmando o seu legado histórico e a necessidade da sua continuação em termos de estrutura hierárquica do Estado; os “conservadores”, que se afirmavam fiéis ao franquismo, mas com uma visão mais tolerante da necessidade de aprofundar as reformas do regime; os “liberais”, defensores da integração do exército na administração do Estado, deixando de ser um poder autónomo e os “não alinhados”, defensores da alteração da essência do franquismo, mas de uma forma parcial e

²³⁴ Refira-se que Juan Carlos não era o sucessor direto na linha do trono espanhol, no entanto, a inexistência de relações entre Franco e Don Juan de Borbón, filho de Afonso III, último Rei Espanhol, conduziu à resignação dos direitos dinásticos de Don Juan em detrimento de seu filho, Juan Carlos a 14 de maio de 1977. O discurso de resignação pode ser visto em: <http://www.youtube.com/watch?v=0Lha5FdBpzM> (consulta a 22 de dezembro de 2013). Sobre as funções reais ver o disposto na Constituição Espanhola, aprovada em 1978, nomeadamente o art. 56º (de configuração do posicionamento do Rei no sistema político) e o art. 62º relativo às funções específicas do cargo. Disponível em: <http://www.boe.es/boe/dias/1978/12/29/pdfs/A29313-29424.pdf#page=1>.

²³⁵ Sobre o sistema político e eleitoral em Espanha numa perspetiva histórica ver: Esteban, 1981; Santamaría, 1981; Lopez-Pintor, 1986; Montero e Turcal, 1990; Font, 1995; Justel, 1995; Torcal e Chibber, 1995; Arango, 1996; Morillo, 1996; Soto, 1998 e Marugan, 2001.

²³⁶ Sobre este discurso ver: Arango, 1980

moderada. Com a aprovação da Constituição Espanhola, a visão dos liberais viria a ganhar espaço, com a referência (art. 97º) que o governo dirige a administração civil e militar.

No período inicial, após a queda do regime franquista, importa destacar que o Rei Juan Carlos optou por manter no poder o Presidente do governo, Arias Navarro, numa atitude que foi entendida como um meio de garantir a estabilidade do Estado, embora tivesse suscitado algumas reservas no seio dos reformistas (Clemente, 1994). Esta situação deriva do facto de Arias Navarro ter assumido funções ainda durante a chefia de Franco, sendo um profundo conhecedor do aparelho do Estado e das áreas relativas à segurança do Estado²³⁷.

O período que se seguiu resultou num impasse face à necessidade de reformas políticas conducentes à democracia, uma vez que o poder de diversos setores ligados ao antigo regime era ainda significativo. O facto do próprio Arias Navarro se assumir como sucessor de Franco (Soto, 1998: 32-33) bloqueou a intenção de acelerar o processo reformista, vontade expressa do Rei Juan Carlos e da Plataforma da Convergência Democrática, movimento criado em 1975 e que agregava diversos partidos de esquerda e as principais centrais sindicais espanholas. Aliada a esta situação, vivia-se um conturbado período de recessão económica (crise petrolífera dos anos 1970) e o registo de alguns levantamentos populares de insatisfação face à ação do governo²³⁸.

Perante este cenário, tornava-se evidente a necessidade de substituir o Presidente do governo, sendo que em causa estava igualmente a defesa do modelo monárquico. José Díaz Gijón (1998) expressa precisamente a ideia que perante um governo fraco, e sem um projeto político de reforma, aliado a uma forte contestação de diversos partidos políticos, a perda de legitimidade governamental poderia atingir igualmente a monarquia. A substituição de Arias Navarro viria a ocorrer com a nomeação de Adolfo Suárez como Presidente do governo a 3 de julho de 1976, responsável pela formação do segundo governo espanhol após a morte de Franco.

Embora não tenha sido consensual, a escolha de Adolfo Suárez, o facto é que esta permitiria abrir caminho para a reforma política conducente à democracia, nomeadamente a

²³⁷ Importa referir que Arias Navarro exerceu de 1957 a 1965 o cargo de Diretor Geral de Segurança. Para uma visão global do percurso político de Arias Navarro ver: Cierva, 1996.

²³⁸ O momento mais marcante ficaria conhecido como “Los sucesos de Vitoria”, greve geral decorrida na cidade basca de Vitoria e que culminou com uma forte repressão policial aos trabalhadores reunidos na Igreja de São Francisco de Assis, a 03 de março de 1976, causando a morte a cinco trabalhadores.

marcação das primeiras eleições parlamentares, a 15 de junho de 1977. O debate em torno da figura de Adolfo Suárez prendia-se com o facto de este ter obtido formação no seio do Movimento Nacionalista e desempenhado alguns cargos políticos no regime de Franco, o que desagradava aos partidos de esquerda; no entanto, enfrentava igualmente dificuldades em se impor no seio das cortes franquistas, devido ao seu carácter mais reformador. A plena afirmação de Suárez no plano político surge apenas com a convocação de eleições gerais, sendo que o Presidente do governo apresentou-se ao eleitorado como líder da União de Centro Democrático (UCD), coligação que agregava diversos partidos e movimentos de centro-direita²³⁹ (Morán, 2009).

Apresentaram-se a votos 82 candidaturas, número que esteve na base de uma elevada fragmentação partidária, com 12 candidaturas a alcançar a representação parlamentar no Congresso de Deputados. A vitória da UCD foi alcançada com 34,44%, obrigando Adolfo Suárez a negociar apoios partidários para a obtenção de uma maioria que aprovasse o seu governo no parlamento²⁴⁰. As cortes constituintes resultantes dessas eleições viriam a elaborar a Constituição de 1978, tendo o documento sido posteriormente aprovado em referendo com os votos favoráveis de 88,54% dos votantes.

O papel moderador do Rei Juan Carlos foi decisivo para o estabelecimento de um caminho estável no exercício do poder político, sendo esta uma diferença marcante em relação ao caso português. O caminho seguido visava implementar a democracia através de um processo interno, gradual, e não automaticamente imposto. De facto, se compararmos apenas os primeiros cinco anos após a implementação da democracia nos dois países, Portugal (1974-1979) registou a tomada de posse de seis governos provisórios e quatro governos constitucionais, enquanto que em Espanha, após a morte do General Franco (em 1975), foram empossados nos primeiros cinco anos apenas três governos.

Adolfo Suárez viria a vencer igualmente as eleições gerais de 1979, correspondendo a UDC a um partido único (e não à coligação anteriormente formada), tendo permanecido na

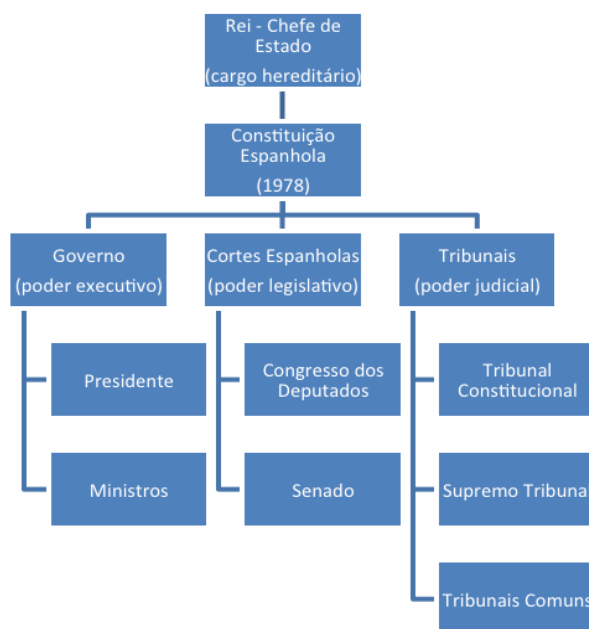
²³⁹ A coligação era composta pelo Partido Democrata Cristão; o Partido Popular; o Partido Social Democrata Independente; o Partido Social Liberal da Andaluzia; o Partido Social Democrata de Espanha; o Partido Progressista Liberal; o Partido Liberal; o Partido Galego Independente; o Partido Democrata Popular; a Federação de Partidos Democratas e Liberais; a Federação Social Democrata; a União Canária; a União Democrática de Múrcia e a Ação Regional da Extremadura.

²⁴⁰ Resultados eleitorais disponíveis em: <http://www.infoelectoral.mir.es/min/busquedaAvanzadaAction.html>. Nestas eleições Filipe González era líder do Partido Socialista Operário Espanhol, alcançando 29,32% dos votos, correspondente a 118 deputados.

Presidência do Governo espanhol até 1981 (o próprio partido viria a dissolver-se em 1983). Depreende-se, pela análise deste período, que o Rei Juan Carlos e Adolfo Suárez foram as figuras determinantes no período de transição democrática em Espanha, estabelecendo as bases de afirmação do sistema político espanhol. Com efeito, a aprovação da Constituição permitiria automaticamente verificar, no seu artigo 1º, a caracterização do Estado Espanhol como “um Estado social e democrático de direito, que propugna como valores superiores do seu ordenamento jurídico a liberdade, a justiça, a igualdade e o pluralismo político”, sendo que no ponto terceiro estabelece que “a forma política do Estado espanhol é a Monarquia parlamentar” (Constitución Española, 2008).

Na figura 3.3. podemos observar com maior exatidão o estipulado na Constituição Espanhola no que diz respeito à separação de poderes e à orgânica do funcionamento do Estado, mais concretamente o relacionamento institucional entre os diversos órgãos de soberania.

Figura 3.3. Sistema Político Espanhol



Nota: esquema elaborado pelo autor.

Importa referir, nesta conjuntura, que o papel do Rei é essencialmente garantir a unidade do povo espanhol, representar o país nas relações internacionais e arbitrar / moderar o funcionamento dos demais órgãos de soberania²⁴¹. É da responsabilidade do Rei propor o Presidente do governo, sendo este sujeito à votação das Cortes. O sistema político espanhol assume-se como bicameral (Congresso de Deputados e Senado), tendo cada Câmara uma natureza e funções distintas. O Congresso de Deputados corresponde à “câmara baixa”, sendo composto atualmente por 350 deputados²⁴², enquanto que o Senado corresponde à “câmara alta”, sendo composto por 256 senadores, 208 eleitos diretamente e 48 através das Assembleias das Comunidades Autónomas (eleitos indiretamente)²⁴³.

O regime de eleição do Congresso de Deputados permite afirmar que a “câmara baixa” é o verdadeiro epicentro da atividade política, uma vez que emana totalmente da representação popular, sendo palco dos principais debates políticos e votações. Por sua vez, o facto da Constituição salvaguardar um conjunto de atribuições ao Congresso de Deputados, sem a necessária intervenção do Senado fortalece esta perspetiva, como por exemplo a exclusiva responsabilidade de atribuir e retirar a confiança política no governo (artigos 99º e 101º da CE). Neste seguimento, as Cortes (Congresso de Deputados e Senado) dispõem de um conjunto de competências legislativas, financeiras, de fiscalização da atividade governamental e eletivas.

Como podemos constatar pela figura acima reproduzida, o poder executivo é exercido pelo governo, cuja legitimidade deriva da confirmação da sua investidura pelas Cortes, sendo composto pelo Presidente, Vice-presidente (opcional) e pelos respetivos ministros (art. 98º da CE), vigorando o princípio da responsabilidade solidária do governo perante as Cortes e o Rei (princípio que estabelece um forte pendor de comunicação política entre os órgãos de soberania, no respeito das respetivas funções, mas na aplicação de um elevado grau de

²⁴¹ Considerando o disposto no art. 62º da Constituição Espanhola destacamos um conjunto de funções da competência do monarca: sancionar e promulgar as leis; convocar e dissolver as cortes e convocar as eleições, no respeito dos prazos determinados pela Constituição; convocar os referendos nos casos previstos na Constituição; propor o candidato a Presidente do governo e, em caso de aceitação, nomeá-lo; nomear os membros do governo por proposta do Presidente indigitado; expedir os decretos emanados do Conselho de Ministros; ser informado dos assuntos de Estado e presidir, em caso disso, ao Conselho de Ministro por solicitação do Presidente do governo e chefiar as Forças Armadas.

²⁴² O Congresso de Deputados poderá ser composto por um mínimo de 300 a 400 deputados, tendo o número de 350 representantes sido estabelecido na Lei Orgânica do Regime Eleitoral Geral, aprovada em 1985. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/1985/06/20/pdfs/A19110-19134.pdf>.

²⁴³ Conforme veremos o número de senadores poderá variar em função do número total da população.

confiança e partilha de informação correspondente ao exercício do programa de governo. O executivo detém a responsabilidade de dirigir a política nacional, mas no respeito do debate parlamentar e em estreita comunicação com o chefe de Estado. No entanto, convém referir que para além dos poderes executivos, são igualmente atribuídos alguns poderes legislativos (elaboração e apresentação de projetos de lei, exercício da atividade legislativa delegada, bem como a emissão de Decretos-Leis com carácter de urgência)²⁴⁴.

O estabelecimento destas regras e a relativa estabilidade dos primeiros governos constitucionais não impediram a necessidade de se proceder a algumas alterações de fundo ao nível da condução política do governo, tendo Adolfo Suárez sido substituído na presidência do governo em fevereiro de 1981, dois anos após ter sido eleito, face às fortes críticas na condução da política económica e social (Morán, 2009). Leopoldo Calvo-Sotelo, membro da UCD, viria a assumir a chefia do governo, tendo o início das suas funções sido marcado por uma tentativa de golpe militar protagonizada a 23 de fevereiro de 1981, que não viria a surtir efeito.

Refira-se que Leopoldo Calvo-Sotelo foi o nome indicado pelo partido maioritário para formar governo, tendo o Rei Juan Carlos dando-lhe posse de modo a cumprir o mandato alcançado pela UCD em 1979. Durante estes dois anos, a maior preocupação era garantir a unidade do Estado, sendo que, seguindo a perspetiva de Sani *et al.* (1981), verificamos que as três principais divisões históricas da sociedade emergiram no debate político, com a questão das autonomias e dos poderes regionais a merecer um olhar atento dos atores políticos. De facto, Miguel Aparicio (1989: 137-138) refere, precisamente, o articulado constitucional que garante a “indissolúvel unidade da nação espanhola” em simultâneo com o “reconhecimento e garantia pela Constituição do direito à autonomia das nacionalidades e regiões que integram a nação”.

Temos, por isso, que a “estrutura vertical do Estado Espanhol assenta, pois, no reconhecimento da autonomia política das Regiões, o que pressupõe a existência, em cada Comunidade, de órgãos constitucionais com competência legislativa própria e independente”

²⁴⁴ Disposições previstas nos artigos 82º, 86º e 87º da Constituição Espanhola.

(Fernandes, 1991: 106), tendo sido criadas 17 comunidades autónomas e registadas duas cidades com regime de autonomia²⁴⁵.

A esta questão regional acrescem ainda as divisões relativas à classe social e à religião, havendo quem defendesse uma correlação direta entre estas divisões e as preferências político-partidárias (Sani *et al.*, 1981), nomeadamente entre as classes mais altas e os católicos e o voto tradicionalmente na direita. Associada a esta questão levanta-se a temática da identidade nacional, com o surgimento de diversos movimentos nacionalistas a reivindicarem a independência das suas regiões. Esta afirmação advém das diferenças étnicas, linguísticas, religiosas e culturais perceptíveis nos diversos movimentos nacionalistas em Espanha. Ou seja, a unidade do Estado Espanhol convive com a sistemática questão da sua divisão, sendo os casos mais emblemáticos a luta pela independência do País Basco e da Catalunha²⁴⁶.

Temos presente que o movimento independentista é influenciado por outros fatores, tais como a questão económica e o bem-estar social, pelo que em regiões mais desenvolvidas ou penalizadas por políticas centralistas, tendem a emergir movimentos opostos à unidade do Estado Espanhol. A emergência dos valores pós-materialistas (Coelho, 1988) permitiu atenuar as tradicionais clivagens sociais, nomeadamente ao nível da anterior afirmação partidária associada à dicotomia do eixo catolicismo / anticatolicismo, sendo que o centro da divisão

²⁴⁵ As comunidades autónomas correspondem à Andaluzia; Aragão; Astúrias; Baleares; País Basco; Ilhas Canárias; Cantábria; Catalunha; Castela-la-Mancha; Castela e Leão; Estremadura; Galiza; La Rioja; Comunidade de Madrid; Múrcia; Comunidade Foral de Navarra e Comunidade Valenciana, sendo que as cidades autónomas são Ceuta e Melilla.

²⁴⁶ Embora o objetivo final seja o mesmo – a luta pela independência – regista-se que o caminho adotado pelos movimentos tem sido diferente, com a luta basca muito alicerçada ou conotada à ação do movimento “Pátria Basca e Liberdade” (Euskadi Ta Askatasuna – ETA), enquanto que o movimento independentista catalão tem alicerçado o seu combate político utilizando as “regras do jogo”, procurando a realização de um referendo que permita aos catalães optar pela via da independência. Refira-se que a 14 de janeiro de 2014 o parlamento da Catalunha aprovou uma resolução em que solicitava ao Congresso de Deputados a autorização para a realização, por parte da Comunidade Autónoma da Catalunha, de um referendo a 09 de novembro de 2014 com vista à decisão sobre o futuro político da região. A proposta foi aprovada por 88 dos 131 deputados presentes, tendo votado favoravelmente a Convergência e União (CIU, no poder); a Esquerda Republicana da Catalunha (ERC); a Iniciativa pela Catalunha Verde (ICV-EUiA); o Movimento Solidariedade, Democracia e Catalunha e um deputado socialista, enquanto que o Partido Popular Catalão e o “Movimento Cidadãos” votaram contra, tendo 25 deputados socialistas se absterido. O texto da resolução encontra-se disponível em: http://www.parlament.cat/actualitat/Resolucio479_10_ca.pdf.

resulta das preferências ideológicas, embora num tom moderado e assente na aceitação das instituições políticas e da soberania do Monarca (*idem*)²⁴⁷.

Após as eleições parlamentares de 1982, o panorama político espanhol viria a sofrer uma considerável mudança, com a maioria absoluta conquistada pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), liderado por Felipe González. A confortável vitória, e o facto de ser a primeira vez que um partido de esquerda liderava o governo espanhol desde 1939 (governo liderado pelo republicano Juan Negrín Lopes), atribuiu-lhe grandes responsabilidades e gerou uma enorme expectativa ao nível das perspetivas de desenvolvimento económico e social (*idem*). A ascensão de Felipe González foi progressiva, uma vez que o PSOE já havia obtido mais de 30% nas eleições de 1979, tendo alcançado 48,03% dos votos nas eleições de outubro de 1982. Para este resultado contribuiu, igualmente, a indefinição no espectro partidário à direita, com a Aliança Popular, liderada por Manuel Fraga Iribarne, a assumir o papel de principal partido da oposição, embora fosse na realidade uma coligação de sete formações partidárias, com algumas ligações ao período franquista²⁴⁸.

O início da governação socialista colocava algumas questões quanto ao relacionamento a ser estabelecido entre o Presidente do governo, assumidamente republicano e o Rei Juan Carlos, chefe de Estado. De um modo implícito, o PSOE aceitou a monarquia, exigindo apenas a total clarificação quanto às funções reais e ao funcionamento do sistema político, de modo a dar primazia ao governo na condução da vida política do país. Ainda antes de tomar posse como Presidente do governo, Felipe González viria a afirmar que “a designação de um primeiro-ministro socialista consolidaria sem dúvida a instituição monárquica” (Vespa *cit.* por Coelho, 1988: 620), o que viria a acontecer em 1982. A convivência alcançada permitiu assim um longo período (cerca de 13 anos e seis meses) de liderança de Felipe González, sendo que repetiu a maioria absoluta nas eleições gerais de 1986, tendo obtido maiorias relativas em 1989 e 1993, efetuando um acordo de governação com a Convergência e União (CIU)²⁴⁹.

²⁴⁷ Para um aprofundamento desta questão e da volatilidade do eleitorado espanhol ver: Esteban e Guerra, 1979; Miguel, 1981 e Montero, 1986.

²⁴⁸ Manuel Fraga Iribarne viria a liderar o governo regional da Galiza entre 1990 e 2005, tendo liderado o Partido Popular (sucessor da Aliança Popular entre 1989 e 1990).

²⁴⁹ Refira-se que Felipe González apresentou-se igualmente às eleições de 1996, procurando a quinta vitória eleitoral, tendo sido derrotado pelo Partido Popular, liderado por José Maria Aznar.

Tal facto, não impediu o ex-líder socialista de recusar a proposta de atribuição de um título nobiliárquico, tal como tinha sucedido aos seus antecessores, Adolfo Suárez e Leopoldo Calvo-Sotelo, face à defesa do seu papel no seio do partido socialista e da luta operária republicana, considerando que este percurso não era consequente com qualquer título nobiliárquico. Durante este período, observa-se a emergência do Partido Popular como principal partido da oposição, resultado da refundação da Aliança Popular, tendo Manuel Fraga Iribarne sido o seu primeiro líder.

O cenário de convivência pacífica baseou-se no respeito integral pelas funções adstritas a cada órgão de soberania, tendo este período sido vital para a afirmação da democracia espanhola no contexto da integração do país na Comunidade Económica Europeia em 1986 (em simultâneo com Portugal). A afirmação da supremacia política do governo sobre as Cortes, permite encarar o próprio sistema como próximo do “sistema parlamentar de gabinete”, vigente no Reino Unido, embora ao nível do sistema partidário se verifique uma maior instabilidade, com a formação e dissolução de vários partidos ao longo das décadas de 1970/80 e 1990 do século passado. De facto, o multipartidarismo inicial poderia pressupor uma elevada dificuldade na formação de executivos, mas a expressividade das vitórias eleitorais de Felipe González, bem como as características únicas do sistema de partidos espanhol, ajudam a explicar a estabilidade alcançada.

A evolução do sistema de partidos leva-nos a equacionar a existência de um sistema multipartidário, mas antes de um sistema de partido dominante ou de um bipartidarismo imperfeito, tendo em consideração que, desde as eleições de 1993, os dois maiores partidos (PSOE e PP) juntos conquistam sempre mais de 70% dos votos, tendo registado inclusivamente mais de 80% dos votos nas eleições gerais de 2004 e de 2008. Esta constatação encontra, no entanto, um obstáculo relativo à dimensão de determinados partidos regionais, ou seja, a existência de uma forte componente autonómica faz com que vários partidos, sem expressão política a nível nacional, detenham um considerável apoio popular ao nível das eleições locais, bloqueando qualquer domínio dos dois maiores partidos espanhóis.²⁵⁰

²⁵⁰ Esta situação poderá ser perceptível na realidade portuguesa ao nível das eleições para a Assembleia Legislativa da Madeira, com a presença de diversos partidos com assento parlamentar neste órgão, mas que não dispõem de um peso eleitoral considerável a nível nacional. Nas eleições regionais de 2011 destacam-se os

A alternância política entre o PSOE e o PP iniciou-se em 1996, com a vitória eleitoral de José Maria Aznar, dando início a duas legislaturas (1996-2000 e 2000-2004) de maioria do Partido Popular. Embora sem maioria absoluta no primeiro mandato, o Partido Popular conseguiu o apoio da Convergência e União (CIU), do Partido Nacional Vasco (PNV) e da Coligação Canária (CC) para a aprovação de José Maria Aznar como Presidente do governo no Congresso dos Deputados.

Durante este período, a Espanha viveu a época de maior crescimento económico desde a instauração da democracia, com uma taxa de crescimento anual de 3,5% do Produto Interno Bruto, permitindo um real processo de convergência com o nível de crescimento da União Europeia (Martínez Rico, 2005)²⁵¹. Este crescimento foi possível devido a um considerável aumento do número da população ativa (em simultâneo com a redução da taxa de desemprego), vindo esta abordagem ao encontro da necessidade de incluirmos, numa fase posterior, a influência dos dados macroeconómicos no nível da participação eleitoral, tanto no caso português como no espanhol²⁵².

As maiores dificuldades ao nível do exercício da atividade política no governo de Aznar foram sentidas no combate ao terrorismo, não apenas como foco nas divisões internas, mas internacional, face aos atentados na Estação de Comboios da Atocha em 2003 e à associação da Espanha à guerra no Iraque e no Afeganistão, com a presença de José Maria Aznar na Cimeira dos Açores, nesse mesmo ano²⁵³.

Durante o seu segundo mandato Aznar indicou como seu sucessor na liderança do Partido Popular, Mariano Rajoy; no entanto, o partido viria a perder as eleições gerais de 2004

mandatos obtidos pelo Partido Trabalhista Português, o Partido Nova Democracia, o Partido dos Animais e da Natureza e o Movimento Partido da Terra nas eleições regionais.

²⁵¹ Para uma visão global sobre o período económico vivido ver: Martínez Rico, 2005; Fundación BBVA-Ivie, 2010 e IESE, 2011.

²⁵² Martínez Rico (2005: 13-14) afirma que o programa económico do Partido Popular seguia as teorias antikeynesianas, baseando-se em três instrumentos, a saber: a política fiscal é o único instrumento da política macroeconómica à disposição do Estado, uma vez que a política monetária é regulada pelo Banco Central Europeu. O objetivo é a criação de um orçamento equilibrado que funcionasse simultaneamente como um elemento de contraciclo económico e base de uma reforma económica estrutural. O segundo instrumento prende-se com as reformas fiscais e de política microeconómica servirem de estímulo da oferta agregada, ou seja, a adoção de políticas de incentivo à poupança, ao investimento, ao trabalho e a um maior equilíbrio entre a eficiência e a equidade. O terceiro instrumento utilizado foi a reforma estrutural no setor dos mercados de bens e serviços, em simultâneo com a reorganização do setor empresarial público, o que permitiu um combate efetivo à inflação e a promoção de uma economia concorrencial mais direta.

²⁵³ Cimeira realizada na Base das Lages nos Açores e que contou ainda com a presença do Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, o Primeiro-ministro britânico, Tony Blair, o Primeiro-ministro português, Durão Barroso, à data.

para o PSOE, liderado por Rodríguez Zapatero. Os dois mandatos alcançados foram cumpridos sem maioria absoluta, o que “obrigou” a acordos de incidência parlamentar com diversos partidos autonómicos, nomeadamente a Convergência e União da Catalunha. A sólida maioria viria apenas a ser afetada com a discussão em torno do Estatuto de Autonomia da Catalunha, o que provocou algumas cisões e dúvidas sobre a posição de voto da CIU nos orçamentos de Estado de 2010 e 2011 (Zapatero, 2013 e Nogualez, 2013).

Pese embora este episódio, tal não impediu uma governação estável, só abalada no final do segundo mandato pela crise económica que assolou a Europa, e que provocou a convocação de eleições gerais antecipadas em novembro de 2011²⁵⁴. Este movimento foi generalizado, com a crise económica a afetar a credibilidade e capacidade de ação de governos em toda a Europa, responsável pela alteração das lideranças em vários países, como Portugal, Grécia, Itália ou Irlanda²⁵⁵.

A subida ao poder de Mariano Rajoy, líder do Partido Popular desde 2003, concretizou-se nas eleições gerais de 2011, tendo obtido uma confortável maioria absoluta (186 deputados num total de 350 parlamentares). Tal como havia sucedido com os seus antecessores, Adolfo Suárez, Leopoldo Calvo-Sotelo e José Maria Aznar, Mariano Rajoy “jurou” perante a Constituição e a Bíblia a fidelidade ao cargo, enquanto que os presidentes dos governos socialistas, Felipe González e Rodríguez Zapatero, utilizaram a expressão “prometer”, numa clara distinção face à divisão entre a perspetiva monárquica e católica e a perspetiva republicana e laica.

A este respeito importa mencionar outra característica própria do funcionamento do sistema político espanhol, uma vez que a subida ao poder de Mariano Rajoy foi conseguida depois de ter perdido duas eleições legislativas para Rodríguez Zapatero (em 2004 e 2008), tendo estado como líder da oposição oito anos até alcançar a presidência do governo. Em nenhum período da democracia portuguesa este cenário foi possível, com uma considerável

²⁵⁴ No entanto, convém referir que este não se tratou de um tradicional processo de queda do governo, uma vez que as eleições gerais estavam previamente agendadas para março de 2012, ou seja, tratou-se de uma antecipação do calendário eleitoral, tendo esta opção sido justificada por Rodríguez Zapatero com a necessidade de formação de um novo governo para fazer face à crise económica, nomeadamente o aumento da taxa de abstenção. O discurso com o anúncio da decisão pode ser consultado em: http://politica.elpais.com/politica/2011/07/29/actualidad/1311929850_613039.html (consultado a 27 de fevereiro de 2013).

²⁵⁵ Verificaram-se eleições legislativas antecipadas em Portugal, na Espanha e na Irlanda em 2011 e na Grécia em 2012, tendo sido possível observar a derrota dos partidos que estavam no poder em todos estes países.

mudança das lideranças dos dois maiores partidos após cada desaire eleitoral — tanto de partidos no governo como dos partidos na oposição — (uso massivo do voto “punitivo”). Ou seja, o pressuposto da estabilidade e da clara distinção entre as funções adstritas a cada órgão de soberania permitiu a afirmação do poder executivo na posse do Presidente do governo e de um papel de representação protocolar ao Chefe de Estado.

3.4.1. O sistema eleitoral espanhol

Como referimos, o sistema político espanhol caracteriza-se por ser uma “Monarquia parlamentar”, sendo que o Chefe de Estado (Monarca) não é eleito, resultando a sua legitimidade por via da sucessão hereditária. No entanto, a soberania nacional reside no povo espanhol (art. 1º da CE), que escolhe os seus representantes através de eleições livres e regulares, tanto para a eleição do Congresso de Deputados e do Senado (Cortes), como para o Parlamento Europeu e os órgãos das respetivas comunidades autónomas. Nesse sentido, possuem capacidade eleitoral ativa todos os cidadãos nacionais com mais de 18 anos inscritos nos cadernos eleitorais, sendo essa inscrição obrigatória (art. 32º, n.º 1 da Lei Eleitoral).

De um modo global, considerando as opções legislativas adotadas, podemos afirmar que o sistema eleitoral foi elaborado com vista a facilitar a governabilidade entre os dois maiores partidos (PSOE e PP), alicerçados, caso fosse necessário, no apoio de alguns partidos regionalistas / nacionalistas. Embora seja um sistema eleitoral proporcional, utilizando o método da fórmula mais alta de Hondt na conversão de votos em mandatos, constata-se que tende a favorecer a formação de maiorias parlamentares, em virtude da elevada assimetria territorial, baseada numa sub-representação do voto urbano (Gomez e Curral, 2009)²⁵⁶.

Estando os trabalhos parlamentares centrados no Congresso dos Deputados, importa referir que o mesmo é composto por 350 membros, sendo eleitos por 52 circunscrições eleitorais (correspondentes às províncias espanholas). Cada província elege um mínimo de dois deputados (para garantir a efetividade da fórmula proporcional), com exceção das

²⁵⁶ Tal situação deriva do facto da maioria das circunscrições territoriais serem de pequena dimensão, exigindo um limiar mínimo de 3% dos votos para a lista ser considerada na distribuição de mandatos, ou seja, uma cláusula barreira formal.

cidades autónomas de Ceuta e Melilla que elegem apenas um deputado²⁵⁷. Deste modo, os restantes 348 deputados são distribuídos de forma proporcional de acordo com a população de cada província, o que faz com que as províncias de Madrid e de Barcelona elejam um maior número de deputados, à semelhança do que acontece com os círculos eleitorais de Lisboa e Porto em Portugal²⁵⁸.

A existência de uma cláusula barreira formal incluída na fórmula de conversão dos votos em mandatos (fixada em 3% dos votos) tem gerado alguma desproporcionalidade do sistema eleitoral (sem contar os efeitos gerados pela cláusula barreira informal, que sempre se impõem em qualquer sistema eleitoral), sendo que alguns autores falam da necessidade de se adaptar o sistema à nova realidade espanhola, ou seja, a uma democracia já consolidada. Josep Reniu (2012) aborda precisamente o facto do sistema eleitoral ter sido desenhado para proporcionar governos fortes / sólidos, num período de alguma debilidade da democracia espanhola. Ou seja, os fatores contextuais e históricos foram determinantes para esta opção, sendo importante seguir os estudos que visam apresentar soluções para a reforma do sistema eleitoral e que promovam uma maior participação dos cidadãos.

Numa análise aos resultados eleitorais, o autor constata que os pequenos partidos, obtendo uma percentagem de votos considerável a nível nacional, acabam por não alcançar a devida representação face à distribuição de mandatos pelas circunscrições territoriais e face à cláusula barreira formal e efetivamente existente. Este processo permite, por exemplo, que partidos com uma menor força eleitoral a nível nacional obtenham um maior número de lugares no Congresso, em virtude da concentração dos seus votos em determinadas circunscrições (partidos nacionalistas / regionalistas)²⁵⁹.

A desproporcionalidade do sistema eleitoral espanhol, nomeadamente o processo de conversão dos votos em mandatos, afeta necessariamente o princípio da representação, sendo que a forma como a lei está elaborada, atribuindo dois lugares automaticamente a cada

²⁵⁷ Nestes casos o sistema eleitoral adotado é maioritário, uma vez que é eleito o candidato que tiver obtido o maior número de votos.

²⁵⁸ As regras eleitorais estão dispostas na Lei Orgânica n.º 5/1985, de 19 de junho, do Regime Eleitoral Geral, acessível em: <https://www.boe.es/boe/dias/1985/06/20/pdfs/A19110-19134.pdf>.

²⁵⁹ Recorrendo às eleições parlamentares de 2011 verifica-se, por exemplo que o Bloco Nacionalista Galego elegeu dois deputados com 184037 votos, enquanto que o Partido Ecologista EQUO, com 216748 votos não elegeu qualquer representante. Resultados eleitorais disponíveis em: <http://www.infoelectoral.mir.es/min/busquedaAvanzadaAction.html?vuelta=1&codTipoEleccion=2&codPeriodo=201111&codEstado=99&codComunidad=0&codProvincia=0&codMunicipio=0&codDistrito=0&codSeccion=0&codMesa=0>.

província, proporciona que províncias menos povoadas estejam sobrerrepresentadas no contexto nacional. De facto, se atendermos ao número de deputados eleitos por cada circunscrição, verificamos que em 42 das 52 circunscrições se elege nove ou menos deputados, o que dificulta o acesso de terceiros partidos à distribuição de representação parlamentar, favorecendo o domínio do PSOE e do PP²⁶⁰.

Estamos cientes da impossibilidade teórica e fática da afirmação da democracia direta, pelo que o modelo da democracia indireta ou de representação proporcional permite que os eleitores deleguem as funções de soberania e de condução política do país e respetivas regiões autónomas nos seus representantes, mas há que observar também que a estagnação ao nível das reformas dos sistemas eleitorais favorece o imobilismo dos cidadãos, provocando um maior desinteresse face à coisa pública²⁶¹.

De sublinhar que a lei eleitoral espanhola abrange os seguintes processos eleitorais: a eleição dos deputados e senadores (Cortes eleitas para mandatos de quatro anos), a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu (mandato de cinco anos), as eleições dos membros das corporações locais e as eleições para as assembleias das comunidades autónomas (mandato de quatro anos), sendo que em todos estes processos as eleições decorrem por sufrágio universal, livre, igual, direto e secreto.

No que diz respeito às eleições para o Senado (câmara alta das Cortes), observa-se o mesmo princípio da divisão territorial por províncias, sendo eleitos quatro senadores por cada província, adicionando-se posteriormente um senador designado por cada Comunidade Autónoma e outro senador por cada milhão de habitantes em cada território. Ou seja, neste caso observa-se a eleição direta e indireta dos membros do Senado, tendo como principais funções assegurar a integração territorial, legislativa e política, sendo que a apresentação das candidaturas é feita a título individual, ou seja, favorecendo uma maior personalização da política. No entanto, este processo acaba por não obter a relevância devida face à centralização das discussões políticas no Congresso dos Deputados²⁶².

²⁶⁰ Esta situação influencia naturalmente o discurso político, com o apelo ao “voto útil” a ser adotado como forma de valorizar o voto de cada cidadão, na quase impossibilidade de um voto num pequeno partido produzir efeitos na distribuição de mandatos.

²⁶¹ Sobre as principais reformas eleitorais concretizadas no final do século XX ver: Sampaio, 2009.

²⁶² A título indicativo refira-se que as eleições para o Parlamento Europeu decorrem num círculo nacional único, sendo utilizado método da fórmula mais alta de Hondt na conversão de votos em mandatos.

Esta disposição do sistema eleitoral é, por conseguinte, determinante para a caracterização do sistema de partidos, sendo este “caracterizado, desde a restauração da democracia, como um sistema pluripartidário atomizado, de partido dominante, integrado de subsistemas regionais” (Fernandes, 1991: 135). O rumo histórico seguido permite constatar a criação de diversos partidos políticos, bem como a reformulação ou refundação dos existentes, em cenários de coligações pré e pós-eleitorais; fator, este, associado à necessidade de ultrapassar a cláusula barreira formal de 3% nas eleições gerais e de 5% nas eleições locais.

Quando se aborda a questão da reforma eleitoral o problema central gira em torno da temática da proximidade entre eleitos e eleitores, da questão da governabilidade e da busca de uma representação mais real das diferentes suscetibilidades existentes na sociedade. Nesse sentido, as possíveis opções são a adoção de um sistema maioritário, garante de executivos mais fortes, permitindo uma identificação mais objetiva do representante de determinada circunscrição territorial, uma vez que a opção seria por círculos uninominais²⁶³. A outra opção seria adotar uma via mais proporcional, escolhendo um círculo nacional único e sem qualquer cláusula barreira, o que permitiria um maior grau de proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, embora pudesse causar uma elevada fragmentação partidária no parlamento.

Sendo certo que já constatamos que não existem sistemas eleitorais ideais (Nohlen, 2007), uma vez que o contexto histórico, social, cultural, político e económico influencia as opções do Legislador, importa compreender *como* e *o que* fazer para conseguir níveis de participação mais elevados e índices de maior satisfação com o funcionamento do sistema político, reforçando o mais possível a legitimidade do próprio regime democrático.

3.4.2. As relações interinstitucionais

O facto de não existir consideráveis conflitos institucionais e o discurso político se centrar na ação do governo, e não nas opções do chefe de Estado, limitado pelos poderes constitucionais, assume maior relevo em cenários de crise económica. De facto, a opção

²⁶³ Qualquer opção acarreta inegáveis vantagens e desvantagens, uma vez que o sistema maioritário tende para o bipartidarismo, deixando de fora da representação política vários setores da sociedade. Sobre as consequências das reformas eleitorais e influência dos fatores institucionais associados ao sistema político e eleitoral ver: Gallagher e Mitchell, 2008; Freire, Martins e Moreira, 2008; Sampaio, 2009; Costa, 2010 e Renwick, 2011.

seguida pelos partidos políticos espanhóis e, caucionada pelo Rei Juan Carlos, permitiu alcançar uma considerável estabilidade na formação e desempenho de governos, mesmo em cenários de recessão económica ou em situações em que o partido vencedor não logrou obter a maioria absoluta dos deputados no Congresso. Este fator é determinante na análise do sistema político espanhol e no sistemático cumprimento dos mandatos eleitorais.

A evolução do sistema político espanhol permitiu constatar a existência de uma tendência não presente no sistema político português, ou seja, a estabilidade ao nível do cumprimento dos mandatos eleitorais. De facto, se considerarmos todo o período das respetivas democracias, em Portugal apenas quatro governos, de um total de 18, cumpriram os quatro anos de mandato²⁶⁴, sendo que em Espanha apenas quatro governos, após as primeiras eleições parlamentares de 1977, viram o seu mandato interrompido²⁶⁵. Este percurso é igualmente perceptível no número de políticos que lideraram o poder executivo em cada país, com Portugal a registar 13 diferentes Primeiros-ministros, desde 1976, e Espanha apenas 6 Presidentes do Governo.

Se considerarmos esta premissa como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento económico e social, poderemos encontrar algumas explicações para as variações ao nível do desenvolvimento económico e social entre os dois países, sendo certo que “a sociedade espanhola está geográfica e historicamente regionalizada, socialmente estratificada e ideologicamente diversificada” (Fernandes, 1991: 134), o que permitiu, face à maior dimensão do país, estratégias e políticas de desenvolvimento autónomas e diferenciadas face ao contexto geográfico e cultural de cada região.

Importa esclarecer que a necessidade de abordarmos aqui a questão das relações interinstitucionais está diretamente relacionada com o processo de classificação de um sistema político. De facto, este é definido de acordo com as relações estabelecidas entre os diversos órgãos de soberania do Estado, nomeadamente os órgãos com capacidade de ação executiva e legislativa. Nesse sentido, importa compreender a ação do Rei Juan Carlos durante o seu reinado, bem como a dinâmica de relações entre o Presidente do Governo, o Congresso de

²⁶⁴ Inclui-se, nesta contagem os governos de Cavaco Silva (1987-1991 e 1991-1995), o primeiro governo de António Guterres (1995-1999) e o primeiro governo de José Sócrates (2005-2009). Atualmente o governo liderado por Passos Coelho cumpre o seu mandato (2011-).

²⁶⁵ Nesta contagem inclui-se o mandato alcançado pela UDC em 1979, dois dos governos de Filipe González (1986-1989 e 1993-1996), embora na primeira vez (1989), tenha alcançado a reeleição nas eleições legislativas antecipadas e o segundo governo de Rodríguez Zapatero.

Deputados e o Senado. No primeiro caso, constata-se que as funções reais estão limitadas a promulgar as leis aprovadas no Congresso de Deputados, a nomear os juizes do Tribunal Constitucional (designados pelas Cortes) e a convocar ou dissolver as Cortes Gerais (esta possibilidade está dependente de proposta efetuada pelo chefe de Governo, que poderá solicitar a dissolução de uma ou das duas câmaras, ou seja, esta prerrogativa não depende da mera avaliação política que o monarca possa efetuar). Neste sentido, o Parlamento é responsável por proclamar o Rei e garantir a ordem de sucessão hierárquica constitucionalmente prevista, embora se possam considerar estes atos como meramente formais.

Num outro patamar institucional, verifica-se que compete ao Rei nomear o Presidente do governo e respetivos ministros, bem como promulgar os decretos-leis aprovados pelo Conselho de Ministros e colaborar com o governo ao nível da política internacional. Por sua vez, a questão das responsabilidades políticas iliba o monarca da gestão executiva, sendo antes da competência do governo referendar os atos do Rei (similar ao processo de referenda no caso português), informar sobre as opções políticas adotadas, convidar o Monarca, se assim o entender, para presidir ao Conselho de Ministros, bem como apresentar-lhe os pedidos para a realização dos referendos consultivos e a dissolução das Cortes Gerais ou de apenas uma das câmaras.

Por sua vez, as relações estabelecidas entre o governo e as Cortes Gerais resultam da prática do parlamentarismo, com a dependência política formal do primeiro face ao Congresso de Deputados, não obstante a superioridade política real do governo, uma vez que de forma discricionária o Presidente pode solicitar, a qualquer altura, a dissolução de uma ou das duas câmaras ao Rei²⁶⁶.

Se é certo que o governo depende do apoio da maioria do Congresso, e que este poderá apresentar uma moção de censura ao executivo, o facto desta moção ter de ser simultaneamente “construtiva”, ou seja, com a obrigação dos partidos que apresentam a

²⁶⁶ A superioridade do governo é igualmente visível no facto da legislação produzida pelo mesmo (projetos lei do governo) terem prioridade face às iniciativas legislativas das câmaras e da necessidade do Congresso de Deputados obter a aprovação do governo para legislar em determinadas matérias, nomeadamente questões que envolvem o aumento da despesa orçamental do Estado ou a diminuição das receitas. Estes princípios e toda a orgânica interinstitucional estão descritos no texto constitucional (Alcubilla e Gonzalez-Trevijano, 2008)

moção de ratificar um novo nome para a presidência do governo, dificulta a sua concretização²⁶⁷.

A estrutura descentralizada do Estado espanhol obriga a um olhar atento no que respeita às relações estabelecidas entre o poder central e as administrações locais, visto estas possuírem um conjunto de poderes próprios e resultarem igualmente da vontade popular. Esta situação gera, por vezes, alguns conflitos de natureza institucional, embora seja da competência das Cortes Gerais aprovar os estatutos das regiões autónomas. Por sua vez os presidentes dos Governos Regionais são nomeados pelo Rei e compete ao governo nacional indicar um delegado junto de cada governo autónomo. A maior influência das comunidades autónomas no círculo de poder nacional reside no facto de cada região nomear um senador, podendo igualmente ter o direito de iniciativa legislativa nacional, de acordo com o art. 87º da Constituição.

Este nível de relacionamento produz, de forma natural, efeitos tanto na perceção do funcionamento do sistema político por parte dos cidadãos, como na ação dos atores políticos, condicionados pelas regras existentes. No entanto, o postulado em ambas as constituições (portuguesa e espanhola) visava, logo após o longo período de ditaduras, assegurar a implementação de um regime democrático e que assegurasse o pleno direito dos cidadãos na escolha dos seus representantes, facto alcançado em ambos os países.

3.5. Uma comparação simplificada

Sendo certo que iremos testar a influência de um conjunto de variáveis do sistema político e eleitoral e indicadores macroeconómicos sobre a participação eleitoral nas eleições legislativas em Portugal e em Espanha (2004-2011), importa efetuar uma breve comparação direta entre o sistema político e eleitoral de cada país.

Neste caso, socorremo-nos do texto constitucional de ambos os países, bem como da prática política levada a cabo desde a década de 1970 do século passado, para analisar os vários elementos que caracterizam o sistema político de cada país. A primeira grande

²⁶⁷ Este cenário tem sido estudado para o caso português, sugerindo-se a obrigatoriedade do partido que apresenta uma moção de censura apresentar uma solução de maioria parlamentar que pudesse caucionar um novo executivo. Sobre este assunto ver: Freire, Martins e Moreira, 2008.

distinção prende-se com o regime político, republicano em Portugal, com o Presidente da República a ser o Chefe de Estado e monárquico em Espanha, sob chefia do Rei. Esta diferença permite constatar que a legitimidade no primeiro caso resulta do processo eleitoral, ou seja, da vontade dos eleitores, enquanto que no segundo caso a legitimidade resulta da tradição político-cultural, estipulando a constituição a via hereditária do cargo.

Neste pressuposto, as funções adstritas a cada órgão são diferentes, nomeadamente ao nível das funções específicas, uma vez que tal como refere António Fernandes (1991: 142) “em ambos os países, os Chefes de Estado, prosseguem objetivos gerais idênticos: garantir a unidade e continuidade do Estado e zelar pelo funcionamento regular das instituições”. As principais diferenças residem na capacidade de intervenção do Chefe de Estado português na vida política, uma vez que possui o direito absoluto de dissolver o Parlamento, sendo que, no caso espanhol, é um poder derivado, cabendo inicialmente ao Presidente do governo propor a dissolução das Cortes ou de apenas uma das câmaras²⁶⁸.

Outra das principais diferenças reside na forma como compete ao Chefe de Estado nomear o Primeiro-ministro, sendo que no caso português essa nomeação é incondicional, ou seja, liberta de qualquer decisão posterior do parlamento (o Primeiro-ministro indigitado apresenta o programa de governo ao parlamento num prazo máximo de dez dias). No caso espanhol a nomeação do Presidente do governo pelo Rei fica pendente de um pleno voto de confiança do Congresso. Se tal não suceder, entra-se num período de impasse, uma vez que o Presidente de governo proposto não inicia funções.

Outra das principais diferenças reside no nível da responsabilidade política dos Chefes de Estado, quase inexistente no caso espanhol, uma vez que todos os atos praticados pelo mesmo são referendados pelo Presidente do governo, pelos ministros ou pelo Presidente do Congresso de Deputados, não estando o Rei sujeito ao voto popular. No caso português, para além do sufrágio popular (desde 1976 que todos os Presidentes da República se apresentaram a votos após o fim do primeiro mandato, sendo reeleitos), o Presidente da República assume a responsabilidade política pelos seus atos, o que faz com que possamos afirmar que o Chefe de

²⁶⁸ A única exceção encontra-se prevista no art. 99º da C.E., prevendo que o Monarca possa dissolver as duas câmaras caso nos dois meses subsequentes às eleições gerais o candidato a Presidente do governo não tenha obtido o voto favorável do Congresso.

Estado português possui, no quadro constitucional, mais poderes que o seu congénere espanhol²⁶⁹.

Este conjunto de funções e a teia de relações interinstitucionais referida permite constatar que o sistema de governo espanhol é parlamentar, enquanto que no caso português, em virtude dos poderes do Presidente da República serem significativos, o sistema assume-se como semipresidencial ou semiparlamentar, de acordo com as condicionantes sistémicas existentes. No que diz respeito à estrutura e orgânica do parlamento, o sistema português assume-se como unicameral (Assembleia da República), enquanto que o sistema espanhol apresenta-se como bicameral, dividido entre o Congresso e o Senado. Se em relação à eleição do parlamento português e do congresso espanhol o sistema é semelhante (sufrágio universal, secreto, direto, com base na representação proporcional através da utilização da método da fórmula mais alta de Hondt na conversão de votos em mandatos), no que diz respeito ao Senado a eleição processa-se de forma distinta, através de um modelo misto (eleição direta e indireta), de modo a assegurar a representatividade territorial de todas as províncias (quatro senadores eleitos em cada província, independentemente de outros critérios e através do voto das respetivas assembleias parlamentares regionais (nomeiam um senador cada).

No que diz respeito à ação do governo, constata-se uma maior capacidade de ação no caso espanhol, uma vez que os projetos de lei do governo têm prioridade sobre a iniciativa parlamentar, tendo ainda a capacidade de emitir decretos-leis com carácter de urgência (alvos de ratificação ou rejeição pelo Congresso no prazo de um mês após a sua promulgação). No caso espanhol, o Presidente do governo tem a faculdade de pedir a dissolução das Cortes, estando o Primeiro-ministro português “obrigado” a apresentar a demissão ou apresentar uma moção de confiança na Assembleia da República para desencadear um processo similar, embora a decisão final sobre a dissolução seja da competência do Presidente da República.

O quadro abaixo permite, precisamente, compreender a interligação entre os diversos indicadores do sistema político, sendo que a sede efetiva do poder é um dos elementos centrais para compreender a predominância do sistema de governo. Neste sentido, alguns autores efetuam a distinção entre a “sede efetiva do poder” e a “sede aparente do poder”, sendo a primeira resultante da prática política e das relações interinstitucionais existentes

²⁶⁹ A este facto acresce a prática política e os laços de identificação entre o Presidente eleito e o/s partido/s que apoiaram a sua candidatura, sendo que este processo dificulta a afirmação do Presidente como real representante de toda a nação.

entre os diversos órgãos de soberania. No primeiro caso, valoriza-se o poder executivo e a condução política do Estado, sendo esta perceção influenciada pelos resultados eleitorais (sistema eleitoral) e pelo sistema de partidos. No segundo caso, a análise incide sobre os textos constitucionais, descurando-se a prática política²⁷⁰.

Quadro 3.2. Sistema político português e espanhol em perspetiva

Países	Regime Político / Forma de Governo	Sistema de Governo	Designação do Chefe de Estado	Tipo de Parlamento	Sede efetiva do Poder
Portugal	Democracia República Parlamentar	Semipresidencial / Semiparlamentar	Sufrágio direto e universal	Unicameral	Parlamento* Governo ** Presidente***
Espanha	Democracia Monarquia Parlamentar	Parlamentar	Sucessão hereditária	Bicameral	Governo Parlamento

* O poder do Parlamento sobressai em cenários em que o Governo não dispõe de uma maioria clara que o apoie no hemiciclo.

**Em cenários de maioria absoluta o Governo dispõe de ampla margem para aplicar o seu programa e metas políticas, funcionando uma espécie de “presidencialismo de Primeiro-ministro”.

***Nos períodos em que a ação do Presidente foi determinante para a dissolução do Parlamento e convocação de eleições antecipadas ou para a formação de executivos de iniciativa presidencial.

Nota: quadro elaborado pelo autor.

A estrutura política em ambos os países apresenta, assim, consideráveis diferenças, uma vez que Portugal e Espanha “seguiram vias muito diversas nos seus processos de

²⁷⁰ Sobre este assunto ver: Fernandes, 1991; Maltez, 1996; Sá, 1999 e Fernandes, 2008.

transição e pós-transição, mas ambos acabaram por conseguir a democratização plena e a supremacia civil”²⁷¹ (Agüero, 2000: 69), embora o processo português tenha sido mais moroso e oneroso, em virtude de uma rede institucional mais complexa. Para aprofundarmos a comparação entre estes sistemas, reservaremos espaço no capítulo IV para analisar as diferentes variáveis seleccionadas, de modo a aferirmos ou infirmarmos as nossas hipóteses de trabalho.

²⁷¹ Não nos detemos, nesta fase, a aprofundar o conceito de democracia, embora seja importante referir que a mesma não pode ser analisada com base apenas nas disposições constitucionais ou legais, ou seja, a democracia exige a participação cívica para a sua realização plena.

Capítulo IV – A Abstenção nas Eleições Legislativas em Portugal e Espanha – 2004-2011 – as variáveis de análise

O processo de democratização dos regimes português e espanhol foi pautado por inúmeros debates acerca do sistema político a adotar, bem como das características a serem incluídas na feitura da legislação eleitoral. O longo período das ditaduras nos dois países conduziu a maiores dificuldades na consolidação do processo democrático, no entanto, o ímpeto de participação eleitoral verificado em plena década de 1970 e 1980 demonstrou um interesse significativo dos cidadãos em tomarem parte ativa na escolha dos seus representantes.

De igual modo, se verificou a proliferação de partidos políticos, resultado da vontade expressa dos cidadãos se envolverem nos processos de decisão, permitindo a criação de múltiplas alternativas e opções para os eleitores no momento da escolha sobre o seu sentido de voto. A democracia implica essa variedade ao nível das escolhas, ou seja, a criação de um sistema multipartidário, que garanta a efetiva representação das diferentes suscetibilidades sociais, evitando a “monocolorização” dos parlamentos nacionais. No entanto, convém referir que “a democracia não se esgota na vertente representativa, mas que o ideal democrático exige uma vertente participativa, que remete para uma intervenção mais intensa, mais efetiva e mais próxima da realização de problemas específicos dos cidadãos” (Martins, 2004: 293).

Tal como referimos, o período selecionado (2004-2011) remete para a necessidade de analisarmos diversas variáveis explicativas do comportamento eleitoral, proporcionando a constatação do comportamento eleitoral dos cidadãos perante ciclos económicos distintos e perante soluções governativas díspares. Estes elementos tornam-se cruciais para a concretização do nosso estudo comparativo, com o intuito de procurar respostas para a nossa pergunta de partida.

Tal como evidenciamos anteriormente, o nosso estudo aborda a influência dos fatores institucionais e macroeconómicos associados ao sistema político e ao sistema eleitoral sobre a participação eleitoral verificada nas eleições legislativas em Portugal e em Espanha. O interesse específico sobre estas eleições resulta do impacto direto que as mesmas produzem na

formação dos executivos nacionais, mas também por representarem as eleições com maiores índices de participação nos dois países.

O objetivo principal passa por verificar de que modo o modelo institucional e o modelo económico do voto influenciaram o nível de abstenção / participação eleitoral nas eleições legislativas entre 2004 e 2011, o que nos permite analisar três atos eleitorais em cada país.

Para esse objetivo, estabelecemos um conjunto de sete hipóteses gerais, divididas em sub-hipóteses explicativas, a saber:

H1 – A localização geográfica e a magnitude dos círculos eleitorais condicionam a participação eleitoral em ambos os países.

1.1. Os círculos eleitorais mais povoados (de maior magnitude) apresentam uma taxa de participação eleitoral mais elevada.

1.2. Os círculos eleitorais do litoral apresentam uma taxa de participação eleitoral mais elevada do que os do interior e insulares.

H2 – O modo de escrutínio condiciona a participação eleitoral em ambos os países.

2.1. A existência de voto personalizado em ambos os países favorece a participação eleitoral.

H3 – O tipo de parlamento condiciona a participação eleitoral em ambos os países.

3.1. Em Espanha a existência de duas câmaras representativas favorece uma maior participação eleitoral do que em Portugal.

3.2. Em Espanha a existência de duas câmaras representativas fomenta a replicação de resultados eleitorais em ambas.

H4 – A configuração do sistema de partidos condiciona a participação eleitoral nas eleições legislativas, tanto em Espanha como em Portugal.

4.1. Quanto maior é o número de partidos candidatos que disputam as eleições, maior é a participação eleitoral.

4.2. Quanto maior é a concentração do voto nos dois maiores partidos, maior tende a ser a participação eleitoral.

H5 – As eleições legislativas tendem a ser mais participadas em sistemas de governo parlamentar (Espanha) do que em sistemas de governo semipresidencialista (Portugal).

5.1. A duração dos governos em sistemas parlamentares tende a ser maior do que em sistemas semipresidencialistas.

H6 – A realização de eleições legislativas em regimes com a forma de governo monárquica e constitucional tende a promover uma maior participação eleitoral do que em regimes em que forma de governo é a republicana.

H7 – Em cenários de crise económica a participação eleitoral nas eleições legislativas tende a ser superior.

7.1. Com o aumento da taxa de desemprego o partido no poder tende a perder as eleições legislativas seguintes.

7.2. Em períodos de recessão económica o voto nos dois maiores partidos tende a diminuir.

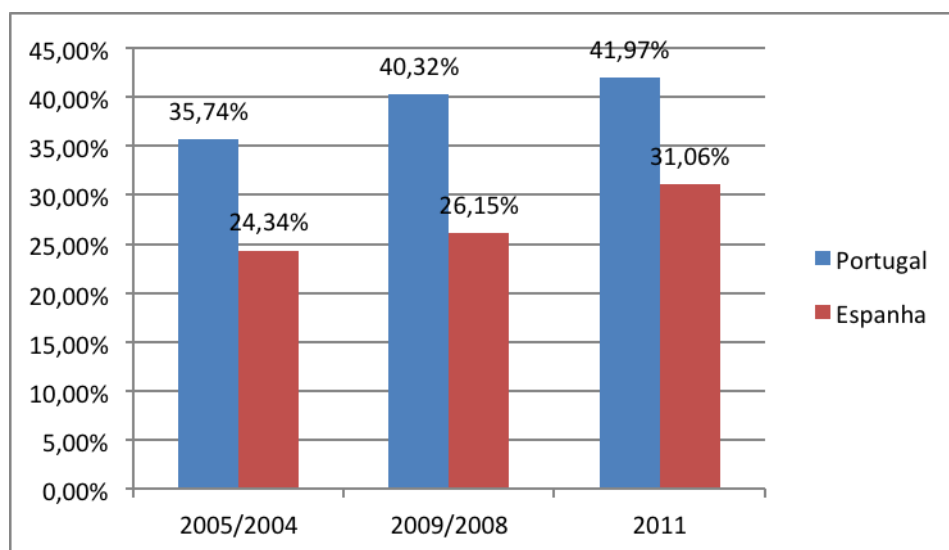
7.3. Em cenários de crise económica verifica-se uma maior proliferação de partidos com assento parlamentar.

7.4. Em períodos de aumento da dívida pública, verifica-se um aumento do nível da abstenção eleitoral.

A presente escolha lança-nos na necessidade de percorrer os resultados eleitorais das referidas eleições, articulando esses números com as variáveis mencionadas. No entanto, não poderíamos iniciar essa análise sem ter presente a questão cronológica / temporal. Ou seja, se

atendermos aos resultados eleitorais no período selecionado (2004-2011) verifica-se um aumento do valor da abstenção em Portugal e em Espanha, sendo que nos dois países o aumento correspondeu a cerca de 6% entre a primeira e a última eleição considerada.

Gráfico 4.1. Evolução da abstenção eleitoral – 2004 a 2011



Fonte: www.cne.pt e www.juntaelectoralcentral.es.

Esta diminuição da participação eleitoral observável nos dois países, corresponde à ideia enunciada de um aumento transversal da abstenção nas democracias ocidentais (Freire e Magalhães, 2002), sendo que neste contexto, ou seja, para a sustentação teórica deste fenómeno, não assume grande relevo constatar o enquadramento das eleições, uma vez que o aumento é contínuo, embora a variação do aumento seja distinta entre eleições. Neste domínio, de compreensão da abstenção em contexto específico não podemos descurar os fatores institucionais e macroeconómicos que poderão influenciar o nível da participação eleitoral.

Esta similitude no crescimento da abstenção eleitoral em Portugal e em Espanha permite identificar e reforçar a importância dos estudos comparados, sendo que persiste a questão sobre se existirá uma verdadeira cultura política comum na Sul da Europa, partilhada por Portugal, Grécia, Espanha e Itália. Num estudo realizado por Torcal e Magalhães (2009),

essa questão é central na procura de evidências para um “efeito regional” ao nível das atitudes e dos comportamentos políticos²⁷².

No entanto, da análise dos dados recolhidos verifica-se que assumir esse efeito regional e uma espécie de exceção ao nível das atitudes e comportamentos políticos por parte dos povos do Sul da Europa torna-se difícil de comprovar. De facto, o grau de apoio ao regime democrático é muito similar ao constatado nas restantes democracias ocidentais, sendo que algumas diferenças entre os cidadãos destes países tornam-se mais evidentes do que as próprias semelhanças, nomeadamente no que diz respeito à rejeição de soluções autoritárias (mais evidente na Grécia e na Itália do que em Portugal e em Espanha).

A nossa opção reside precisamente na verificação do impacto de variáveis institucionais, associadas ao sistema político e ao sistema eleitoral sobre a participação eleitoral. De igual modo, guardamos espaço para a verificação do impacto de variáveis macroeconómicas sobre o fenómeno da participação nas eleições legislativas de 2004 a 2011 em Portugal e em Espanha. Convém referir que, no primeiro caso, estamos perante elementos tradicionais dos sistemas eleitorais e políticos, sendo que os mesmos acabam por constituir variáveis independentes essenciais no processo de classificação dos sistemas eleitorais (Lijphart, 2000). Já no segundo caso, o da influência das variáveis macroeconómicas, estamos perante um leque mais alargado de perceções sobre a economia e a qualidade de vida dos cidadãos e o seu impacto no momento da escolha eleitoral. Ou seja, a questão não encerra na análise direta do impacto das variáveis selecionadas, tendo uma vertente sociológica e psicológica considerável, aliada a uma forte influência do contexto social adjacente.

4.1. Desenho, localização e dimensão dos círculos eleitorais

Para analisar a primeira hipótese do nosso trabalho recorremos à noção de **círculo eleitoral**, sendo o mesmo essencial no processo de conversão de votos em mandatos, na questão da representatividade dos cidadãos e na questão da proporcionalidade do sistema eleitoral. Segundo a tipologia anteriormente referida de Lijphart (2000), os círculos eleitorais

²⁷² Convém referir que no caso português, espanhol e grego existe um percurso temporal comum ao nível da instauração do regime democrático, bem como um percurso similar no que diz respeito à integração na CEE, embora a Grécia o tenha feito 5 anos antes de Portugal e Espanha.

são um dos elementos mais importantes ao nível da influência na proporcionalidade dos resultados eleitorais e no sistema de partidos.

De um modo genérico, a delimitação dos círculos eleitorais é efetuada com base em circunscrições territoriais, sendo que a atribuição de mandatos a cada círculo é realizada com base na dimensão da população do mesmo, ou seja, quanto maior for a população, maior será o número de mandatos atribuídos nesse círculo eleitoral²⁷³. No entanto, convém referir que a própria legislação, no sentido de garantir determinadas regras eleitorais, pode determinar um número mínimo e / ou máximo de mandatos por círculo²⁷⁴.

Tal como referimos o objetivo passa por perceber se a composição dos círculos eleitorais, a sua localização e o número de mandatos atribuído condicionam a participação eleitoral nos dois países, sendo que partimos da classificação proposta por Meirinho Martins (2008) para enquadrar os casos de análise evidenciados em Portugal e em Espanha. Neste caso concreto, a análise acaba por ser facilitada por via da comparação, uma vez que os dois países delimitaram os círculos eleitorais com base na divisão geográfica por distritos (Portugal) e regiões autónomas (Espanha), ou seja, círculos de base espacial²⁷⁵.

Quadro 4.1 Critérios de classificação dos círculos eleitorais

Agregação dos eleitores	Base espacial (geográfico) Base não espacial (não geográfico)
Níveis de apuramento dos mandatos	Primário (Portugal, Espanha, França...) Secundário (Dinamarca, Suécia, Islândia...) Terciário (Grécia, Áustria, Hungria...)
Magnitude	Uninominais (M=1) Plurinominais (M >1)

Fonte: Meirinho Martins (2008).

²⁷³ A magnitude de um círculo corresponde ao número de mandatos que se elege nesse círculo. Para uma classificação dos círculos de acordo com a magnitude ver: Rae, 1971.

²⁷⁴ No caso português, de forma a garantir a não existência de círculos uninominais, em virtude da necessidade de assegurar um sistema proporcional, os círculos com menor população garantem sempre a eleição de dois representantes. A mesma situação já não se verifica em Espanha, uma vez que os círculos eleitorais de Ceuta e Melilla apenas elegem um representante nas eleições para o Congresso, sendo por isso maioritários.

²⁷⁵ Estamos perante a adoção de critérios administrativos, o que permite uma total correspondência entre os distritos, concelhos e freguesias com os círculos eleitorais existentes nas eleições legislativas e eleições autárquicas no caso português. No caso espanhol, é seguida a divisão por comunidades e províncias autónomas.

Através do presente quadro verifica-se, apesar de tudo, algumas diferenças que importa equacionar na comparação entre os dois países. Para além do mencionado no que diz respeito aos círculos uninominais de Ceuta e Melilla, no caso espanhol, Portugal apresenta a particularidade da existência de círculos de base não espacial, nomeadamente o círculo eleitoral da Europa e o círculo eleitoral Fora da Europa, garantindo os mesmos a eleição de quatro parlamentares (dois cada). Ou seja, círculos que são criados para assegurarem a representação de cidadãos que não se encontram agrupados geograficamente²⁷⁶. Constatase, por isso, a margem de manobra dada ao Legislador na delimitação dos círculos eleitorais, muitas vezes com o objetivo de garantir a eleição de determinado candidato ou partido político²⁷⁷.

Neste contexto, convém referir que embora a eleição seja garantida através de círculos eleitorais, os deputados / parlamentares eleitos representam toda a nação. Esta situação é central no processo de formação de maiorias governativas estáveis, sendo que se os deputados representassem interesses regionais haveria uma maior dificuldade para a existência de soluções de compromisso, sendo cada matéria discutida / debatida com base nesses interesses. No entanto, importa destacar que o forte pendor regionalista em Espanha e o papel de diversos partidos nacionalistas coloca em causa essa premissa. Embora se tenham verificado acordos de incidência parlamentar entre partidos do arco central de governação (PP e PSOE) e partidos nacionalistas, como constatado no segundo mandato de José Luis Zapatero (2008 a 2011), o destaque dado aos interesses das regiões originárias desses partidos acaba por prevalecer sobre o interesse nacional.

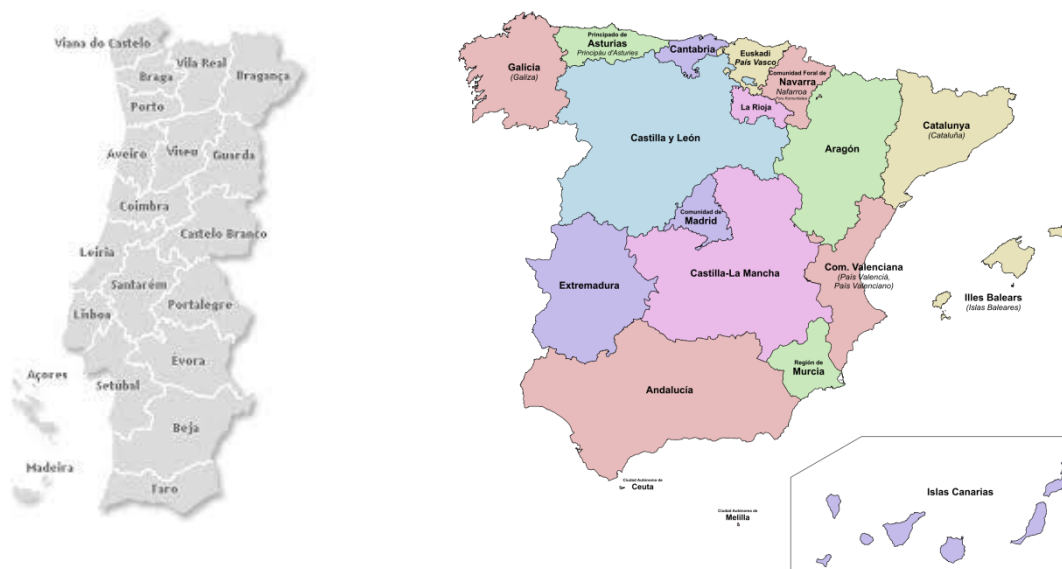
Esta temática levanta várias questões, nomeadamente acerca dos objetivos do sistema eleitoral e do sistema político, ao mesmo tempo que condiciona, de forma decisiva, as escolhas dos partidos políticos. O maior interesse reside na verificação se esta “representação nacional” dificulta ou não uma maior identificação dos eleitores com os seus representantes,

²⁷⁶ De realçar que a criação dos círculos eleitorais pode corresponder igualmente a critérios étnicos, religiosos ou linguísticos, de modo a permitir uma maior integração de minorias. Esta situação é perceptível, por exemplo, em círculos eleitorais na Bélgica e no Chipre.

²⁷⁷ Este mecanismo é designado de “engenharia eleitoral” (Norris, 2004), correspondendo à criação / alteração das regras eleitorais de forma a moldar o sistema de representação. O processo tem o nome original de “gerrymandering”, sendo a combinação do nome de “Elbridge Gerry” (ex-governador do Estado de Massachusetts) e “salamander - salamandra” (aspeto final de um dos círculos eleitorais redefinidos), face à definição dos círculos eleitorais do Estado de Massachusetts em 1812 ter sido realizada com o objetivo de beneficiar um determinado partido político. Sobre este assunto ver: Mair, 1994.

processo que poderá ser atenuado em círculos uninominais²⁷⁸, uma vez que através deste método os cidadãos facilmente percecionam quem os representa na sede do poder político.

Figura 4.1. Mapa dos círculos eleitorais de Portugal e Espanha²⁷⁹



Fonte: Martorell - <http://www.zonu.com/detail/2009-12-08-11364/Mapa-de-las-Comunidades-Autonomas-de-Espana.html>

Através da presente figura é possível constatar a divisão por círculos eleitorais nas eleições legislativas em Portugal e em Espanha, embora neste último caso a distribuição seja efetuada a um nível mais micro, ou seja, os deputados são eleitos por províncias, num total de 52 círculos eleitorais (no presente estudo optamos por comparar apenas com as 19 circunscrições eleitorais gerais, correspondentes às comunidades autónomas e às cidades de Ceuta e Melilla).

²⁷⁸ Vários estudos atestam a importância da personalização das campanhas como elo de ligação entre os eleitores e os eleitos, facilitando o processo de identificação com a classe política, bem como estabelecendo canais de controlo da atividade política mais diretos. Sobre este assunto ver: Cox, 1998; Lijphart, 2000 e Ortega, 2004.

²⁷⁹ Importa referir que em Portugal acresce o círculo eleitoral da Europa e o círculo eleitoral Fora da Europa. Portugal regista 22 círculos eleitorais, enquanto que Espanha regista 52 círculos eleitorais, sendo posteriormente agrupados pelas 17 comunidades autónomas e as cidades autónomas de Ceuta e Melilla.

De outro modo, é igualmente perceptível a localização dos círculos eleitorais, permitindo identificar os círculos eleitorais situados no litoral e os círculos eleitorais situados no interior, sendo essa uma das dimensões que pretendemos estudar no presente trabalho, de modo a analisar o impacto da localização na participação eleitoral.

Ao nível do debate em torno dos círculos uninominais ou plurinominais verifica-se que o mesmo é efetuado em simultâneo com o debate em torno da adoção de sistemas eleitorais maioritários ou sistemas eleitorais proporcionais. De um modo genérico, os primeiros utilizam distritos uninominais, com a eleição do candidato mais votado, enquanto que os segundos recorrem a círculos plurinominais, permitindo uma representação das diversas fações políticas concorrentes.

Quadro 4.2. Vantagens e desvantagens dos círculos uninominais

Vantagens	Desvantagens
Permite um maior elo de representatividade, cada eleitor consegue identificar facilmente o seu representante.	Os círculos têm de ser redesenhados de forma regular, para manter uma dimensão igualitária dos mesmos.
Assegura a representação geográfica.	Criam entidades geográficas geralmente artificiais, cujas fronteiras não definem comunidades claramente identificáveis, e, como consequência, as entidades não têm nenhuma relevância especial para os cidadãos.
Maximiza a responsabilização dos eleitos, podem ser responsabilizados pelos seus atos e são alvo direto da avaliação popular.	Em virtude do candidato eleito representar um partido, registam-se dificuldades para que outras suscetibilidades sociais e políticas possam ser representadas.
Facilita o controlo eleitoral, providenciando os eleitores com um contato direto para expor as suas questões.	

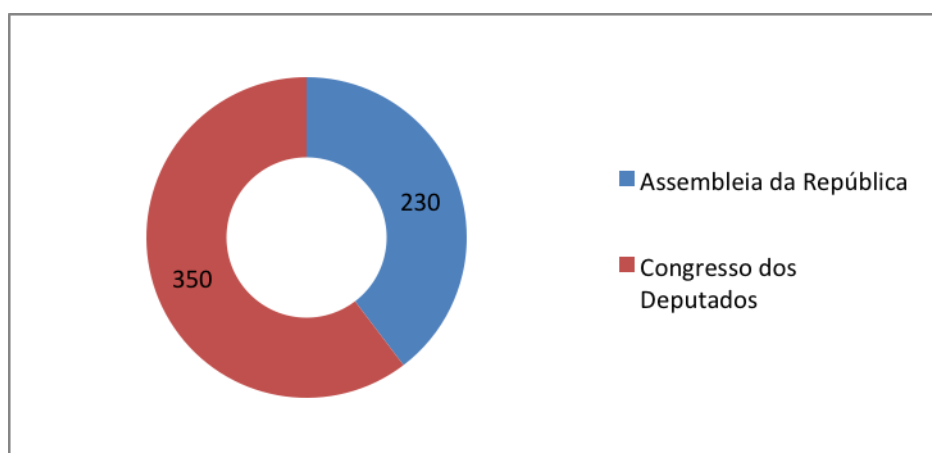
Fonte: *The Electoral Knowledge Network* (www.aceproject.org).

Ou seja, o principal argumento prende-se com o elo de ligação potencialmente mais forte estabelecido entre eleito e os eleitores e na maior facilidade em avaliar o trabalho desenvolvido, embora exista sempre o perigo deste tipo de eleições serem dominadas por “caciques locais” e excluírem da representação um grande número do eleitorado.

4.1.1. Dimensão do Parlamento / Congresso de deputados

Outro dos elementos que importa analisar prende-se com a composição da Assembleia da República (Portugal) e do Congresso de Deputados (Espanha), sendo que este elemento é determinante na proporcionalidade do sistema (Taagepera e Shugart, 1989 e Lijphart, 1995). Por sua vez, a composição dos parlamentos está na base de diversas propostas visando a revisão do número de deputados, sendo longo e atual o debate em Portugal em torno da redução do número de deputados da Assembleia da República para 180²⁸⁰.

Gráfico 4.2. Composição da Assembleia da República (PT) e do Congresso (ES)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Com estes dados conseguimos verificar o número médio de eleitores por deputado (NMED), sendo o mesmo claramente superior em Espanha. De facto, cada deputado espanhol representa 102.227 eleitores, enquanto que cada deputado português representa 41.845 eleitores²⁸¹. No caso português, os círculos da Europa e Fora da Europa elegem dois deputados, sendo posteriormente feita a distribuição proporcional dos 226 assentos pelos 20 círculos eleitorais. No caso espanhol, após a atribuição de um mandato ao círculo de Ceuta e

²⁸⁰ A atual Constituição da República já permite essa possibilidade, estabelecendo o número de deputados entre 180 e 230. Neste caso, o Legislador optou pelo número máximo. Sobre este assunto ver: Freire, Moreira e Martins, 2008.

²⁸¹ Estes dados foram calculados com base nos cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais em 2011, ou seja, com capacidade eleitoral ativa e não com base no total da população.

ao círculo de Melilla é efetuada a distribuição dos restantes 348 assentos pelas 17 comunidades autónomas²⁸².

Outro dos aspetos que importa salientar prende-se com o facto das candidaturas serem apresentadas a cada círculo eleitoral, ou seja, os partidos políticos não têm a obrigatoriedade de se apresentar em todos os círculos eleitorais. No caso espanhol, este fator ganha maior relevo em virtude da especificidade dos diversos partidos regionalistas / nacionalistas. Esta análise é determinante para as questões da representatividade e proporcionalidade do sistema, nomeadamente a determinação da magnitude de cada círculo eleitoral e não tanto o número global de mandatos do órgão a eleger²⁸³.

O estabelecimento das regras de distribuição de mandatos cria um conjunto de barreiras efetivas à representação. Se no caso espanhol essa questão vem especificada na Lei Orgânica do Regime Eleitoral (art. 163º), que estabelece que as candidaturas deverão ter pelo menos 3% dos votos válidos em cada circunscrição para obter a representação, no caso português essa barreira acaba por ser efetiva, embora não estatuída na legislação. De facto, de acordo com a utilização da fórmula de Hondt e o número de mandatos de cada círculo eleitoral é possível prever os limiares mínimos para atingir a representação em cada círculo, sendo esses limiares naturalmente superiores quanto menor for o número de mandatos a atribuir.

Com efeito, as cláusulas barreiras podem ser determinadas por lei (formais) ou podem resultar da própria estrutura do sistema eleitoral (efetivas). Esta situação produz, naturalmente, limites à obtenção da representação parlamentar, tal como é perceptível pela não existência de um círculo nacional único ou de compensação para atenuar os efeitos dos “votos desperdiçados”²⁸⁴.

²⁸² Em teoria a um aumento do número de mandatos deverá corresponder um aumento da proporcionalidade do sistema, pelo que o debate em torno da redução do número de deputados imbrica diretamente com as questões da proporcionalidade do sistema eleitoral e da representatividade.

²⁸³ De facto, poderá dar-se o caso de haver um maior número de mandatos a atribuir, com um aumento da composição das câmaras, mas a distribuição por círculo não ser efetuada da forma mais proporcional. Importa referir que atualmente são utilizados diversos métodos de cálculo da proporcionalidade do sistema, sendo certo que por natureza todos os sistemas são desproporcionais, uma vez que existem sempre votos válidos não convertidos em mandatos. Dos diversos métodos de cálculo utilizados destaca-se o índice de Douglas Rae, o índice de John Loosemore e Victor Hanby, o índice de Gallagher e o rácio de vantagem / desvantagem. Para uma explanação detalhada da forma de cálculo destes indicadores, ver: Martins, 2008: 281-284.

²⁸⁴ O grande objetivo do estabelecimento das cláusulas barreiras formais foi garantir uma maior estabilidade política, evitando a fragmentação partidária, embora tal procedimento exclua da representação grandes franjas do

4.2. Modo de escrutínio

O sistema eleitoral português apresenta várias semelhanças ao sistema eleitoral espanhol no que diz respeito ao modo de escrutínio, sendo que neste caso nos referimos ao tipo de sufrágio existente (estrutura do voto e procedimento de votação). Embora existam múltiplas opções disponíveis, o Legislador optou por simplificar o processo, sendo que nas eleições legislativas em Portugal e Espanha os eleitores “limitam-se” a sufragar listas de candidatos apresentadas pelos partidos, sem terem a possibilidade de escolher diretamente os seus representantes ou alterarem a ordem da listagem apresentada.

Convém referir que o modo de escrutínio é um dos elementos mais perceptíveis por parte dos cidadãos em relação ao sistema eleitoral burocrático e ao monopólio da vida política pelos partidos políticos. De facto, considerando a complexidade existente na definição da magnitude dos círculos, bem como todo o processo de conversão de votos em mandatos, verifica-se que os eleitores centram a sua atenção no processo de votação (a estrutura do boletim e o seu papel no ato de votar)²⁸⁵. Nesse sentido, importa perceber qual a estrutura do boletim de voto e o sistema de voto utilizado, ou seja, se existe voto personalizado ou em listas, se existe um voto único, limitado ou voto em bloco ou ainda se existe um voto nominativo ou ordinal.

eleitorado. Importa destacar que o aumento da cláusula barreira produz os mesmos efeitos na proporcionalidade que a diminuição dos círculos eleitorais, ou seja, dificulta a representação dos partidos políticos de menor dimensão e aumenta a desproporcionalidade da conversão de votos em mandatos. Para uma análise mais detalhada sobre a influência da cláusula barreira ver: Lijphart, 2000.

²⁸⁵ Importa salientar que quando nos referimos à estrutura do voto falamos da forma como os candidatos surgem agrupados para efeitos da sua eleição, bem como o método utilizado para traduzir as preferências dos eleitores em votos. Por sua vez, quando abordámos as modalidades de votação falamos das diversas opções colocadas à disposição do eleitor para exercer o seu voto. Sobre este assunto ver: Ortega, 2004.

Quadro 4.3. Estrutura e modalidade de voto

Estrutura de voto	Modalidade de voto
a) Boletim de voto	a) Ordinal
b) Sistema de votação <ul style="list-style-type: none">• Objeto da votação (personalizado ou em listas)• Número de votos (único, limitado ou em bloco)• Tipo de voto (nominal ou ordinal)	b) Categórica c) Preferencial <ul style="list-style-type: none">• Pessoal• De Lista• Fechada e não bloqueada• Aberta

Fonte: Ortega, 2004. Adaptado.

Esta questão é crucial nas decisões tomadas pelos partidos políticos aquando das respetivas escolhas e recrutamento de pessoal (Teixeira, 2008 e Coelho, 2014), mas também ao nível das opções sobre a campanha eleitoral, sobre a organização partidária e as diversas formas de representação parlamentar. Estamos perante um ciclo de poder, uma vez que a estratégia eleitoral dos partidos e dos seus candidatos é influenciada pelas regras existentes para apresentação de listas a cada escrutínio, pelo que a distinção que importa fazer, no nosso caso de estudo, é a verificação de eleições em que o voto é personalizado, uma vez que nas eleições legislativas / parlamentares, os dois países adotam listas fechadas e bloqueadas.

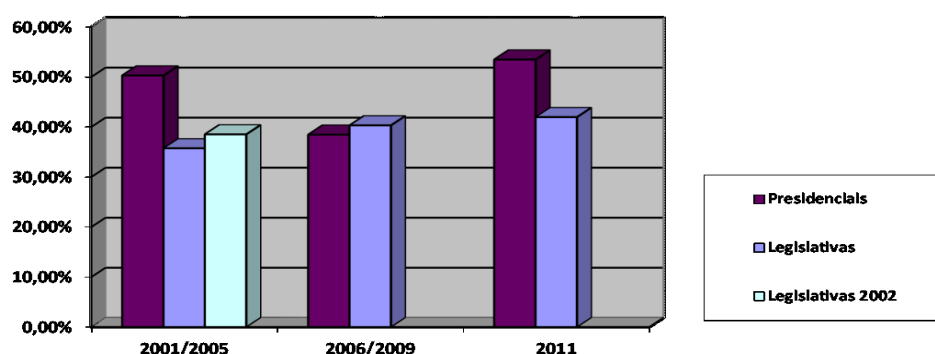
Neste caso, verifica-se que o eleitor limita-se a exprimir uma preferência por uma determinada lista (ou opta por votar em branco / nulo), não podendo alterar a ordenação dos candidatos, nem votar em mais do que uma opção. Apenas para enquadramento em termos comparativos, refira-se que em listas abertas o eleitor pode exprimir as suas preferências entre os diversos candidatos, o que lhe permite em determinados contextos eliminar nomes da lista. Por sua vez, em listas fechadas, mas não bloqueadas o eleitor tem a possibilidade de ordenar, de acordo com a sua preferência, os candidatos propostos, podendo inclusivamente exprimir mais do que uma preferência, caso possua mais do que um voto²⁸⁶.

Seguindo a estrutura atrás mencionada, importa olhar para as eleições realizadas nos dois países em que o voto é personalizado para adotarmos uma perspetiva comparada sobre o grau de participação existente. No caso português, temos as eleições presidenciais (para a

²⁸⁶ Este é o caso de Estados como a Bélgica, o Chipre, a Letónia, a República Checa e a Bulgária, para falarmos apenas de Estados no seio da União Europeia.

escolha do chefe de Estado) e, no caso espanhol, temos as eleições para o Senado (câmara alta do parlamento), que decorrem em simultâneo com as eleições para o Congresso.

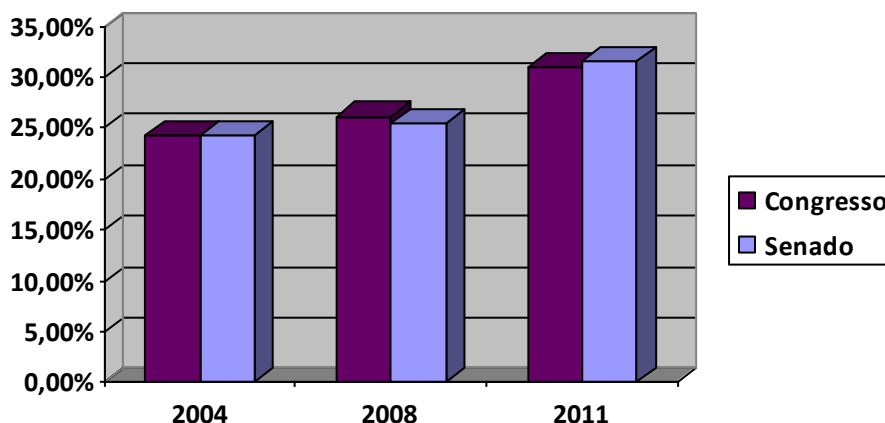
Gráfico 4.3. Abstenção nas eleições presidenciais e legislativas (2001 a 2011)



Fonte: www.cne.pt.

O presente gráfico permite verificar que, tendencialmente, as eleições legislativas são mais participadas, embora se constate que as eleições presidenciais de 2006 tiveram um valor comparativamente baixo de abstenção, sendo apenas ultrapassadas pelas eleições legislativas de 2005. A este fator não será alheio o facto das eleições legislativas de 2005 terem sido realizadas no contexto da dissolução da Assembleia da República decretada pelo Presidente Jorge Sampaio e pelo facto das eleições presidenciais de 2006 terem eleito um novo Presidente (Cavaco Silva conseguiria o seu primeiro mandato à primeira volta, derrotando Manuel Alegre, Mário Soares, Jerónimo de Sousa, Francisco Louçã e Garcia Pereira).

Gráfico 4.4. Abstenção nas eleições para o Senado e o Congresso (2004 a 2011)



Fonte: www.juntaelectoralcentral.es.

Através do presente gráfico verifica-se que o facto das eleições serem realizadas no mesmo dia condiciona de forma decisiva qualquer diferenciação ao nível da participação eleitoral. Os valores registados são muito semelhantes, pelo que só com a realização das eleições em alturas diferentes se poderia aferir do verdadeiro impacto da personalização das eleições para o Senado.

Neste tipo de eleições, é atribuída uma maior liberdade de escolha ao eleitor, desde logo pela possibilidade do eleitor escolher mais do que um representante, podendo inclusivamente optar por candidatos de diversas forças políticas²⁸⁷.

²⁸⁷ Para uma classificação dos sistemas eleitorais de acordo com a estrutura do voto ver: Farrell, 2001; Reynolds *et al.*, 2002 e Martins, 2008.

Figura 4.2. Boletim de voto para o Senado 2011 (Espanha)

Fonte: <http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2012/01/13-01-12-17.jpg>.

A figura acima permite-nos identificar um modelo de boletim de voto utilizado nas eleições para o Senado em 2011, mais concretamente na província de Álava (País Basco). Tal como se pode constatar pela informação contida no boletim, o eleitor dispõe de três votos, podendo indicar candidatos de listas distintas. Estamos perante a possibilidade do eleitor estabelecer uma relação mais direta com os seus representantes, sendo que este procedimento obriga igualmente os candidatos a uma campanha eleitoral de maior proximidade.

Não pretendemos com a presente análise defender a adoção do voto personalizado em todas as eleições, de facto, pela via comparada no caso português e espanhol, não se constata que tal produza uma efetiva maior participação eleitoral. Por outro lado, importa sempre ter

em atenção a especificidade de cada ato eleitoral, ou seja, as regras eleitorais devem ser efetuadas de acordo com o tipo de votação e cargo a eleger²⁸⁸.

4.3. Tipo de Parlamento

Tal como referimos anteriormente o sistema político português comporta apenas uma câmara representativa de âmbito nacional (Assembleia da República), enquanto que o sistema político espanhol se alicerça na existência de duas câmaras: o Senado e o Congresso, que juntas formam as Cortes. Esta questão, para além do devido enquadramento histórico, está diretamente relacionada com a arquitetura institucional adotada após a revolução de abril e a queda do regime do General Franco.

Ou seja, em causa está a estrutura de representação adotada nos dois países, sendo que o objetivo primordial passa pela integração das diversas fações políticas e sensibilidades sociais. Os parlamentos representam, deste modo e em termos teóricos, a vontade e a opinião do eleitorado, sendo intermediários entre essa disposição e o exercício do poder executivo (a sede do poder executivo pode assumir diversas formas, sendo que, por vezes, se verifica a “parlamentarização” da política, sendo todo o debate centrado nesta câmara).

Não cabe no presente trabalho uma análise exaustiva ao conceito de parlamento, no entanto, socorremo-nos da definição avançada por Luís Sá (1999) para melhor compreender a abrangência do conceito, quando o autor afirma que se trata de

uma assembleia ou sistema de assembleias articuladas entre si para o exercício das suas funções em que, pelo menos a assembleia determinante assenta a sua legitimidade na representação política decorrente de eleições competitivas e que participa em processos de decisão política ao nível estadual, fiscaliza os governos e a administração pública, debate os atos de poder e discute soluções alternativas, e com a qual, em muitos casos, o Governo tem que manter, ou não romper, uma relação de confiança. (110).

²⁸⁸ Importa referir que a estrutura de voto e as modalidades de votação são aspetos cruciais no sistema eleitoral, pelo que uma mudança radical na forma de votação poderia correr o risco de não ser apreendida por parte do eleitorado, produzindo uma maior abstenção ou alheamento eleitoral.

A presente definição abrange, de forma consistente, os vários domínios de ação dos parlamentos, bem como as condições necessárias para a sua afirmação no quadro institucional vigente, nomeadamente a representação popular através de eleições livres e competitivas²⁸⁹. Torna-se, deste modo, visível a tipologia defendida por Cotta (2004) quando afirma que os parlamentos têm quatro funções básicas: a representativa, a legislativa, o controlo do executivo e a legitimação.

A questão que se coloca é compreender nos sistemas bicamerais qual a câmara responsável por essas funções, uma vez que se tornava inviável que ambas tivessem as mesmas funções e responsabilidades, o que poderia causar diversos conflitos intra e extraparlamentares. Esta situação decorre do facto de existirem múltiplas soluções relativamente ao bicameralismo, sendo que de modo genérico podemos afirmar que “a opção bicameral é sustentada pelo princípio político da soberania popular (...) nuns casos a câmara alta representa a singularidade das regiões ou estados e a câmara baixa representa o país de modo indiferenciado” (Martins, 2008: 96).

Por outro lado, importa sempre verificar a forma utilizada para a constituição das duas câmaras, existindo assembleias eletivas, assembleias semi-eletivas e assembleias de nomeação. Por regra, as câmaras baixas resultam de eleições diretas, enquanto as câmaras altas são tendencialmente de nomeação ou eleição indireta²⁹⁰.

No nosso caso, verificamos a existência de um sistema monocamaral em Portugal e de um sistema bicameral em Espanha, sendo que a câmara baixa (Congresso) detém a maioria dos poderes legislativos e de controlo do executivo, resultando da eleição direta dos cidadãos. Por sua vez, a câmara alta (Senado) resulta de uma eleição mista (direta e indireta), uma vez que 4 senadores de cada província são eleitos de forma direta, enquanto que cada Comunidade Autónoma designa um senador e outro senador por cada milhão de habitantes em cada território²⁹¹.

²⁸⁹ Este fator é determinante para distinguirmos as definições propostas por outros autores como Augusto Cotta (2004), que refere que a participação dos cidadãos na escolha dos seus representantes poderá ser feita de forma direta ou indireta, não se estabelecendo eleições competitivas para os cargos.

²⁹⁰ Sobre este assunto ver: Pasquino, 2002 e Martins, 2008.

²⁹¹ Tal como referimos anteriormente o principal objetivo deste método de escolha passa por garantir a integração territorial, legislativa e política.

4.4. Sistema de Partidos

Com a presente hipótese procuraremos evidenciar de que modo o sistema de partidos pode influenciar a participação eleitoral, sendo que neste caso concreto atentaremos a três realidades: ao número de partidos candidatos, ao número de partidos efetivamente eleitos e ao grau de bipartidarização do sistema, ou seja, a percentagem de votos nos dois partidos mais votados.

Para esta conceção, importa, de forma sumária, referir que concebemos os partidos como um “qualquer grupo político identificado por uma etiqueta oficial que se apresenta a eleições, e pode fazer eleger em eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos” (Sartori, 1980: 91), tendo como objetivo lutar pela “aquisição, manutenção e exercício do poder (Moreira, 2003: 171).

Neste contexto, seguimos a proposta inicial de Jean Charlot (1982), que identifica quatro grandes características dos partidos, a saber:

- Organizações duráveis (a expectativa da sua durabilidade deve ser superior a lideranças ocasionais);
- Organizações com uma implantação geral generalizada;
- Organizações com uma vontade deliberada e visível de ocupar e exercer o poder;
- Organizações que procuram o apoio popular através de eleições ou de quaisquer outros meios disponíveis.

Na abordagem realizada, Charlot (*idem*) sugere cinco variáveis de análise para classificar o sistema de partidos: *i*) o número de partidos; *ii*) a sua importância relativa; *iii*) os seus fundamentos ideológicos; *iv*) a natureza social da sua clientela e, por fim, *v*) as características da sua organização. A questão que se coloca é perceber se todos os partidos são incluídos para classificar o sistema ou se, pelo contrário, será necessário afunilar a análise, tal como sugere Sartori (1976), ao afirmar que não se deve ter em linha de análise os partidos sem assento parlamentar para a caracterização do sistema.

Neste caso, teríamos sistemas monopartidários, bipartidários e multipartidários, sendo que a denominação varia de autor para autor, pelo que facilmente se encontra na literatura outras expressões como “partido único”, “bipolares” ou “multipolares”.

Quadro 4.4. Sistema de partidos

Monopartidarismo	Sistema de partido único
Bipartidarismo perfeito	Os dois maiores partidos arrecadam de forma igualitária 90% dos votos expressos.
Bipartidarismo imperfeito	Existência de um terceiro partido com força parlamentar.
Multipartidarismo integral	Próprio de sociedades políticas atomizadas.
Multipartidarismo de partido dominante	Sistema pluripartidário, mas com um partido a obter uma considerável percentagem de votos.

Fonte: Blondel (1968). Adaptado.

A presente proposta de Jean Blondel é apenas um ponto de partida para uma reflexão mais profunda sobre os diversos tipos de sistemas de partidos, uma vez que os próprios resultados eleitorais moldam as teorias existentes acerca desta matéria. Ou seja, as regras pré-estabelecidas não podem ser analisadas como formas deterministas de classificar os sistemas de partidos²⁹².

A estrutura do sistema de partidos em Portugal e em Espanha apresenta algumas semelhanças consideráveis, embora o número de partidos com assento parlamentar em Espanha seja consideravelmente superior ao verificado em Portugal (convém não esquecer o fator populacional nesta análise). As semelhanças residem essencialmente no grau de bipartidarização do sistema e na alternância governativa verificada entre o PS e o PSD, no caso português e o PSOE e o PP, no caso espanhol. A maior distinção reside, precisamente, no número de partidos que se apresentam às eleições legislativas e no número de partidos que alcançam a efetiva representação parlamentar.

²⁹² Lipset e Rokkan (1967) falam em cinco tipos de sistemas: sistemas monopartidários, sistemas de partido hegemónico, sistemas de partido dominante; sistemas bipartidários e sistemas multipartidários, sendo que a classificação por subtipos permite uma maior aproximação à realidade sistémica existente em cada país.

Quadro 4.5. Partidos candidatos e com representação parlamentar

	Portugal			Espanha		
	2005	2009	2011	2004	2008	2011
Partidos candidatos	11	16	17	96	98	62
Partidos com assento parlamentar	6	6	6	11	10	13

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

O quadro acima exprime o que afirmamos, nomeadamente a disparidade ao nível dos partidos candidatos nas eleições legislativas nos dois países. Para além do fator populacional (Espanha regista uma população aproximadamente quatro vezes superior à portuguesa), importa salientar a questão dos regionalismos e dos nacionalismos como base para o surgimento de múltiplas opções partidárias em Espanha. No entanto, se atendermos à questão proporcional, verifica-se que uma maior percentagem de partidos candidatos em Portugal consegue eleger representantes no parlamento. A presente hipótese irá analisar estas questões e o grau de concentração de votos nas principais forças partidárias.

4.5. Sistema de governo

Com a presente hipótese procuraremos aferir da importância do sistema de governo no grau de participação eleitoral, sendo esta uma das principais distinções entre o sistema político português e o sistema político espanhol. Intrinsecamente ligada a esta distinção analisaremos igualmente a questão da durabilidade dos governos e em que medida o sistema de governo influencia essa questão.

Ao analisarmos o sistema político português e espanhol no terceiro capítulo, apresentamos, de forma detalhada, as características principais que levam à sua caracterização como sistema semipresidencialista (português) e parlamentarista (espanhol). Refira-se que esta classificação procura estabelecer a verdadeira “sede do poder” e não tanto a organização

jurídico-constitucional do Estado (Sá, 1999). Ou seja, no contexto nacional a questão contextual é decisiva para caracterizarmos o sistema de governo, uma vez que dependendo da maioria governativa a sede de poder pode sofrer alterações ao nível do “jogo de influências”.

Tal como verificamos, após a revisão constitucional de 1982 o sistema político português assumiu uma preponderância mista, sendo o poder executivo da responsabilidade do governo, embora o Presidente da República possua importantes poderes constitucionais, nomeadamente a possibilidade de dissolução do parlamento ou demissão do governo. Por isso se fala, muitas vezes, em “sistema misto parlamentar-presidencial” (Sá, 1999: 101) para salvaguardar as diversas variantes do semipresidencialismo. Essa é uma das premissas chave da compreensão dos sistemas de governo e de demarcação de uma maior prevalência da componente parlamentar, da componente presidencial ou de um equilíbrio entre as duas componentes.

As maiores dificuldades ao nível da estabilidade do sistema de governo poderão advir do facto do executivo ser responsável perante dois órgãos de soberania que são eleitos por sufrágio universal, podendo dar-se o caso do parlamento ser eleito por uma maioria contrária à maioria que elegeu o Presidente da República. Nestes casos, a possibilidade de um conflito institucional dificilmente seria sanada sem o recurso à marcação de eleições legislativas antecipadas, sendo que pode dar-se o caso do eleitorado reiterar o apoio à maioria parlamentar em curso²⁹³.

Outros sistemas semipresidenciais primam por um maior papel do Presidente da República, como o caso francês, uma vez que as competências executivas e de chefia do Estado que lhe são confiadas ultrapassam largamente a capacidade de ação do governo. A questão que importa colocar e que diretamente relacionamos com a durabilidade dos executivos é se os sistemas mistos (independentemente do pendor presidencial ou parlamentar) gerariam situações de maior conflito institucional e incapacidade de gerar soluções governativas instáveis.

²⁹³ No caso português, sempre que se verificou uma dissolução da Assembleia da República por iniciativa do Presidente da República, das eleições legislativas seguintes resultou a vitória do maior partido da oposição, com a derrota do partido do Governo em funções. Refira-se que em 1987 a marcação de eleições resultou da aprovação de uma moção de censura ao governo de Cavaco Silva apresentada pelo PRD, enquanto que em 2011 a marcação de eleições deu-se devido à apresentação da demissão por parte do governo de José Sócrates.

No caso espanhol, a situação não ocorre, uma vez que o chefe de Estado não é eleito (monarquia constitucional). Estamos perante um sistema parlamentarista, traduzido num maior apagamento do papel e da ação do chefe de Estado. Em termos genéricos este sistema geralmente surge associado a monarquias ou a países em que o Chefe de Estado não é diretamente eleito, pelo que o governo responde apenas perante o parlamento. Esta situação é tanto mais evidente se considerarmos que a escolha do primeiro-ministro e do seu governo depende dos resultados eleitorais e das negociações parlamentares e não tanto do crivo do chefe de Estado, mesmo que seja deste a competência formal da sua designação.

Observamos uma quase sinergia entre o poder legislativo e o poder executivo, com a criação de vertentes específicas do parlamentarismo, como o “governo de gabinete” ou o “presidencialismo de primeiro-ministro”²⁹⁴. No entanto, nem mesmo a temática do sistema eleitoral e do sistema de partidos pode ser encarada como decisiva na classificação dos sistemas de governo como parlamentares, uma vez que basta olhar para os exemplos do Reino Unido (sistema maioritário) e da Alemanha (sistema proporcional) para verificar que o parlamentarismo convive com diversas opções de poder.

No caso espanhol, assistimos a uma situação semelhante, com uma menorização da atividade política e capacidade de intervenção do chefe de Estado (Monarca) em detrimento do destaque dado ao chefe de governo e às competências atribuídas às cortes (congresso e senado). Esta maior clareza institucional, ao nível das funções adstritas a cada órgão de soberania poderá estar na base de uma maior estabilidade dos governos espanhóis, quando comparados com a duração média das legislaturas portuguesas.

De facto, se atendermos ao quadro abaixo, rapidamente percebemos a diferença ao nível do número de governos e do número de primeiros-ministros / chefes de governo nos dois países.

²⁹⁴ Para um aprofundamento desta questão ver: Lavaux, 1987; Lijphart, 1989; Sá, 1999 e Fernandes, 2008.

Quadro 4.6. Número de governos em Portugal e em Espanha

	Portugal	Espanha
	1976 – 2011	1979 - 2011
Número de governos	19	10
Número de primeiros-ministros / chefes de Governo	12	6

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

Mesmo considerando o desfasamento na contagem inicial (a partir de 1976 em Portugal e de 1979 em Espanha), constata-se, no caso português, uma menor durabilidade ao nível do cumprimento dos mandatos governativos, bem como uma maior alternância nas lideranças partidárias e dos executivos. Naturalmente as explicações não poderão ser minimalistas, ao ponto de considerarmos que os sistemas parlamentaristas criam maiores condições de estabilidade na formação dos executivos, uma vez que inclusivamente no caso português foi possível a existência de três maiorias absolutas de um só partido (em 1987 e 1991 com o PSD e em 2005 com o PS).

4.6. Regime político / Forma de Governo

Não pretendemos com a presente análise efetuar uma revisão histórica sobre o processo de adoção do regime democrático republicano em Portugal e monárquico em Espanha, uma vez que ambos têm permitido o regular funcionamento das instituições e órgãos de soberania, bem como a concretização dos princípios democráticos estabelecidos nas respetivas constituições.

Neste caso, a comparação adotada acaba por ser simplificada pelo reduzido número de casos de análise e por incluirmos apenas Portugal e Espanha na comparação. Considerando a

simultaneidade do processo de democratização nos dois países, pode-se alegar que a instauração da República em Portugal, em 1910 face à restauração da monarquia espanhola em 1976, permitiu um hiato de tempo superior de acomodação do regime, o que poderá estar na base de uma maior atitude antissistema por parte dos cidadãos no momento atual. No entanto, como se torna óbvio, só este fator não permite explicar as diferenças ao nível da participação eleitoral.

Não pretendemos igualmente entrar no tradicional debate entre republicanos e monárquicos acerca das vantagens e inconvenientes de cada regime, alicerçadas na dicotomia entre a maior estabilidade política adjacente ao segundo regime, conjugada com uma maior unicidade em torno da figura do “rei”, ou a democraticidade do primeiro regime, alicerçada na capacidade dos cidadãos escolherem livremente o seu chefe de Estado. No entanto, neste debate muitas vezes aceso e vivo, importa destacar o facto do regime espanhol ter sido referendado, em 1978, ao contrário do regime português, que nunca foi alvo de consulta popular. O referendo de 1978 embora global (foi referendado todo o texto constitucional), incluía a questão monárquica, pelo que a legitimidade do regime adveio da vontade popular.

Nesta fase importa analisar a comparação direta mencionada, ou seja, verificação do nível de participação eleitoral mediante regime político, sendo certo que a própria construção e funcionamento dos regimes políticos poderá moldar a condicionar a participação dos cidadãos.

4.7. Variáveis macroeconómicas

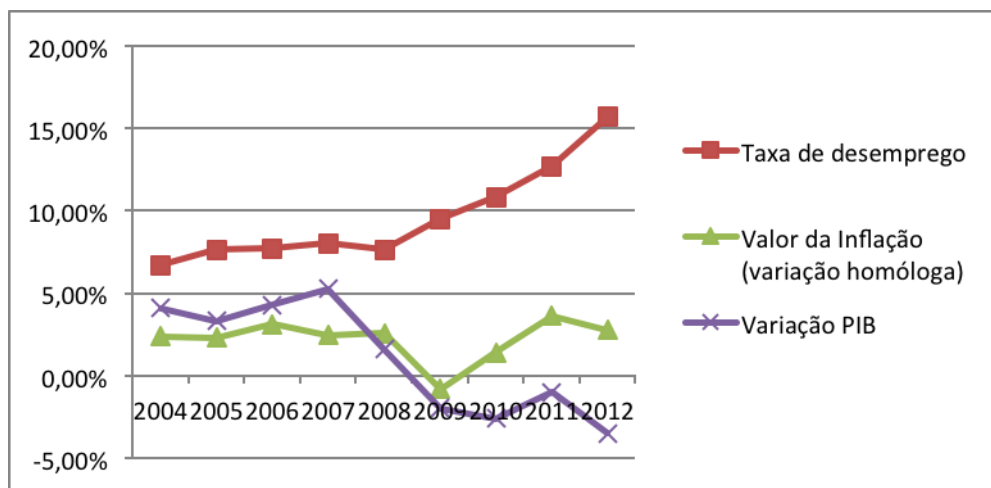
Sabendo de antemão que os ciclos políticos são condicionados pelas condições económicas e sociais em que vivem os cidadãos, importa verificar em que medida a crise económica instalada em Portugal e em Espanha se reflete no grau de participação nas eleições legislativas, bem como no sentido de voto face aos partidos no governo²⁹⁵. Nesse sentido, optamos por incluir na presente investigação quatro variáveis macroeconómicas decisivas para a análise do contexto económico, a saber: o nível de desemprego, a evolução do produto

²⁹⁵ A opção incide sobre o período entre 2004 e 2011, sendo que a partir de 2008 vários indicadores apontam para um período de recessão económica ou retração do crescimento económico nos dois países.

interno bruto, a variação da inflação (índice de preços no consumidor) e o nível da dívida soberana dos países.

Nesse sentido, e para verificar os efeitos da alteração das condições económicas na participação eleitoral recorreremos à perspetiva diacrónica deste conjunto de variáveis (desde 2004). Embora Portugal registe um aumento contínuo da taxa de desemprego desde o início da década de 2000, esse crescimento foi acentuado entre 2008 e 2011, precisamente o período de maior incidência da crise económica global. Nesta primeira fase, apresentamos os dados de forma agregada, o que nos permite ter uma visão global do contexto económico português no período mencionado e que conduziu ao pedido de assistência financeira concretizado a 7 de abril de 2011²⁹⁶.

Gráfico 4.5. Variação da taxa de desemprego, inflação e PIB (2004 a 2012)
Portugal



Fonte: www.ine.pt.

O referido crescimento da taxa de desemprego é acompanhado por um decréscimo acentuado do produto interno bruto, resultando na existência de um período de retração

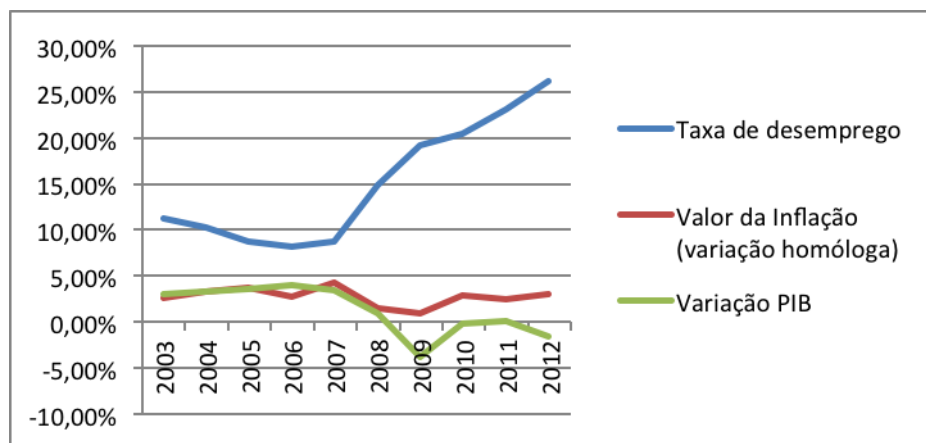
²⁹⁶ Portugal seria o terceiro país da zona euro sob assistência financeira de um programa do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia após os pedidos da Grécia e da Irlanda. Após o pedido de resgate financeiro português, ainda foram equacionadas possíveis ajudas a Espanha e a Itália, as economias mais vulneráveis ao risco de contágio, no entanto, a própria dimensão destas economias e o funcionamento dos respetivos mercados internos conduziu a adoção de políticas de austeridade, sem a necessária intervenção sob a forma de resgate financeiro.

económica²⁹⁷. A este facto não poderá estar alheia a crise política resultante da demissão do Primeiro-ministro António Guterres em 2001, bem como as dificuldades geradas ao nível da coesão governamental após a saída de Durão Barroso em 2004.

Numa caracterização exaustiva ao caso português, Olivier Blanchard (2006) referia que aliado ao fraco crescimento económico, Portugal registava fracos níveis de produtividade, um crescente défice orçamental e uma balança corrente desfavorável, o que acentuava a dificuldade em acompanhar o ritmo de crescimento da zona euro.

Por sua vez, tal como referimos o caso espanhol parte de uma premissa de maior conforto orçamental e económico, face ao período de crescimento vivido, tanto na década de 1990 como na década seguinte. A partir do gráfico abaixo reproduzido, evidencia-se um grande aumento da taxa de desemprego a partir de 2007, sendo que os anos de maiores dificuldades económicas foram vividos entre 2009 e 2012, face à retração do PIB.

Gráfico 4.6. Variação da taxa de desemprego, inflação e PIB (2003 a 2012)
Espanha



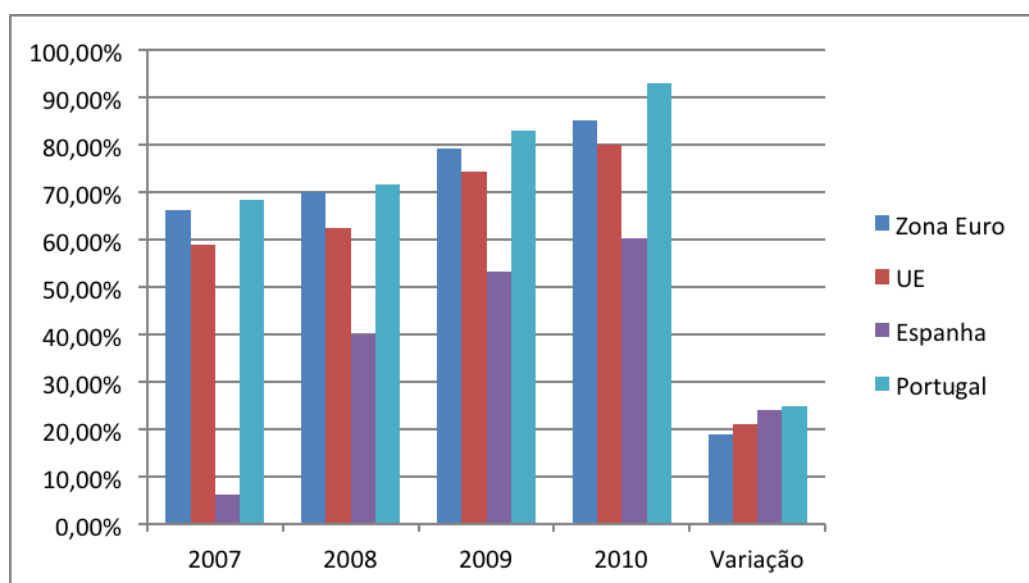
Fonte: www.ine.es.

Embora estes dados sejam determinantes para analisar e caracterizar a situação económica de cada país, o aspeto comparativo ao nível da zona euro tem incidido

²⁹⁷ Tal como salienta Pedro Lourtie (2011: 66), a grande diferença do caso português face ao caso Espanhol ou Grego poderá ter na base o facto do período anterior a 2008 ter sido de crescimento económico ténue, ao contrário do elevado crescimento económico verificado nestes países (taxas superiores a 3%/ano).

sobre a dívida pública de cada Estado, sendo esse um vetor determinante para o equilíbrio das contas públicas, bem como para o estabelecimento de determinadas metas que os Estados devem cumprir.

Gráfico 4.7. Variação da dívida pública na Zona Euro e na U.E. em comparação com Portugal e Espanha (2007 a 2010)



Fonte: Eurostat e OCDE.

O presente gráfico permite-nos compreender a dimensão das diferenças face à sustentabilidade da economia portuguesa em comparação com a sua congénere espanhola ou com a média da zona euro ou da União Europeia. Portugal apresenta níveis da dívida pública superiores, sendo que a situação tem vindo a agravar-se após o período registado.

Naturalmente que esta análise tem de ter em linha de consideração as diferenças estruturais de cada país, bem como os mercados existentes, ou seja, a economia espanhola assenta num modelo de mercado que automaticamente procura satisfazer as necessidades de mais de 47 milhões de habitantes. Nesse sentido, todas as conclusões registadas a este respeito baseiam-se num jogo de múltiplas influências, uma vez que a situação económica está diretamente relacionada com a perceção que os cidadãos têm da classe política, mas também com o seu próprio nível de vida.

Num relatório produzido pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal em parceria com o Instituto Nacional de Estatística de Espanha (2013), os indicadores económicos revelam vários itens que condicionam a vida quotidiana das pessoas, nomeadamente o facto de perto de $\frac{1}{4}$ da população dos dois países viver em risco de pobreza ou de exclusão social em 2011 e de em 2012 os dois países registarem das taxas mais elevadas de desemprego em toda a União.

Este contexto económico acaba por ser determinante na avaliação que os eleitores fazem das políticas seguidas, bem como do papel dos partidos do governo e da oposição, tornando-se, estes, assuntos centrais em toda e qualquer campanha eleitoral.

4.8. Modelo de análise – dados recolhidos

Tal como referimos anteriormente, o presente trabalho parte de um conjunto de hipóteses que procuram explicar a influência das variáveis institucionais e do contexto macroeconómico sobre a abstenção nas eleições legislativas em Portugal e em Espanha entre 2004 e 2011, precisamente um período marcado por uma grave crise económica internacional e pela necessidade de Portugal recorrer a um empréstimo internacional e de Espanha adotar, de igual modo, um conjunto de medidas económicas de austeridade, com o objetivo de reduzir o défice público.

Numa primeira fase, e de modo a enquadrarmos as variáveis de análise selecionadas, optaremos por uma apresentação descritiva das mesmas, o que nos permitirá traçar um quadro geral e rigoroso sobre as hipóteses apresentadas, bem como estruturar a posterior correlação das mesmas com a nossa variável dependente – a abstenção nas eleições legislativas.

4.8.1. Magnitude Eleitoral

Através do quadro 4.7. constatamos a evolução do número de deputados atribuídos a cada círculo eleitoral em Portugal entre 2004 e 2011, o que nos permite compreender que a evolução da estrutura demográfica, bem como os fluxos migratórios poderá influir na distribuição dos mandatos pelos 22 círculos eleitorais, sendo este ato precedido sempre da

atualização dos cadernos eleitorais²⁹⁸. De igual modo procedemos à classificação dos círculos eleitorais de acordo com o seu posicionamento geográfico.

Quadro 4.7. Círculos eleitorais em Portugal – mandatos e abstenção nas eleições legislativas (2004 a 2011)

Localização	Dimensão ²⁹⁹	Círculo	Mandatos			Abstenção		
			2005	2009	2011	2005	2009	2011
Litoral	Grande	Aveiro	15	16	16	34,9%	39,3%	41,0%
Interior e Insular	Pequena	Beja	3	3	3	37,0%	40,7%	44,8%
Litoral	Grande	Braga	18	19	19	30,2%	34,7%	37,4%
Interior e Insular	Pequena	Bragança	4	3	3	44,6%	46,8%	50,6%
Interior e Insular	Pequena	Castelo Branco	5	4	4	34,0%	39,4%	42,2%
Litoral	Média	Coimbra	10	10	9	35,5%	40,0%	42,7%
Interior e Insular	Pequena	Évora	3	3	3	34,1%	38,1%	41,0%
Litoral	Média	Faro	8	8	9	38,4%	42,6%	44,2%
Interior e Insular	Pequena	Guarda	4	4	4	40,0%	35,2%	46,1%
Litoral	Média	Leiria	10	10	10	35,2%	41,4%	41,5%
Litoral	Grande	Lisboa	48	47	47	33,6%	38,5%	37,9%
Interior e Insular	Pequena	Portalegre	2	2	2	34,7%	39,1%	42,1%
Litoral	Grande	Porto	38	39	39	30,9%	35,1%	36,7%
Interior e Insular	Média	Santarém	10	10	10	34,5%	39,0%	41,1%
Litoral	Grande	Setúbal	17	17	17	35,9%	40,7%	41,1%
Litoral	Pequena	Viana do Castelo	6	6	6	38,8%	44,9%	47,5%
Interior e Insular	Pequena	Vila Real	5	5	5	43,2%	46,6%	49,2%
Interior e Insular	Média	Viseu	9	9	9	39,9%	43,6%	46,5%
Interior e Insular	Pequena	R.A. Açores	5	5	5	51,8%	56,4%	59,9%
Interior e Insular	Pequena	R.A. Madeira	6	6	6	39,2%	45,2%	45,7%
Interior e Insular	Pequena	Europa	2	2	2	68,3%	76,9%	75,8%
Interior e Insular	Pequena	Fora Europa	2	2	2	81,4%	90,8%	87,4%
Total			230	230	230	35,7%	40,3%	42,0%

Fonte: CNE. (www.cne.pt).

O presente quadro permite, igualmente, analisar a abstenção eleitoral registada em cada círculo eleitoral nas eleições mencionadas, numa variação que se apresenta como significativa, com as regiões autónomas (Açores e Madeira) e os círculos da emigração (Europa e Fora da Europa) a registarem os valores mais elevados de abstenção e os círculos de Braga, Lisboa e Porto os valores mais elevados de participação eleitoral.

²⁹⁸ Convém referir que, apesar de tudo, as alterações foram mínimas, tendo a maioria dos círculos mantido o número de deputados nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2011. De facto, só os círculos eleitorais de Aveiro, Braga, Faro e Porto registaram um aumento da sua representação entre 2005 e 2011, em detrimento de Bragança, Castelo Branco, Coimbra e Lisboa, que viram a sua representação diminuir no mesmo período.

²⁹⁹ Importa referir que consideramos os círculos eleitorais com mais de 15 mandatos de grande dimensão, entre 9 e 10 mandatos de média dimensão e com 6 ou menos mandatos de pequena dimensão.

Quadro 4.8. Círculos eleitorais em Espanha – mandatos e abstenção nas eleições parlamentares (2004 a 2011)

Localização	Dimensão ³⁰⁰	Círculo	Mandatos			Abstenção		
			2004	2008	2011	2004	2008	2011
Litoral	Grande	Andaluzia	61	61	60	25,2%	27,2%	31,1%
Interior e Insular	Média	Aragão	13	13	13	23,0%	24,1%	29,0%
Litoral	Pequena	Astúrias	8	8	8	28,3%	28,7%	35,4%
Interior e Insular	Pequena	Baleares	8	8	8	31,2%	32,4%	39,0%
Litoral	Média	País Basco	19	18	18	25,0%	36,0%	32,7%
Interior e Insular	Média	Ilhas Canárias	15	15	15	33,3%	34,1%	40,4%
Litoral	Pequena	Cantábria	5	5	5	22,8%	23,6%	28,4%
Litoral	Grande	Catalunha	47	47	47	24,0%	29,7%	34,8%
Interior e Insular	Média	Castela-la-Mancha	20	21	21	20,1%	20,0%	24,2%
Interior e Insular	Grande	Castela e Leão	33	32	32	22,2%	22,3%	28,7%
Interior e Insular	Média	Estremadura	10	10	10	20,7%	21,5%	26,1%
Litoral	Média	Galiza	24	23	23	29,0%	29,5%	37,8%
Interior e Insular	Pequena	La Rioja	4	4	4	20,5%	20,7%	27,2%
Interior e Insular	Grande	Comunidade de Madrid	35	35	36	21,1%	20,9%	26,7%
Litoral	Média	Região de Múrcia	9	10	10	22,9%	20,4%	25,9%
Interior e Insular	Pequena	Comunidade de Navarra	5	5	5	23,8%	27,9%	31,1%
Litoral	Grande	Comunidade Valenciana	32	33	33	22,3%	21,2%	25,8%
Interior e Insular	Pequena	Ceuta	1	1	1	36,6%	36,7%	46,8%
Interior e Insular	Pequena	Melilla	1	1	1	44,2%	36,3%	50,6%
Total			350	350	350	24,3%	26,2%	31,1%

Fonte: Junta Electoral de España (<http://www.infoelectoral.mir.es>)..

No que diz respeito ao contexto espanhol verificamos que o valor global da participação eleitoral é superior ao português, sendo que por motivos de comparação direta utilizaremos os dados da distribuição de mandatos por regiões autónomas e não por comunidades autónomas. Neste caso, importa, desde logo, mencionar a diferença no número de deputados a eleger (350 face aos 230 parlamentares portugueses). Por sua vez, importa referir que a região da Andaluzia é a que elege mais representantes ao Congresso, embora a um nível mais micro seja a comunidade de Barcelona a que mais deputados elege³⁰¹.

³⁰⁰ Consideramos os círculos eleitorais com mais de 30 mandatos de grande dimensão, entre 10 e 23 mandatos de média dimensão e com 8 ou menos mandatos de pequena dimensão.

³⁰¹ Tal como no caso português foram ténues as diferenças ao nível da distribuição de mandatos a cada região autónoma entre 2004 e 2011.

4.8.2. Modo de escrutínio

Esta constitui uma das variáveis em que se pode verificar a maior proximidade no que diz respeito à análise dos sistemas eleitorais português e espanhol, no que às eleições legislativas diz respeito, considerando o parlamento português e a câmara baixa das cortes espanholas (congresso). Nesse sentido, alargamos o âmbito da análise às eleições presidenciais portuguesas, em virtude do voto personalizado nas mesmas e às eleições para a câmara alta das cortes (senado), nas quais os eleitores espanhóis podem votar até a um máximo de três candidatos (sendo o voto em personalizado e não em listas)³⁰².

Ou seja, se em relação ao primeiro caso temos listas fechadas e bloqueadas, em que o eleitor dispõe de um voto único, nas eleições presidenciais portuguesas e para o senado espanhol já nos deparamos com cenários distintos, tanto pelo carácter personalizado do voto, mas também pela existência de um voto múltiplo no caso espanhol.

Quadro 4.9. Estrutura e modalidade de voto em Portugal e em Espanha

Estrutura de voto nas eleições legislativas portuguesas e para o congresso espanhol	Estrutura de voto nas eleições presidenciais portuguesas
	b) Voto personalizado, único e nominal.
a) Voto em listas fechadas e bloqueadas, voto único e categórico.	
	Estrutura de voto nas eleições para o Senado espanhol
	c) Voto personalizado, limitado e preferencial.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

A multiplicidade de opções no contexto ibérico impõe uma análise cuidada às diversas opções à disposição do Legislador quanto à estrutura e à modalidade de voto adotada, sendo este um dos aspetos centrais que tem sido analisado aquando dos debates em torno da reforma eleitoral (Freire, Martins e Moreira, 2008 e Sampaio, 2009).

³⁰² Convém referir que em relação às eleições presidenciais e, de modo a obter um número igual de casos de análise, optamos por incluir as eleições de 2001, 2006 e 2011.

4.8.3. Tipo de parlamento

A presente variável permite-nos procurar constatar o impacto do unicameralismo e do bicameralismo sobre a abstenção eleitoral, sendo que a comparação entre o caso português e espanhol permite, precisamente, analisar os dois cenários. Através do quadro 4.10. é possível verificar o resultado da abstenção eleitoral nas eleições legislativas portuguesas e nas eleições parlamentares para o congresso em Espanha.

Quadro 4.10. Abstenção de acordo com o número de câmaras parlamentares

<i>Portugal</i>				<i>Espanha</i>			
Unicameral	2005	2009	2011	Bicameral	2004	2008	2011
Abstenção	35,74%	40,32%	41,97%		24,34%	26,15%	31,06%

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Não deixa de ser significativa a diferença ao nível da participação eleitoral registada nos dois países. De facto, a diferença entre os atos eleitorais mais próximos é sempre superior a 10%³⁰³. Por sua vez, o quadro 4.11. permite-nos obter uma comparação direta entre a abstenção eleitoral registada nas duas câmaras das cortes espanholas (congresso e senado), bem como o posicionamento dos dois principais partidos políticos (PSOE e PP) em cada ato eleitoral.

³⁰³ Poderemos falar de uma diferença crónica do nível de abstenção eleitoral nos dois países, no entanto importa percorrer o caminho de análise das diversas variáveis e hipóteses explicativas de modo a dar um efetivo contributo no estudo da participação eleitoral nos dois países.

Quadro 4.11. Abstenção nas eleições gerais espanholas e posicionamento do PSOE e PP

	Congresso			Senado		
	2004	2008	2011	2004	2008	2011
Abstenção	24,34%	26,15%	31,06%	24,25%	25,51%	31,57%
Vencedor	PSOE	PSOE	PP	PP	PP	PP
Diferença entre os dois partidos	4,88%	3,93%	15,87%	21	13	88

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

O principal objetivo é verificar se existe uma replicação dos resultados das eleições para o congresso nas eleições para o senado, uma vez que em relação ao valor da abstenção a análise é atenuada pelo facto das eleições decorrerem no próprio dia. Neste caso, a deslocalização dos eleitores às urnas é apenas uma (importa recordar os custos do voto), sendo que a atualização dos cadernos eleitorais decorre em simultâneo para ambos os processos eleitorais.

4.8.4. Sistema de partidos

Com a presente variável partimos em busca da verificação da correlação entre o número de partidos que se apresentam a eleições e o registo da abstenção eleitoral³⁰⁴. Também a este nível se verifica uma diferença significativa entre o caso português e o caso espanhol, facto que poderá ser explicado pela existência de partidos com um forte pendor nacionalista e regionalista em Espanha, sendo que muitos destes partidos se apresentam a eleições num reduzido número de círculos eleitorais ou mesmo em apenas um círculo³⁰⁵.

³⁰⁴ Importa referir que para termos um quadro de comparação, inserimos a indicação dos partidos com efetiva representação parlamentar (NPPE).

³⁰⁵ Apesar desta diferença, o número de partidos candidatos em Espanha diminuiu de forma significativa entre as eleições gerais de 2008 e as eleições gerais de 2011.

Quadro 4.12. Número de partidos eleitorais e com representação parlamentar

	Portugal			Espanha		
	2005	2009	2011	2004	2008	2011
Partidos candidatos*	11	16	17	96	98	62
Partidos com assento parlamentar	6	6	6	11	10	13
Percentagem de voto nos dois maiores partidos	73,80%	65,67%	66,71%	80,30%	83,81%	73,39%

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

* Em Espanha, partidos apresentam candidaturas aos círculos eleitorais e não a um círculo nacional. A questão das autonomias e dos nacionalismos justifica a multiplicidade de candidaturas.

De igual modo se procurará aferir o grau de bipartidarização existente nos dois países e de que modo esta característica influencia a abstenção eleitoral. Neste caso concreto, a variação tem sido irregular, uma vez que em Portugal entre 2005 e 2009 a percentagem de votos nos dois maiores partidos (PS e PSD) diminuiu consideravelmente, embora tenha aumentado ligeiramente nas eleições de 2011. Por sua vez, em Espanha a votação conjugada nos dois maiores partidos (PSOE e PP) aumentou entre 2004 e 2008, mas desceu de forma significativa em 2011, o que poderá representar uma mudança significativa no arco de poder estabelecido nos últimos anos.

4.8.5. Sistema de governo

O rigor na determinação dos conceitos na área das ciências sociais é determinante para estabelecermos as fronteiras entre regime político, sistema de governo e a forma de governo. Neste caso concreto incidimos a análise sobre o sistema de governo e, posteriormente, sobre a

forma de governo, sendo que nas duas hipóteses subsistem diferenças significativas entre o modelo político português e o espanhol³⁰⁶.

Tal como referimos anteriormente, em Portugal vigora um sistema de governo semipresidencialista (pese embora as diversas denominações que possam ser utilizadas), enquanto que em Espanha o sistema caracteriza-se por ser parlamentar. Embora a figura central e responsável pelo poder executivo seja o primeiro-ministro (Portugal) e o chefe do governo (Espanha), os poderes atribuídos ao chefe de Estado português (Presidente da República) em comparação com as funções adstritas ao Monarca espanhol obrigam a uma análise da dinâmica institucional entre os diversos órgãos de soberania no sentido de verificar a correlação entre a abstenção eleitoral e o sistema de governo, bem como a durabilidade média dos governos em cada sistema.

Quadro 4.13. Abstenção eleitoral de acordo com o sistema de governo (2004-2011)

Portugal	2005	2009	2011	Espanha	2004	2008	2011
Semipresidencial	35,74%	40,32%	41,97%	Parlamentar	24,34%	26,15%	31,06%

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Um das hipóteses levantadas prende-se precisamente com a estabilidade dos governos e com o compromisso da sua durabilidade em toda a legislatura (4 anos). Num olhar sobre o funcionamento da democracia portuguesa, mais concretamente sobre o funcionamento dos governos constitucionais, constata-se que desde 1976 (1º governo constitucional), Portugal já registou 19 governos, a que corresponderam 12 Primeiros-ministros.

³⁰⁶ A questão do regime, embora importante, não nos permitiria analisar diferenças ao nível da abstenção, uma vez que os dois países beneficiam de consolidadas democracias.

Quadro 4.14. Duração dos governos em Portugal e em Espanha

Portugal			Espanha		
Governo	Duração	Período	Governo	Duração	Período
I Governo	18 meses	23-07-1976 a 23-01-1978	I Legislatura		
II Governo	7 meses	23-01-1978 a 29-08-1978	I Legislatura	3 anos	1979-1981-1982
III Governo	3 meses	29-08-1978 a 22-11-1978	II Legislatura	4 anos	1982 a 1986
IV Governo	8 meses	22-11-1978 a 07-07-1979	III Legislatura	3 anos	1986 a 1989
V Governo	5 meses	01-08-1979 a 3-01-1980	IV Legislatura	4 anos	1989 a 1993
VI Governo	1 ano	03-01-1980 a 09-01-1981	V Legislatura	3 anos	1993 a 1996
VII Governo	8 meses	09-01-1981 a 04-09-1981	VI Legislatura	4 anos	1996 a 2000
VIII Governo	21 meses	04-09-1981 a 9-06-1983	VII Legislatura	4 anos	2000 a 2004
IX Governo	29 meses	09-06-1983 a 06-11-1985	VIII Legislatura	4 anos	2004 a 2008
X Governo	21 meses	06-11-1985 a 17-08-1987	XIX Legislatura	3 anos	2008 a 2011
XI Governo	4 anos	17-08-1987 a 31-10-1991	X Legislatura	30 meses	11-2011 ao presente
XII Governo	4 anos	31-10-1991 a 28-10-1995			
XIII Governo	4 anos	28-10-1995 a 25-10-1999			
XIV Governo	30 meses	25-10-1999 a 06-04-2002			
XV Governo	27 meses	06-04-2002 a 17-07-2004			
XVI Governo	8 meses	17-07-2004 a 12-03-2005			
XVII Governo	4 anos	12-03-2005 a 26-10-2009			
XVIII					
Governo	18 meses	27-09-2009 a 23-03-2011			
XIX Governo	3 anos	06-2011 ao presente			

Fonte: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx> e <http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/presidentes/Paginas/index.aspx>. Quadro elaborado pelo autor.

Por sua vez, se considerarmos o historial da democracia espanhola, verifica-se uma maior estabilidade dos governos, sendo registadas 10 legislaturas desde 1979 até à atualidade. Nesta contabilização, Mariano Rajoy, eleito em 2011, é “apenas” o sexto chefe do governo espanhol desde 1979. De realçar igualmente que a I legislatura, que decorreu de 1979 a 1982, contou com dois chefes de Estado, Adolfo Suárez até 1981 e Leopoldo Calvo-Sotelo entre 1981 e 1982.

Após esse período, apenas duas legislaturas não foram cumpridas na totalidade (quatro anos), mais precisamente a V legislatura, interrompida em 1996 e que viria a lançar José Maria Aznar na liderança do governo espanhol e a XIX legislatura, interrompida em 2011 e que conduziu à vitória do PP nas eleições desse ano.

4.8.6. Forma de governo

Ao abordarmos a forma de governo não nos deteremos, como referimos anteriormente, nas vantagens e desvantagens da república face à monarquia ou vice-versa. O propósito da inclusão desta variável cinge-se à constatação dos valores da abstenção em cada caso, considerando igualmente o número total de atos eleitorais, uma vez que em Espanha não havendo a eleição do chefe de Estado, os eleitores poderão concentrar a sua atenção sobre os demais atos eleitorais.

Quadro 4.15. Abstenção eleitoral em Portugal e Espanha de acordo com a forma de governo

Portugal				Espanha			
República	2005	2009	2011	Monarquia	2004	2008	2011
	35,74%	40,32%	41,97%		24,34%	26,15%	31,06%

Quadro elaborado pelo autor.

Estarão os eleitores “cansados” de sucessivos processos eleitorais? Ou este progressivo afastamento da participação eleitoral estará mais relacionado com o descontentamento face ao funcionamento da democracia? Não havendo respostas definitivas para a problemática em estudo, importa compreender de que modo a escolha da forma de governo poderá influir na participação eleitoral.

4.8.7. Variáveis económicas

A análise da abstenção eleitoral não pode ser realizada dissociada de um conjunto de variáveis políticas, institucionais, sociais e económicas. Com o atual contexto macroeconómico a dominar a centralidade dos discursos políticos e o quotidiano dos cidadãos, optamos por incluir na presente investigação quatro indicadores que nos permitem traçar um quadro genérico sobre a situação económica vivida em Portugal e em Espanha no

período referido, a saber: a taxa de desemprego; o valor da inflação; a variação do PIB e a percentagem da dívida pública³⁰⁷. Esta inclusão permite ampliar o âmbito da nossa análise, bem como justificar o particular interesse por este período marcado pelo resgate financeiro a Portugal e pelos programas de austeridade adotados pelo governo espanhol.

O quadro 4.16. resume o espetro económico dos dois países entre 2004 e 2011, sendo que importa destacar o facto de ambos partirem de situações económicas e financeiras bastante díspares, face ao maior crescimento económico de Espanha na década anterior.

Quadro 4.16. Dados eleitorais e variáveis macroeconómicas em Portugal e em Espanha – 2004-2011

	Portugal			Espanha		
	2005	2009	2011	2004	2008	2011
Partido Vencedor	PS	PS	PSD	PSOE	PSOE	PP
% voto dos dois maiores partidos	73,8%	65,7%	66,7%	80,3%	83,8%	73,4%
Abstenção	35,7%	40,3%	42,0%	24,3%	26,2%	31,1%
Partidos com assento parlamentar	6	6	6	11	10	13
Taxa de desemprego	7,60%	9,50%	12,70%	10,30%	14,90%	23,20%
Valor da Inflação (variação homóloga)	2,28%	-0,83%	3,65%	3,20%	1,50%	2,40%
Variação do PIB	3,30%	-2,00%	-1,00%	3,30%	0,90%	0,10%
Dívida Pública	67,7%	83,7%	108,0%	46,3%	40,2%	71,0%

Fonte: INE Portugal e INE Espanha. Quadro elaborado pelo autor.

Não nos compete avaliar as referidas políticas económicas e o caminho adotado pelos agentes políticos, mas antes analisar a correlação entre estes indicadores e a abstenção eleitoral, aferindo do seu impacto. Só deste modo poderemos verificar se existe ou não influência e quais as variáveis que mais se destacam na correlação com a abstenção.

4.9. Modelo de análise – resultados

Nesta segunda parte utilizamos um modelo de análise baseado em regressões múltiplas e lineares (análise referencial e explicativa) para testar as nossas hipóteses de trabalho, de

³⁰⁷ Convém referir que socorremo-nos dos dados oficiais disponibilizados pelos respetivos Institutos Nacionais de Estatística.

modo a verificar se existe influência estatisticamente significativa entre as nossas variáveis. Tal como referimos anteriormente, a variável dependente, a qual pretendemos explicar é a abstenção eleitoral nas eleições legislativas / parlamentares entre 2004 e 2011 em Portugal e em Espanha, sendo as variáveis institucionais e macroeconómicas por nós escolhidas as variáveis independentes.

Neste contexto, com recurso à análise de dados através de SPSS utilizamos três métodos estatísticos, a saber: teste *T de Student*; teste de *ANOVA* e o coeficiente de correlação de *Pearson R*³⁰⁸. A utilização destes modelos justifica-se pela necessidade de analisar um conjunto de variáveis qualitativas e quantitativas. De um modo global, podemos afirmar que os testes estatísticos servem para averiguar se as diferenças registadas na amostra são (estatisticamente) significativas, ou seja, se as conclusões da amostra se podem inferir para a população.

Na análise estatística em ciências sociais o valor de 5% é um valor de referência para testar as hipóteses, ou seja, estabelece-se a inferência com uma probabilidade de erro inferior a 5% (Marôco, 2007). Quando o objetivo passa pela análise de uma variável quantitativa nas duas classes de uma variável qualitativa nominal dicotómica pode-se utilizar o teste paramétrico *t de Student*, de modo a verificar a significância das diferenças entre os valores médios observadas para ambos os grupos da variável nominal dicotómica. Nesse sentido, o teste coloca duas hipóteses:

- Não existe diferença entre a média das variáveis quantitativas, para cada um dos grupos da variável dicotómica.
- Existe diferença entre a média das variáveis quantitativas, para cada um dos grupos da variável dicotómica

Quando o valor de prova do teste *t* é superior a 5%, aceita-se a hipótese nula, ou seja, não há diferenças entre os dois grupos. Quando o valor de prova é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula, de a média ser igual para os dois grupos, ou seja, há diferenças entre os dois grupos.

³⁰⁸ Sobre a utilização do SPSS na análise de dados sociais Marôco, 2007 e 2011; Pestana e Gageiro, 2008 e Guimarães e Cabral, 2011.

Quando o objetivo passa pelo estudo da relação entre uma variável qualitativa e variáveis quantitativas, estas podem ser determinadas pelos valores médios obtidos para cada classe da variável qualitativa, sendo o teste de hipóteses adequado a *ANOVA*, que não é mais do que uma extensão do teste *t de Student*, para variáveis com mais do que duas classes.

O teste *ANOVA* coloca as seguintes hipóteses:

- As médias da variável quantitativa nas categorias da variável qualitativa são iguais.
- As médias da variável quantitativa nas categorias da variável qualitativa são diferentes.

Quando o valor de prova da *ANOVA* é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese de que as médias das variáveis quantitativas sejam iguais para as várias categorias das variáveis qualitativas. Quando é superior a 5%, não se rejeita a hipótese nula.

Por sua vez, quando as variáveis cuja relação se pretende estudar são variáveis quantitativas, como as resultantes da construção de escalas, podem ser analisadas utilizando o coeficiente de correlação de *Pearson R*, que é uma medida da associação linear entre variáveis quantitativas e varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo estiver dos valores extremos, tanto maior é a associação entre as variáveis.

4.9.1. Hipótese de investigação 1

Nos quadros 4.7. e 4.8. tivemos a oportunidades de demonstrar a distribuição de mandatos pelos círculos eleitorais nas eleições legislativas e parlamentares em Portugal e em Espanha, bem como o nível de abstenção registado. No que diz respeito à primeira sub-hipótese (os círculos eleitorais mais povoados — de maior magnitude — apresentam uma taxa de participação eleitoral mais elevada), considerando as variáveis quantitativas “mandatos de cada círculo” e a “abstenção”, a relação entre elas pode ser analisada utilizando o coeficiente de correlação de *Pearson R*.

Quadro 4.17. Correlação de *Pearson R*: relação entre os mandatos de cada círculo eleitoral e abstenção eleitoral

		Abstenção	
		Portugal	Espanha
Mandatos	Coef. Correlação	-,380(**)	-,256
	Valor de prova	,002	,055
	N	66	57

** Correlação forte, para um nível de significância de 0.01.

* Correlação normal, para um nível de significância de 0.05.

Na quadro acima, em cada célula, que relaciona as variáveis que nela se cruzam, apresentamos o valor do coeficiente de correlação de *Pearson R* e o valor de prova do teste. A correlação entre duas variáveis é significativa quando apresenta um valor de prova inferior a 5%.

Para Portugal, verifica-se uma relação estatisticamente significativa entre o número de mandatos e a taxa de abstenção ($r=-0,380$, $p=0,002$), sendo a correlação negativa, ou seja, a um aumento do número de mandatos do círculo eleitoral corresponde uma diminuição significativa da taxa de abstenção.

Para Espanha, a relação entre o número de mandatos e a taxa de abstenção não é significativa ($r=-0,256$, $p=0,055$), embora esteja muito próximo de o ser, sendo a correlação também negativa.

A análise desta sub-hipótese pode igualmente ser efetuada considerando a variável “dimensão de cada círculo” (pequena, média, grande — de acordo com a opção atrás referida) e a “abstenção” através do teste *ANOVA*.

Quadro 4.18. Estatística descritiva e testes *ANOVA*: relação entre a abstenção e a dimensão de cada círculo eleitoral

		N	Abstenção		F (ANOVA)	P
			Média	Desvio padrão		
Portugal	Pequena	36	49,4%	15,4%	7,633	** 0,001
	Média	15	40,4%	3,5%		
	Grande	15	36,5%	3,4%		
Espanha	Pequena	21	32,0%	8,4%	4,621	* 0,014
	Média	21	27,4%	6,2%		
	Grande	15	25,5%	4,2%		

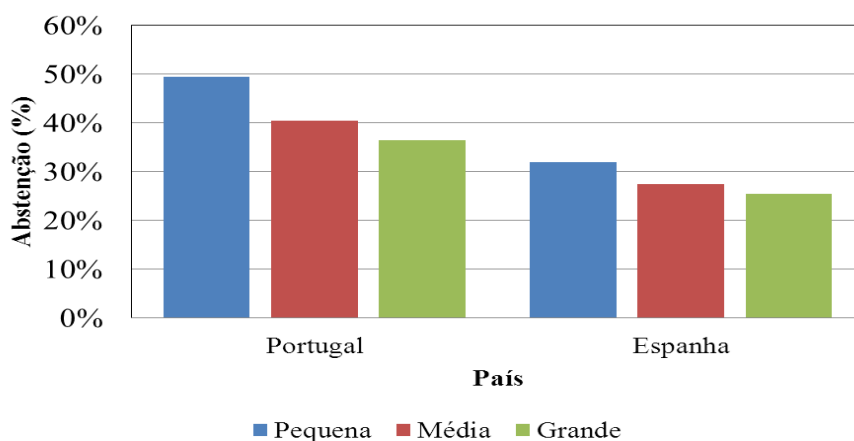
* diferença significativa para $p < 0,05$

** diferença significativa para $p < 0,01$

O valor de prova é inferior a 5% para ambos os países, pelo que se rejeita a hipótese da média da abstenção ser igual para todas as categorias da dimensão de cada círculo, uma vez que se verificam diferenças significativas.

Em Portugal, a média da abstenção diminui com o aumento da dimensão do círculo eleitoral, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Por sua vez, em Espanha, a média da abstenção também diminui com o aumento da dimensão do círculo eleitoral, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Gráfico 4.8. Relações entre a abstenção e a dimensão de cada círculo eleitoral



Deste modo, podemos concluir que se verifica a “sub-hipótese 1.1. Os círculos eleitorais mais povoados (de maior magnitude) apresentam uma taxa de participação eleitoral mais elevada” para Portugal e para Espanha.

No que diz respeito à sub-hipótese 1.2. (os círculos eleitorais do litoral apresentam uma taxa de participação eleitoral mais elevada do que os do interior e insulares) visto a localização ser uma variável nominal dicotómica, utilizamos o teste *t de Student* para estudar a relação entre a abstenção e a localização de cada círculo eleitoral.

Quadro 4.19. Estatística descritiva e testes *t de Student*: relações entre a abstenção e a localização de cada círculo eleitoral

	Dimensão	N	Abstenção		T	p
			Média	Desvio padrão		
Portugal	Litoral	27	38,5%	4,2%	-3,354	** 0,001
	Interior e Insular	39	48,5%	15,1%		
Espanha	Litoral	24	27,8%	4,9%	-0,717	0,476
	Interior e Insular	33	29,2%	8,4%		

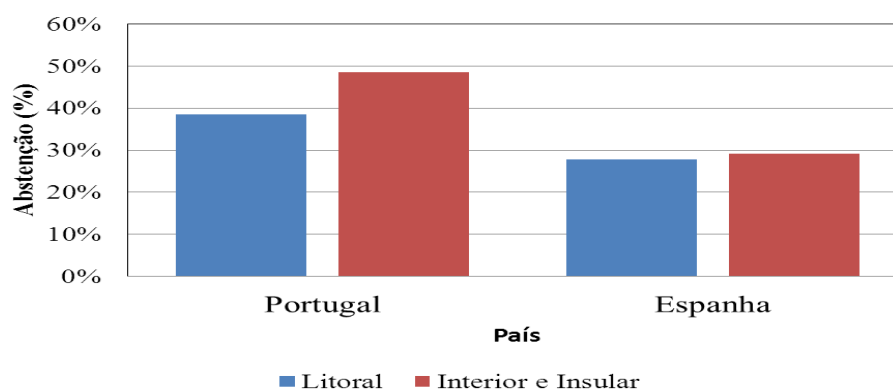
* diferença significativa para $p < 0,05$

** diferença significativa para $p < 0,01$

O valor de prova é inferior a 5% para Portugal, rejeita-se a hipótese da média da abstenção ser igual para ambas as localizações dos círculos eleitorais, uma vez que verificam-se diferenças significativas.

O valor de prova é superior a 5% para Espanha, não se rejeita a hipótese da média da abstenção ser igual para ambas as localizações dos círculos eleitorais: não se verificam diferenças significativas.

Gráfico 4.9. Relações entre a abstenção e a localização de cada círculo eleitoral



Em Portugal, a média da abstenção é superior para os círculos eleitorais da categoria “interior e insular”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Em Espanha, a média da abstenção é ligeiramente superior para os círculos eleitorais da categoria “interior e insular”, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas. Tal deve-se ao facto de os círculos do litoral serem os que apresentam maior

dimensão em Portugal, o que não sucede em Espanha, ou seja, no caso português há uma correspondência entre os círculos eleitorais do litoral e os círculos com maior magnitude.

Portanto, podemos concluir que se verifica a “sub-hipótese 1.2. Os círculos eleitorais do litoral apresentam uma taxa de participação eleitoral mais elevada do que os do interior e insulares” para Portugal, mas não para Espanha.

Ou seja, a distribuição geográfica e a magnitude eleitoral têm um impacto significativo na participação eleitoral em Portugal no contexto das eleições legislativas, embora no contexto espanhol apenas a magnitude eleitoral produza efeitos estatisticamente significativos.

4.9.2. Hipótese de investigação 2

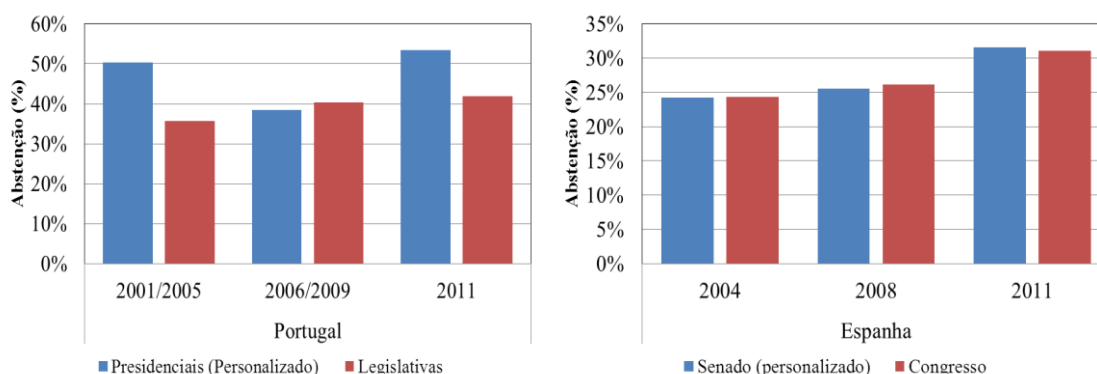
No que diz respeito à segunda hipótese procuramos evidenciar a correlação entre o modo de escrutínio e a participação eleitoral em ambos os países, destacando o facto de nas eleições legislativas / parlamentares (de primeira ordem em Portugal e em Espanha) não existir voto personalizado. Deste modo, para efeitos comparativos recorreremos às eleições presidenciais (Portugal) e para o Senado (Espanha) de modo a testar a personalização do voto.

Quadro 4.20. Abstenção em Portugal e em Espanha – voto personalizado

		Portugal			Espanha				
		Eleições	2001/2005	2006/2009	2011	Eleições	2004	2008	2011
Personalizado	Presidenciais		50,3%	38,5%	53,5%	Senado	24,3%	25,5%	31,6%
	Legislativas		35,7%	40,3%	42,0%	Congresso	24,3%	26,2%	31,1%

Em Portugal, podemos verificar que a abstenção apresenta valores superiores para as eleições personalizadas (presidenciais) quando comparadas com as eleições legislativas, exceto na comparação direta entre as eleições presidenciais de 2006 e as eleições legislativas de 2009. Em Espanha, os valores da abstenção são semelhantes para as eleições personalizadas (senado), quando comparados com os valores das eleições para o congresso.

Gráfico 4.10. e 4.11. Abstenção em Portugal e em Espanha de acordo com a personalização do voto



Portanto, podemos concluir que não se verifica a “sub-hipótese 2.1. A existência de voto personalizado nas eleições em ambos os países favorece a participação eleitoral” nem em Portugal nem em Espanha, logo não se verifica a “hipótese 2. O modo de escrutínio condiciona a participação eleitoral em ambos os países” no que à comparação escolhida diz respeito³⁰⁹.

4.9.3. Hipótese de investigação 3

A simples observação dos níveis de participação de acordo com o número de câmaras representativas em Portugal (uma) e em Espanha (duas) conduz-nos à aplicação do teste *t de Student* para aferir da correlação entre esta variável e a abstenção eleitoral.

Quadro 4.21. Estatística descritiva e Testes *t de Student*: relações entre a abstenção e a existência de uma ou duas câmaras representativas

	N	Abstenção		t	p
		Média	Desvio padrão		
Portugal	3	39,3%	3,2%	4,439	* 0,011
Espanha	3	27,2%	3,5%		

* diferença significativa para $p < 0,05$

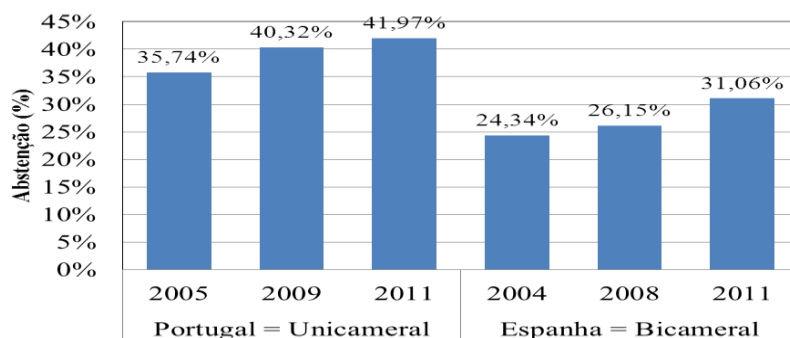
** diferença significativa para $p < 0,01$

³⁰⁹ Importa referir que adotamos uma comparação muito específica, envolvendo diferentes tipos de eleições, o que não nos permite verificar se num cenário com personalização de voto nas eleições legislativas (parlamento ou senado) a abstenção eleitoral seria menor.

O valor de prova é inferior a 5%, rejeitando-se a hipótese da média da abstenção ser igual para ambos os países, uma vez que se verificam diferenças significativas.

Através do gráfico 4.11. podemos verificar que a abstenção e respetivo valor médio são superiores para Portugal (unicameral) quando comparado com Espanha (bicameral), sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Gráfico 4.12. Abstenção em Portugal (unicameral) e em Espanha (bicameral)



Portanto, podemos concluir que se verifica a “sub-hipótese 3.1. A existência de duas câmaras representativas favorece uma maior participação eleitoral” para a comparação entre a realidade de Portugal e de Espanha.

Relativamente à sub-hipótese 3.2. (a existência de duas câmaras representativas fomenta a replicação de resultados eleitorais em ambas) centramos a análise no caso espanhol (onde se verifica o bicameralismo).

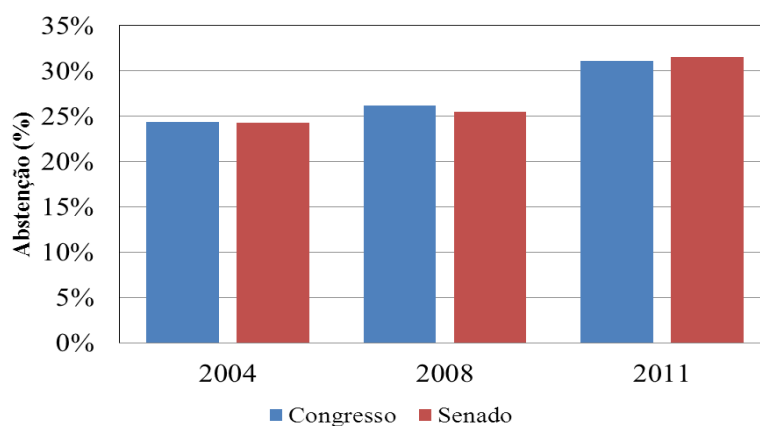
Através do quadro 4.22. podemos verificar que o valor de prova é superior a 5%, pelo que não se rejeita a hipótese da média da abstenção ser igual para o Congresso e para o Senado (não se verificam diferenças significativas).

Quadro 4.22. Estatística descritiva e Testes t *de Student*: Relações entre a abstenção em Espanha e o tipo de eleição (Congresso ou Senado)

	N	Abstenção		T	p
		Média	Desvio padrão		
Congresso	3	27,2%	3,5%	0,024	0,982
Senado	3	27,1%	3,9%		

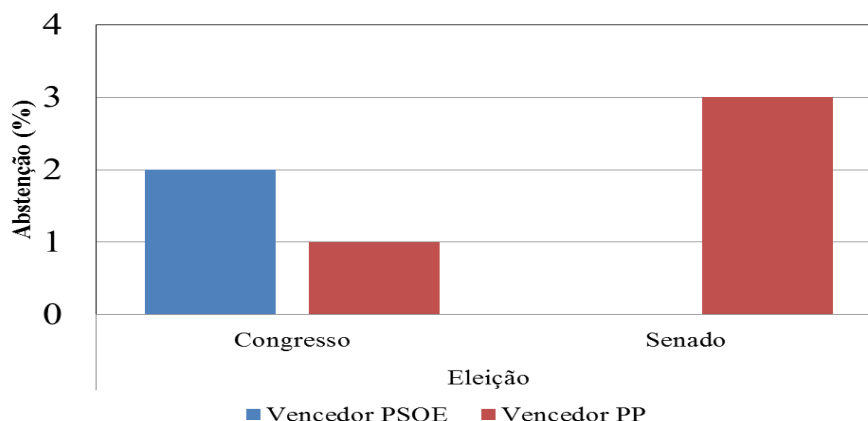
Na amostra recolhida a abstenção e respetivo valor médio são idênticas nas eleições para o Congresso e para o Senado (as ligeiras diferenças verificadas não são estatisticamente significativas).

Gráfico 4.13. Abstenção em Espanha, para o Congresso e para o Senado



Deste modo, no que diz respeito à abstenção, não são perceptíveis diferenças entre os dois tipos de eleições (Congresso e Senado). No entanto, esta sub-hipótese diz respeito aos resultados eleitorais entendidos de forma global, ou seja, importa incidir a análise sobre o vencedor de cada ato eleitoral.

Gráfico 4.14. Resultados das eleições, para o Congresso e para o Senado



Verifica-se que nas eleições para o Congresso o partido vencedor foi o PSOE em 2004 e 2008 e o PP em 2011, já nas eleições para o Senado o partido vencedor foi sempre o PP, em 2004, 2008 e 2011.

Portanto, podemos concluir que não se verifica a “sub-hipótese 3.2. A existência de duas câmaras representativas fomenta a replicação de resultados eleitorais em ambas”, pois os resultados eleitorais, em termos do partido vencedor, não são iguais nas duas câmaras, pelo contrário, das três eleições analisadas, apenas num ato eleitoral ocorreu replicação de resultados. Embora seja importante reter, nesta análise, o reduzido número de casos para possíveis inferências.

4.9.4. Hipótese de investigação 4

A análise do sistema de partidos é de vital importância na dinâmica de verificação dos resultados eleitorais. Com a presente hipótese de investigação partimos com o intuito de verificar a relação entre o número de partidos candidatos a cada eleição e o grau de bipartidarização do sistema com a abstenção eleitoral.

Recorrendo ao quadro 4.12. apresentamos a caracterização do sistema de partidos nos dois países no que ao número de partidos e partidos com representação parlamentar diz respeito, bem como os valores somados dos dois maiores partidos em cada eleição legislativa entre 2004 e 2011.

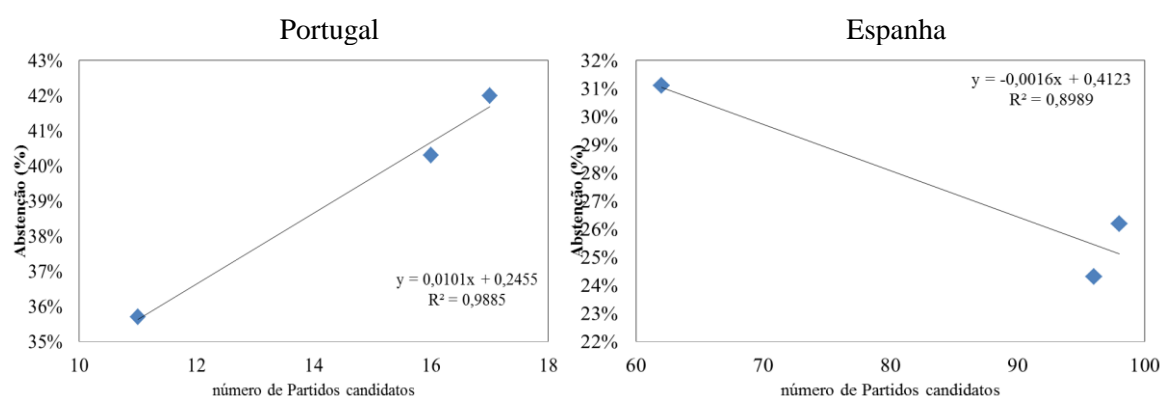
Considerando a primeira sub-hipótese (Quanto maior é o número de partidos candidatos que disputam as eleições, maior é a participação eleitoral) e de acordo com as variáveis quantitativas em questão (partidos candidatos e abstenção) podemos utilizar a correlação de *Pearson R* para testar a relação entre elas, sendo, neste caso, importante analisar separadamente o caso português e espanhol.

Quadro 4.23. Correlação de *Pearson R*: relação entre o número de partidos candidatos e a abstenção para Portugal e Espanha separadamente

Portugal			Espanha		
Partidos candidatos			Partidos candidatos		
	Coef. Correlação	Abstenção		Coef. Correlação	Abstenção
	Valor de prova			Valor de prova	
	N			N	
		3			3

Os gráficos 4.14. e 4.15. permitem-nos interpretar de forma mais clara a correlação entre estas variáveis.

Gráficos 4.15. e 4.16. Relação entre o número de partidos candidatos e a abstenção, para Portugal e Espanha separadamente



Para Portugal, verifica-se uma relação entre o número de partidos candidatos e a taxa de abstenção ($r=0,994$, $p=0,069$), que é uma correlação positiva: significa que a um aumento

do número de partidos candidatos corresponde um aumento da taxa de abstenção, no entanto, esta correlação não é estatisticamente significativa.

Para Espanha, a relação entre o número de partidos candidatos e a taxa de abstenção também não é significativa ($r=-0,948$, $p=0,206$), embora agora a correlação seja negativa: a um aumento do número de partidos candidatos corresponde uma diminuição da taxa de abstenção.

Podemos, deste modo, concluir que a sub-hipótese 4.1. (Quanto maior é o número de partidos candidatos que disputam as eleições, maior é a participação eleitoral) não se verifica nos dois países, produzindo inclusivamente efeitos opostos. Em Portugal verifica-se um aumento da taxa de abstenção com o aumento do número de partidos candidatos, enquanto que em Espanha existe uma diminuição da taxa de abstenção, mas essa redução não é estatisticamente significativa.

No que diz respeito ao grau de bipartidarização do sistema político analisamos os valores obtidos pelos principais partidos políticos em Portugal (PS e PSD) e em Espanha (PSOE e PP) para aferir se a uma maior concentração de votos nestes partidos corresponde uma maior participação eleitoral.

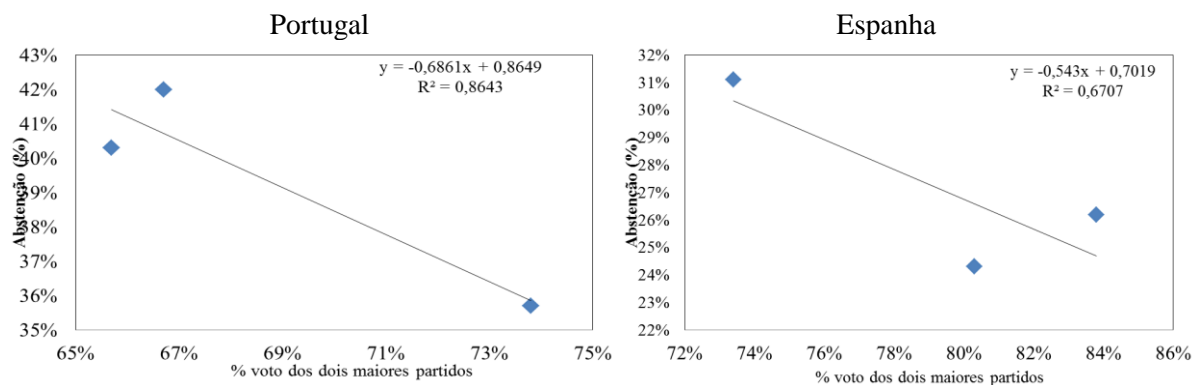
Considerando as variáveis quantitativas em questão (% de voto nos dois maiores partidos e a taxa de abstenção – apresentados no quadro 4.12.), utilizamos o coeficiente de *Pearson R* para analisar a correlação existente.

Quadro 4.24. Correlação de *Pearson R*: relação entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e a abstenção (Portugal e Espanha)

Portugal			Espanha		
		Abstenção			Abstenção
Partidos candidatos	Coef. Correlação	-,930	Partidos candidatos	Coef. Correlação	-,819
	Valor de prova	,240		Valor de prova	,389
	N	3		N	3

Pelos resultados verifica-se que em ambos os países a um aumento da percentagem de votos nos dois maiores partidos corresponde uma diminuição da abstenção eleitoral.

Gráficos 4.17 e 4.18. Relação entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e abstenção, para Portugal e Espanha separadamente



Para Portugal e Espanha verifica-se uma relação negativa entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e a taxa de abstenção ($r=-0,930$, $p=0,240$ e $(r=-0,819$, $p=0,389$, respetivamente), ou seja, a um aumento da percentagem de voto dos dois maiores partidos corresponde uma diminuição da taxa de abstenção, no entanto, ambas as correlações não são estatisticamente significativas. Recorde-se que apenas estão incluídas três observações (eleições) para cada país, o que não permite a inferência destes resultados.

No entanto, efetuando a análise dos dados agregada, de modo a obter um número de casos superior verifica-se uma relação estatisticamente significativa entre a % voto dos dois maiores partidos e a taxa de abstenção ($r=-0,941$, $p=0,005$), sendo a correlação naturalmente negativa: significa que a um aumento da percentagem de voto dos dois maiores partidos corresponde uma diminuição significativa da taxa de abstenção.

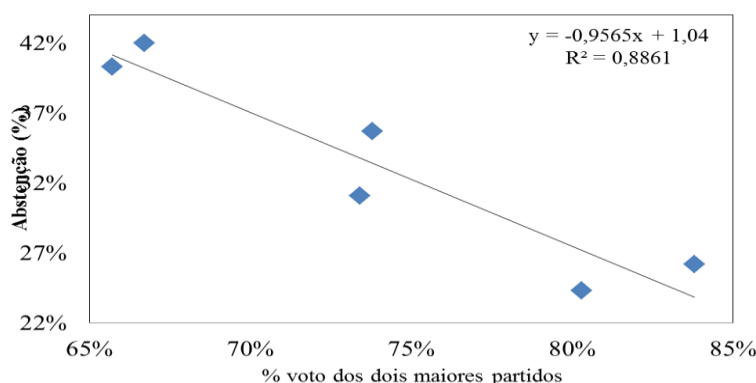
Tal facto pode ser observado no quadro 4.25. e no gráfico 4.18.

Quadro 4.25. Correlação de *Pearson R*: relação entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e a abstenção (Portugal e Espanha)

		Abstenção
% voto dos dois maiores partidos	Coef. Correlação	-,941(**)
	Valor de prova	,005
	N	6

** Correlação forte, para um nível de significância de 0.01.

Gráfico 4.19. Relação entre a percentagem de voto dos dois maiores partidos e abstenção, para Portugal e Espanha em conjunto



Portanto, podemos concluir que, globalmente para Portugal e Espanha, se verifica a “Sub-hipótese 4.2. Quanto maior é a concentração do voto nos dois maiores partidos, maior tende a ser a participação eleitoral”. Deste modo, inferimos igualmente a hipótese geral, de que a configuração do sistema de partidos influencia a participação eleitoral nas eleições legislativas, com preponderância para a questão da bipartidarização.

4.9.5. Hipótese de investigação 5

Uma das principais diferenças entre o sistema político português e espanhol prende-se com o sistema de governo, semipresidencial no caso português e parlamentar no caso espanhol. Tivemos, ao longo da presente investigação, oportunidade para caracterizar estas diferenças, tendo utilizado o teste *t de Student* para aferir da correlação entre estas variáveis.

Quadro 4.26. Estatística descritiva e Testes *t de Student*: relações entre a abstenção e o sistema de governo

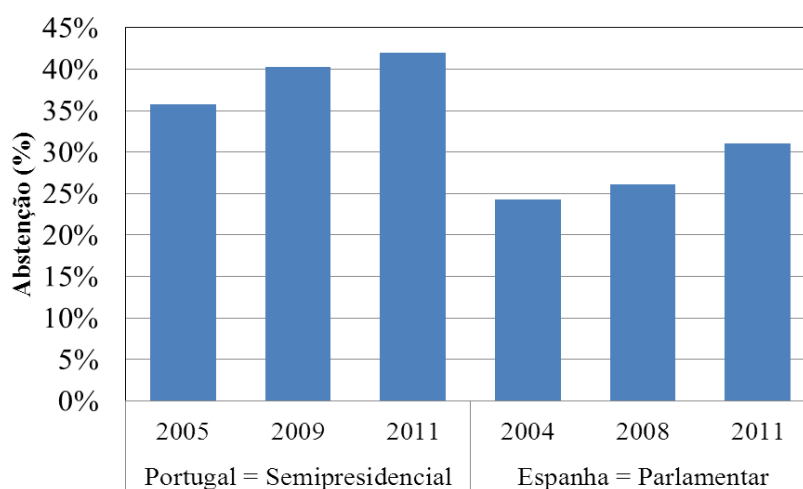
	N	Abstenção		t	p
		Média	Desvio padrão		
Portugal	3	39,3%	3,2%	4,439	* 0,011
Espanha	3	27,2%	3,5%		

* diferença significativa para $p < 0,05$

** diferença significativa para $p < 0,01$

O valor de prova é inferior a 5%, rejeitando-se a hipótese da média da abstenção ser igual para ambos os países, uma vez que verificam-se diferenças significativas.

Gráfico 4.20. Abstenção em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) e em Espanha (sistema de governo parlamentar)

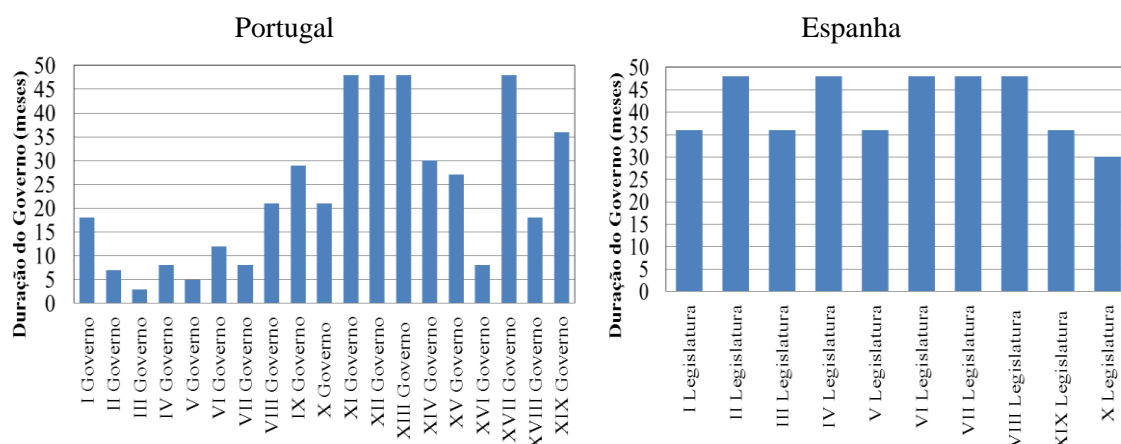


A abstenção e respetivo valor médio são superiores para Portugal (sistema de governo semipresidencialista) quando comparado com Espanha (sistema de governo parlamentar), sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Portanto, podemos concluir que se verifica a “Hipótese 5. As eleições legislativas tendem a ser mais participadas em sistemas de governo parlamentar (Espanha) do que em sistemas de governo semipresidencialista (Portugal)” para a comparação entre a realidade de Portugal e de Espanha.

Para aprofundar esta análise inserimos uma sub-hipótese relativa à estabilidade governativa — duração dos governos. Através do gráfico 4.20. e 4.21. podemos observar a duração dos governos em Portugal e em Espanha, numa perspetiva longitudinal.

Gráfico 4.21. e 4.22. Duração dos Governos em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) e das Legislaturas em Espanha (sistema de governo parlamentar)



A duração dos Governos em Portugal varia entre três meses e quatro anos, existindo um número considerável de governos (11 em 19) com duração inferior a dois anos. A duração das Legislaturas em Espanha varia entre três e quatro anos, numa clara demonstração de maior estabilidade governativa.

Através do quadro 4.27. podemos verificar que o valor de prova no teste *t de Student* é inferior a 5%, pelo que se rejeita a hipótese da duração média do governo em Portugal ser igual à duração média da Legislatura em Espanha (verificam-se diferenças significativas).

Quadro 4.27. Estatística descritiva e Testes *t de Student*: Relações entre a Duração dos Governos em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) e das Legislaturas em Espanha (sistema de governo parlamentar)

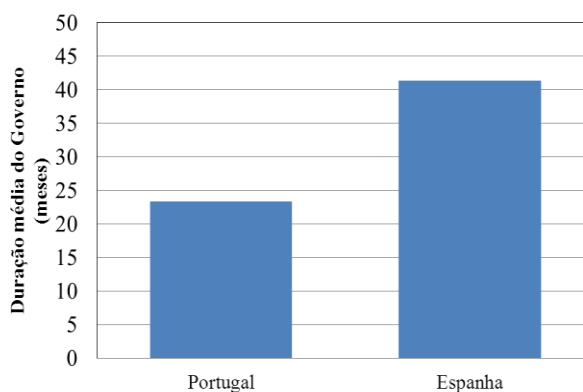
	N	Duração		t	p
		Média	Desvio padrão		
Portugal	19	23,32	15,990	-3,379	** 0,002
Espanha	10	41,40	7,183		

* diferença significativa para $p < 0,05$

** diferença significativa para $p < 0,01$

O seguinte gráfico ajuda-nos a analisar essa diferença, verificando-se que a duração média dos Governos em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) é inferior à duração média das Legislaturas em Espanha (sistema de governo parlamentar), sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Gráfico 4.23. Duração média dos Governos em Portugal (sistema de governo semipresidencialista) e das Legislaturas em Espanha (sistema de governo parlamentar)



Portanto, podemos concluir que se verifica a “sub-hipótese 5.1. A duração dos governos em sistemas parlamentares tende a ser maior do que em sistemas semipresidencialistas” para a comparação entre a realidade de Portugal e Espanha. Deste modo, ressaltando o facto de estarmos perante uma comparação entre apenas dois países, verifica-se que a variável “sistema de governo” produz um impacto significativo no valor da abstenção e da duração dos governos.

4.9.6. Hipótese de investigação 6

Considerando a diferente forma de governo em Portugal (republicana) e em Espanha (monárquica constitucional) recorreremos ao teste *t de Student* para verificar a correlação entre esta variável e o valor da abstenção.

Quadro 4.28. Estatística descritiva e Testes *t de Student*: relações entre a abstenção e a forma de governo

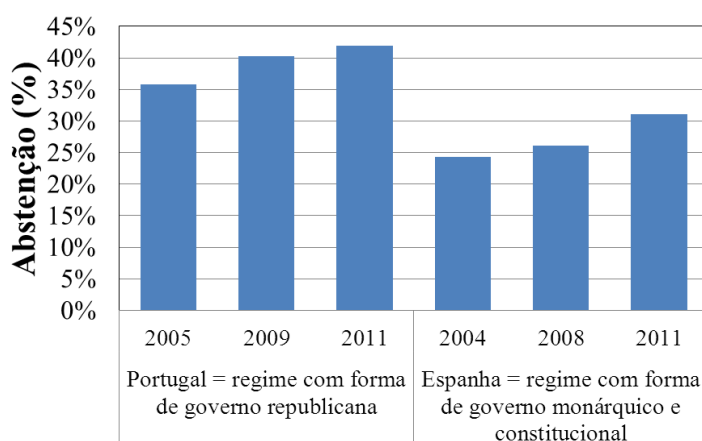
	N	Abstenção		t	p
		Média	Desvio padrão		
Portugal	3	39,3%	3,2%	4,439	* 0,011
Espanha	3	27,2%	3,5%		

* diferença significativa para $p < 0,05$

** diferença significativa para $p < 0,01$

Pela análise dos dados obtidos, verifica-se que o valor de prova é inferior a 5%, rejeitando-se, deste modo, a hipótese da média da abstenção ser igual para ambos os países.

Gráfico 4.24. Abstenção em Portugal (regime com forma de governo republicana) e em Espanha (regime com forma de governo monárquico e constitucional)



A abstenção e respetivo valor médio são superiores para Portugal (regime com forma de governo republicana) quando comparado com Espanha (regime com forma de governo monárquico e constitucional), sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Portanto, podemos concluir que se verifica a “Hipótese 6. A realização de eleições legislativas em regimes com a forma de governo monárquico e constitucional tende a promover uma maior participação eleitoral do que em regimes em que a forma de governo é a republicana” para a comparação entre a realidade de Portugal e Espanha.

4.9.7. Hipótese de investigação 7

A especificidade do período escolhido na presente investigação, decorrente da grave crise económica internacional, justifica um redobrado interesse pela análise de um conjunto de variáveis macroeconómicas, a saber: a taxa de desemprego, o valor da inflação, a variação do PIB e o valor da dívida pública. Através do quadro 4.16. podemos constatar o valor destas

variáveis no período entre 2004 e 2011, sendo que optamos por estabelecer quatro sub-hipóteses relativas à correlação entre estas variáveis e o valor da abstenção eleitoral.

Quadro 4.29. Taxa de desemprego e partido vencedor das eleições, em Portugal e em Espanha

	Portugal			Espanha		
	2005	2009	2011	2004	2008	2011
Partido Vencedor	PS	PS	PSD	PSOE	PSOE	PP
Taxa de desemprego	7,60%	9,50%	12,70%	10,30%	14,90%	23,20%

Em Portugal, das eleições de 2005 para 2009 ocorreu um aumento da taxa de desemprego, mas o partido no poder (PS) não perdeu as eleições, das eleições de 2009 para 2011 ocorreu um aumento da taxa de desemprego e o partido no poder (PS) perdeu as eleições.

Em Espanha, das eleições de 2004 para 2008 ocorreu um aumento da taxa de desemprego, mas o partido no poder (PSOE) não perdeu as eleições, das eleições de 2008 para 2011 ocorreu aumento da taxa de desemprego e o partido no poder (PSOE) perdeu as eleições.

Portanto, podemos concluir que a sub-hipótese “7.1. Com o aumento da taxa de desemprego o partido no poder tende a perder as eleições legislativas seguintes” se verifica em metade das eleições analisadas, embora os resultados demonstrem que o fator preponderante poderá ser de carácter iminentemente político, ou seja, o facto do partido no poder perder as eleições após o segundo mandato consecutivo.

Através da análise do período indicado, com o agravamento das condições económicas, procuramos, igualmente, verificar se haveria uma reforço do voto nos dois maiores partidos, no sentido de “evidenciar” as opções de governabilidade ou, pelo contrário, uma maior dispersão de votos.

Quadro 4.30. Percentagem de voto nos dois maiores partidos e variação do PIB, em Portugal e em Espanha

	Portugal			Espanha		
	2005	2009	2011	2004	2008	2011
% voto dos dois maiores partidos	73,8%	65,7%	66,7%	80,3%	83,8%	73,4%
Variação do PIB	3,30%	-2,00%	-1,00%	3,30%	0,90%	0,10%

Quadro 4.31. *Correlação de Pearson R*: relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB

		Variação do PIB
% voto dos dois maiores partidos	Coef. Correlação	,672
	Valor de prova	,143
	N	6

A relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB ($r=0,672$, $p=0,143$) apresenta uma correlação positiva: significa que a um aumento da variação do PIB corresponde um aumento da percentagem de voto nos dois maiores partidos, no entanto, a correlação não é estatisticamente significativa (dados globais).

Portanto, podemos concluir que, globalmente para Portugal e Espanha, não se verifica a “sub-hipótese 7.2. Em períodos de recessão económica o voto nos dois maiores partidos tende a diminuir”, de forma estatisticamente significativa, embora a um aumento da variação do PIB corresponda um aumento da percentagem de voto nos dois maiores partidos.

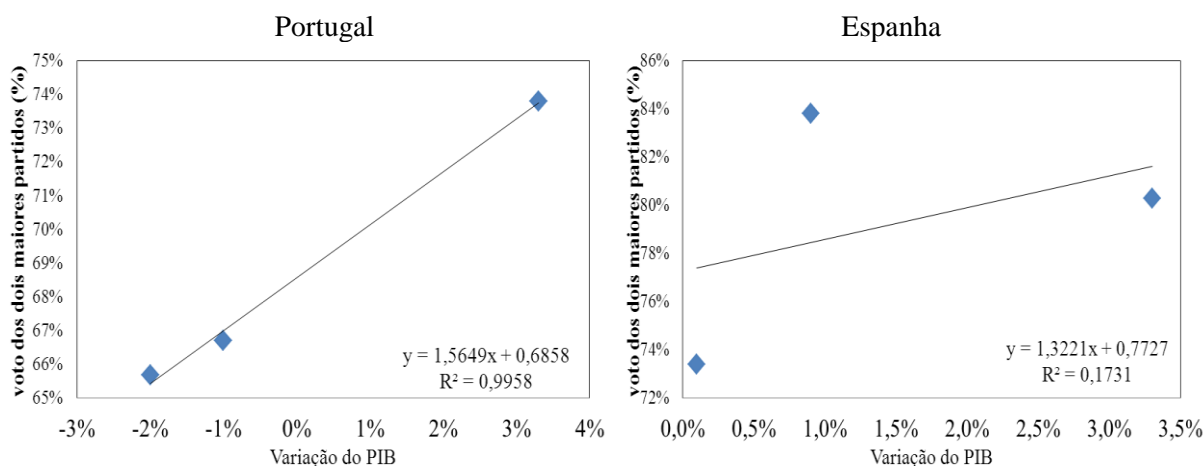
No entanto, se considerarmos a análise desta hipótese de forma separada (Portugal e Espanha), verifica-se que os resultados são distintos, uma vez que no caso português a variação estatística assume um valor significativo.

Quadro 4.32. *Correlação de Pearson R*: relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB, para Portugal e Espanha separadamente

Portugal			Espanha		
		Variação do PIB			Variação do PIB
% voto dos dois maiores partidos	Coef. Correlação	,998(*)	% voto dos dois maiores partidos	Coef. Correlação	,416
	Valor de prova	,041		Valor de prova	,727
	N	3		N	3

* Correlação normal, para um nível de significância de 0.05.

Gráfico 4.25. e 4.26. Relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB, para Portugal e Espanha separadamente



Para Portugal, a relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB ($r=0,998$, $p=0,041$) apresenta uma correlação positiva: significa que a um aumento da variação do PIB corresponde um aumento da percentagem de voto nos dois maiores partidos, sendo a correlação estatisticamente significativa.

Para Espanha, a relação entre a percentagem de voto nos dois maiores partidos e a variação do PIB ($r=0,416$, $p=0,727$) apresenta também uma correlação positiva, no entanto, a correlação não é estatisticamente significativa.

Considerando a questão do número de partidos com assento parlamentar (NPPE), testamos a sua correlação com o cenário de crise económica, nomeadamente com a variação da dívida pública nos dois países.

Quadro 4.33. Dívida pública e partidos com assento parlamentar, em Portugal e em Espanha

	Portugal			Espanha		
	2005	2009	2011	2004	2008	2011
Partidos com assento parlamentar	6	6	6	11	10	13
Dívida Pública	67,7%	83,7%	108,0%	46,3%	40,2%	71,0%

A relação entre o número de partidos com assento parlamentar e a dívida pública ($r=-0,582$, $p=0,226$) apresenta uma correlação negativa: significa que a um aumento da dívida

pública corresponde uma diminuição do número de partidos com assento parlamentar, no entanto, a correlação não é estatisticamente significativa.

Quadro 4.34. Correlação de *Pearson R*: relação entre a dívida Pública e partidos com assento parlamentar

		Dívida Pública
Partidos com	Coef. Correlação	-,582
assento parlamentar	Valor de prova	,226
	N	6

Estes resultados são influenciados pelo facto de a dívida pública em Portugal ser muito superior à de Espanha e o número de partidos com assento parlamentar ser inferior (e inalterável no período em questão), o que não possibilita uma análise global sem enviesamentos, pelo que não se faz uma conclusão global para a hipótese em estudo.

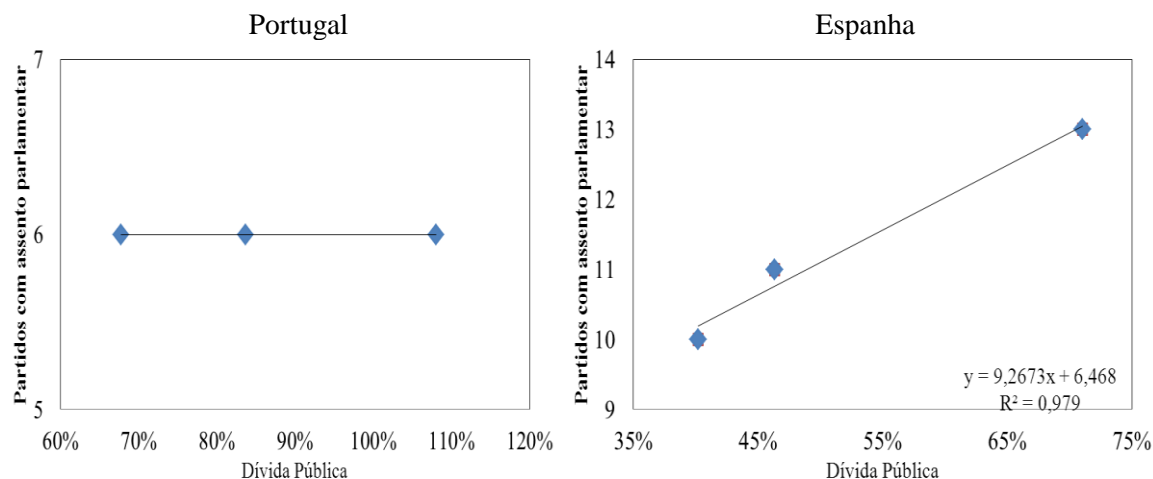
Por sua vez, se optarmos por uma análise separada para Portugal e Espanha, é possível verificar o impacto desta variável na participação eleitoral em Espanha.

Quadro 4.35. Correlação de *Pearson R*: relação entre a dívida pública e partidos com assento parlamentar, para Portugal e Espanha separadamente

Portugal			Espanha		
		Dívida Pública			Dívida Pública
Partidos com	Coef. Correlação	a	Partidos com	Coef. Correlação	,989
assento parlamentar	Valor de prova		assento parlamentar	Valor de prova	,093
	N	3		N	3

a o número de partidos com assento parlamentar não varia.

Gráfico 4.27. e 4.28. Relação entre a dívida pública e partidos com assento parlamentar, para Portugal e Espanha separadamente



Para Portugal, não ocorre variação do número de partidos com assento parlamentar entre 2004 e 2011. Por sua vez, para Espanha, a relação entre o número de partidos com assento parlamentar e a dívida pública ($r=0,989$, $p=0,093$) apresenta uma correlação positiva: significa que a um aumento da dívida pública tem correspondido um aumento do número de partidos com assento parlamentar, no entanto, a correlação não é estatisticamente significativa, embora esteja muito próximo de o ser (note-se que os cálculos têm por base apenas três eleições).

Deste modo, é possível afirmar que a sub-hipótese “7.3. Em cenários de crise económica verifica-se uma maior proliferação de partidos com assento parlamentar” não se verifica em Portugal e em Espanha, embora neste último caso se observe uma forte tendência no sentido de uma relação do tipo enunciado.

Por sua vez, os quadros 4.36. e 4.37. permitem-nos analisar o impacto da dívida pública no valor da abstenção nas eleições legislativas em ambos os países.

Quadro 4.36. Abstenção e dívida pública, em Portugal e em Espanha

	Portugal			Espanha		
	2005	2009	2011	2004	2008	2011
Dívida Pública	67,7%	83,7%	108,0%	46,3%	40,2%	71,0%
Abstenção	35,7%	40,3%	42,0%	24,3%	26,2%	31,1%

Verifica-se uma relação estatisticamente significativa entre a abstenção e a dívida pública ($r=0,930$, $p=0,007$), sendo a correlação positiva: significa que a um aumento da dívida pública corresponde um aumento significativa da taxa de abstenção.

Quadro 4.37. Correlação de *Pearson R*: relação entre a abstenção e a dívida pública

		Abstenção
Dívida Pública	Coef. Correlação	,930(**)
	Valor de prova	,007
	N	6

** Correlação forte, para um nível de significância de 0.01.

* Correlação normal, para um nível de significância de 0.05.

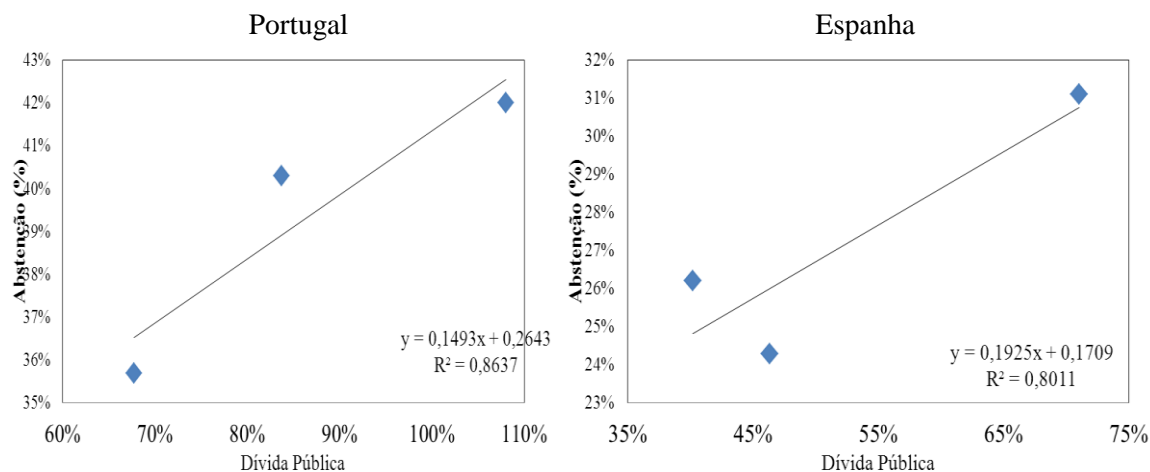
Portanto, podemos concluir que, globalmente para Portugal e Espanha, se verifica a “sub-hipótese 7.4. Em períodos de aumento da dívida pública, verifica-se um aumento do nível da abstenção eleitoral”. No entanto, convém afirmar que se tivermos em linha de análise os resultados de forma separada, a correlação, embora positiva, não se apresenta como estatisticamente significativa.

Quadro 4.38. Correlação de *Pearson R*: relação entre a abstenção e a dívida pública, para Portugal e Espanha separadamente

Portugal			Espanha		
		Abstenção			Abstenção
Dívida Pública	Coef. Correlação	,929	Dívida Pública	Coef. Correlação	,895
	Valor de prova	,241		Valor de prova	,294
	N	3		N	3

Tanto no caso português ($r=0,929$, $p=0,241$), como no caso espanhol ($r=0,895$, $p=0,294$) se verifica a mesma tendência que na análise global, de um aumento da abstenção eleitoral em simultâneo com o aumento da dívida pública, embora numa análise separada os valores não sejam estatisticamente significativos.

Gráfico 4.29. e 4.30. Relação entre a abstenção e a dívida pública, para Portugal e Espanha separadamente



Portanto, podemos concluir que, para Portugal e também para Espanha, embora não se verifique a “sub-hipótese 7.4. Em períodos de aumento da dívida pública, verifica-se um aumento do nível da abstenção eleitoral”, de forma estatisticamente significativa, observa-se uma tendência no sentido de existência de uma relação do tipo enunciado pela hipótese separadamente para cada um dos países.

4.10. Breve síntese dos resultados

Na presente investigação procuramos complementar a análise da influência do sistema político e eleitoral sobre a abstenção nas eleições legislativas em Portugal e em Espanha (2004-2011) com a influência do contexto macroeconómico sobre a mesma variável. A opção por um modelo de análise baseado em regressões múltiplas e lineares (análise referencial e explicativa) com recurso a três métodos estatísticos (teste *t de Student*; ANOVA e correlação de *Pearson R*) justifica-se pela necessidade de analisar variáveis quantitativas e qualitativas, bem como se adapta ao número de casos que cada hipótese estuda.

Através dos resultados explanados anteriormente é possível constatar a confirmação da correlação existente em algumas das variáveis testadas, bem como a infirmação de algumas das hipóteses por nós enumeradas. Com recurso ao quadro 4.39. apresentamos um resumo dos resultados globais estatísticos verificados.

Quadro 4.39. Afirmação e infirmação das hipóteses e sub-hipóteses

Hipóteses confirmadas	Hipóteses infirmadas
Sub-hipótese 1.1. (magnitude)	Sub-hipótese 1.2. (localização do círculo eleitoral)*
Sub-hipótese 3.1. (bicameralismo)	Hipótese 2. (modo de escrutínio)
Sub-hipótese 4.2. (grau de bipartidarização)**	Sub-hipótese 3.2. (replicação de resultados em sistemas bicamerais)
Hipótese 5. e sub-hipótese 5.1. (sistema de governo e duração dos governos)	Sub-hipótese 4.1. (número de partidos)***
Hipótese 6. (forma de governo)	Sub-hipótese 7.2. (grau de bipartidarização e variação do PIB)*****
Sub-hipótese 7.1 (taxa de desemprego)****	Sub-hipótese 7.3. (crise económica e número de partidos com assento parlamentar)
Sub-hipótese 7.4. (dívida pública)	

*embora confirmada no caso português.

**apenas na análise agregada, embora na análise separada se verifique a mesma tendência, mas com valores não significativos.

***a variável produz inclusivamente efeitos opostos em Portugal e em Espanha, embora não significativos.

**** apenas em metade dos casos analisados.

***** Isoladamente a hipótese é confirmada no caso português.

Deste modo, verifica-se que o sistema político, o sistema eleitoral e o contexto macroeconómico são determinantes importantes (em alguns casos decisivas) para analisarmos a participação eleitoral dos cidadãos nas eleições legislativas / parlamentares. Pelos resultados obtidos constata-se que a magnitude eleitoral (número de mandatos de cada círculo) produz efeitos significativos no aumento da participação eleitoral, ou seja, a um aumento do número de mandatos corresponde um aumento da participação eleitoral, o que imbrica diretamente com a questão da representatividade e da utilidade de cada voto. Se os cidadãos sentirem que

o seu voto fará a diferença e acreditarem que o mesmo pode vir a ser convertido em mandatos para o partido escolhido, terão uma maior propensão para participar nas eleições³¹⁰.

Por sua vez, importa referir que no contexto escolhido (comparação direta entre Portugal e Espanha), a participação eleitoral é superior em sistemas com duas câmaras (bicameralismo), embora não se verifique qualquer replicação de resultados eleitorais na votação para o Congresso e para o Senado. De facto, os resultados observados permitem constatar que, embora as eleições decorram no mesmo dia, o eleitorado tem proporcionado maiorias distintas em cada câmara.

Se é certo que o número de casos analisados não permite inferir resultados para um contexto mais macro, não podemos deixar de identificar que o menor número de eleições em Espanha (regime monárquico) pode permitir uma maior participação eleitoral nas eleições legislativas, atenuados os efeitos de sucessivos processos eleitorais, tal como acontece em Portugal.

Se tivermos em linha de análise a questão do reforço do bipartidarismo (votação nos dois principais partidos), constata-se um aumento da participação eleitoral, embora este elemento possa estar correlacionado com o grau da competitividade eleitoral de cada eleição e não tanto com o valor total da votação nos dois principais partidos, o que implicaria uma análise da questão do “voto útil” e do seu impacto nos resultados eleitorais.

Por sua vez, importa igualmente referir que em algumas variáveis os resultados diferem nos dois países, nomeadamente no que diz respeito à questão da localização dos círculos eleitorais e o seu impacto no aumento da participação eleitoral, efeito visível apenas no caso português, embora haja uma correspondência entre a localização dos círculos do litoral e os círculos com maior magnitude. Outra das variáveis com resultados díspares prende-se com a diminuição do voto nos dois maiores partidos em cenários de diminuição do PIB, uma vez que só no caso português este efeito se confirma, numa possível penalização dos partidos do “arco do poder”.

Não deixa de ser interessante observar a preponderância da questão da taxa de desemprego em relação ao partido vencedor das eleições legislativas seguintes, bem como a

³¹⁰ Importa recordar que quanto maior é a magnitude do círculo eleitoral, menor será o limiar para alcançar a representação por parte dos partidos políticos concorrentes.

correlação positiva entre o nível da dívida pública e o aumento da taxa de abstenção, embora a análise tenha de ser realizada numa perspetiva multinível, nomeadamente tendo em consideração as consequências desse aumento da dívida pública na política orçamental seguida. Por outro lado, destaca-se igualmente que não se confirma o aumento do número de partidos com assento parlamentar em cenários de crise económica, o que demonstra um possível receio do eleitorado em encontrar alternativas sem experiência governativa ou parlamentar³¹¹.

Importa na interpretação destes resultados ter em atenção tanto o contexto e o período escolhido, bem como a metodologia adotada, pelo que não correremos o risco de extrapolar estes resultados para uma realidade mais global. O rigor científico e os objetivos delineados no início da investigação centram-se, precisamente, nas variáveis que procuramos testar com este modelo de análise e que surge no seguimento de um reforço das investigações realizadas no âmbito da sociologia eleitoral e das instituições políticas.

Deste modo, constata-se que qualquer análise não pode descurar o papel do Legislador aquando da feitura e reformulação das regras eleitorais, bem como o ambiente macroeconómico em que cada ato eleitoral decorre, tanto pelas correlações verificadas, como pelas possíveis inferências na análise que os eleitores efetuam do sucesso das políticas de cada executivo.

³¹¹ Importa referir que as recentes eleições para o Parlamento Europeu em Portugal e em Espanha permitiram a eleição de representantes de partidos que não se encontram nos respetivos parlamentos nacionais, nomeadamente o MPT e o PODEMOS. Se é certo que as eleições são distintas (de segunda ordem), importa ter em atenção esta possível evolução ao nível do comportamento eleitoral dos cidadãos.

Capítulo V – Democracia – regime em constante mutação

5.1. Uma visão conceptual

Observados os dados das correlações testadas, importa proceder a uma revisão que vá ao encontro das inúmeras propostas de alteração do sistema eleitoral no sentido de reforçar o princípio da representatividade e fortalecer o papel das instituições democráticas.

A problemática da representação e do sistema de governo nas democracias ocidentais leva-nos a revisitar o conceito de democracia, procurando compreender a sua pertinência no atual debate sobre as potencialidades de ação dos indivíduos na vida pública. Nesse sentido, partimos de um breve enquadramento histórico que englobe os elementos centrais da democracia e o seu funcionamento nas sociedades contemporâneas. Se é certo que se trata de um revisitar de um conceito central na vida pública, podendo o mesmo ser inserido numa espécie de operacionalização conceptual, consideramos que importa enquadrá-lo de forma intrínseca à própria temática da participação eleitoral, razão pela qual o capítulo foi antecedido pela análise aos níveis de participação eleitoral nas eleições legislativas.

De facto, constatada a evolução da participação eleitoral, importa refletir e questionar o funcionamento do regime democrático e perceber de que forma o mesmo está estruturado e adaptado para dar resposta às necessidades de participação e intervenção dos cidadãos. Ou se a sua estrutura aprofunda o distanciamento dos cidadãos face aos seus representantes e aos mecanismos de participação. Este caminho, não sendo linear, terá sempre de ser enquadrado no tempo e no espaço, ou seja, importa situar o contexto cultural, social, económico e político para melhor compreender o funcionamento da democracia, as suas potencialidades e as suas debilidades.

Num estudo intitulado “A qualidade da democracia em Portugal: a perspetiva dos cidadãos”, Costa Pinto *et al.* (2013) utilizaram um conjunto de nove grandes dimensões numa tentativa de analisar de forma objetiva e subjetiva a qualidade da democracia, a saber: direitos e liberdades civis; estado de direito; participação; representação; responsabilização horizontal; responsabilização vertical; responsividade; igualdade e autonomia do poder político / governação. Centramos o nosso estudo na questão da participação eleitoral, que está

diretamente relacionada com outros indicadores, sendo que uma das principais conclusões do estudo revela que “a maioria dos inquiridos sentem-se pouco ou nada satisfeitos com a maneira como funciona a democracia em Portugal hoje em dia” (*idem*: 4). Ou seja, poderá este nível de descontentamento face ao regime em que vivemos estar diretamente relacionado com o aumento da abstenção eleitoral?

Num recente estudo comparativo sobre a qualidade da democracia nos países europeus, Teixeira e Pereira (2014) abordam precisamente esta temática, identificando o facto dos cidadãos portugueses serem os que menos confiam nos atores políticos e onde existe um maior défice entre o ideal de democracia e a realidade. Esta questão imbrica diretamente com a legitimidade do próprio sistema político, embora tal como referimos anteriormente a legitimidade esteja assegurada pelo processo eleitoral e não tanto pelo valor da participação eleitoral. No entanto, com o avolumar da crise de identificação entre eleitos e eleitores, não pode ser descurada a hipótese de uma maior contestação ao sistema e o surgimento de outras vias alternativas de participação política, contrárias às regras pré-estabelecidas.

Este indicador, conjugado com a verificação da diminuição dos valores da participação eleitoral, que vimos ser a forma mais direta e decisiva de intervenção dos cidadãos na escolha dos seus representantes, conduz à necessidade de desconstruir os elementos da nossa democracia, numa tentativa de conciliar conceitos tão complexos como democracia e qualidade. Esta questão reforça inclusivamente a dificuldade de classificarmos a democracia como o regime ideal para o governo do povo.

De uma forma objetiva procuramos apresentar a democracia como um modo de organização do poder político cuja legitimidade requer que ele reconheça plenamente o primado da soberania popular e que assuma como objetivo o seu reforço efetivo, mas cujo arranjo real no essencial se baseia sempre numa delegação de poder em pessoal especializado através de eleições regulares, concorrenciais e sem privilégios demasiado acentuados em relação a certos setores, no qual a vontade maioritária também não se pode exercer a ponto de esmagar as minorias ou os grupos de interesses de toda a gente³¹².

³¹² A este respeito refira-se que a necessidade de implementação, em alguns países, de um regime de quotas que garantisse precisamente a representação das minorias nos órgãos de soberania, nomeadamente no parlamento.

Utilizando uma perspetiva esquemática, Robert Dahl (1989: 221) defende a existência de sete princípios basilares na definição da democracia: eleitos constitucionalmente vinculados; eleições livres e justas; sufrágio universal e inclusivo; capacidade eleitoral passiva; liberdades e garantias civis; direito de utilizar fontes alternativas de informação e direito de formar associações autónomas. No entanto, convém referir que qualquer tentativa de definição fechada da democracia, baseada num conjunto de princípios ou indicadores se assumirá sempre como incompleta, em virtude da necessidade de olhar para a própria génese da democracia e dos valores centrais de cada Estado. Ou seja, a democracia, mas mais concretamente o exercício da democracia molda-se aos atores e às circunstâncias de cada época.

A dificuldade de análise é tanto maior quando se procura correlacionar a democracia com a questão da qualidade, sendo importante delimitar o âmbito da própria definição de qualidade. Diamond e Morlino (2005: vi) assumem que a mesma pode ter três significados: qualidade do procedimento, qualidade do conteúdo e qualidade dos resultados. No entanto, esta própria definição encontra sérios obstáculos de afirmação, uma vez a sua aplicação não pode ser linear e automática, em virtude dos condicionalismos referidos anteriormente.

O desafio de percorrer o estudo do conceito de democracia torna-se tarefa difícil, não só pelas inúmeras referências ao mesmo e pelo processo de globalização da democracia (tendência que procuraremos evidenciar mais adiante), como também pela necessária distinção entre a interpretação etimológica da palavra da interpretação prática do exercício da democracia, numa dicotomia entre aquilo que a democracia proclama ser, aquilo que na realidade representa e a perspetiva que o comum cidadão tem da mesma, ou seja, importa efetuar a conciliação entre esta visão tripla para podermos analisar o regime democrático, sendo certo que as diferentes perspetivas podem conduzir a múltiplas análises do conceito e do funcionamento da democracia.

Nesse sentido, consideramos que não é possível finalizar qualquer análise ao funcionamento do sistema político e aos mecanismos de participação dos cidadãos, sem antes compreendermos o regime no qual estes se inserem, bem como as possibilidades que se encontram à disposição dos cidadãos para gerir essa participação, sendo certo que tal perspetiva não pode descurar o contexto político, social, económico e histórico em que a

democracia “se instala” ou “se impõe”³¹³. Se atendermos aos dois países analisados no presente trabalho, não hesitaremos em classificar os mesmos como Estados democráticos, embora com formas de governo distintas. Ou poderá o simples facto de em Portugal se eleger o chefe de Estado, ao contrário de Espanha (sucessão hereditária), tornar o nosso sistema mais democrático? Quais os limites de ação e classificação dos indicadores democráticos?

É consensual que a palavra “democracia” é de origem grega (Finley, 1988), o que nos leva a recorrer aos clássicos para uma primeira abordagem à sua envolvente. De facto, numa perspetiva inicial importa descodificar o seu significado: *demos* = povo e *kratos* = poder, ou seja, a palavra “designa tanto governo do povo, como governo de um povo” (Hermet *et al.*, 2014: 74), embora esta distinção seja relevante no quadro das funções atribuídas, do princípio da soberania, bem como da questão da legitimidade no exercício do poder. No primeiro caso, vislumbra-se um princípio de governação direta (governo do povo), enquanto que no segundo caso vigora o princípio da governação por legitimação / representação (governo de um povo). Logo à partida somos confrontados com diferentes formas de exercer e aplicar o regime democrático.

O regime remonta ao século VI a.c. na Grécia Antiga, tendo sido implementado por Clístenes (Finley, 1988 e Filho, 2001)³¹⁴, embora seja atribuída a Péricles a veia impulsionadora de um conjunto de reformas do sistema político que conduziu ao reconhecimento de uma série de princípios de igualdade, nomeadamente a possibilidade de agrupamento das classes sem qualquer tipo de discriminação ou hierarquias baseadas na riqueza ou na ascendência familiar.

Recorremos às palavras do próprio Péricles para descrever o regime adotado:

vivemos sob a forma de governo que não se baseia nas instituições dos nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar os outros. Seu nome,

³¹³ O próprio processo de instauração do regime democrático importa na análise do seu funcionamento e da perspetiva que os cidadãos têm do regime.

³¹⁴ Vários autores identificam Clístenes como o fundador da democracia ateniense, face à adoção de um conjunto de reformas em Atenas, centradas na promoção da participação de todos os cidadãos. Sobre este assunto ver: Mosca, 1975 e Filho, 1988.

como tudo o que depende não de poucos mas da maioria, é a democracia. (Péricles, Oração Fúnebre, *in* Tucídides: A Guerra do Peloponeso, Livro II, 37)³¹⁵

Este pressuposto de democracia³¹⁶ reconhecia a igualdade dos cidadãos, sendo que o regime assentava naquilo a que Montesquieu posteriormente viria a designar como a separação das funções ou poderes do Estado em legislativas, executivas e judiciais (Richter, 1977). Embora existisse a demanda da democracia direta (percecionada como modelo ideal), ou seja, alicerçada na participação de todos os cidadãos, a democracia ateniense apresentava um conjunto de limitações, algumas identificadas pelo próprio Platão, quando opôs ao regime de democracia a Politeia (República), como o regime virtuoso, em oposição aos maus regimes, numa clara estruturação das leis que governam a cidade (Rancière, 2004). Pelo que, a aristocracia ou o regime misto se assumia, aos olhos de Platão, como a melhor forma de governo, dando espaço para a afirmação dos melhores sobre as massas.

No entanto, convém referir que “o conceito democrático de Péricles está longe de ser universalista, é antes ateniense, restrito, particularista, da cidade. Assim como o contraditório ideal democrático das grandes potências de hoje se mostrou inteiramente compatível com a natureza do Estado em movimento” (Moreira, 2003: 381). Ou seja, a questão contextual é determinante para evitarmos entrar num criticismo desprovido de fundamento histórico. Se não existe um sistema político ideal, não podemos advogar a emergência de um modelo de democracia ideal.

Por esse motivo, se verifica que os cidadãos representavam uma minoria dos indivíduos que residiam na cidade, estando excluídas as mulheres³¹⁷, bem como estava vedada

³¹⁵ Cit. in Schilling (1999: 10).

³¹⁶ Convém enaltecer que a caracterização de um regime como democrático depende de muitos fatores, sendo que aos olhos da perspetiva contemporânea, o modelo proposto por Péricles apresentava inúmeras insuficiências, próprias naturalmente do contexto e da realidade social vivida. Aliás, consideramos não ser correta qualquer tentativa de equiparação dos regimes, uma vez que os fundamentos em que assentavam são de natureza distinta, bem como as condições *à priori* disponíveis para os legisladores.

³¹⁷ Refira-se que apenas no final do século XIX as mulheres conquistaram o direito de voto em alguns países, tendo a Nova Zelândia (1893) sido o primeiro Estado a reconhecer o voto às mulheres sem qualquer tipo de restrição. O debate em torno desta questão é contínuo e ainda presente em muitas sociedades, tanto ao nível do direito e exercício do voto, como ao nível da participação política das mulheres. Para uma análise cronológica do acesso ao voto pelas mulheres ver: <http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm>. Refira-se a este propósito que Portugal foi o último país da atual União Europeia a reconhecer, sem qualquer limitação, o direito de voto às mulheres, em 1976. Sobre este assunto ver: http://womenshistory.about.com/od/suffrage/a/intl_timeline.htm.

a participação política dos metecos (estrangeiros residentes em Atenas). No entanto, do nosso ponto de vista, a impraticabilidade da democracia (na sua plenitude) assentava igualmente em outros aspetos, tais como a prática do ostracismo a quem colocasse em causa o regime democrático, bem como o facto da sociedade ateniense ser uma sociedade escravagista, sendo os escravos considerados objetos, desprovidos de quaisquer direitos³¹⁸.

Ou seja, não sendo possível negar a influência da democracia ateniense no delinear da estruturação do Estado, verifica-se que “o legado não conseguiu até hoje que o real e o racional coincidam, antes permanece como herança do Ocidente esta polaridade dialética entre o pensamento e a ação” (*idem, ibidem*), entre o real e o pensamento sobre o real, uma vez que os pressupostos da democracia, na sua plenitude, são, do nosso ponto de vista, inatingíveis.

Apesar desta constatação, o inegável legado em torno das diversas áreas de ação e promoção da igualdade é visível numa série de palavras que chegaram até aos nossos dias, tais como: isonomia (igualdade perante a lei); isotimia (igualdade das honras); isopoliteia (igualdade de direitos políticos); isokratia (igualdade do poder político); isopsephia (igualdade no sufrágio); isegoria (igualdade do direito de falar); isoteleia (igualdade tributária); isomoinia (igualdade de participação); isokleria (igualdade de propriedade) e isodaimonia (igualdade de fortuna) (Moreira, 2003: 388).

Em todas as palavras verifica-se um denominador comum, “*isos*”, sendo que o mesmo remete precisamente para a noção de “igualdade”, embora, tal como mencionamos anteriormente, o conceito de cidadania apresentava, à data, uma limitação considerável, logo a igualdade residia automaticamente num pressuposto de desigualdade. No entanto, estes princípios fundamentais viriam a ter reflexo na constituição das democracias modernas, ao assegurar-se a sua implementação na redação das respetivas constituições.

Para esse motivo contribuiu Alexis de Tocqueville ([1835], 2012), quando em pleno século XIX publicou a obra “*Da Democracia na América*”, num evidente elogio à igualdade de condições e aos princípios da democracia nos E.U.A. O autor enfatiza a questão contextual e histórica para explicar a diferença entre a implementação da democracia na América e a

³¹⁸ Sobre a conceção de democracia grega ver: Mossé, 1985; Cohen, 1986; Austin e Vidal-Naquet, 1986; Finley, 1988; Maltez, 1998 e Aristóteles, 1998 (ed).

difficuldade da adoção desse regime nos países europeus (em especial em França), nomeadamente quando refere que “as circunstâncias que acompanharam o seu nascimento (de cada povo) e serviram para o seu desenvolvimento influem sobre todo o resto da sua carreira (*idem*: 36).

Ou seja, verifica-se a valorização da democracia como regime ideal para o governo do povo, realçando-se que o princípio da soberania é determinante neste processo, sendo que Tocqueville ([1835], 2012: 65) reconhece que no caso americano o princípio “não é oculto ou estéril, como em certas nações; ele é reconhecido pelos costumes, proclamado pelas leis; estende-se com liberdade e chega sem obstáculos às últimas consequências”. No entanto, convém referir que o mesmo não é suficiente para a assumpção da democracia (existem, naturalmente, Estados soberanos não democráticos), sendo importante distinguir entre o regime político real e a democracia como utopia mobilizadora ou finalidade última da história.

Se é certo que o sentido democrático implica a aceitação da incerteza dos resultados de qualquer ação política tanto para os governados como para os governantes, ao contrário do autoritarismo fundado na oferta e na procura ancestrais de certezas para o futuro, não é menos relevante notar que “os vícios e as fraquezas do governo da democracia se vêm sem dificuldade (...) ao passo que os (...) seus defeitos impressionam de saída” (*idem*: 269-270).

De forma sintética podemos identificar quatro grandes modelos de democracia: o modelo clássico, o modelo de democracia de proteção, o modelo elitista e o modelo da democracia participativa (Held, 1996). É precisamente neste modelo que incidimos a análise, em virtude do foco no papel dos indivíduos na construção da sociedade e em virtude de ter sido o modelo implementado na maioria das democracias ocidentais³¹⁹.

De facto, a concretização da democracia baseia-se, nos princípios do modelo referido, na participação efetiva dos cidadãos na vida pública, sendo que a autoridade emana do conjunto de cidadãos (assumpção do governo popular). É nesse sentido que alguns autores defendem a democracia como o modelo ideal, sendo comum o recurso ao discurso proferido por Winston Churchill, na casa dos comuns em 1947:

³¹⁹ Não cabe na presente análise nos alongarmos sobre as diferentes perspetivas e elementos que cada conceção consagra. Sobre este assunto ver: Held, 1996; Maltez, 1996; Arblaster, 1998; Kelsen, [1955] 2000; Martins, 2004; Hellwig e Samuels, 2007 e Tocqueville, (1835) 2012.

Many forms of Government have been tried, and will be tried in this world of sin and woe. No one pretends that democracy is perfect or all-wise. Indeed it has been said that democracy is the worst form of Government except for all those other forms that have been tried from time to time. (p. 574)

Este pressuposto baseia-se igualmente na ideia de que a maioria das democracias atuais são democracias representativas, em que o voto dos cidadãos constitui um elemento central para o funcionamento do sistema. Esta seria a forma encontrada para permitir uma maior igualdade política, desde que fossem observados os requisitos institucionais de uma democracia representativa, a saber: “políticas públicas sufragadas pelos eleitores; livre concorrência dos candidatos a representantes do povo; eleições livres, justas e frequentes; liberdade na formação da opinião pública e na expressão dos diferentes interesses sociais; sufrágio universal” (Dahl, 1998: 85).

De facto, recorrendo à visão defendida por Tocqueville ([1835], 2012) verifica-se a primazia da “igualdade de condições”, sendo uma sociedade democrática se garantir a ausência de ordens e de classes e simultaneamente garantir que todos os indivíduos que a compõem são socialmente iguais.

As diversas concepções democráticas assentam, assim, em três ideias fundamentais: a ideia da soberania popular; a ideia da igualdade dos homens e a ideia da liberdade (Kelsen, [1955] 2000), sendo possível descortinar algumas definições bastante sucintas e explícitas sobre a essência da democracia. O foco seria colocado sobre o impacto no funcionamento das instituições e no papel dos cidadãos em todo o processo, sendo que a democracia moderna é “o sistema de produção das normas da ordenação que confia tal tarefa a um corpo (parlamento) eletivo, com a base mais ampla possível (sufrágio universal) e com método eleitoral proporcional” (*idem*: 13).

No entanto, convém reforçar a ideia de que a democracia não pode ser apenas vista com base nos elos de representação legalmente instituídos, mas antes como um mecanismo de promover a aproximação entre eleitos e eleitores, consubstanciando-se o princípio da

proximidade como vetor determinante para o reforço da qualidade da democracia. Este princípio da proximidade é fundamental e tem estado na base de diversos estudos que visam aproximar os eleitores dos eleitos, no sentido de se estabelecer um maior grau de confiança dos cidadãos face às instituições e atores políticos³²⁰. Ou seja, a democracia não pode estar dependente de um qualquer sufrágio realizado de tempos em tempos, no entanto, esta questão merece uma análise redobrada quando uma grande percentagem de eleitores se abstém de participar na escolha dos seus representantes ou utiliza o voto como uma arma de protesto antissistema.

A presente definição encontra espaço na própria discussão teórica acerca do conceito de cidadania, bem como a relação entre cada indivíduo e o poder, numa dinâmica que nos leva a questionar sobre se estamos perante um mero súbdito (sujeito ao poder) ou um verdadeiro sujeito do poder (cidadão) (Miranda, 1996).

O quadro conceptual de análise da democracia já não pode ser dissociado do próprio arquétipo institucional dos diversos Estados, sendo que no espaço da União Europeia, ganha relevo “uma crise de democracia na Europa, que revela um insucesso conjunto dos Estados e da União, uma crise que diz respeito quer à legitimidade das decisões quer à autoridade de quem as toma” (Goulard e Monti, 2013: 14). Ou seja, a multiplicidade e complexidade do conceito de democracia implica uma análise aos fatores e elementos que condicionam a sua implementação, bem como o contexto histórico e social em que os cidadãos exercem os seus direitos e deveres, no quadro democrático instituído.

Este arranjo institucional condiciona toda a análise que possa ser efetuada, sendo que a democracia “perfeita”, ideal se resume a um objetivo irrealizável, uma vez que a condição humana remete automaticamente para um conjunto de diferenças causadores de desigualdades na dinâmica institucional criada. Ou seja, de uma forma bastante simples é possível afirmar que a democracia se resume à escolha de quem governa o Estado, sendo este responsável pela condução da orgânica de funcionamento da sociedade. Em nenhum ponto desta definição se vislumbra que a democracia possa ou exija para a sua concretização a igualdade plena entre os cidadãos, havendo uma clara tentativa de atenuar os possíveis focos de desigualdade.

³²⁰ Sobre a reforma da proximidade ver: Martins, 2004 e Freire, Martins e Moreira, 2008.

No entanto, e após um período marcado pela globalização da democratização, processo designado por Samuel Huntington (1991/1993) como “terceira vaga de democratização” e que se inicia com a revolução portuguesa em 1974³²¹, constata-se uma avolumar de críticas não tanto à democracia em si, mas ao seu funcionamento, sendo que as principais referências dizem respeito à questão da elevada abstenção eleitoral (Freire e Magalhães, 2002; Costa, 2010), à problemática da representatividade (Freire, Martins e Moreira, 2008); à corrupção; ao surgimento de suspeitas face à ação dos governantes e à ausência de uma verdadeira alternativa aos partidos do arco do poder, criando um ciclo vicioso de alternância democrática.

Estará a democracia viciada à partida? Ou dominada pela partidocracia? Serão os cidadãos verdadeiramente livres nas suas escolhas ou condicionados, de forma decisiva, pelas escolhas dos partidos e pela influência dos meios de comunicação social? Numa sociedade em que se apela à valorização do mérito e das liberdades individuais, alicerçadas no princípio da participação política ativa dos indivíduos, o caminho implica reformas estruturais no sistema político e no sistema eleitoral, o que provoca, necessariamente, alterações no quadro da perspetiva democrática existente.

Algo que nos parece inegável e, tendo em consideração os diversos períodos analisados da implementação da democracia, é que a mesma apresentará, sempre, imperfeições, o que deriva da dependência sistemática da sua confirmação, seja pela força das urnas e do voto popular, sendo como resultado do quadro institucional vigente, o que implica a verificação do seu funcionamento através da inter-relação dos diversos órgãos de soberania. Ou seja, uma avaliação constante aos pressupostos do regime, numa constatação não menos regular da sua incapacidade para gerar uma igualdade plena entre os cidadãos.

No entanto, não pretendemos com esta visão assumir um carácter catastrofista da concretização da democracia, pelo contrário, dos regimes conhecidos é o que permite um maior nível de participação dos cidadãos, fomentando as bases para a promoção da igualdade de direitos e de deveres, num jogo contínuo de responsabilização social dos atores políticos. O desafio que se coloca não é menor do que a alteração do regime, antes pelo contrário, conhecendo a inevitável incapacidade de concretizar o princípio de igualdade plena, impõe-se

³²¹ A terceira vaga de democracia vai ser visível essencialmente na América Latina e na Europa do Leste, após o desmembramento da URSS.

a defesa dos princípios que nortearam a implementação da democracia, na defesa dos ideais de liberdade e igualdade entre os cidadãos.

Conclusão

A investigação em Ciência Política e no domínio específico das instituições políticas e do comportamento eleitoral tem conduzido a um maior conhecimento sobre a forma como os cidadãos encaram o seu posicionamento na vida pública, mais concretamente os aspetos relacionados com a participação política. De igual modo, os recentes estudos nesta área do saber têm permitido contribuir para o elencar de diversas propostas que visam um reforço da participação dos cidadãos, uma reestruturação dos sistemas eleitorais, bem como um maior conhecimento sobre o funcionamento das instituições políticas, do sistema político e dos seus subsistemas.

A extensa literatura nacional e internacional tem percorrido esta temática, permitindo uma variedade significativa de análises sobre a participação eleitoral e os mecanismos ou entraves colocados à disposição dos cidadãos para exercerem este direito / dever de cidadania. Tal como referimos anteriormente, o voto continua a ser atualmente um dos mecanismos mais eficazes dos cidadãos escolherem os seus representantes e, desse modo, caucionarem ou rejeitarem um conjunto de medidas, atores ou programas políticos. No entanto, convém referir que muitos destes estudos centram-se em realidades e contextos específicos, pelo que a generalização de hipóteses nem sempre é possível ou aconselhável.

Ao delinear a presente investigação tínhamos a consciência da importância do tema da participação eleitoral e da questão da qualidade da democracia, bem como a especificidade do contexto geográfico (Portugal e Espanha), do contexto socioeconómico (crise financeira) e do período escolhido (2004-2011). De facto, as mudanças nas lideranças governativas e partidárias, a ocorrência de processos eleitorais ordinários e antecipados, bem como o aumento da abstenção eleitoral nos dois países tem motivado um redobrado interesse pela análise das variáveis com impacto direto no nível da participação eleitoral. Se é certo que esta tendência de aumento da abstenção eleitoral é transversal a várias democracias ocidentais e a diversos processos eleitorais, o contexto particular da crise económica e que afetou de forma mais específica Portugal e Espanha conduziu-nos à estruturação da presente investigação em três objetivos fundamentais: analisar a influência do sistema político e seus subsistemas sobre a participação eleitoral; analisar comparativamente o sistema político e

eleitoral português e espanhol e analisar o impacto do contexto macroeconómico sobre a abstenção e os resultados eleitorais.

Justificou-se, desse modo, o recurso à análise comparativa, sendo que em virtude da referência a diversos estudos anteriores, centramos a nossa análise nos últimos três atos eleitorais (eleições legislativas / parlamentares) em Portugal e Espanha. A opção pelas eleições legislativas foi devidamente justificada pelo facto de serem eleições de primeira ordem, ou seja, na realidade portuguesa e espanhola são as eleições que determinam quem exerce o poder executivo — sede efetiva do poder (Primeiro-ministro e chefe do governo, respetivamente), verificando-se, igualmente, que são as eleições com os mais baixos níveis de abstenção eleitoral.

A escolha do período analisado (2004-2011) foi determinada por um conjunto de características do sistema político e seus subsistemas que provocaram alterações significativas nas lideranças políticas em Portugal e em Espanha, bem como pela importância de integrar no presente estudo eleições que decorressem em períodos económicos distintos, ou seja, de crescimento e de recessão e / ou estagnação económica.

Nesse sentido, percorrido o caminho de análise sobre os diversos modelos explicativos do comportamento eleitoral, verificamos a necessidade de, em determinados contextos, utilizarmos uma análise complementar, ou seja, com recurso a mais do que um dos modelos tradicionais de explicação do voto para compreender a dinâmica de ação dos indivíduos. Neste caso concreto, acompanhando o regresso da importância das instituições (novo institucionalismo), não podemos deixar de recorrer ao modelo económico do voto, numa analogia entre o consumidor e o eleitor, para testar a influência de um conjunto de variáveis macroeconómicas sobre o comportamento eleitoral.

Este caminho espelha um novo tipo de eleitor, mais informado e crítico em relação ao funcionamento do sistema político e das ações dos seus representantes. Perante a tentativa de maximizar os ganhos com a sua decisão, os eleitores agem de forma racional, na procura de obter o maior número de benefícios em resultado do seu voto. Este fenómeno é simultâneo a um renovado interesse no estudo das instituições políticas, sendo que esta visão complementar de análise permite inclusivamente percecionar as instituições como um “constrangimento exógeno” ao sistema político, ou seja, seriam as próprias “regras do jogo”,

sendo que numa outra perspetiva estas regras seriam definidas pelos próprios atores políticos (North, 1990).

Esta visão não é desfasada do surgimento de um novo institucionalismo económico, que permite constatar a afirmação e permanência das instituições enquanto responderem a um conjunto de necessidades sociais e políticas dos indivíduos. Ou seja, a sua própria existência (durabilidade) está dependente da satisfação de um conjunto de necessidades por parte dos cidadãos.

Perante este quadro conceptual, o nosso objetivo passou por descrever o sistema político português e espanhol, não tanto numa visão cronológico-histórica exaustiva, mas antes numa perspetiva comparada, tendo como ponto de partida a revolução de abril de 1974 (Portugal) e a queda do General Franco (Espanha) e que permitiu o caminho para a democratização dos dois países (transição democrática).

O contexto histórico e político observado, bem como os passos dados no caminho da integração no projeto europeu (concretizada em 1986) permitiu a adoção de sistemas políticos e eleitorais baseados no princípio da representação, tendo havido a preocupação por parte dos Legisladores para assegurar as questões da governabilidade (veja-se a adoção da fórmula de Hondt no processo de conversão de votos em mandatos), ao mesmo tempo que se privilegiava o sistema proporcional por contraste aos sistemas eleitorais vigentes no Reino Unido (maioritário simples) ou em França (maioritário a duas voltas) para citar apenas alguns exemplos. Se é certo que as definições apresentadas variam de acordo com os critérios utilizados, o que nos permite ter um vasto leque de classificações dos sistemas políticos e eleitorais, centramos a análise no caso português e espanhol no que à *sede* do poder diz respeito e não tanto no quadro legal instituído.

Se em relação ao caso espanhol constatamos um maior consenso, no que à parlamentarização do sistema diz respeito (o poder de governação compete ao Chefe de Governo), no caso português assiste-se a diversos contributos em que análise varia de acordo com as funções adstritas ao Presidente da República, sendo fundamental na caracterização do sistema político a revisão constitucional de 1982 e que permitiu um reforço dos poderes da Assembleia da República e do governo em detrimento da diminuição da capacidade de acção do chefe de Estado. No entanto, não se verificou um esvaziamento total dessas funções, pelo que a nossa opção reside na caracterização do sistema como semipresidencialista, sendo esta

uma das diferenças fundamentais entre os dois sistemas políticos em análise e que poderá estar na base da estabilização dos governos e no maior cumprimento das legislaturas no caso espanhol.

Neste contexto não podemos deixar de realçar que o processo conducente à democratização do regime espanhol foi pautado por uma maior gradualidade, com a presença inclusivamente de atores políticos do anterior regime em posições políticas centrais na nova organização do Estado, mas também pelo facto da sucessão de Franco estar estabelecida desde 1947, na “Lei de sucessão na chefia do Estado”, a qual defendia a restauração da Monarquia após a morte de Franco. Ou seja, o ponto de partida distinto da revolução militar portuguesa poderá ter favorecido um processo mais célere nas transformações sociais e políticas em Espanha.

Foi nossa preocupação ao longo do terceiro capítulo apresentar de forma detalhada a caracterização do sistema político, do sistema eleitoral e da relação entre os órgãos de soberania (relações interinstitucionais) nos dois países de modo a obtermos um retrato exato das condições de governabilidade. Observamos, automaticamente, um conjunto de diferenças significativas ao nível do regime político, do sistema de governo, da forma de designação do Chefe de Estado, do tipo de parlamento e da sede efetiva do poder. Estas diferenças são reforçadas por um conjunto de especificidades relativas às leis eleitorais, como a existência de uma cláusula barreira formal no caso espanhol no processo de conversão de votos em mandatos.

Embora o objetivo central tenha sido conseguido em ambos os países — a transição para a democracia — verifica-se que no caso português o processo foi mais moroso e oneroso (a nível político, económico e social), em virtude de uma rede institucional mais complexa. A determinação das nossas variáveis de análise vem ao encontro da necessidade de estudar e analisar um conjunto amplo de hipóteses de explicação da variação da participação eleitoral na última década.

Nesse sentido, percorremos um caminho de verificação de algumas variáveis referentes ao sistema político e eleitoral e ao ambiente macroeconómico para determinar o seu impacto no nível da participação eleitoral. Recorde-se que tivemos sempre presente os objetivos centrais de investigação, bem como a nossa pergunta de partida no sentido de delimitar o âmbito da investigação na procura de respostas concretas à sua formulação. Por

sua vez, importa referir que a inserção da questão do contexto macroeconómico resulta da complementaridade do modelo da escolha racional do voto na explicação do comportamento eleitoral, sendo que as diferenças registadas nos dois países constituem um interessante ponto de análise na presente investigação.

De facto, a grave crise económica internacional iniciada na segunda metade da década passada, diretamente relacionada com a crise das dívidas soberanas conduziu a um pedido de assistência financeira por parte de Portugal (no seguimento dos pedidos da Irlanda e da Grécia) e à adoção de um conjunto de políticas de austeridade em diversos Estados europeus, entre os quais Portugal e Espanha. As consequências políticas daí adjacentes, nomeadamente a alteração do quadro governativo constitui um factor determinante na perceção que os cidadãos têm da economia e da própria democracia.

Ao analisarmos a magnitude e a localização dos círculos eleitorais, a questão da personalização do voto, o tipo de parlamento nos dois países (unicameral ou bicameral), a configuração do sistema de partidos, o sistema de governo, o regime político e um conjunto de variáveis macroeconómicas procuramos evidenciar algumas diferenças centrais entre o sistema político português e espanhol, no sentido de determinar de que modo esta arquitetura institucional e socioeconómica condiciona a participação eleitoral dos cidadãos, sendo a nossa variável dependente a abstenção eleitoral.

Importa referir que a opção pelo valor da abstenção eleitoral decorre do seu impacto na análise da estabilidade dos sistemas políticos, bem como da aferição da qualidade da democracia. Se é certo que existem diversos indicadores para medir a qualidade da democracia e que a questão da participação eleitoral é “apenas” um desses indicadores, não podemos descurar o facto do aumento da abstenção eleitoral ser um aspeto determinante tanto nos resultados eleitorais, como na perceção que os eleitores têm sobre o funcionamento do sistema político e as expectativas em relação ao futuro da comunidade em que se encontram inseridos. De facto, não será possível percecionar a democracia nos moldes ocidentais com níveis de participação eleitoral insignificantes.

Para a concretização do nosso projeto de investigação recorreremos a um conjunto de regressões múltiplas e lineares através de testes estatísticos no sentido de verificar a correlação das nossas variáveis de análise (se é ou não estatisticamente significativa) e a confirmação ou infirmação das hipóteses de trabalho. Os resultados obtidos, expressos ao

longo do capítulo IV, permitem verificar a pertinência da análise da influência do sistema político, eleitoral e de partidos sobre a participação eleitoral, nomeadamente o impacto da magnitude eleitoral, que imbrica diretamente com as questões da representatividade eleitoral, do bicameralismo presente no sistema político espanhol, do grau de bipartidarização do sistema, assente num reforço da votação nos dois principais partidos, do sistema e da forma de governo, pese embora o reduzido número de casos de análise e a questão da taxa de desemprego e da dívida pública, numa confirmação da importância de analisarmos o contexto macroeconómico na determinação da participação eleitoral.

A confirmação da correlação entre estes elementos e a abstenção eleitoral atestam a necessidade de continuarmos a olhar para as “regras eleitorais” como elementos decisivos na análise do comportamento eleitoral, bem como a possibilidade do Legislador atuar no sentido de promover uma aproximação efetiva entre eleitos e eleitores. Convém referir que estes aspetos têm acompanhado as diversas propostas e discursos em torno da reforma eleitoral e da necessidade de voltar a olhar para o cidadão como elemento central da comunidade política.

Por sua vez, a infirmação de algumas das nossas hipóteses lançam-nos igualmente desafios ao nível da compreensão do funcionamento do sistema político, com destaque para a refutação da replicação dos resultados eleitorais em diferentes câmaras, o que atesta a existência de um eleitor mais informado e ciente dos objetivos de cada processo eleitoral; a questão do número de partidos, que no contexto da presente investigação produz inclusivamente efeitos contrários em Portugal e em Espanha no que à abstenção diz respeito e o impacto da crise económica nos partidos com assento parlamentar, na infirmação de que a crise económica poderia desencadear um processo de procura de alternativas no quadro político-partidário, permitindo a afirmação / eleição de outros representantes. Convém referir que esta hipótese é central em futuras investigações, uma vez que o contexto da presente Legislatura em Portugal em Espanha tem sido marcado pela adoção de várias medidas de austeridade, sendo interessante verificar se não haverá um despoletar de novas forças partidárias com representação parlamentar, tal como sucedeu nas eleições para o Parlamento Europeu em maio de 2014.

Tal como referimos anteriormente, a construção da ciência é conseguida através destes processos de afirmação e infirmação das hipóteses estudadas, num processo circular e que se vai adaptando aos desafios colocados ao investigador.

Como qualquer investigação produzida no âmbito das ciências sociais não pretendemos obter verdades absolutas, mas antes contribuir para uma melhor compreensão da participação política, mais concretamente da participação eleitoral no contexto das eleições legislativas em Portugal e em Espanha. Este propósito vem ao encontro da necessidade de continuarmos a estudar o fenómeno da democracia, palco do pressuposto de igualdade e caminho para o esbatimento das diferenças entre os cidadãos.

Assegurada de forma global a questão da soberania (não cabe na presente investigação abordar a progressiva cedência da soberania nacional dos Estados ao conjunto de instituições da União Europeia), importa reforçar o estudo da temática da igualdade entre os cidadãos e a própria ideia da liberdade, como condições obrigatórias no sentido de promover uma maior participação e responsabilização política dos cidadãos. De facto, para além dos pressupostos institucionais referidos, cabe ao cidadão um papel decisivo e pró-ativo na procura de informação política e no envolvimento nos processos de escolha dos seus representantes.

O olhar transmitido em relação aos alicerces da democracia e às bases do seu funcionamento atual implicam que se procure integrar os cidadãos no desafio de promover uma maior participação, na ideia central de que qualquer regime político deve assegurar todos os canais necessários a essa participação. Foi nesse sentido que iniciamos a presente investigação, estando certos que o caminho adotado, bem como as conclusões apresentadas constituem mais um contributo para o estudo das democracias em geral e do sistema político e eleitoral em Portugal e em Espanha, em particular.

Algumas pistas para investigações futuras

A presente investigação reflete um conjunto de opções metodológicas e contextuais decisivas para a interpretação dos seus resultados. Nesse sentido, considerando que desde 2011 se tem vindo a acentuar a diminuição da participação eleitoral nos diversos processos eleitorais, nomeadamente as eleições autárquicas e as eleições para o Parlamento Europeu, importa continuar a aprofundar o estudo em torno dos mecanismos à disposição dos cidadãos no momento de escolha dos seus representantes.

O caminho a seguir implica uma integração plena dos diversos modelos de explicação da participação eleitoral, numa crescente complexidade dos elementos utilizados pelo eleitor para avaliar a importância de cada eleição. Se de facto a diferença entre as eleições de primeira e de segunda ordem se vai esbatendo ao nível dos valores da participação eleitoral, é necessário introduzir outros elementos de análise que possam contribuir para o estudo dos resultados eleitorais e conduzir a uma caracterização plena das atuais democracias. Um desses caminhos prende-se com a necessidade de incluir na análise os diversos elementos sociais e económicos caracterizadores do nível de vida das populações, num contexto em que as medidas de austeridade se fazem refletir no quotidiano. A avaliação que os eleitores efetuam do seu nível de vida e o crescimento económico do país são variáveis importantes na avaliação global ao desempenho dos partidos e dos atores políticos.

Poderá a democracia atual conviver com o progressivo aumento da taxa de abstenção e alheamento dos eleitores da escolha dos seus representantes? Poderá esta tendência conduzir a uma reformulação da democracia como a conhecemos? Quais os caminhos para uma aproximação efetiva entre eleitos e eleitores e como aplicar esse princípio na reformulação do sistema eleitoral?

O caminho à disposição dos investigadores é bastante amplo, sendo que em futuros trabalhos procuraremos alargar o número de casos escolhidos, no sentido de averiguar se algumas das variáveis analisadas produzem os mesmos efeitos noutros contextos culturais e institucionais, nomeadamente no quadro dos países da União Europeia.

Outra das linhas de investigação a ser seguida prende-se com a perceção que os cidadãos têm do funcionamento da democracia, numa tentativa de verificar a correlação entre esse factor e o grau de participação eleitoral, bem como a correlação com os próprios resultados eleitorais. Neste âmbito, destacamos a influência que os valores da abstenção poderão ter sobre a participação política futura dos cidadãos, uma vez que poderemos correr o risco de um “contágio sistémico” perante a “normativização da abstenção”.

O conhecimento científico exige esse processo — a constante procura de validação ou infirmação das hipóteses de investigação que vamos formulando — num caminho conducente à afirmação segura das ciências sociais.

Bibliografia

Aarts, K. & Wessels, B. (2002). Electoral turnout in West-European democracies. Artigo apresentando no Encontro Anual da American Political Science Association, em Boston. Disponível em: <http://www2000.wzb.eu/~wessels/Downloads/APSA02-ka-bw2a.pdf>.

Agüero, F. (1995). *Soldiers, civilians and democracy: post-Franco Spain in comparative perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Agüero, F. (2000). *Second Round in Chile: Lagos Wins Third Consecutive Presidential Term (2000-2006) for Concertación*. Miami: North-South Center Paper.

Alcubilla, E. & Gonzalez-Trevijano, P. (2008). *Constitución Española*. Madrid: La Ley.

Almond, G. (1966). Political theory and political science. *The American Political Science Review*, Vol. 60 (4), pp. 869-879.

Almond, G. (1988). The return of the state. *The American Political Science Review*, Vol. 82 (3), pp. 853-874.

Almond, G., Appleby, S. & Sivan, E. (2003). *Strong religion. The rise of fundamentalism around the world*. Chicago: The University of Chicago Press.

Almond, G. & Verba, S. (1989). *The civic culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. London: Sage.

Amaral, D.F. (1994). *Curso de direito administrativo*. Lisboa: Almedina.

Amaral, D.F. (2008). *A transição para a democracia. Memórias políticas ii (1976-1982)*. Lisboa: Bertrand.

Anckar, C. (2011). On the Applicability of the Most Similar Systems Design and the Most Different Systems Design in Comparative Research. *International Journal of Social Research Methodology*, 11.5, pp. 389–401.

Anderson, C.J. (2000). Economic voting and political context: a comparative perspective. *Electoral Studies*, n.º 19, pp. 151–170.

Antunes, R. (2008). *Identificação partidária e comportamento eleitoral. Factores estruturais, atitudes e mudanças de voto*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Aparicio, M. (1989). *Introducción al sistema político y constitucional español*. Barcelona: Ariel.

Arango, E.R. (1980). *The Spanish Political System: Franco's Legacy (Westview special studies in west European politics and society)*. Boulder: Westview Press.

Arango, E.R. (1996). *Spain: Democracy Regained*. Boulder: Westview Press.

Arblaster, A. (1998). *Democracy – concepts social thought*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Aristóteles (1998). *Política* (ed.). Lisboa: INCM.

Aron, R. (1987). *Democratie et totalitarisme*. Paris: Gallimard.

Arrows, K. (1951). *Social values and individual values*. New York: John Willey & Sons.

Austin, M., Vidal-Naquet, P. (1986). *Economia e sociedade na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70.

Bachelard, G. (1965). *La poétique de la rêverie*. Paris: PUF.

Ball, T. & Dagger, R. (1995). *Political ideologies and the democratic ideal*. New York: Harper Collins.

Banco de Portugal. (2010). *A crise internacional: significados e consequências. II Assembleia Parlamentar da CPLP*. Lisboa: BP.

Barbagli, M. & Macelli, A. (1985). *La partecipazione politica a Bologna*. Bologna: Il Mulino.

Barber, B. (1984). *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. Berkeley, CA: University of California Press.

Bari, F. (2005). Women`s political participation: Issues and challenges. United Nations: DAW, Expert meeting group. P1, pp. 8-11.

Batt, J. (1991). *East central Europe from reform to transformation*. London: Pinter.

Benoit, K. & Schiemann, J.W. (2001). Institutional choice in new democracies: bargaining over Hungary`s 1989 electoral law. *Journal of Theoretical Politics*, 13, pp. 159-188.

Berelson, B. R., Lazarsfeld, P. F. & Mcphee, W. N. (1954). *Voting: a study of opinion orrmation in a presidential campaign*. Chicago: Chicago University Press.

Berger, B. (2009). Political Theory, Political Science, and the End of Civic Engagement. *Perspectives on Politics*, 7 (2), pp. 335-350.

Binder, L. (1977). Political participation and political development. *American Journal of Sociology*, Vol. 83, n.º 3, pp. 751-760.

Birch, A.H. (1975). The theory of representation and british practice. In S.E. Finer (ed.). *Adversary politics and electoral reform*. London: Anthony Wigram.

Birch, A.H. (1993). *The concepts and theories of modern democracy*. London: Routledge.

Blais, A. (2000). *To vote or not to vote: the merits and limits of rational choice theory*. Pittsburg: University of Pittsburg.

Blais, A. & Aarts, K. (2006). Electoral Systems and Turnout. *Acta Politica*, Vol. 41, pp. 180-196.

Blais, A. & Dobrzynska, A. (1998). Turnout in Electoral Democracies. *European Journal of Political Research*, 33, pp. 239–261.

Blanchard, O. (2006). Adjustment within the euro. The difficult case of Portugal. Disponível em: <http://economics.mit.edu/files/740>.

Blondel, J. (1968). Party systems and patterns of government in western democracies. *Canadian Journal of Political Science*, Vol. 1, n.º 2, pp. 180-203.

Blondel, J., Sinnott, R. & Svensson, P. (1998). *People and Parliament in the European Union*. Oxford: Oxford University Press.

Boyd, R. (1981). Decline of U.S. voter turnout: structural explanations. *American politics. Quarterly*, 9, pp. 133-159.

Boix, C. & Riba, C. (1999). *Las bases sociales y políticas de la abstención en las elecciones generales españolas: recursos individuales, movilización estratégica e instituciones electorales*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.

Boote, D. N. & Beile, P. (2005). Scholars before researchers: On the centrality of the dissertation literature review in research preparation. *Educational Researcher*, Vol. 34 (6), pp. 3-15.

Bordieu, P., Chamboredon, J.C. & Passeron, J.C. (1968). *Le métier de sociologue. Préables épistémologiques*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Brockington, D. (2004). The paradox of proportional representation: the effect of party systems and coalitions on individuals electoral participation. *Political Studies*, 52, pp. 469-490.

Buchanan, J. (1989). *Explorations into constitutional economies*. Texas: A&M University Press.

Butler, D. & Stokes, D. (1969). *Political change in Britain. Forces shaping electoral choice*. New York: St. Martin's Press.

Caetano, M. (1963). *Manual de ciência política e direito constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora.

Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W. E. & Stokes, D. E. (1960). *The american voter*. New York: Willey.

Campbell, A., Gurin, G. & Miler, W. (1954). *The voter decides*. Evanston: Row, Peterson & Co.

Campbell, A. & Kahn, R. (1952). *The People Elect a President*. Ann Arbor: Institute for Social Research – University of Michigan.

Canotilho, J.J. & Moreira, V. (1978). *Constituição da República Portuguesa, anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Canotilho, J. J. & Moreira, V. (1991). *Os poderes do presidente da república*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Canotilho, J.J. & Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa, anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carrubba, C. & Timpone, R.J. (2005). Explaining Vote Switching Across First- and Second-Order Elections. *Comparative Political Studies*, 38(3), pp. 260-281.
- Charlot, J. (1982). *Os partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Chilcote, R. (1981). *Theories of comparative politics*. Boulder: Princeton University Press.
- Cierva, R. (1996). *La lucha por el poder: así cayo Arias Navarro (Episodios históricos de España)*. Madrid: Arc Editores.
- Clemente, J.C. (1994). *Historias de la transición 1973/1981. El fin del apagón*. Madrid: Fundamentos.
- Coase, R.H. (1937). The nature of the firm. *Economica*, Vol. 4, n.º 16, pp. 386-405.
- Coase, R. H. (1960). The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, Vol. 3, pp. 1-44.
- Coelho, M. (2014). *Partidos políticos e o recrutamento do pessoal dirigente em Portugal*. Lisboa: Europress.
- Coelho, M.B. (1988). Clivagens do sistema político espanhol da transição (1975-1985). *Análise Social*, Vol. 24, n.ºs 101-102, pp.609-662.

Cohen, J. (1986). Reflections on Rousseau: autonomy and democracy. *Philosophy and Public Affairs*, vol. 15, n. 3, pp. 275-297.

Colliard, J.C., (1978). *Les régimes parlementaires contemporains*. Paris: Presse de la Fondation Nationale de Science Politique.

Collier, (1993). The Comparative Method. In Ada W. Finifter (ed.). *Political Science: the state of the discipline II* (pp. 105-119). Washington, D.C.: American Political Science Association.

Colomer, J.M. (2005). It's the parties that choose electoral systems (or Duverger's laws upside down). *Political Studies*, Vol. 53, n.º 1, pp. 1-21.

Constituição da República Portuguesa (2004). Lisboa: Quid Juris.

Coppedge, M. & Reinicke, W. (1990). Measuring polyarchy. *Studies in Comparative International Development* Vol. 25 (1), 51-72.

Corbett, R., Jacobs, F. & Shackleton, M. (2003). *The European Parliament*. London: John Harper Publishing.

Costa, B. (2013). *A igualdade de género na política portuguesa – uma introdução*. Working paper. Lisboa: UAB.

Costa, B. (2010). *A abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu – a influência das variáveis institucionais nos resultados eleitorais na Europa a 27*. Lisboa: Chiado Editora.

Cotta, A. (2004). Representação política. In Norberto Bobbio *et al.* *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Cox, G. (1998). *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cruz, A. (2004). *Jurisdição constitucional democrática*. Belo Horizonte: Del Rey.

Cruz, M. Braga da (1999). *Sumários de sistemas políticos e eleitorais*. Lisboa: UCP.

Cruz, M. Braga da (1998). *Sistemas Eleitorais: o debate científico*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Cruz, M. Braga da (1994). O Presidente da República e a evolução e génese do sistema de governo português. *Análise Social*, Vol. 29, n.º 1 e 2, pp. 237-265.

Dahl, R. (1989). *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University Press.

Dahl, R. (1998). *On Democracy*. New Haven: Yale University Press.

Dahlerup, D. (2006) *Womens, quotas and politics*. New York: Routledge.

Dalton, R. (1984). Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial societies. *Journal of Politics*, 46, pp. 264-284.

Dalton, R. (1988). *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies Western Democracies*. Chatham: Chatham House, 2002.

Dalton, R. (1996b). Political Cleavages, Issues and Electoral Changes. In Lawrence LeDuc, R. Niemi, Pippa Norris. *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective* (pp. 319-342). Thousand Oaks: Sage.

Dalton, R. (2000). The decline of party identifications. In D. J. Russell & M. P. Wattenberg. *Parties without partisans* (pp. 19-36). New York: Oxford University Press.

Dalton, R. & Wattenberg, M. (orgs.) (2000). *Parties without Partisans. Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

Deloy, C. (2011). The People's Party, running favourite in the general elections in Spain from 20th november next. European Elections Monitor. Fondation Robert Schuman. Disponível em: <http://www.robert-schuman.eu/en/doc/oeo/oeo-1243c-en.pdf>.

DeLuca, T. (1995). *The two faces of political apathy*. Philadelphia: Temple University Press.

Delwit, P. (2000). Participation électorale et scrutin européen: une légitimité minimale. In G. Grunberg et al. (orgs.). *Le Vote des Quinze: Les Élections Européennes du 13 Juin 1999* (pp. 295-316). Paris: Press de Science Po.

Diamond, L. (2000). The global state of democracy. *Current History*, Vol. 99, n.º 641, pp. 413-418.

Diamond, L. & Morlino, L. (2005). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Díaz Gijón, J. (1998). *El reinado de Juan Carlos I, en Historia de la España actual 1936-1996*. Madrid: Marcial Pons.

Dicionário O Português Essencial. (2001). Porto: Porto Editora.

Dimaggio, P. & Powell, W. (1991). *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press.

Dimitrov, V. (2009). Transições políticas na Europa Central e de Leste: Dimensões interna e externa. *Relações Internacionais*, n.º 23, pp. 05-19.

- Domingos, E.V. (1980). *Portugal político – análise das instituições*. Lisboa: Edições Rolim.
- Downs, A. (1957a). *An Economic Theory of Democracy*. New York: HarperCollins Publications.
- Downs, A. (1957b). An economic theory of political action in a democracy. *The Journal of Political Economy*, Vol. 65, n.º 2, pp. 135-150.
- Duverger, M. (1951). The influence of political systems in political life. *International Social Science Bulletin*, 3, pp. 314-352.
- Duverger, M. (1972). *The study of politics*. New York: Crowell.
- Duverger, M. (1979). *Xeque-mate – análise comparativa dos sistemas políticos semi-presidenciais*. Lisboa: Edições Rolim.
- Duverger, M. (1980). A new political system model: semi-presidential government. *European Journal of Political Research*, pp.165-187.
- Duverger, M. (1985). *Os Grandes Sistemas Políticos*. Coimbra: Almedina.
- Duverger, M. (1986). *Les régimes semi-présidentieles*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Eanes, R. (1979). *Dias decisivos para o Governo*. Lisboa: DGD.
- Easton, D. (1965). *A framework for political analysis*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Eijk, C. van der (2002). Design issues in electoral research: taking care of (core) business. *Electoral Studies*, n.º 21 (2), pp. 189-206.

Eijk, C. van der, Franklin, M. & Marsh, M. (1996). What voters teach us about Europe-wide elections: what Europe-wide elections teach us about voters. *Electoral Studies*, n.º 15 (2), pp. 149-166.

Eijk, C. van der, Franklin, M., & Oppenhuis, E. (1996). The Institutional Context: Turnout. *In* C. van der Eijk e M Franklin (Eds.). *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*. Michigan: Michigan University Press, pp. 306-331.

Ekiert, G., Kubik, J. & Vachudova, M.A. (2007). Democracy in the Post-Communist World: An Unending Quest? *East European Politics and Societies*, Vol. 21, n.º 7, pp. 6-30.

Ekman, J. & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: towards a new typology. *Human Affairs*, n.º 22, pp. 283-300.

Elgie, R. (2005). A fresh look at semi-presidentialism. *Journal of Democracy*, 16 (3), pp. 90-112.

Elster, J. (1993). *Political psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Espírito Santo, P. (2011). *Sociologia Política e Eleitoral – modelos e explicações de voto*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Espírito Santo, P. & Costa, B. (2013). *Participação partidária, perfis e motivações dos filiados partidários portugueses: o caso do Centro Democrático Social / Partido Popular (CDS-PP)*. Texto policopiado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Esteban, J. (1981). *Las Constituciones de España*. Madrid: Taurus.

Esteban, J. & Guerra, L.L. (1979). *Las elecciones legislativas del 1 de Mayo de 1979*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Fàbregas, J.F. (1995). Manuel Justel in Memoriam. La abstención electoral en España: certezas e interrogantes. Reis, vol. 71-72, pp. 11-37.

Farrel, D. (1997). *Comparing electoral systems*. New Jersey: Prentice-Hall.

Farrel, D. (2001). *Electoral Systems: A Comparative Introduction*. New York: Palgrave.

Fernandes, A.J. (1991). *Os sistemas político-constitucionais português e espanhol*. Lisboa: Europa Editora.

Fernandes, A.J. (2002). Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica. Sociologia, n.º 39, pp. 209-212.

Fernandes, A.J. (2008). *Introdução à Ciência Política – teorias, métodos e temáticas*. Porto: Porto Editora.

Figueiredo, M. (1991). *A decisão do voto*. São Paulo: Editora Sumaré.

Filho, M. (2001). *A democracia no limiar do século XXI*. São Paulo: Saraiva.

Finley, M. (1988). *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70.

Flanagan, S. (1987). Value change in industrial society. The American Political Science Review, Vol. 81, pp. 1303-1319.

Flanagan, S. & Dalton, R. (1985). Models of change. In Peter Mair (ed.). *The west European party system*. New York: Oxford University Press.

Font, J. (1992). *L'abstenció metropolitana: els casos de Madrid i Barcelona*. Barcelona: UAB.

Font, J. (1995). La abstención en España: certezas e interrogantes. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.os 71-72, pp. 11-37.

Fowler, J. (2005). Altruism and political participation. Artigo apresentado no encontro anual da Midwest Political Science Association, Chicago. Disponível em: http://www.allacademic.com/meta/p85379_index.html.

Franklin, M. (1996). Electoral Participation. In Laurence LeDuc, Richard G. Niemi, and Pippa Norris (eds.). *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Franklin, M. (2003). Os enigmas da participação eleitoral. *Análise Social*, Vol. 38, n.º 167, pp. 321-338.

Franklin, M. (2004). *Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies Since 1945*. New York: Cambridge University Press.

Franklin, M. & Weber, T. (2010). The structuring effect of first order elections. Comunicação apresentada na Conferência Mundial da APSA. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1642154>.

Freire, A. (2000b). A evolução da participação e da abstenção dos portugueses em eleições legislativas, 1975-1995. *Análise Social*, n.os 154-155, pp. 115-146.

Freire, A. (2001a). *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*. Oeiras: Celta.

Freire, A. (2002). Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário. *Análise Social*, Vol. 37, n.º 162, pp. 121-150.

- Freire, A. (2005). *Identidades Ideológicas e Partidárias na Europa. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. Lisboa: CIES-ISCTE/Celta.
- Freire, A. (2009). Reformas eleitorais: objectivos, soluções, efeitos prováveis e trade-offs necessários. Eleições. Número especial sobre a reforma do sistema eleitoral, pp. 25-60.
- Freire, A. (org.). (2011). *Eleições e sistemas eleitorais no século XX português: um balanço histórico e comparativo*. Lisboa: Colibri.
- Freire, A. (org.). (2012). *O sistema político português séculos XIX-XXI – continuidades e rupturas*. Coimbra: Almedina.
- Freire, A. & Lobo, M.C. (2005). Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985-2000. *European Journal of Political Research*, Vol. 44 (4), pp. 493-518.
- Freire, A. & Magalhães, P. (2002). *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa: ICS.
- Freire, A., Martins, M.M. & Moreira, D. (2008). *Para uma melhoria da representação política. A reforma do sistema eleitoral*. Lisboa: Edições Sextante.
- Freire, A. & Pinto, A.C. (2010). *O poder presidencial em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- Fontes, J. (2009). *Teoria geral do Estado e do direito*. Coimbra : Coimbra Editora.
- Fowler, A. (2013). Electoral and Policy Consequences of Voter Turnout: Evidence from Compulsory Voting in Australia. *Quarterly Journal of Political Science*, Vol. 8 (2), pp. 159-182.
- Fundación BBVA e Ivie. (2010). Fuentes del crecimiento e productividad en España. *Capital e Crecimiento*, n.º 7, pp. 1-16.

- Galbraith, J.K. (1970). *Economics, peace and laughter*. Harmondsworth: Penguin.
- Gallagher, M. (1991). Proportionality, disproportionality and electoral systems. *Electoral Studies*, n.º 10 (1), pp. 33-51.
- Gallagher, M. & Mitchell, P. (2008). *The politics of electoral systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Gastil, J. (1990). The history of democracy - Review of democracy and its critics. *The Democratic Communique*, 9 (2), 17.
- Gaxie, D. (1989). *Explication du vote, un bilan des études électorales en France*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Geddes, B. (1995). The Uses and Limitations of Rational Choice. In Peter Smith (ed.). *Latin America in Comparative perspective: New Approaches to Analysis and Methods*. Boulder: Westview Press.
- Geys, B. (2006). Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. *Electoral Studies*, n.º 25, pp. 637-663.
- Giddens, A. (1978). *Novas regras do método metodológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Golder, M. (2005). Democratic electoral systems around the world, 1946-2000. *Electoral studies*, n.º 24, pp. 103-121.
- Gomez, M.B. & Curral, J.B. (2009). *El sistema electoral*. Madrid: Tecnos.
- Goulard, S. e Monti, M. (2013). *A democracia na Europa. Uma perspectiva de futuro*. Lisboa: Editorial Presença.

Gray, M. & Caul, M. (2000). Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997: the effects of declining group mobilization. *Comparative Political Studies*, 33 (9), pp. 1091-1122.

Green, D., Palmquist, B. & Schikler, E. (2002). *Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of voters*. New Haven: Yale University Press.

Grofman, B. & Davidson, C. (1992). *Controversies in minority voting. The voting rights act in perspective*. Massachussets: The Brookings Institutions.

Grofman, B. & Lijphart, A. (1984). *Choosing an electoral system: issues and alternatives*. New York: Praeger.

Grose, C. & Russel, C. (2008). Avoiding the vote: a theory and field experiment of the social costs of public political participation. Disponível em SSRN: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1310868.

Guedes, A.M. (1978). *Ideologias e sistemas políticos*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Guimarães, R.C. & Sarsfield Cabral, J.A. (2010). *Estatística*. Lisboa: Verlag Dashöfer.

Gudgin, G. and Taylor, P. J. (1979). *Seats, Votes and the Spatial Organisation of Elections*. London: Pion.

Günther, R. & Diamond, L. (2004). *Political parties and democracy*. London: The Johns Hopkins University Press.

Hall, P. & Taylor, R. (1996). Political science and the three new institutionalism. *Political Studies*, 44 (5), pp. 936-957.

Halperin, J. (2002). *Conversaciones con Saramago: reflexiones desde Lanzarote*. Barcelona: Icaria.

Hansel, S., Palfrey, T. & Rosenthal, H. (1987). The downsian model of electoral participation: formal theory and empirical analysis of the constituency size effect. *Public Choice*, 52, pp. 11-33.

Harrington, J. (1993). The impact of reelection pressures on the fulfillment of campaign promises. *Games and Economic Behavior*, n.º 5, pp. 71-97.

Harrop, M. & Miller, W.L. (1987). *Elections and voters: a comparative introduction*. Basingstoke: Macmillan.

Heath, A. & Taylor, B. (1999). Turnout: new sources of abstention? In G. Evans and P. Norris (eds.). *Critical Elections*. London: Sage.

Held, D. (1996). *Models of democracy*. Stanford: Stanford University Press.

Hellwig, T., Samuels, D. (2007). *Electoral accountability and the variety of democratic regimes*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hermet, G., Badie, B., Birnbaum, P. & Braud, P. (2014). *Dicionário da ciência política e das instituições políticas*. Lisboa: Escolar Editora.

Hix, S. (1998). Elections, parties and institutional design: a comparative perspective on the European Union democracy. *West European Politics*, n. 19.

Hofstee, E. (2006). *Constructing a good dissertation: A practical guide to finishing master's, MBA or PhD on schedule*. Johannesburg: EPE.

Hollander, J. (2009). A Comparative Cross-National Study of Voter Turnout and Electoral Systems, 1972-2005. PSCI 400: Political Analysis. Working paper in: https://www.lycoming.edu/schemata/documents/POLISCI_Hollander_Spring2010_Final.pdf.

Hualde, J. M. (1994). Evolución de la abstención electoral en España: 1976-1991. In P. del Castillo (ed.). *Comportamiento Político y Electoral*. Madrid: CIS.

Huard, R. (1989). Comment apprivoiser le suffrage universel? In Daniel Gaxie (ed.). *Explication du vote, un bilan des études électorales en France* (pp. 126-148). Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Huntington, S. (1993). *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

Huntington, S. & Nelson, J.M. (1976). *No Easy Choice: Political Participation in Developing Countries*. Cambridge: Harvard University Press.

Hyman, H. H. & Singer, E. (1968). *Readings in reference groups theory and research*. New York: Free Press.

IESE. (2011). *España*. European Economic Advisory Group. Navarra: IESE.

Ignazi, P. (1992). The silent counter-revolution. *European Journal of Political Research*, Vol. 22 (1), pp. 3-34.

Ihl, O. (2000). *Le vote*. Paris: Editions Montchrestien.

I.N.E. (2013). *A península ibérica em números 2013*. INE, n.º 121.

Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.

Inglehart, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press.

Inglehart, R. (1997). *Modernization and Posmodernization. Cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press.

Jackman, R. (1987). Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. *The American Political Science Review*, Vol. 81, n.º 2, pp. 405-424.

Jimenez, J.C. (2009). *Espana y Portugal en transición. Los caminos a la democracia en la península ibérica*. Madrid: Sílex.

Johnston, R. J., Pattie, C. J., Dorling, D. F. L. & Rossiter, D. J. (2001). *From Votes to Seats: The Operation of the UK Electoral System since 1945*. Manchester: Manchester University Press.

Justel, M. (1995). *La abstención electoral en España, 1977-1993*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.

Kaase, M. & Newton, K. (1995). *Beliefs in Government*. Oxford: Oxford University Press.

Katz, E. & Lazarsfeld, P. F. (1955). *Personal influence: the part played by people in the flow of mass communications*. Glencoe, IL: Free Press.

Katz, R. (2008). Why are there so Many (or so Few) Electoral Reforms? In Michael Gallagher e Paul Mitchell (orgs.). *The Politics of Electoral Systems*. New York: Oxford University Press.

Katz, R. & Mair, P. (1992). *Party organizations: a data handbook on party organizations in western democracies, 1960-90*. London: Sage.

Kelsen, H. (1955, 2000). *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes.

Keyssar, A. (2009). *The right to vote. The contested history of democracy in the United States*. New York: Basic Books.

King, D. (1997). The polarization of american parties and mistrust of government. In Joseph Nie Jr., Philip Zelikow & David King (ed.) (pp. 155-178). *Why people don't trust government*. Cambridge: Harvard University Press.

Knight, J. & Sened, I. (Eds.) (1995). *Explaining Social Institutions*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Knutsen, O. (2004). *Social structure and party choice in Western Europe – A comparative longitudinal study*. Houndsmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Knutsen, O., & Scarbrough, E. (1995). Cleavage Politics. In J. W. van Deth & E. Scarbrough (Eds.). *The Impact of Values* (pp. 492-523). Oxford: Oxford University Press.

Koepke, J.R. & Ringe, N. (2006). The Second-order Electoin Model in an Enlarged Europe. *European Union Politics*, 7(3), pp. 321-346.

Kolk, H. (2005). Sistemas eleitorais locais na Europa ocidental. *Análise Social*, n.º 177, pp. 847-864.

Kousser, M. (1974). *The shapping of southern politics: suffrage restriction and the establishment of the one-party south, 1880-1910*. New Haven: Yale University Press.

Kramer, H. (1971). Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior. *The American Political Science Review*, Vol. 65, n.º 1, pp.131-143.

- Landman, T. (2004). Measuring human rights: principle, practice, and policy. *Human Rights Quarterly*, Vol. 26, n.º 4, pp. 906-931.
- Lane, R. (1959). *Political Life – Why People Get Involved in Politics*. Glencoe: The Free Press.
- Lane, R. (1997). *Political Science in Theory and Practice: The Politics` Model*. New York: M.E. Sharpe.
- Lane, J. E. & Ersson, S. (1999). *Politics and Society in Western Europe*. London: Sage.
- Lapierre J.W. (1980). *Análise dos sistemas políticos*. Lisboa: Edições Rolim.
- Langworth, R. (ed.). (2008). *Churchill by himself: the definitive collection of quotations*. London: Public Affairs.
- Lara, A. S. (2007). *Ciência Política – Estudo da Ordem e a Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Lavaux, P. (1987). *Le parlementarisme*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B. & Gaudet, H (1944/1968). *The People`s choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.
- Leduc, L., Niemi, R. & Norris, P. (2002). *Comparing Democracies: New Challenges in the Study of Elections and Voting*. London: Sage.
- Lewis-Beck, M.S. (1988). *Economics and Elections. The major western democracies*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Lijphart, L. (1971). Comparative politics and the comparative method. *The American Political Science Review*, Vol. 65, pp. 682-693.

Lijphart, A. (1989). *As democracias contemporâneas*. Lisboa: Gradiva.

Lijphart, A. (1990). The Political Consequences of Electoral Laws. *The American Political Science Review*, Vol. 84, pp. 481-496.

Lijphart, A. (1994). *Parliamentary versus presidential government*. Oxford: Oxford University Press.

Lijphart, A. (1995). Electoral Systems. In Seymour Martin Lipset (ed.). *Encyclopedia of Democracy*, Vol. II. London: Routledge.

Lijphart, A. (1997). Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. *The American Political Science Review*, Vol. 91, pp. 1-14.

Lijphart, A. (1999). *Patterns of democracy: government forms and performance in thirty-six countries*. New Haven: Yale University Press.

Lijphart, A. (2000). *Electoral Systems and Party Systems. A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990*. Oxford: Oxford University Press.

Lim, T. (2010). *Doing Comparative Politics: An Introduction to Approaches and Issues*. Boulder: Lynne Rienner Publishers Inc.

Lima, B. & Sá, T. (2005). As teorias de transição da democracia e o caso português. *Relações Internacionais*, n.º 7, pp. 127-143.

Limongi, F. (1994), O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. *BIB*, 37, pp. 3-38.

Lipset, S. (1959). Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *The American Political Science Review*, Vol. 53, pp. 69-105.

Lipset, S. & Rokkan, S. (1967). *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press.

Lobo, M.C. (1996). *The Portuguese party system: an analysis of developments in light of economic change (1976-1991)*. Oxford: University of Oxford.

Lopes, F. F. & Freire, A. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução Crítica*. Oeiras: Celta.

Lopes, P. S. (2013). *Pecado original*. Lisboa: Dom Quixote.

Lopes, P.S. & Barroso, D. (1980). *Sistema de governo e sistema partidário*. Lisboa: Bertrand.

Lopez-Pintor, R. (1986). *La opinión pública española del franquismo a la democracia*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Lopez-Pintor, R. & Gratschew, M. (2002). Voter Registration. In Lopez-Pintor & M. Gratschew (eds.). *Voter Turnout Since 1945: A Global Report*. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, pp. 21-73.

Lor, P. (2011). International and Comparative Librarianship, Chapter 4. Draft version, disponível em: <http://pjl原因.files.wordpress.com/2010/06/chapter-4-draft-2011-04-20.pdf>.

Lourtie, P. (2011). Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais*, n.º 32, pp. 61-105.

Lucena, M. (1996). Semipresidencialismo: teoria geral e práticas portuguesas. *Análise Social*, Vol. 31, n.º 138, pp. 831-892.

Magalhães, P. (2001). Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999. *Análise Social*, Vol. 35, n.º 157, pp. 1079-1098.

Magalhães, P. (2008). Redes sociais e participação eleitoral. *Análise Social*, Vol. 43 (3), pp. 473-504.

Magalhães, P. (2009) (redator). *A Qualidade da democracia em Portugal. A perspectiva dos cidadãos*. Lisboa: SEDES.

Magalhães, P. (2011). *Sondagens, eleições e opinião pública*. Lisboa: Relógio D'água Editores.

Mair, P. (1994). Districting Choices under Single-Transferable Vote. In Bernard Grofman & Arend Lijphart (eds.). *Electoral Laws and Their Political Consequences*. New York: Agathon Press.

Mair, P. (1996). Comparative politics: an overview. In Hans-Dieter Klingemann, Robert Goodin (eds.). *A New Handbook of Political Science* (pp. 309-335). Oxford: Oxford University Press.

Maltez, J. A. (1994). *Sobre a Ciência Política*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

Maltez, J. A. (1996). *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Maltez, J.A. (1998). *Princípios de ciência política: o problema do direito*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Manza, J. & Brooks, C. (1999). *Social cleavages and political change: voter alignments and U.S. party coalitions*. New York: Oxford University Press.

Maravall, J.M. & Przeworski, A. (1998). *Political reactions to the economy: the Spanish experience*. Estudios / Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales. Madrid: Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales.

March, J.G. & Olsen, J.P. (1984). The new institutionalism: organizational factors in political life. *The American Political Science Review*, 78, pp. 734-749.

March, J.G. & Olsen, J.P. (1989). *Rediscovering institutions: the organizational. Basis of politics*. New York: Free Press.

Marôco, J. (2007). *Análise Estatística com Utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Sintra: ReportNumber.

Marsh, M. (1998). Testing the second-order election model after four European elections. *British Journal of Political Science*, 28, pp. 591-607.

Martins, M. M. (1997). *As eleições autárquicas e o poder dos cidadãos*. Lisboa: Vega.

Martins, M.M. (2003). *Participação Política e Grupos de Cidadãos Eleitores*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Martins, M. M. (2004). *Participação Política e Democracia, o caso português 1976-2000*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Martins, M. M. (2008). *Representação Política, Eleições e Sistemas Eleitorais – uma introdução*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Martins, M. M. (2010). *Cidadania e participação política – temas e perspectivas em análise*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Martins, M. M. & Mendes, M. A. (2005). *30 Anos de Democracia: Retrospectiva das Eleições para a Assembleia da República 1975-2005*. Lisboa: CNE.

Marugan, P. (2001). *Sistema político Español*. Madrid: McGraw-Hill / Interamericana de España.

Massari, O. (2004). *I partiti politici nelle democrazie contemporanee*. Rome-Bari: Laterza.

Matilla, M. (2003). Why bother? Determinants of turnout in European elections. *Electoral Studies*, n.º 22, pp. 449-468.

Matonti, F. (1998). *Le comportement politique des français*. Paris: Armand Colin.

Mayer, N. (1997) (ed.). *Les modèles explicatifs du vote*. Paris: L'Harmattan

Merton, R.K. & Kitt, A.S. (1950). Contribution to the theory of reference group behavior. In R. K. Merton & P. F. Lazarsfeld. *Continuities in social research: studies in the scope and method of the "The American Soldier"* (pp. 40-105). Glencoe, IL: Free Press.

Miguel, L. G. (1981). *Teoria de la transición (1974-1978)*. Madrid: Ed. Nacional.

Milbrath, L.W. (1965). *Political Participation*. Chicago: Rand McNally College Publishing Company.

Milbrath, L.W. & Goel, M. (1976). *Political Participation – How and Why Do People Get Involved in Politics*. New York: University Press of America.

- Miller, W. E. & Shanks, J. M. (1996). *The new american voter*. Cambridge: Harvard University Press.
- Mill, J.S. (1991). *Considerations on the representative government*. New York: Prometheus Book.
- Mills, C.W. (1959). *Sociological imagination*. New York: Oxford University Press.
- Miranda, J. (ed.) (1978). *Estudos sobre a Constituição*. Lisboa: Livraria Petrony.
- Miranda, J. (1992). *Ciência política – formas de governo*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Miranda, J. (1996). *Ciência Política. Formas de Governo*. Lisboa: Pedro Ferreira Editor.
- Montero, J. (1984). Niveles, fluctuaciones y tendencias del abstencionismo electoral en España y en Europa. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 28, pp. 223-42.
- Montero, J. & Torcal, M. (1990). Autonomías y Comunidades Autónomas en España: preferencias, dimensiones y orientaciones políticas. *Revista de Estudios Políticos*, 70, pp. 33-91.
- Morais, C.B. (1997). As metamorfoses do semipresidencialismo português. *Revista Jurídica*, n.º 22, pp. 141-159.
- Morais, I., Almeida, J.M.F. & Pinto, R.L. (1984). *O Sistema de Governo Semipresidencial: O Caso Português*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Morán, G. (2009). *Adolfo Suárez: ambición y destino*. Barcelona: Debate.
- Moreira, A. (1977). *O novíssimo príncipe – análise da revolução*. Lisboa: Intervenção.

Moreira, A. (2003). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.

Moreira, D. (2008). *Os Sistemas Eleitorais do Parlamento Europeu: Factores de Desproporcionalidade nas Eleições de 2004*. Lisboa: ICS, polic.

Morganthau, H. J. (1944). *The limitations of science and the problem of social planning*. Ethics, 54 (3), pp. 174-185.

Morillo, J.G. (1996). *La democracia en España*. Madrid: Alianza Editorial.

Mosca, G. (1975). *História das doutrinas políticas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mossé, C. (1985). *As instituições gregas*. Lisboa: Edições. 70.

Mueller, D. C. (2003). *Public Choice III*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nelson, R. & Winter, S. (1982). *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge: The Belknap Press.

Neto, O.A. & Lobo, M.C. (orgs.). (2009). *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Nie, N. H., Verba, S. & Petrocik, J. R. (1976). *The changing american voter*. Cambridge: Harvard University Press.

Nishikawa, M. & Herron, E. (2004). Mixed electoral rules impact on party systems. Electoral Studies, n.º 23, pp. 753-768.

Nogales, M.C. (2013). *Qué pasa en Cataluña?* Córdoba: Almuzara.

- Nohlen, D. (1984). *Elections and electoral systems*. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung.
- Nohlen, D. (2007). *Os Sistemas Eleitorais: o contexto faz a diferença*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Nordhaus, W. (1975). The political business cycle. *Review of Economic Studies*, n.º 42, pp. 169-190.
- Norgaard, S. (1996). Rediscovering reasonable rationality in institutional analysis. *European Journal of Political Research*, 29, pp. 31-57.
- Norris, P. (1997). Representation and the democratic deficit. *European Journal of Political Research*, Vol. 32, (2), pp. 273–282.
- Norris, P. (1999). Introduction: the growth of critical citizens. In Pippa Norris (org.). *Critical Citizens. Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.
- Norris, P. (2002). *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. New York: Cambridge University Press.
- Norris, P. (2004). *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior*. New York: Cambridge University Press.
- Norris, P. (2008). *Driving democracy: do power-sharing institutions work?* New York: Cambridge University Press.
- North, D. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

North, D. & Thomas, R. (1973). *The rise of the western world: a new economic history*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nunes, F. (2003). Transição e consolidação democráticas – síntese de leituras sobre o caso português. *Penélope*, n.º 28, pp. 107-131.

O'Donnell, G. A., Cullell, J. V. & Iazzetta, O. M. (2004). *The quality of democracy*. South Bend: University of Notre Dame Press.

Offe, C. (1991). Capitalism by democratic design? Democratic theory facing the triple transition in east central Europe. *Social Research*, Vol. 58 (4), pp. 865-881.

Offe, C. (1992). *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.

Olson, M. (1999). *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp.

Opello, K. (2006). *Gender quotas, parity reform and political parties in France*. New York: Lexington Books.

Ortega, C. (2004). *Los Sistemas de Voto Preferencial. Un Estudio de 16 Democracias*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, Siglo XXI.

Ostrom, E. (1991). Rational choice theory and institutional analysis: toward complementarity (review essay). *The American Political Science Review*, Vol. 85, n. 1, pp. 237-243.

Paldam, M. (2003). Are vote and popularity functions economically correct? In F. Schneider e C. K. Rowley (eds.). *The Encyclopedia of Public Choice*, vol. i. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Paniagua, J. (2009). *La transición democrática - De la dictadura a la democracia en España (1973-1986)*. Madrid: Anaya.

Parry, G., Moyser, G. & Day, N. (1992). *Political Participation and Democracy in Britain*. New York: Cambridge University Press.

Parsons, T. (1953). *Working papers in the theory of action*. New York: Free Press.

Pasek, J. (2009). Maligned youth? How polls systematically misrepresent youth turnout. Artigo apresentado na Conferência da APSA, Toronto. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1451244.

Pasquino, G. (2002). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia.

Pasquino, G. (2005). *Sistemas políticos comparados*. Cascais: Principia.

Pereira, A.G. (1984). *O semipresidencialismo em Portugal*. Lisboa: Ática.

Pereira, P. (2012). A situação económica e social na União Europeia: análise de alguns indicadores. *Revista de Estudos Demográficos, INE*, n.º 46, pp. 41-58.

Pereira, P.T. & Silva, J.A. (2008). Citizens' freedom to choose representatives: Ballot structure, proportionality and “fragmented” parliaments. *Electoral Studies*, doi:10.1016/j.electstud.2008.07.005.

Peres, P. (2008). Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (online), Vol. 23, n.º 68, pp. 53-71.

Péricles, Oração Fúnebre, *in* Tucídides: A Guerra do Peloponeso. Livro II, 37.

Pestana, M.H. & Gageiro, J.N. (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais - A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pinto, A.C. & Freire, A. (2005). *O poder dos presidentes. A República Portuguesa em debate*. Lisboa: Campo da Comunicação.

Pinto, A.C., Sousa, L. & Magalhães, P. (2013). *A qualidade da democracia em Portugal – a visão dos cidadãos*. Lisboa: ICS.

Pires, F.L. (1976). Presidencialismo, semipresidencialismo ou regime de partidos. *Democracia e Liberdade*, n.º 1.

Pitkin, H. (1972). *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.

Pizzorno, A. (1966). Introduzione all studio partizipazione politica. *Quaderni di sociologia*, Vol. 15, n. 3-4, pp. 235-288.

Plant, R. (1991). *Modern political thought*. Oxford: Blackwell.

Popper, K. (1959). *The Logic of Scientific Discovery*. New York: Basic Books.

Popper, K. (1972). *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach*. Oxford: Clarendon Press.

Posner, R. (1981). The economics of privacy. *American Economic Review*, vol. 71 (2), pp. 405-409.

Powell, G.B. (1980). Voting turnout in thirty democracies: Partisan, legal, and socio-economic influences. In R. Rose (Ed.). *Electoral participation: A comparative analysis*. (pp. 5-34). Beverly Hills, CA: Sage.

Powell, G. B. (1986). American voter turnout in comparative perspectiva. *The American Political Science Review*, Vol. 80, n.º 1, pp. 17-43.

Powell, G. B. (2013). Electoral responsiveness, party government, and the imperfect performance of democratic elections. *Party Governance and Party Democracy*, pp. 81-97.

Powell, R. (1991). Absolute and Relative Gains in International Relations Theory. *The American Political Science Review*, Vol. 85, n.º 4, pp. 1303-1320.

Putnam, R.D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster.

Queiroz, C. (2013). *Os poderes do presidente da república*. Coimbra: Coimbra Editora.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rae, D. (1971). *Political consequences of electoral laws*. New Haven: Yale University Press.

Ragin, C. (1987). *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Ramos, R. (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*, Vol. 34, 172, pp. 547-569.

Rancière, J. (2004). *Disagreement: politics and philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press.

Reif, K. (1985). Ten second-order elections. In K. Reif (org.). *Ten European Elections*. Gower: Aldershot.

Reif, K. & Schmitt, H. (1980). Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of European election results. *European Journal of Political Research*, 8 (1), pp. 3-44.

Reis, E. (2001). *Estatística multivariada aplicada, 2ª edição*. Lisboa: Edições Sílabo.

Reniu, J. (2012). *Sistema político español*. Barcelona: Huygens.

Renwick, A. (2011). Electoral reform in Europe since 1945. *West European Politics*, Vol. 34 (3), pp. 456-477.

Reto, L. & Sá, J. (2000). Segmentação e tipologia dos abstencionistas em Portugal. *Revista Portuguesa de Gestão*, ano 15, n.º 1, pp. 64-74.

Reynolds, A. *et al.* (2002). *Electoral systems design: the new international IDEA handbook*. Stockholm: IDEA.

Reynolds, A. *et al.* (2005). *Electoral systems design: the new international IDEA handbook*. Stockholm: IDEA.

Richter, M. (1977). *The political theory of Montesquieu*. New York: Cambridge University Press.

Rico, R.M. (2005). El modelo económico español 1996-2004. Instituto de Estudios Económicos, pp. 1-66.

Riker, W. (1980). Implications from the disequilibrium of majority rule for the study of institutions. *The American Political Science Review*, Vol. 74 (2), pp. 432-446.

Riker, W. (1998). The ferment of the 1950's and the development of rational choice theory. *In* Kristen Monroe (ed.). *Contemporary political theory*. Berkeley: University of California Press.

Riker, W. & Ordeshook, P. (1968). A theory of the calculus of voting. *The American Political Science Review*, Vol. 62, n.º 1, pp. 25-42.

Rokkan, S. (1972). Electoral systems. *In* David Sills (ed.). *International Encyclopedia of the social sciences*, Vol. 13. London: Collier Macmillan Publishers.

Rosa, N. (2014). *Condições de estabilidade do rácio da dívida pública*. Lisboa: Banco de Portugal.

Rosas, F. (1999). *Portugal e a transição para a democracia (1974/76)*. Lisboa: Colibri.

Rose, R. (1974). *Electoral Behavior: A Comparative Handbook*. New York: Free Press.

Rose, R. (1980). *Do parties make a difference?* London: Macmillan.

Rose, R. (2004). *Voter Turnout in European Union Members. IDEA Voter turnout in Western Europe since 1945*. Stockholm: IDEA.

Rose, R. & Borz, G. (2010). Is there a demand for referendums on Europe? *CSPP Studies in Public Policy*, n.º 478. Glasgow: University of Aberdeen.

Rose, R. & Mackenzie, W.J.M. (1991). Comparing forms of comparative analysis. *Political Studies*, vol. 39 (3), pp. 446-462.

Rose, R. and McAllister, I. (1986). *Voters Begin To Choose*. London: Sage.

Rose, R. & Munro, N. (2003). *Elections and Parties in New European Democracies*. Washington, DC: CQ Press.

Rossi, P. H. (1964). Four landmarks in voting behavior. In F. Munger & D. Price. *Readings in political parties and pressure groups* (pp. 304-347). New York: Thomas Y. Crowell.

Rousseau, J.J. (1762, 1974). *Du contrat social*. Paris: Gallimard.

Rousseau, J.J. (1986). *Political writings* (traduzido e editado Fredrick Watkins). Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

Sá, L. (1999). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Universidade Aberta.

Sàez, J. (2013). Visiones de la transición portuguesa de desde el búnker franquista: la revista fuerza nueva e la revolución de los claveles (1974). HAO, n.º 32, pp. 107-137.

Sampaio, N. (2009). *O sistema eleitoral português – crónica de uma reforma adiada*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Sani, G., Gunther, R., & Shabad, G. (1981). Estrategia de los partidos y escisiones de massas en las elecciones parlamentarias españolas de 1979. *Revista de Derecho Político*, n.º 11, pp. 141-190.

Santamaría, J. (1982). *Transición a la democracia en el sur del Europa y América Latina*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Sartori, G. (1972). Da sociologia da política à sociologia política. In Lipset, S.M. (org.). *Política e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

Sartori, G. (1976). *Parties and party systems: a framework for analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sartori, G. (1980). *Partidos y sistemas de partidos*. Madrid: Alianza Editorial.

Sartori, G. (1991). Comparing and Miscomparing. *Journal of Theoretical Politics*, 3, pp. 243-257.

Schattschneider, E. E. (1969). *Two Hundred Million Americans in Search of a Government*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

Schilling, V. (1999). *As Grandes Correntes do Pensamento - da Grécia Antiga ao Neoliberalismo*. Age: Porto Alegre.

Schmitt, H. (2005). As Eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu: ainda de segunda ordem?. *Análise Social*, n.º 177, pp. 765-794.

Schmitt, H. & Holmberg, S. (1995). Political Parties in decline? In Hans-Dieter Klingemann and Dieter Fuchs (eds.). *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press.

Schmitter, P. (1999). *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: ICS.

Scotiabank Group Report (2011). Europe Regional Economic Outlook. Executive Briefing. Relatório. Disponível em: http://www.gbm.scotiabank.com/English/bns_econ/europe.pdf.

Selznik, P. (1949). *TVA and the grass roots*. Berkeley: University of California Press.

Selznick, P. (1957). *Leadership in Administration: A Sociological Interpretation*. New York: Harper and Row.

Sened, I. (1991), Contemporary theory of institutions in perspective. *Journal of Theoretical Politics*, Vol. 3 (4), pp. 379-402.

Shepsle, K. (1986). Institutional equilibrium and equilibrium institutions. *In* H. Weisberg (ed.). *Political Science: the science of politics* (pp. 51-82). New York: Agathon.

Shepsle, K. (2006). Rational Choice Institutionalism. *In* R.A.W. Rhodes, S.A. Binder & B.A. Rockman (eds.). *Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press.

Siaroff, A. (2003). Comparative presidencies: the inadequacy of the presidential, semi-presidential and parliamentary distinction. *European Journal of Political Research*, vol. 42, pp. 287-312.

Sinnott, R. (2003). Electoral participation/abstention: a framework for research and policy-development. Disponível em:
<http://www.ucd.ie/dempart/workingpapers/framework.pdf>.

Smelser, N.J. (1976). *Comparative methods in the social sciences*. New Jersey: Prentice-Hall.

Sobbrio, F. & Navarra, P. (2010). Electoral Participation and Communicative Voting in Europe. *European Journal of Political Economy*, vol. 26 (2), pp. 185-207.

Sotillos, I. (1997). *El comportamiento electoral municipal español, 1979-1995*. Madrid: CIS.

Soto, A. (1998). *La transición a la democracia: España, 1975-1982*. Madrid: Alianza Editorial.

Sousa, F. (2006). A democracia, face política da globalização? *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49 (1), pp. 5-24.

Sousa, L. (2011). *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sousa, L. & Triães, J. (2008). *Corrupção e os portugueses – atitudes, práticas e valores*. Lisboa: RCP Edições.

Sousa, M. R. de (1984). *O sistema de governo português, antes e depois da revisão constitucional*. Lisboa: Cognition.

Sousa, M.R. de (1992). *O sistema de governo português*. Lisboa: AAFDL.

Stanley, H. W. & Niemi, R. G. (2000). *Vital statistics on american politics*. Washington, DC: CQ Press.

Steinmo, S., Thelen, K. & Long-Streth, F. (1997). *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. New York: Cambridge University Press.

Stock, M.J. (Org.) (2005). *Velhos e novos actores políticos. Partidos e movimentos sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Subileau, F. (1997). L'abstentionnisme: apolitisme ou stratégie? In N. Mayer (org.). *Les Modèles Explicatifs du Vote*. Paris: L'Harmattan.

Swanson, G. (1971). Frameworks for comparative research: structural anthropology and the theory of action. In I. Vallier (ed.). *Comparative methods in sociology: essays on trends and applications (pp. 141-202)*. Berkeley: University of California Press.

Taagepera, R. & Shugart, M. (1989). *Seats and Votes. The Effects and Determinants of Electoral Systems*. New Haven: Yale University Press.

Teixeira, C.P. (2008). *O Povo Semi-Soberano - Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal*. Lisboa: Almedina.

Teixeira, C.P. (2014). *Democratização*. In Mendes, N.C. & Coutinho, F.P. (orgs.). *Enciclopédia de Relações Internacionais*. Lisboa: D. Quixote.

Teixeira, C.P. & Pereira, P. (2014). *Contributos para a Avaliação da Qualidade da Democracia nos Países Europeus (2002-2012)*. Lisboa: Alêtheia.

Terrenoire, A. (1994). *Le Parlement européen: cet inconnu*. Paris: Le Cherche Midi.

Thomassen, J. (1994). Empirical research into political representation: failing democracy or failing models. In M. Kent Jennings & Thomas Mann (eds.). *Elections at home and abroad: essays in honor of Warren E. Miller*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Tocqueville, A. (1835, 2012). *A democracia na América*. Lisboa: Principia Editora.

Topf, R. (1995). Electoral Participation. In H.D. Klingemann & D. Fuchs (eds.), *Citizens and the State* (pp. 27-51). Oxford: Oxford University Press.

Torcal, M. & Chibber, P. (1995). Elites, cleavages y sistema de partidos en una democracia consolidada: España 1986-1992. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 69, pp. 7-38.

Torcal, M. & Magalhães, P. (2009). *Political Culture in Southern Europe: Searching for Exceptionalism*. Disponível em: <http://pmdccm.googlepages.com/PoliticalCultureinSouthernEuropemarc.pdf>

Tudesq, A.J. (1989). Les comportements électoraux sous le régime censitaire. In Daniel Gaxie (ed.). *Explication du vote, un bilan des études électorales en France* (pp. 100-125). Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Turner, J.C. (1991). *Social influence*. Bristol: Open University Press.

Uhlener, C.J. (1989). Rational turnout: the neglected role of groups. *American Journal of Political Science*, 22, pp. 390-442.

Vallés, J.M. & Bosch, A. (1997). *Sistemas electorales y gobierno representativo*. Barcelona: Ariel.

Vanhanen, T. (1997). *Prospects of democracy: a study of 172 countries*. London: Routledge.

Vasconcelos, D.N. & Archer, G. M. (1991). Análise comparativa entre os dados do recenseamento geral da população e do recenseamento eleitoral: 1975-1989. Eleições, n.º 1, STAPE/MAI, pp. 1-6.

Verba, S., Kelman, S., Orren, G., Miyake, I., Watanuki, J., Kabashima, I. & Ferree, G. (1987). *Elites and the idea of equality*. Cambridge: Harvard University Press.

Verba, S. & Nie, N.H., 1972. *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. New York: Harper and Row.

Verba, S., Nie, N. H. & Kim, Jae-On (1978). *Participation and Political Equality: A Seven Nation Comparison*. New York: Cambridge University Press.

Verba, S., Schlozman, K.L. & Brady, H. (1995). *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Viegas, J.M.L. & Faria, S. (1999). Participação política feminina: percursos, constrangimentos e incentivos. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 30, pp. 55-87.

Viegas, J. M. L., Santos, S. & Faria, S. (2010). Envolvimento associativo e mobilização cívica. O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva. In José Manuel Leite Viegas, S. Santos & Sérgio Faria (Orgs.), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*, pp. 157-180. Lisboa: Mundos Sociais.

Wattenberg, M. P. (1994). *The decline of american political parties, 1952-1992*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Weber, T. (2007). Campaign Effects and Second-Order Cycles: A Top-Down Approach to European Parliament Elections. *European Union Politics*, 8, pp. 509-536.

Weir, S. & Beetham, D. (1999). *Political power and democratic control in Britain: The democratic audit of the United Kingdom*. London: Routledge.

Wiarda, H. (1991). *Comparative politics, past and present. New directions in comparative politics*. Boulder: Westview Press.

Wiarda, H. (2000). *Introduction to Comparative Politics: Concepts and Processes*. Amherst: University of Massachusetts Press.

Williamson, O. (1975). The Vertical Integration of Production: Market Failure Considerations. *American Economic Review*, 61 pp. 112-123.

Williamson, O. (1985). *The economic institutions of capitalism. Firms, markets, relational contracting*. London: Collier Macmillan Publishers

Wolfinger, R. & Rosenstone, S. (1980). *Who votes?* New Haven: Yale University Press.

Zapatero, J.L.R. (2013). *El dilema: 600 dias de vertigo*. Madrid: Planeta.

Webgrafia³²²

<http://www.bqd.ics.ul.pt/index.php?lang=pt>.

³²² Consultas efetuadas entre 2012 e 2014.

<http://www.democraticaudit.com.>

<http://dre.pt/pdf1s/1982/09/22700/31353206.pdf.>

www.idea.int.

www.cne.pt.

<http://www.juntaelectoralcentral.es.>

<http://www.boe.es/boe/dias/1985/06/20/pdfs/A19110-19134.pdf.>

<http://www.youtube.com/watch?v=CCZVG9p5Jkk.>

<http://www.portaldoeleitor.pt/Documents/DecretosLei/legis13-99-recenseamento-2008.pdf.>

http://www.ine.es/oficina_censo/normativaOCE/loreg_censoelec.pdf.

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=23&mes=01&ano=2011&eleicao=pr.>

<http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/o-voto/o-voto.aspx.>

www.idea.int.

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/al_2013_mapa_4-a-2013_eleitores.pdf.

<http://dre.pt/pdf1s/2008/08/16500/0601706038.pdf.>

www.cne.pt.

<http://www.infoelectoral.mir.es.>

<http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2012/01/13-01-12-17.jpg.>

The Electoral Knowledge Network. Disponível em: <http://aceproject.org/>.

<http://www.pordata.pt/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

https://guiadeespanha.files.wordpress.com/2010/03/800px-comunidades_autonomas_de_espana-svg.png.

<http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>.

http://www.ine.es/oficina_censo/normativaOCE/loreg_censoelec.pdf.

<http://www.infoelectoral.mir.es/min/busquedaAvanzadaAction.html?vuelta=1&codTipoEleccion=2&codPeriodo=201111&codEstado=99&codComunidad=0&codProvincia=0&codMunicipio=0&codDistrito=0&codSeccion=0&codMesa=0>.

<https://www.boe.es/boe/dias/1985/06/20/pdfs/A19110-19134.pdf>.

http://politica.elpais.com/politica/2011/07/29/actualidad/1311929850_613039.html

http://www.parlament.cat/actualitat/Resolucio479_10_ca.pdf.

<https://www.boe.es/boe/dias/1985/06/20/pdfs/A19110-19134.pdf>.

<http://www.infoelectoral.mir.es/min/busquedaAvanzadaAction.html>.

<http://www.boe.es/boe/dias/1978/12/29/pdfs/A29313-29424.pdf#page=1>.

<http://www.youtube.com/watch?v=0Lha5FdBpzM>

<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1188.html>.

<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1109.html>.

<http://www.publico.pt/politica/noticia/ferro-rodrigues-demitese-da-lideranca-do-ps-1198763>.

<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1080.html>.

<http://dre.pt/pdfgratis/1982/09/22700.PDF>.

<http://debates.parlamento.pt/r3/dac/cronologia.aspx>.

<http://www.presidencia.pt/?idc=87>

<http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp>

http://www.fmsoares.pt/mario_soares/presidencias_abertas.

<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>.

<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/presidentes/Paginas/index.aspx>.

<http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm>.

http://womenshistory.about.com/od/suffrage/a/intl_timeline.htm.

<http://www.transparency.org/country#PRT>.

Jornal I, edição de 09 de Março de 2012, p. 18.

Abreviaturas

AD – Aliança Democrática
CC – Coligação Canária
CE – Constituição Espanhola
CEE – Comunidade Económica Europeia
CDS – Centro Democrático Social
CDS-PP – Centro Democrático Social – Partido Popular
CIU – Convergência e União
CNE – Comissão Nacional de Eleições
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRP – Constituição da República Portuguesa
ERC – Esquerda Republicana da Catalunha
EUA – Estados Unidos da América
ETA - Euskadi Ta Askatasuna
ICV-EUiA – Iniciativa pela Catalunha Verde
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IQM – Índice de Quadrados Mínimos
ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
MDP/CDE – Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral
NEPE – Número efectivo de partidos eleitorais
NEPP – Número efectivo de partidos parlamentares.
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAN – Partido Pelos Animais e pela Natureza
PCP – Partido Comunista Português
PCTP/MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses / Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PNV – Partido Nacional Basco
PP – Partido Popular

PRD – Partido Renovador Democrático

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

UE – União Europeia

UCD – União de Centro Democrático

ULisboa – Universidade de Lisboa

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Anexos

*A Influência do Sistema Político e Eleitoral e do Contexto Macroeconómico na Participação nas Eleições Legislativas em Portugal e Espanha (2004 - 2011).
Um Contributo para o Estudo da Democracia.*

Bruno Ferreira Costa

Correlação de dados – Hipótese 1 – por eleição e dados agregados

VAR00013	VAR00010	VAR00014	VAR00015	VAR00003	VAR00011	VAR00004	VAR00005	VAR00006	VAR00012	VAR00007	VAR00008	VAR00009
1	1	1	3	Aveiro	#NULO!	15	16	16	#NULO!	0,35	0,39	0,41
2	1	2	1	Beja	#NULO!	3	3	3	#NULO!	0,37	0,41	0,45
3	1	1	3	Braga	#NULO!	18	19	19	#NULO!	0,30	0,35	0,37
4	1	2	1	Bragança	#NULO!	4	3	3	#NULO!	0,45	0,47	0,51
5	1	2	1	Castelo Branco	#NULO!	5	4	4	#NULO!	0,34	0,39	0,42
6	1	1	2	Coimbra	#NULO!	10	10	9	#NULO!	0,36	0,40	0,43
7	1	2	1	Évora	#NULO!	3	3	3	#NULO!	0,34	0,38	0,41
8	1	1	2	Faro	#NULO!	8	8	9	#NULO!	0,38	0,43	0,44
9	1	2	1	Guarda	#NULO!	4	4	4	#NULO!	0,40	0,35	0,46
10	1	1	2	Leiria	#NULO!	10	10	10	#NULO!	0,35	0,41	0,42
11	1	1	3	Lisboa	#NULO!	48	47	47	#NULO!	0,34	0,39	0,38
12	1	2	1	Portalegre	#NULO!	2	2	2	#NULO!	0,35	0,39	0,42
13	1	1	3	Porto	#NULO!	38	39	39	#NULO!	0,31	0,35	0,37
14	1	2	2	Santarém	#NULO!	10	10	10	#NULO!	0,35	0,39	0,41
15	1	1	3	Setúbal	#NULO!	17	17	17	#NULO!	0,36	0,41	0,41
16	1	1	1	Viana do Castelo	#NULO!	6	6	6	#NULO!	0,39	0,45	0,48
17	1	2	1	Vila Real	#NULO!	5	5	5	#NULO!	0,43	0,47	0,49
18	1	2	2	Viseu	#NULO!	9	9	9	#NULO!	0,40	0,44	0,47
19	1	2	1	R.A. Açores	#NULO!	5	5	5	#NULO!	0,52	0,56	0,60
20	1	2	1	R.A. Madeira	#NULO!	6	6	6	#NULO!	0,39	0,45	0,46
21	1	2	1	Europa	#NULO!	2	2	2	#NULO!	0,68	0,77	0,76
22	1	2	1	Fora Europa	#NULO!	2	2	2	#NULO!	0,81	0,91	0,87
23	2	1	3	Andaluzia	#NULO!	61	61	60	#NULO!	0,25	0,27	0,31
24	2	2	2	Aragão	#NULO!	13	13	13	#NULO!	0,23	0,24	0,29
25	2	1	1	Astúrias	#NULO!	8	8	8	#NULO!	0,28	0,29	0,35
26	2	2	1	Baleares	#NULO!	8	8	8	#NULO!	0,31	0,32	0,39
27	2	1	2	País Basco	#NULO!	19	18	18	#NULO!	0,25	0,36	0,33
28	2	2	2	Ilhas Canárias	#NULO!	15	15	15	#NULO!	0,33	0,34	0,40
29	2	1	1	Cantábria	#NULO!	5	5	5	#NULO!	0,23	0,24	0,28
30	2	1	3	Catalunha	#NULO!	47	47	47	#NULO!	0,24	0,30	0,35
31	2	2	2	Castela-la-Mancha	#NULO!	20	21	21	#NULO!	0,20	0,20	0,24
32	2	2	3	Castela e Leão	#NULO!	33	32	32	#NULO!	0,22	0,22	0,29
33	2	2	2	Estremadura	#NULO!	10	10	10	#NULO!	0,21	0,22	0,26
34	2	1	2	Galiza	#NULO!	24	23	23	#NULO!	0,29	0,30	0,38
35	2	2	1	La Rioja	#NULO!	4	4	4	#NULO!	0,21	0,21	0,27
36	2	2	3	Comunidade de Madrid	#NULO!	35	35	36	#NULO!	0,21	0,21	0,27
37	2	1	2	Região de Múrcia	#NULO!	9	10	10	#NULO!	0,23	0,20	0,26
38	2	2	1	Comunidade de Navarra	#NULO!	5	5	5	#NULO!	0,24	0,28	0,31
39	2	1	3	Comunidade Valenciana	#NULO!	32	33	33	#NULO!	0,22	0,21	0,26
40	2	2	1	Ceuta	#NULO!	1	1	1	#NULO!	0,37	0,37	0,47
41	2	2	1	Meilla	#NULO!	1	1	1	#NULO!	0,44	0,36	0,51

*A Influência do Sistema Político e Eleitoral e do Contexto Macroeconómico na Participação nas
Eleições Legislativas em Portugal e Espanha (2004 - 2011).
Um Contributo para o Estudo da Democracia.*

Bruno Ferreira Costa

VAR00013	VAR00010	VAR00014	VAR00015	VAR00003	VAR00011	VAR00016	VAR00004	VAR00007
2	1	2	1	Beja	#NULO!	2.005	3	0,37
4	1	2	1	Bragança	#NULO!	2.005	4	0,45
5	1	2	1	Castelo Branco	#NULO!	2.005	5	0,34
7	1	2	1	Évora	#NULO!	2.005	3	0,44
9	1	2	1	Guarda	#NULO!	2.005	4	0,40
12	1	2	1	Portalegre	#NULO!	2.005	2	0,35
16	1	1	1	Viana do Castelo	#NULO!	2.005	6	0,39
17	1	2	1	Vila Real	#NULO!	2.005	5	0,43
19	1	2	1	R.A. Açores	#NULO!	2.005	5	0,52
20	1	2	1	R.A. Madeira	#NULO!	2.005	6	0,39
21	1	2	1	Europa	#NULO!	2.005	2	0,68
22	1	2	1	Fora Europa	#NULO!	2.005	2	0,81
6	1	1	2	Coimbra	#NULO!	2.005	10	0,36
8	1	1	2	Faro	#NULO!	2.005	8	0,38
10	1	1	2	Leiria	#NULO!	2.005	10	0,35
14	1	2	2	Santarém	#NULO!	2.005	10	0,35
18	1	2	2	Viseu	#NULO!	2.005	9	0,40
1	1	1	3	Aveiro	#NULO!	2.005	15	0,35
3	1	1	3	Braga	#NULO!	2.005	18	0,30
11	1	1	3	Lisboa	#NULO!	2.005	48	0,34
13	1	1	3	Porto	#NULO!	2.005	38	0,31
15	1	1	3	Setúbal	#NULO!	2.005	17	0,36
2	1	2	1	Beja	#NULO!	2.009	3	0,41
4	1	2	1	Bragança	#NULO!	2.009	3	0,47
5	1	2	1	Castelo Branco	#NULO!	2.009	4	0,39
7	1	2	1	Évora	#NULO!	2.009	3	0,38
9	1	2	1	Guarda	#NULO!	2.009	4	0,35
12	1	2	1	Portalegre	#NULO!	2.009	2	0,39
16	1	1	1	Viana do Castelo	#NULO!	2.009	6	0,45
17	1	2	1	Vila Real	#NULO!	2.009	5	0,47
19	1	2	1	R.A. Açores	#NULO!	2.009	5	0,56
20	1	2	1	R.A. Madeira	#NULO!	2.009	6	0,45
21	1	2	1	Europa	#NULO!	2.009	2	0,77
22	1	2	1	Fora Europa	#NULO!	2.009	2	0,91
6	1	1	2	Coimbra	#NULO!	2.009	10	0,40
8	1	1	2	Faro	#NULO!	2.009	8	0,43
10	1	1	2	Leiria	#NULO!	2.009	10	0,41
14	1	2	2	Santarém	#NULO!	2.009	10	0,39
18	1	2	2	Viseu	#NULO!	2.009	9	0,44
1	1	1	3	Aveiro	#NULO!	2.009	16	0,39
3	1	1	3	Braga	#NULO!	2.009	19	0,35
11	1	1	3	Lisboa	#NULO!	2.009	47	0,39
13	1	1	3	Porto	#NULO!	2.009	39	0,35
15	1	1	3	Setúbal	#NULO!	2.009	17	0,41
2	1	2	1	Beja	#NULO!	2.011	3	0,45
4	1	2	1	Bragança	#NULO!	2.011	3	0,51
5	1	2	1	Castelo Branco	#NULO!	2.011	4	0,42
7	1	2	1	Évora	#NULO!	2.011	3	0,41
9	1	2	1	Guarda	#NULO!	2.011	4	0,46
12	1	1	1	Portalegre	#NULO!	2.011	2	0,42
16	1	2	1	Viana do Castelo	#NULO!	2.011	6	0,48
17	1	2	1	Vila Real	#NULO!	2.011	5	0,49
19	1	2	1	R.A. Açores	#NULO!	2.011	5	0,60
20	1	2	1	R.A. Madeira	#NULO!	2.011	6	0,46
21	1	2	1	Europa	#NULO!	2.011	2	0,76
22	1	2	1	Fora Europa	#NULO!	2.011	2	0,87
6	1	1	2	Coimbra	#NULO!	2.011	9	0,43
8	1	1	2	Faro	#NULO!	2.011	9	0,44
10	1	1	2	Leiria	#NULO!	2.011	10	0,42
14	1	2	2	Santarém	#NULO!	2.011	10	0,41
18	1	2	2	Viseu	#NULO!	2.011	9	0,47
1	1	1	3	Aveiro	#NULO!	2.011	16	0,41
3	1	1	3	Braga	#NULO!	2.011	19	0,37
11	1	1	3	Lisboa	#NULO!	2.011	47	0,38
13	1	1	3	Porto	#NULO!	2.011	39	0,37
15	1	1	3	Setúbal	#NULO!	2.011	17	0,41
25	2	1	1	Astúrias	#NULO!	2.004	8	0,28
26	2	2	1	Baleares	#NULO!	2.004	8	0,31
29	2	1	1	Cantábria	#NULO!	2.004	5	0,23
35	2	2	1	La Rioja	#NULO!	2.004	4	0,21
38	2	2	1	Comunidade de Navarra	#NULO!	2.004	5	0,24
40	2	2	1	Ceuta	#NULO!	2.004	1	0,37
41	2	2	1	Melilla	#NULO!	2.004	1	0,44
24	2	2	2	Aragão	#NULO!	2.004	13	0,23
27	2	1	2	Pais Basco	#NULO!	2.004	19	0,25
28	2	2	2	Ilhas Canárias	#NULO!	2.004	15	0,33
31	2	2	2	Castela-la-Mancha	#NULO!	2.004	20	0,20
33	2	2	2	Extremadura	#NULO!	2.004	10	0,21
34	2	1	2	Galiza	#NULO!	2.004	24	0,29
37	2	1	2	Região de Múrcia	#NULO!	2.004	9	0,23
23	2	1	3	Andaluzia	#NULO!	2.004	61	0,25
30	2	1	3	Catalunha	#NULO!	2.004	47	0,24
32	2	2	3	Castela e Leão	#NULO!	2.004	33	0,22
36	2	2	3	Comunidade de Madrid	#NULO!	2.004	35	0,21
39	2	1	3	Comunidade Valenciana	#NULO!	2.004	32	0,22
25	2	1	1	Astúrias	#NULO!	2.008	8	0,29
26	2	2	1	Baleares	#NULO!	2.008	8	0,32
29	2	1	1	Cantábria	#NULO!	2.008	5	0,24
35	2	2	1	La Rioja	#NULO!	2.008	4	0,21
38	2	2	1	Comunidade de Navarra	#NULO!	2.008	5	0,28
40	2	2	1	Ceuta	#NULO!	2.008	1	0,37
41	2	2	1	Melilla	#NULO!	2.008	1	0,36
24	2	2	2	Aragão	#NULO!	2.008	13	0,24
27	2	1	2	Pais Basco	#NULO!	2.008	18	0,26
28	2	2	2	Ilhas Canárias	#NULO!	2.008	15	0,34
31	2	2	2	Castela-la-Mancha	#NULO!	2.008	21	0,20
33	2	2	2	Extremadura	#NULO!	2.008	10	0,22
34	2	1	2	Galiza	#NULO!	2.008	23	0,30
37	2	1	2	Região de Múrcia	#NULO!	2.008	10	0,20
23	2	1	3	Andaluzia	#NULO!	2.008	61	0,27
30	2	1	3	Catalunha	#NULO!	2.008	47	0,27
32	2	2	3	Castela e Leão	#NULO!	2.008	32	0,22
36	2	2	3	Comunidade de Madrid	#NULO!	2.008	35	0,21
39	2	1	3	Comunidade Valenciana	#NULO!	2.008	33	0,21
25	2	1	1	Astúrias	#NULO!	2.011	8	0,35
26	2	2	1	Baleares	#NULO!	2.011	8	0,39
29	2	1	1	Cantábria	#NULO!	2.011	5	0,28
35	2	2	1	La Rioja	#NULO!	2.011	4	0,27
38	2	2	1	Comunidade de Navarra	#NULO!	2.011	5	0,31
40	2	2	1	Ceuta	#NULO!	2.011	1	0,47
41	2	2	1	Melilla	#NULO!	2.011	1	0,51
24	2	2	2	Aragão	#NULO!	2.011	13	0,29
27	2	1	2	Pais Basco	#NULO!	2.011	18	0,33
28	2	2	2	Ilhas Canárias	#NULO!	2.011	15	0,40
31	2	2	2	Castela-la-Mancha	#NULO!	2.011	21	0,24
33	2	2	2	Extremadura	#NULO!	2.011	10	0,26
34	2	1	2	Galiza	#NULO!	2.011	23	0,38
37	2	1	2	Região de Múrcia	#NULO!	2.011	10	0,26
23	2	1	3	Andaluzia	#NULO!	2.011	60	0,31
30	2	1	3	Catalunha	#NULO!	2.011	47	0,35
32	2	2	3	Castela e Leão	#NULO!	2.011	32	0,29
36	2	2	3	Comunidade de Madrid	#NULO!	2.011	36	0,27
39	2	1	3	Comunidade Valenciana	#NULO!	2.011	33	0,26

*A Influência do Sistema Político e Eleitoral e do Contexto Macroeconómico na Participação nas Eleições Legislativas em Portugal e Espanha (2004 - 2011).
Um Contributo para o Estudo da Democracia.*

Bruno Ferreira Costa

Descriptives(a)											
Abstenção											
	N	Mean	Std. Deviat	Std. Error	95% Confidence Interv		Minimum	Maximum			
					Lower Bound	Upper Bound				Pequena	Média
Pequena	36	49,4%	15,4%	0,025596	0,442343	0,546268	0,34	0,908		Portugal	0,494306
Média	15	40,4%	3,5%	0,008916	0,384943	0,42319	0,345	0,465		Espanha	0,320095
Grande	15	36,5%	3,4%	0,008763	0,346471	0,384062	0,302	0,411			
Total	66	0,44447	0,12808	0,015766	0,412984	0,475956	0,302	0,908			
a	Pais = Portugal										
Descriptives(a)											
Abstenção											
	N	Mean	Std. Deviat	Std. Error	95% Confidence Interv		Minimum	Maximum			
					Lower Bound	Upper Bound					
Pequena	21	32,0%	8,4%	0,018241	0,282045	0,358146	0,205	0,506			
Média	21	27,4%	6,2%	0,013589	0,245796	0,30249	0,2	0,404			
Grande	15	25,5%	4,2%	0,010753	0,232403	0,278531	0,209	0,348			
Total	57	0,286158	0,071082	0,009415	0,267297	0,305018	0,2	0,506			
a	Pais = Espanha										
Group Statistics(a)											
	Localizaçã	N	Mean	Std. Deviat	Std. Error Mean		Litoral	Interior e Insular			
Abstenção	Litoral	27	38,5%	4,2%	0,00799		Portugal	0,385407	0,485359		
	Interior e In	39	48,5%	15,1%	0,024119		Espanha	0,278208	0,291939		
a	Pais = Portugal										
Group Statistics(a)											
	Localizaçã	N	Mean	Std. Deviat	Std. Error Mean						
Abstenção	Litoral	24	27,8%	4,9%	0,009986						
	Interior e In	33	29,2%	8,4%	0,014606						
a	Pais = Espanha										

Correlação de dados – Hipótese 2 – personalização

	Portugal					Espanha			
	Eleições	2001/2005	2006/2009	2011		Eleições	2004	2008	2011
Personaliza	Presidencia	50,3%	38,5%	53,5%		Senado (pe	24,3%	25,5%	31,6%
	Legislativas	35,7%	40,3%	42,0%		Congresso	24,3%	26,2%	31,1%
		Presidencia							
Portugal	2001/2005	50,3%	35,7%						
	2006/2009	38,5%	40,3%						
	2011	53,5%	42,0%						
		Senado (pe							
Espanha	2004	24,3%	24,3%						
	2008	25,5%	26,2%						
	2011	31,6%	31,1%						

Correlação de dados – Hipótese 3.1. e 3.2. – bicameralismo e replicação de resultados em diferentes câmaras de representação

	Portugal = Unicamaral				Espanha = Bicamaral		
	2005	2009	2011		2004	2008	2011
Abstenção	35,74%	40,32%	41,97%		24,34%	26,15%	31,06%
Portugal =	2005	35,74%		0,3574			
	2009	40,32%		0,4032			
	2011	41,97%		0,4197			
Espanha =	2004	24,34%		0,2434			
	2008	26,15%		0,2615			
	2011	31,06%		0,3106			
	Congresso				Senado		
	2004	2008	2011		2004	2008	2011
Abstenção	0,2434	0,2615	0,3106		0,2425	0,2551	0,3157
Vencedor	PSOE	PSOE	PP		PP	PP	PP
			Congresso	Senado			
		2004	0,2434	0,2425			
		2008	0,2615	0,2551			
		2011	0,3106	0,3157			

Correlação de dados – Hipótese 4. – sistema de partidos

Eleição * Vencedor Crosstabulation							
Count		Vencedor		Total			
		PSOE	PP				
Eleição	Congresso	2	1	3			
	Senado	0	3	3			
Total		2	4	6			
Partidos candidatos*	11	16	17		96	98	62
Partidos com assento parlamentar	6	6	6		11	10	13
% voto dos dois maiores partidos	73,80%	65,70%	66,70%		80,30%	83,80%	73,40%
Abstenção	35,70%	40,30%	42,00%		24,30%	26,20%	31,10%
Partidos candidatos*	Partidos com assento parlamentar	% voto dos dois maiores partidos	Abstenção				
11	6	0,738	0,357				
16	6	0,657	0,403				
17	6	0,667	0,42				
96	11	0,803	0,243				
98	10	0,838	0,262				
62	13	0,734	0,311				
Portugal = 2005		0,3574		0,3574			
		0,4032		0,4032			
		0,4197		0,4197			
Espanha = 2004		0,2434		0,2434			
		0,2615		0,2615			
		0,3106		0,3106			

Correlação de dados – Hipótese 5. – sistema de governo (duração de governos)

Group Statistics								
	País	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean		Portugal	Espanha
Duração	Portugal	19	23,31579	15,98976	3,668303		Duração	23,31579
	Espanha	10	41,4	7,183314	2,271563			41,4

Correlação de dados – Hipótese 6. – forma de governo

Portugal = regime com forma de governo republicana	2005	0,3574		0,3574
	2009	0,4032		0,4032
	2011	0,4197		0,4197
Espanha = regime com forma de governo monárquico e constitucional	2004	0,2434		0,2434
	2008	0,2615		0,2615
	2011	0,3106		0,3106

Hipótese 7. Variáveis macroeconómicas

VAR00001	VAR00003	VAR00004	VAR00005	VAR00002	VAR00006	VAR00007	VAR00008
1	0,74	0,36	6	0,08	0,02	0,03	0,68
1	0,66	0,40	6	0,10	-0,01	-0,02	0,84
1	0,67	0,42	6	0,13	0,04	-0,01	1,08
2	0,80	0,24	11	0,10	0,03	0,03	0,46
2	0,84	0,26	10	0,15	0,02	0,01	0,40
2	0,73	0,31	13	0,23	0,02	0,00	0,71